

VI INTERCRÍTICA

Formação de trabalhadores em tempos de reformas educacionais e lutas antifascistas:
contradições, mediações e desafios

23-24-25 de setembro de 2024
Instituto Federal Catarinense- Campus Camboriú

CADERNO DE RESUMOS

informações e programação

<https://intercriticagt09.wordpress.com/2024/02/21/intercriticas-2024/>



Realização GT09 Anped Sul



Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense



MESTRADO EM
EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES



Comissão Organizadora INTERCRITICA 2024

ALEXANDRE MAIA DO BOMFIM

<http://lattes.cnpq.br/9426535856477661>

CARMEN SYLVIA VIDIGAL MORAES

<http://lattes.cnpq.br/4971024492460323>

DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES

<http://lattes.cnpq.br/1127076028303549>

FILOMENA LUCIA GOSSLER RODRIGUES DA SILVA

<http://lattes.cnpq.br/9115883879758456>

GREGORIO GALVAO DE ALBUQUERQUE

<http://lattes.cnpq.br/4949064010027837>

LUCAS BARBOSA PELISSARI

<http://lattes.cnpq.br/8723394397607851>

MARIA CLARA BUENO FISCHER

<http://lattes.cnpq.br/3835786000876089>

Comitê Científico

RAMON DE OLIVEIRA

<http://lattes.cnpq.br/9016348910585182>

MARISE NOGUEIRA RAMOS

<http://lattes.cnpq.br/3796863111902233>

ANA ELIZABETH SANTOS ALVES

<http://lattes.cnpq.br/6609391193846733>

RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO

<http://lattes.cnpq.br/7901626430586502>

LUCILIA REGINA DE SOUZA MACHADO

<http://lattes.cnpq.br/0275888830144512>

DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES

<http://lattes.cnpq.br/1127076028303549>

MARIA CLARA BUENO FISCHER

<http://lattes.cnpq.br/3835786000876089>

CARMEN SYLVIA VIDIGAL MORAES

<http://lattes.cnpq.br/4971024492460323>

FILOMENA LUCIA GOSSLER RODRIGUES DA SILVA

<http://lattes.cnpq.br/9115883879758456>

LUCAS BARBOSA PELISSARI

<http://lattes.cnpq.br/8723394397607851>

ALEXANDRE MAIA DO BOMFIM

<http://lattes.cnpq.br/9426535856477661>

LIA VARGAS TIRIBA

<http://lattes.cnpq.br/2006259738336754>

DANTE HENRIQUE MOURA

<http://lattes.cnpq.br/1720357515433453>

ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURAO

<http://lattes.cnpq.br/3864748731992379>

DOMINGOS LEITE LIMA FILHO

<http://lattes.cnpq.br/1113538527015820>

HENRIQUE TAHAN NOVAES

<http://lattes.cnpq.br/5282506732444510>

MONICA RIBEIRO DA SILVA

<http://lattes.cnpq.br/1079110450785932>

EDSON CAETANO

<http://lattes.cnpq.br/0586786960992214>

GAUDENCIO FRIGOTTO

<http://lattes.cnpq.br/4535332644982596>

Comissão organizadora local – Instituto Federal Catarinense

Airton Zancanaro

Alexandre Vanzuita

Andressa Grazielle Brandt

Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva

Leonardo Caparroz Cangussu

Liane Vizzotto

Marcos Rohling

Marilândes Mól Ribeiro de Melo

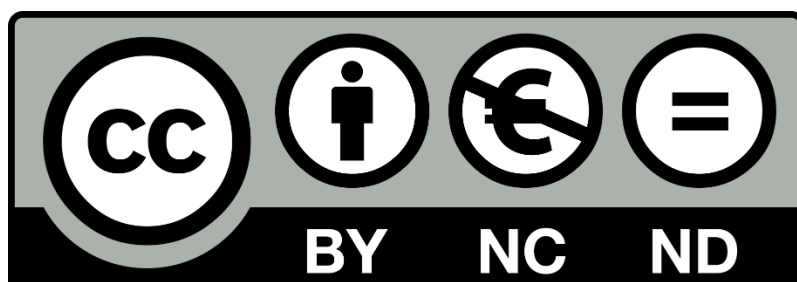
Roseli Nazario

Solange Aparecida de Oliveira Hoeller

Solange Aparecida Zotti

Sônia Regina de Souza Fernandes

créditos da imagem [chanwity435363](#) - [Revolução Vetores por Vecteezy](#)



SUMÁRIO

15 ANOS DO GRUPO DE PESQUISA EM TRABALHO-EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (GPTEEA): REFLEXÕES SOBRE AMBIENTE E SOCIEDADE	13
A DESINTEGRAÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO PARANÁ ENTRE 2020 E 2023	16
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PERSPECTIVA MATERIALISTA HISTÓRICO DIALÉTICA A PARTIR DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	18
A FORMAÇÃO DAS TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA EMANCIPATÓRIA DE FREIRE E PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: REFLEXÕES NO CHÃO DE UMA CRECHE NA BAIXADA FLUMINENSE	20
A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO EM INSTITUTOS FEDERAIS: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ECOVIAMÃO/IFRS	23
A FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA ENQUANTO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DE SABERES NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES	26
A LEI Nº 13.415/2017 E OS INSTITUTOS FEDERAIS: ENTRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO INTEGRAL.....	28
A POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PAULISTA (2019-2024)	31
A RECONFIGURAÇÃO DA ESCOLA DIANTE DAS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	33
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	36
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM MARABÁ-PA: DESAFIOS E IMPACTOS NA GESTÃO ESCOLAR	38
A REPRODUÇÃO SOCIAL DE IMIGRANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	40
A REPRODUÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: A <i>PATER-POLÍTICA</i> COMO CHAVE DE ANÁLISE DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA MULHERES DA CLASSE TRABALHADORA	42
A TRAJETÓRIA DO GRUPO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EPPEP).....	44

ADAPTAÇÃO OU RESISTÊNCIA: O ENSINO MÉDIO INTEGRADO E A ATUAL CONTRARREFORMA EDUCACIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS.	46
AS CRECHES COMO REIVINDICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM NOVA IGUAÇU-RJ (1975-1988): A AÇÃO POLÍTICA NO GOVERNO DE FRANCISCO AMARAL.....	48
AS METODOLOGIAS ATIVAS E SUAS BASES POLÍTICAS E FILOSÓFICAS	50
AS PEDAGOGIAS HEGEMÔNICAS NO PROJETO FORMATIVO DO NOVO ENSINO MÉDIO.....	52
AS PLATAFORMAS DIGITAIS DE ENSINO A SERVIÇO DO CAPITAL.....	54
AS RELAÇÕES ENTRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS (2017-2021).....	56
ASSOCIAÇÕES PRIVADAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	59
BIBLIOTECA EDUCATIVA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO INTEGRAL.....	61
CIDADES INTELIGENTES E SABERES MARGINALIZADOS: A POTÊNCIA DOS MOVIMENTOS HIP HOP E DA EDUCAÇÃO POPULAR NAS PERIFERIAS	63
COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA PERSPECTIVA DO BID: EDUCAÇÃO DOS FUTUROS TRABALHADORES PARA O CONFORMISMO SOCIAL	66
CONCEPÇÕES DE TRABALHO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO NO NOVO ENSINO MÉDIO A FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL	68
CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ELEMENTOS SIMBÓLICOS OCULTOS NO PAPEL DOS PROFESSORES NA BNCC?	71
CONSTITUINDO A ECONOMIA POLÍTICA DA AUSÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA.....	75
CONTRARREFORMAS DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS EM SANTA CATARINA.....	77
DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO À HISTÓRIA DE TRABALHO-EDUCAÇÃO – A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA EM LIVROS E ARTIGOS EM PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS	80

DESAFIOS, DILEMAS E DIFICULDADES PARA A MANUTENÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P), UMA PROPOSTA PARA A CONSCIENTIZAÇÃO E CONFORMIDADE NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO	82
DIALÉTICA MATERIALISTA E ONTOLOGIA CRÍTICA: UM SUBGRUPO DO GEPOC/UFSC.....	84
DILEMAS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	87
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO DE COOPERATIVAS DO MST.....	89
ESPETÁCULO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE AS ÚLTIMAS REFORMAS CURRICULARES NACIONAIS.....	91
FORMAÇÃO INTEGRADA NOS INSTITUTOS FEDERAIS: A CONTRIBUIÇÃO DA MODELAGEM MATEMÁTICA PARA A JUSTIÇA SOCIAL	93
GERENCIALISMO EDUCACIONAL E AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM UM INSTITUTO FEDERAL	95
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOLA: INTERVENÇÃO E CONHECIMENTO	97
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ONTOLOGIA CRÍTICA – GEPOC/UFSC: UMA HISTÓRIA DE VINTE E CINCO ANOS	100
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TEORIA HISTÓRICO CULTURAL E ONTOLOGIA CRÍTICA: DEZ ANOS DE HISTÓRIA	103
GRUPO DE ESTUDOS EM TRABALHO E EDUCAÇÃO – GETRED/UFFS..	105
GRUPO DE PESQUISA TRABALHO E EDUCAÇÃO - NEDDATE	107
GRUPO THESE - PROJETOS INTEGRADOS DE PESQUISAS SOBRE TRABALHO, HISTÓRIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO (UFF-UERJ-EPSJV-FIOCRUZ)	110
HIP HOP EM EXTENSÃO: O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES E CULTURA PERIFÉRICA.....	112
IMPACTOS DA CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	114

INFÂNCIA E FORMAÇÃO DO SER SOCIAL NA CONTRADIÇÃO CAPITAL E TRABALHO: EXPERIÊNCIA EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA	116
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CONTEXTO DE INFLUÊNCIA, PRODUÇÃO DO TEXTO E TENSÕES, NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA, RELATIVA AO PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	118
JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA: UM DIÁLOGO SOBRE TRAJETÓRIAS, AUTO-ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.....	120
LOMCE NA ESPANHA, BNCC E NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: APROFUNDAMENTO DA FORMAÇÃO INSTRUMENTAL, PRIVATIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA	123
MARXISMO ESTRUTURAL E OS REBATIMENTOS PARA A DISCUSSÃO DA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO	128
MEDIAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS DA UNIDADE TRABALHO-CIÊNCIA-CULTURA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO.....	130
MINKA – COLETIVO DE PESQUISA EM TRABALHO-EDUCAÇÃO, CULTURA E PRODUÇÃO DE SABERES	132
NOVO ENSINO MÉDIO: EXPRESSÕES DE INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM SANTA CATARINA.....	134
O CONCEITO DE TÉCNICA E TECNOLOGIA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE APOIADA NA EPISTEMOLOGIA DA TÉCNICA.....	136
O DESAFIO DE PENSAR A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DIANTE DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA DO SÉCULO XXI	138
O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: ELEMENTOS PARA UMA FORMAÇÃO INSTITUCIONALIZADA E CONTINUADA EM SERVIÇO	141
O ESTATUTO DO TERMO “EMPRESARIAMENTO” NA PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVES NOTAS PARA UM DEBATE NO CAMPO TRABALHO-EDUCAÇÃO	143
O FETICHE DOS DOCUMENTOS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (SC) DESDE O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO.....	149

O NEOLIBERALISMO NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA: COMO OLHAR PARA O NOVO ENSINO MÉDIO?	152
O NOVO ENSINO MÉDIO COMO “JANELA DE OPORTUNIDADE” PARA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO JOVEM NO BRASIL	154
O NOVO ENSINO MÉDIO-SC : IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA FORMAÇÃO DOS JOVENS.	156
O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AS DISPUTAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ENSINO MÉDIO E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL?	158
O PROCESSO FORMATIVO PELA EAD E SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA DE TRABALHO DE EGRESSOS/AS DO POLO UAB/CAMETÁ NA AMAZÔNIA PARAENSE	160
O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E AS DISPUTAS EM TORNO DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS	162
O QUE SE PRODUZ NO GRUPO DE PESQUISA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO - UFPE	165
O SENSO COMUM E O PAPEL DA EDUCAÇÃO GRAMSCIANA NA LIBERTAÇÃO DOS SUBALTERNOS	167
O TRABALHO DOCENTE EM ÁREAS DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS À PRÁTICA	169
OS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM TEMPOS DE REFORMAS	171
OS EFEITOS DA PRECARIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO E CONTROLE DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO DA PANDEMIA (2020-2022)	174
PLATAFORMIZAR E EMPREENDER: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARANÁ E A EXPANSÃO DOS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO.....	181
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: CONTRADIÇÕES, DISPUTAS E CONTINUIDADES-E-RUPTURAS NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DO SÉCULO XXI	184

POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA A PARTIR DE UMA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE O MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ	187
PROCESSOS FORMATIVOS DE TRABALHADORES (AS) NA AMAZÔNIA PARAENSE: A EXPERIÊNCIA DOS PESCADORES (AS) ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ.	190
PRODUTIVISMO E NEOPRODUTIVISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DA BNCC	193
PRODUZINDO A CULTURA DO TRABALHO ASSOCIADO: SABERES EM (TRANS)FORMAÇÃO NA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA.....	197
PROFESSORES TEMPORÁRIOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ E SEUS MECANISMOS DE LUTA	199
PROJETO DE VIDA: A CENTRALIDADE DAS EMOÇÕES NA FORMAÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES E OS NEXOS COM A POLÍTICA EDUCACIONAL	201
PROTAGONISMO ESTUDANTIL, FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E PERSONALIZAÇÃO: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE AS TRILHAS DE aprofundamento a partir da percepção de gestores de escolas-piloto catarinense	204
REFLEXÕES SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO PARA EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL – A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOSOCIAL NO PROJETO ALVORADA - RS	206
REFORMAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ANANINDEUA.....	208
RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL	211
RELAÇÕES ENTRE O NOVO ENSINO MÉDIO E O CURRÍCULO INTEGRADO: UMA ANÁLISE DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	213
REVOLUÇÃO PASSIVA E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO NEOLIBERALISMO DESENVOLVIMENTISTA	215
SABER-LAB - SABERES ESSENCIAIS A GESTORES DE LABORATÓRIO: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO CRÍTICO-HUMANISTA	217

TRABALHO DOCENTE NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE PERNAMBUCO.....	219
TRABALHO E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE-TRABALHADOR DO IFPA	222
TRABALHO E EDUCAÇÃO: A REPRODUÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES MIGRANTES E O AVANÇO DO CAPITAL SOBRE O FUNDO PÚBLICO, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19.....	224
TRABALHO E EDUCAÇÃO: SABERES QUE INFORMAM EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO NA COLETA DO AÇAÍ.....	227
TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O ADOECIMENTO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA.....	229
TRABALHO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL-CRÍTICA EM FAVOR DA NÃO ALIENAÇÃO DO HOMEM-NATUREZA:LITERATURA, ESTUDOS E DISCUSSÕES DE UM GRUPO DE PESQUISA DA BAIXADA FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO	232
TRABALHO E EDUCAÇÃO NA CIRCULAÇÃO DE IDEIAS PEDAGÓGICAS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHADORES (1864-1876).....	234
TRABALHO E TERRITÓRIO: EXPERIMENTAÇÕES DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA AMAZÔNIA PARAENSE	236
TRABALHO SOBRE ANTÔNIO GRAMSCI – GRUPO LUTE - LUTAS SOCIAIS	238
TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA: PRODUÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE SABERES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E POVOS ORIGINÁRIOS	240
TRABALHO-EDUCAÇÃO, AUTOGESTÃO E FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES RURAIS	242
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: DIGITALIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICAS NEOLIBERAIS.....	244

Título do resumo:**15 ANOS DO GRUPO DE PESQUISA EM TRABALHO-EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (GPTEEA): REFLEXÕES SOBRE AMBIENTE E SOCIEDADE****Autores:**

Alexandre Maia do Bomfim
 Bruna G. de Carvalho Rodrigues
 Cássia Kelly de Jesus Veiga
 Claudia Belo da Silva
 Ilma Gonçalves da Silva
 Letícia Piedade de Medeiros
 Lívia Barcelos
 Roseli Barbosa da Silva
 Sílvia Cristina de Souza Trajano

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ

Resumo expandido:

A proposta deste trabalho é, antes de tudo, trazer a trajetória de 15 anos do “Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental”, GPTEEA, mostrar como constituímos nossas reflexões sobre ambiente e sociedade, recuperar a memória do grupo, mostrar como se deram nossas investigações ligadas às áreas de Trabalho-Educação e Educação Ambiental e ainda obter alguma projeção de nosso futuro iminente. Grupo com produção científica consistente (expressada em artigos, capítulos de livros, participações em eventos), com outras atividades de extensão (que vão até parcerias locais com secretarias e instituições de educação na Baixada Fluminense), com interlocução com inúmeros pesquisadores em educação, especialmente com os da área da Educação Ambiental e da área de Trabalho e Educação. Um grupo que procura não somente dialogar com a comunidade acadêmica, mas para além dela, realizar atividades de divulgação científica.

Trajetória marcada pelas reflexões e militância que tem por base o materialismo histórico-dialético.

Introdução

Aqui queremos apresentar nosso coletivo, o GPTEEA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Nilópolis. Grupo em que sua tem como relevância imediata apoiar inúmeros projetos de estudantes (especialmente da Baixada e Sul Fluminenses) especialmente do mestrado e do doutorado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências (Propec) do IFRJ, como também da graduação (em Produção Cultural até Licenciaturas de Física, Química e Matemática), seguindo pela pós *lato* (em Educação de Jovens e Adultos). Desde 2009, o GPTEEA busca firmar-se como referência nesse lugar, atualmente o projeto-base do Grupo segue com essa intenção crítica (“Do agronegócio fetichizado à Agroecologia Crítica: estudos sobre trabalho educação e educação ambiental”), em que nos inclinamos à Agroecologia quanto um lugar potencialmente antagônico ao agronegócio ou quanto um lugar para disputarmos científica e politicamente. Nossa história é marcada também por ações que marcam esse nosso posicionamento epistemológico-político. Nosso primeiro evento foi em 2013: “25 anos sem Chico Mendes: resgate histórico e novas reflexões”, para render homenagem a esse importante líder dos seringueiros, mártir da luta dos trabalhadores

e da causa ambiental. Os pontos altos daquele evento de 2013 foram as mesas de debates, uma que trouxe a sindicalista Dercy Teles de Carvalho Cunha (presidente do sindicato dos seringueiros de Xapuri - Acre, o mesmo cargo ocupado depois por Chico Mendes) e a outra com a pesquisadora Claudia Cunha do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMbio). Com elas foi possível, não somente trazer a realidade da Amazônia à reflexão para um espaço de periferia urbana, mas também e sobretudo reavivar a causa de Chico Mendes, lembrando que a problemática ambiental possui elementos bem importantes, muito além das propostas de reciclar e conservar, inevitavelmente dentro de conflitos socioambientais. O nosso segundo evento obteve esse nome: “A Questão Ambiental na Educação Básica: como trabalhar esse tema transversal?”, realizado em outubro de 2014, no campus Nilópolis do IFRJ. Eventos apenas como exemplos do que ocorreu no início do GPTEEA, para demonstrar a identidade que nos marca até hoje. Daquela época, alguns objetivos continuam, outros foram acrescentados, vale afirmar os que queremos apresentar neste trabalho:

- Proporcionar investigações e debates ligadas às áreas de Trabalho-Educação e Ambiente à comunidade IFRJ e de seu entorno, especialmente do campus Nilópolis.
- Compartilhar a reflexão e a militância de um grupo de pesquisa (GPTEEA) – que estuda/pesquisa há 15 anos numa instituição de ensino na Baixada Fluminense –, assim como seus resultados analíticos e, de alguma maneira, seus apontamentos políticos, especialmente sobre Trabalho, Ambiente e Educação.
- Render homenagem à história do Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA), fortalecer sua memória.

Referências (algumas para demonstrar a produção e interlocução do grupo):

BOMFIM, A. M. O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes. Relatório de Pesquisa de pós-doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. 2022.

BOMFIM, A. M. Trabalho, Ambiente e Educação: onde está localizado o vanguardismo dessa relação?. Resumo Expandido – Trabalho. **Anais da 40ª Reunião Nacional da ANPED (2021)**. ISSN: 2447-2808. GT09 - Trabalho e Educação. ANPEd - Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_23.

BOMFIM, A. M. “O senhor não sabe não...? Isso é devido ao aquecimento global”: a educação ambiental midiática a contrapelo. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/Trabalho-GT22-4467.pdf>

BOMFIM, A. M. DO. Trabalho, Meio ambiente e Educação: apontamentos à educação ambiental a partir da filosofia da práxis. **Revista Labor**, v. 1, n. 5, p. 1-18, 2011a.

BOMFIM, A. M. Educação Ambiental (EA) *para além do capital*: estudos e apontamentos para a ea sob a perspectiva do trabalho. **Revista Trabalho Necessário**. issn: 1808 - 799X. Ano 9 – edição especial, número 13 – 2011b.

BOMFIM, A. M. O (Sub)Desenvolvimento (In)Sustentável: A Questão Ambiental nos países periféricos latino-americanos. *Trabalho Necessário*, ano 8, n.10, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6104>

BOMFIM, A. M.; PICCOLO, F. D. Educação Ambiental Crítica: a questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Revista do PPGEA - FURG. V. 27, Rio Grande – RS, julho -dez 2011.

BOMFIM, A. M.; TRINDADE, M.; SILVA, F. OLIVEIRA, T. S. (orgs.) **A Questão Ambiental na Educação Básica**. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

LAYRARGUES, P. P.. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/dZvstrPz9ncnrSQtYdsHb7D/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jul. 2022.

LÖWY, M. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas-SP: Boitempo, 2002.

TREIN, E. S. A Educação Ambiental Crítica: crítica de que?. **Revista Trabalho Necessário**. Issn: 1808 - 799X. volume 20 – edição especial, número 43, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/5648>

Título do resumo:**A DESINTEGRAÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO PARANÁ ENTRE 2020 E 2023****Autores:**

Marcos Beghetto Penteado

Domingos Leite Lima Filho

Nome do grupo de pesquisa:

GETET – Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia

Resumo expandido:

A reforma do ensino médio paranaense já promove a desvalorização da formação humana com qualidade socialmente referenciada desde 2020, com a redução de 50% da carga horária de Sociologia, Filosofia e Artes, para inclusão de novas disciplinas, como Projeto de vida e Educação financeira. Entretanto, as alterações derivadas da BNCC para a Educação Profissional só começam a valer a partir de 2022, com a implementação do Novo Ensino Médio – NEM na rede estadual, o que impulsionou o surgimento de mais de 250 escolas que passaram a ofertar o Itinerário de Formação Técnica e Profissional – IFTP. A partir do Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná – RCNEM/PR, uma nova configuração de formação é imposta, onde os conhecimentos são subordinados pela concepção de competências e habilidades. Mas quais são as características da Educação Profissional do Paraná a partir dessas reformas? No recorte desse resumo, apresentaremos uma reflexão que parte da análise das cargas horárias das matrizes curriculares do IFTP, discutindo as contradições que expressam as desigualdades de acesso aos conhecimentos para essa formação.

O RCNEM/PR foi produzido e publicado durante o auge da pandemia de covid-19, dificultando um diálogo democrático com as comunidades paranaenses sobre as determinações que ele impõe para a rede estadual, que conta com mais de 2000 colégios de Ensino Médio, definindo que esse deve ser ofertado através de uma configuração de componentes curriculares (PARANÁ, 2023), que em nossa análise, dividimos em três grandes blocos. O primeiro é a Formação Geral Básica – FGB, que contém disciplinas com trajetória consolidada de construção e legitimidade perante a comunidade escolar, compartilhando uma tradição de conhecimentos historicamente trabalhados nessa etapa da Educação Básica. Com uma carga horária máxima de 1.800h para três anos de formação (600h a menos do que havia antes da reforma), sua oferta se concentra na metade inicial da formação e é notável uma hierarquia (APPLE, 2006) na sua carga horária: Português e Matemática, possuem 3 aulas/semana em dois anos e 4 no terceiro; Educação Física, Inglês, História, Geografia, Biologia, Física e Química, possuem 2 aulas/semana em 2 dos três anos; Artes, Filosofia e Sociologia, possuem 2 aulas/semana em apenas um dos três anos. A segunda parte das disciplinas ofertadas está na Parte Flexível Obrigatória – PFO, criação do NEM, que apresenta diferentes configurações, dependendo se é Cívico-Militar, Tempo Integral, Regular ou Profissional. É marcada por trazer abordagens com viés ideológico neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2019). Para cursos do IFTP, a PFO geralmente contém os componentes Projeto de Vida e Educação Financeira. O primeiro com 2 aulas/semana no primeiro ano, uma no segundo e uma no terceiro, enquanto o segundo apresenta 1 aula/semana em cada um dos três anos. Na terceira parte, predominando na metade final da formação, estão os Itinerários Formativos – IIFF. Seus componentes variam de curso para curso e “possibilitam ao estudante

aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho” (PARANÁ, 2021). Sua carga horária total, compartilhada com a PFO, é de no mínimo 1.200h.

Analisando uma diversidade de cursos, notamos uma preocupação com a parte prática da formação profissional, que se sobrepõe a parte teórica, demarcando a valorização da produtividade em detrimento dos fundamentos de compreensão do modo de produção em que tais profissionais devem se inserir após concluírem sua formação. Destaca-se um predomínio de componentes curriculares sem legitimidade pedagógica, que nas prescrições curriculares valorizam os preceitos e valores ideológicos neoliberais, enquanto que disciplinas que historicamente mobilizam conhecimentos que fomentam uma consciência crítica diante da realidade (VIEIRA PINTO, 2020) são retraídas e exclusivas aos anos iniciais de formação.

Referências:

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre, Artmed, 2006.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2019.

VIEIRA PINTO, Á. **Consciência e realidade nacional**. volume 2. A consciência crítica. 1ª ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2020.

PARANÁ. **Deliberação 04/2021**. Institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná. 2021.

PARANÁ. **Instrução Normativa Conjunta 02/23**. Dispõe sobre a Matriz Curricular para o novo modelo de oferta para o Ensino Médio na modalidade da Educação Profissional Técnica ..., 2023.

Título do resumo:**A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PERSPECTIVA MATERIALISTA HISTÓRICO DIALÉTICA A PARTIR DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO****Autores:**

Jaqueline do Nascimento Rodrigues Pinto
Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE)

Resumo expandido:

Neste texto abordaremos a Educação Integral na perspectiva materialista histórica e dialética, a partir da categoria trabalho como princípio educativo e necessária a uma formação omnilateral de sujeitos educacionais no âmbito da escola básica. Faremos uma abordagem histórica da especificidade dessa discussão no Brasil, a qual esteve ligada estruturalmente às propostas de Escolas em Tempo Integral, face às características socioeconômicas da formação do povo brasileiro.

Ao partir para reflexões conceituais sobre o termo Educação Integral vários estudos como de Coelho (2009), Pestana (2014) e Cardoso e Oliveira (2020) apontam correntes de ideias que foram construídas sócio-historicamente e originam concepções e práticas: socialista, conservadora e liberal.

A ênfase da corrente socialista, segundo Coelho (2009), recaía sobre a igualdade, a autonomia e a liberdade humana. Sobre os integralistas, esta autora lista a espiritualidade, o nacionalismo cívico e a disciplina como os fundamentos pertencentes a um pensamento político-conservador. Já a base política e desenvolvimentista da corrente liberal era a formação para o progresso e para o desenvolvimento da civilização técnica e industrial.

Ao realizarmos essas considerações, precisamos avançar sobre a concepção de educação integral na perspectiva materialista histórico-dialética a partir do trabalho como princípio educativo, mas para isso, Coelho (2009, p. 90) é taxativa ao afirmar que

podemos dizer que a educação integral se caracteriza pela busca de uma formação a mais completa possível para o ser humano, No entanto, não há hegemonia no tocante ao que se convencionou chamar de “formação completa”, ou seja, quais pressupostos e abordagens metodológicas a constituirão.

A autora observa conclusivamente que para refletir sobre educação integral, não basta adotar ideias de diferentes correntes ou educadores renomados como Anísio Teixeira. É essencial conhecer essas propostas, entender as visões sociais que elas representam e, de forma crítica e criativa, desenvolver concepções próprias para as instituições públicas, considerando o contexto social e os objetivos de continuidade ou mudança que se deseja alcançar (Coelho, 2009).

Partimos de que a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana e tendo em vista que a produção da existência humana implica na garantia da sua subsistência material, sobre isso Saviani (2008, p.12) vem conceituar trabalho material e trabalho não-material. O primeiro consiste no ser humano antecipar em ideias os objetivos da ação, inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte), já o trabalho não-material consiste na produção do saber, pois envolve ideias, conceitos, valores, hábitos, atitudes, habilidades.

O autor situa a educação na categoria do trabalho não-material e, nesta perspectiva queremos abordar o trabalho como princípio educativo, em que Ciavatta Franco (2008) inicia contextualizando em um verbete como princípios, como leis ou fundamentos gerais de uma determinada racionalidade. Sendo assim, sobre o trabalho como princípio educativo, a afirmação remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.

O trabalho como princípio educativo, que medeia a realidade socialmente construída, passa a ser o ponto de partida de todo o processo formativo entendido a partir da ideia de omnilateralidade. As possibilidades do desenvolvimento humano omnilateral inscrevem-se na disputa de um novo projeto societário – um projeto socialista – que liberte o trabalho, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura e as relações humanas em seu conjunto dos grilhões da sociedade capitalista (Frigotto, 2012).

Inferimos preliminarmente que a base filosófica materialista histórico-dialética, onde é possível ter em sua matriz o trabalho como princípio educativo, sustenta a ideia de uma educação omnilateral para a emancipação de todos os sentidos humanos.

CARDOSO, C. A. Q; OLIVEIRA, N. C. M. de. **Concepções de educação integral e em tempo integral no Brasil: reflexões a partir bases teóricas e legais**. São Paulo: Revista e-Curriculum, 2020.

CIAVATTA FRANCO, M. A. Trabalho como princípio educativo. PEREIRA, I. B; LIMA, J. C.F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro, EPSJV, 2008.

COELHO, L. M. C. da C.. **História(s) da educação integral**. Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

FRIGOTTO, G. Educação Omnilateral. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PESTANA, S. F. P. **Afinal, o que é educação integral**. Revista Contemporânea de Educação, vol 09, n. 17, janeiro/junho de 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1713/1562> . Acesso em 01 de maio de 2024.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Título do resumo:**A FORMAÇÃO DAS TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA EMANCIPATÓRIA DE FREIRE E PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: REFLEXÕES NO CHÃO DE UMA CRECHE NA BAIXADA FLUMINENSE****Autores:**

Ilma Gonçalves da Silva
Alexandre Maia do Bomfim

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ

Resumo expandido:

A proposta deste trabalho está vinculada a um projeto de pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PROPEC). O objetivo principal desse estudo é investigar, analisar e contribuir para o desenvolvimento de uma Formação de Professores e Trabalhadoras da Educação Infantil, como um processo coletivo e crítico de ação-reflexão-ação, visando colaborar no planejamento de práticas educativas diferenciadas e em mudanças nas ações no ambiente de trabalho docente, considerando uma Educação Ambiental Crítica (EA-Crítica) e uma nova identidade política. A temática entra no cenário de nossa pesquisa por meio dos debates contemporâneos, reflexões sobre sociedade, capitalismo e trabalho, muito a partir do “Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental” (GPTEEA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) do *campus* Nilópolis, que culminaram em provocações e revisões de prática, especialmente nossas, considerando nosso contexto de trabalho (quanto gestora de uma instituição de educação infantil na periferia).

Introdução

Apresentamos o cenário de uma instituição de educação infantil localizada na periferia da Baixada Fluminense em que vivenciamos um desgaste em relação a retirada de direitos e baixos salários. Somos trinta e uma funcionárias lotadas em uma creche, dentre essas Trabalhadoras da educação: apenas quatro estatutárias, sete em regime de Processo Seletivo Simplificado e vinte e seis terceirizadas. Nossa análise segue no que é mais significativo e contraditório, que são as vinte e seis mulheres terceirizadas, essas contratadas que, apesar de possuírem (exigência para entrar) curso de Formação de Professores, recebem pouco mais de um salário mínimo, trabalham cinco dias na semana e dentro de uma jornada de 44 horas. Nessas condições, vemos o desafio enorme delas, que mesmo nesse trabalho precarizado precisam exercer o papel indissociável de educar e ao mesmo tempo cuidar de crianças. Além desse concreto imediato, essas trabalhadoras estão inseridas em um contexto social de uma realidade injusta e dura, dentro de um capitalismo evidentemente selvagem, onde uma minoria detém o poder de escolha das vagas e do lucro desse trabalho terceirizado. Essas são as relações de exploração posta no chão da creche. Estamos fadados a reproduzir interesses capitalistas? Nesse cenário, as escolas podem ser tanto reprodutoras do sistema do capital em que nada ajudam à classe trabalhadora, quanto potencialmente podem ser revertidas a promover o desenvolvimento de trabalhadores críticos, caso alcançassem formas de aumentar o entendimento sobre a sociedade. Nossa hipótese de trabalho é que possivelmente podemos fazer isso, a partir de grupos de estudos. Grupos críticos que possam refazer a leitura do próprio processo

histórico do que nos cerca, obter outro olhar para o mundo e não aceitar as condições impostas. Desse modo, a creche foi revista por nós para ser um território de construção, de ultrapassagem de paradigmas, espaço de relevância à sociedade, um lugar para a implementação de uma prática crítica e reflexiva. Ao ponto de servir para troca de saberes e processos reflexivos, até se tornar um espaço privilegiado para a (re)construção do professor, da criança, do responsável e funcionários (da comunidade escolar como um todo), ao ponto de potencializá-los a sujeitos históricos, capazes de transformar a sua realidade, revisitando a história, considerando os conflitos de classes e assumindo um lado que não seja da conformação, mas sim da transformação. É por esse sentido que perpassa a nossa Educação Ambiental, abordando diferentes temáticas sob uma perspectiva crítica, no nosso caso, alinhada ao materialismo histórico-dialético. Assim, optamos pela discussão da formação de professores para questionar o que está cristalizado ou naturalizado, desenvolvemos um diálogo também com a pedagogia emancipatória de Paulo Freire. Indicamos uma formação de professores à ousadia de experimentar, de realizar diversidades pedagógicas em diferentes contextos, sejam culturais, sociais, políticos e ecológicos. Para em seguida poder vivenciar práticas pedagógicas de intervenção que sejam concebidas na coletividade e de forma democrática. No mesmo instante, apresentamos a possibilidade de uma formação capaz de romper com uma educação ambiental conservadora, que introduza os temas de maneira crítica e dialógica, mas na perspectiva do conflito, cujo pressuposto é que a sociedade capitalista é organizada com a existência dos opressores e os oprimidos. Nossa metodologia para construção de formação docente visa politizar o debate, realizar processos reflexivos, provocar a resistência até chegar à construção de posturas transformadoras, capazes de enfrentar desafios e de estabelecer uma prática para além de técnicas. Em se tratando de uma formação em EA-Crítica, também busca promover ações socioambientais com valores de justiça social e ambiental. Por fim, estamos buscando implementar uma formação emancipadora e dialógica para trabalhadoras da educação infantil, que geralmente não possuem essa possibilidade. Para elas desejamos uma formação tecida no seu próprio contexto histórico e social, ainda que dentro das contradições com que se deparam a sociedade capitalista.

Referências:

BOMFIM, A. M. O (Sub)Desenvolvimento (In)Sustentável: A Questão Ambiental nos países periféricos latino-americanos. Trabalho Necessário, ano 8, n.10, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6104>.

FOURCAULT. M. **Vigiar e Punir**, Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real . 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HADDAD, L. Substituir ou compartilhar? O papel das instituições de educação infantil no contexto da sociedade contemporânea. MACHADO, M.L. de A. (org) Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: forma-se para a mudança e a incerteza. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003^a

MÉSZÁROS, I.. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

NÓVOA, A. et al. **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

NÓVOA, A. O professor, sua formação e a práxis. In: **I Congresso Internacional de Educação**. Foz do Iguaçu-PR, Faculdade União das Américas, 09 a 11 de outubro de 2007.

OLIVEIRA, T.S; BOMFIM, A. M. **O Neodesenvolvimentismo do Agronegócio, a Sociedade do Consumo e o Ambiente**: reflexões para uma Educação Ambiental que se pretende Crítica. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/anepomuceno,+8_13610-Texto+do+artigo-38564-1-11-20200506.pdf Acesso em: 11 jul. 2024.

TIRIBA, L. **Crianças, Natureza e Educação Infantil** Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2304--Int.pdf> Acesso em: 17 jul. 2024.

Título do resumo:**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO EM INSTITUTOS FEDERAIS: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ECOVIAMÃO/IFRS****Autores:**

Josiane Roberta Krebs

Maria Clara Bueno Fischer

Nome do grupo de pesquisa:

Trabalho, Educação e Conhecimento

Resumo expandido:

A pesquisa, que está situada no campo Trabalho-Educação e embasada no materialismo histórico dialético, tem por objetivo analisar como as relações entre teoria e prática para o trabalho associado e autogestionário acontecem em ações de ensino, pesquisa e extensão de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir do estudo de caso do Programa EcoViamão, particularmente das ações desenvolvidas entre o Campus Viamão do IFRS e o Assentamento Filhos de Sepé. No referencial teórico-metodológico discutimos sobre a relação trabalho-educação, a história da Educação Profissional e a formação nos IFs, considerando, especialmente, o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral (Frigotto, 2009 e 2010; Ciavatta, 2019; Kuenzer, 2007; Fischer e Franzoi, 2009). A partir destas reflexões, dialogamos sobre a produção de um conhecimento que contribua para o fortalecimento popular e para a construção de uma sociedade mais justa, onde aconteçam outras formas de produzir e viver (Freire, 1983 e 1987; Tiriba, 2018) o que nos aproxima do trabalho associado e autogestionário (Tiriba e Fischer, 2012; Fischer, Cordeiro e Tiriba, 2022) e da importância da integração dos saberes ético-políticos e técnico-produtivos no processo formativo (Adams; Santos, 2013), que, nos IFs, como é autodeclarado nos documentos, é pensado a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Maciel, 2017). Para a construção dos resultados foram realizados dois movimentos. No primeiro, a partir das reflexões teórico-metodológicas, buscou-se identificar a aproximação dos IFs com a temática para o trabalho associado e autogestionário. Para tanto, foi realizado um levantamento de teses e dissertações e foram analisados documentos da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). Nesta etapa identificamos que a concepção, as diretrizes, as características e as finalidades autodeclaradas nos documentos indicam potencialidade dos IFs, em articulação com os movimentos sociais, para contribuir com a formação para o trabalho associado e autogestionário, e disputar hegemonia no projeto de educação com o capital. Também, identificamos que as experiências formativas para o trabalho associado e autogestionário nos IFs acontecem especialmente nos programas e projetos de extensão. A partir desta constatação passamos a problematizar sobre como fazer com que os saberes e valores que circulam nas ações de extensão não fiquem restritos aos participantes dos programas e projetos, mas que façam parte das agendas de pesquisa e ensino concretizando a indissociabilidade. Assim, na segunda etapa da pesquisa, através de documentos, observação participante e entrevistas, analisamos a experiência do Programa Ecoviamão que é cadastrado e reconhecido como um programa de extensão, mas que envolve também de forma concreta ações de pesquisa e ensino, se constituindo organicamente como um processo formativo no Campus Viamão do IFRS. Das análises, que ainda são parciais, destacamos a relevância da indissociabilidade entre a extensão, a pesquisa e o ensino na formação para o trabalho associado e

autogestionário, considerando que pela materialidade histórica e organizacional esta formação nos IFs inicia e tem força na extensão. Isso implica na necessidade de superar desafios relacionados com a organização do processo de construção do conhecimento nos IFs onde acontecem programas e/ou projetos de extensão, pesquisa e ensino que nem sempre dialogam com a construção do currículo dos cursos regulares. Da análise do Programa EcoViamão destacamos a integração dos saberes técnico-produtivos e ético-políticos proporcionada especialmente pelas experiências dos participantes da pesquisa para além das atividades inerentes ao Programa EcoViamão, marcadas pela participação ativa em movimentos sociais e na construção de políticas públicas, que tensionam o processo formativo e ocupam espaços na pesquisa e no ensino regular, ampliando as experiências formativas de outros estudantes e servidores do Campus o que pode contribuir para a produção da cultura do trabalho associado e autogestionário.

Referências:

ADAMS, Telmo; SANTOS, Aline Mendonça dos. Economia Solidária: Um Espaço Peculiar de Educação Popular. In: Danilo Romeu Streck e Maria Teresa Esteban. (Org.). Educação Popular: Lugar de Construção Social Coletiva. 1ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013, v. 1, p. 260-273.

Clavatta, Maria. Trabalho-Educação_ uma unidade epistemológica, histórica e educacional. Trabalho Necessário: v.17, n.32, jan-abri 2019.

Fischer, Maria Clara Bueno; Cordeiro, Betânia; Tiriba, Lia. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas políticoepistemológicas. In: Alves, A. E. S.; Tiriba, L. (Orgs.). Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022, p. 191-208.

Fischer, Maria Clara Bueno; Franzoi, Naira Lisboa . Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis. Educação, Sociedade & Culturas , v. 29, p. 33-49, 2009.

Freire, Paulo. Extensão ou comunicação? 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. RJ: Paz e Terra, 1987.

Frigotto, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. Revista Brasileira de Educação, v.14, n. 40, jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 75 - 100.

KUENZER, Acácia. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente, Educação e Sociedade, vol. 28, n.100 - Especial, p.1153-1178, out.2007.

MACIEL, Alderlândia da Silva. A Universidade e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: utopia ou realidade. Rio Branco: Edufac, 2017.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Produção associada e autogestão. In: Roseli Salete Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Guadêncio Frigotto. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. 1ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 612-617.

TIRIBA, Lia. Reprodução ampliada da vida. Otra economía: revista latinoamericana de economía social y solidaria. Vol. 11 no. 20. Julio-diciembre 2018, p. 74-87.

Título do resumo:**A FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA ENQUANTO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DE SABERES NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES****Autores:**

Ronaldo Marcos de Lima Araujo
 Gilmar Pereira da Silva
 Doriedson do Socorro Rodrigues
 Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães
 Egídio Martins
 João Batista do Carmo Silva
 Ana Paula Vieira de Souza
 Élido Santiago da Silva
 Crisolita Gonçalves dos Santos Costa

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – GEPT – da UFPA

Resumo expandido:

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – GEPT – é um grupo multicampi, organizado nos campi de Belém, Cametá e Bragança da Universidade Federal do Pará.

Tem se ocupado de pesquisas e discussões relativas à área de trabalho e educação, com foco nas políticas e nas práticas educativas dirigidas ao ensino médio e à educação profissional paraense, nas relações trabalho-educação e universidade e nas discussões sobre saberes e práticas educativas de trabalhadores e suas organizações. Atualmente, norteando um conjunto de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos(as) pesquisadores(as) do GEPT, realiza o projeto de pesquisa “A formação por alternância enquanto estratégia de integração de saberes na formação de trabalhadores”, com base no materialismo histórico-dialético como método de pesquisa.

Na investigação, Alternância, Integração, Saberes e Formação de trabalhadores constituem constructos teóricos que vêm conduzindo as discussões do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GPET), no interior das metamorfoses do mundo do trabalho, de modo a analisar a formação de homens e mulheres, considerando os modos de produzir a existência na Amazônia e a relação com os processos formativos.

Tem focado nas estratégias de integração de saberes, particularmente na integração de saberes sistematizados e saberes experienciais requeridos em processos de formação de trabalhadores que ocorrem parcialmente no ambiente escolar e parcialmente no ambiente de trabalho, no sentido de compreender os dispositivos metodológicos utilizados nos diferentes processos de formação de trabalhadores em alternância que favorecem uma integração de saberes e revelam potencial para promover a autonomia dos indivíduos em formação, como o Plano de Estudos e o caderno de realidade, considerados como estratégicos para que a alternância cumpra a sua finalidade histórica de escolarizar e qualificar os sujeitos, mas assegurando-lhes ferramentas para a sua autonomia como sujeito-profissional.

Tem avançado na definição da categoria integração, como conhecimento síntese que resulta da interlocução saberes e conhecimentos, assim como na compreensão da categoria território e modos de produzir a existência, no interior de relações de classe, diante do que a integração e a alternância ganham a condição de elementos de

mediação em prol de formação oposta a hegemonia de mercado, mas relacionada a outra sociabilidade, a do trabalho.

Referências:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Trabalho e educação na Amazônia brasileira: integrações e rupturas. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 41, 2023, Manaus. Anais... Rio de Janeiro: ANPED, 2023. (Trabalho encomendado para o GT 09).

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA, Luciane Teixeira da. A formação por alternância: uma proposta em movimento e em disputa. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, v. 44, p. 1-19, 2023.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos Lima; CUNHA, Daisy Moreira ; RENIER, Samuel. Les relations entre travail et formation au Brésil. Entre luttes sociales, perspectives épistémologiques et horizon axiologique. Education permanente, v. 234-235, p. 25-38, 2023.

FISCHER, Maria Clara; RODRIGUES, Doriedson. Relações seres humanos-natureza: trabalho, cultura e produção de saberes. Trabalho Necessário, v. 20, n. 43, set./dez., 2022.

MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e Estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.

RODRIGUES, Doriedson S. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos de trabalhadoras e trabalhadores em/a partir do contexto amazônico paraense. Humanidades e Inovação, v. 7, n. 12, 2020.

TIRIBA, Lia. Reprodução ampliada da vida e espaços/tempos da produção não capitalista. Pedagogia(s) da produção associada. Marília: Lutas Anticapital, 2024. v.3.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e Materialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Título do resumo:**A LEI Nº 13.415/2017 E OS INSTITUTOS FEDERAIS: ENTRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO INTEGRAL****Autores:**

Alessandro Eziquiel da Paixão

Nome do grupo de pesquisa:

Saberes, Fazeres de discursos da docência

Resumo expandido:

A presente investigação insere-se no campo da pesquisa em política educacional, pois se propõe à análise da reforma do Ensino Médio imposta pelo Estado brasileiro a partir da Lei nº 13.415/2017, e suas implicações sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Os IF, criados pela Lei nº 11.892/2008, são instituições de Educação Superior, Básica e Profissional, e representam um momento de valorização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dentro das políticas educacionais destinadas ao Ensino Médio e à Educação Profissional brasileiras. Uma das prioridades legais dos IF é a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada, que têm como objetivo a formação integral dos estudantes e não apenas a mera preparação para o mercado de trabalho ou para atividades produtivas. Por seu turno, a reforma do Ensino Médio trouxe mudanças significativas para esse nível de ensino, propondo novas formas de organização curricular e mudanças no financiamento público da educação. O objetivo da pesquisa é identificar, descrever e analisar as transformações que a reforma do Ensino Médio provoca nos IF, especificamente nos cursos de educação profissional técnica de nível médio. A hipótese é que a reforma desenha um quadro de flexibilidade para o Ensino Médio alicerçado em um movimento de centralização de elementos que eram periféricos na organização dessa etapa da educação básica. Esse movimento engendra um processo de desregulamentação e precarização nos IF, que lidam de forma desarticulada em relação à defesa do Ensino Médio Integrado, contribuindo para a fragilização das concepções de formação integral e de educação profissional e tecnológica, que são elementos fundamentais e estruturantes dessas instituições. Por meio da análise bibliográfica e análise da legislação pertinente, é demonstrado como a reforma do Ensino Médio comporta uma série de normativas, dispositivos e elementos que lhe dão forma, conteúdo e sentido. A partir da análise de 243 Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) técnicos integrados ao Ensino Médio, constata-se a presença dos seguintes elementos da reforma na organização dos cursos integrados nos IF: o limite de 1.800 horas definido pela BNCC, a secundarização e/ou desaparecimento de determinadas disciplinas e áreas do conhecimento na organização do currículo, e a presença de carga horária a distância. Esses elementos aproximam os IF dos princípios e propostas da reforma, promovendo um processo de flexibilização e precarização que corrompem e fragmentam a concepção de formação integral.

Demonstra-se a incompatibilidade entre a reforma do Ensino Médio e a concepção de formação presente nos cursos técnicos integrados dos IF. É possível afirmar que a reforma do Ensino Médio pavimenta caminhos nos IF, articulando novos e velhos elementos nesse processo de pavimentação. E ainda que não se encontrem bem definidos e estruturados, esses caminhos já apresentam alguns atalhos para uma formação ajustada, precarizada, desviando-se do que deveria ser um Ensino Médio que promovesse uma articulação verdadeira entre educação, trabalho, ciência e

cultura.

Palavras-chave: Institutos Federais; Lei nº 13.415/2017; Reforma do Ensino Médio; Ensino Médio Integrado.

Referências:

ARAUJO, Adilson. C. **Ensino médio integrado ou ensino médio em "migalhas": a reforma no contexto dos Institutos Federais de Educação**. 2022. 153 f. Relatório de Pesquisa (Estágio Pós-Doutoral em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: <https://cutt.ly/vnaKWTR>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis ns. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: <https://cutt.ly/AnaK7Q4>. Acesso em: 25 mai. 2023.

FERRETTI, Celso João. A reforma do ensino médio: desafios à educação profissional. **Holos**, [S.L.], v. 4, p. 261-271, 1 nov. 2018a. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2018.6975>.

FERRETTI, Celso João; KRAWCZYK, Nora. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Retratos da Escola**, [S.L.], v. 11, n. 20, p. 33, 9 ago. 2017. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v11i20.757>.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudência; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.57-82.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

KUENZER, Acácia Zeneida. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do ensino médio flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 57-66, jan. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020251.28982019>.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao serviço público. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 705-720, set. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022013000300010>.

SOUZA, Bianca Gomes; GARCIA, Sandra Regina Oliveira. A Reforma do Ensino Médio e os possíveis impactos no Instituto Federal do Paraná. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 16, jan. 2022. Disponível em: <http://10.5380/jpe.v16i0.83313>. Acesso em: 22 mar. 2022.

RAMOS, Marise. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio.; CIAVATTA, Maria. (Orgs.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: Mec, Setec, 2004. p. 37-52.

Título do resumo:**A POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PAULISTA (2019-2024)****Autores:**

Monique Rufino Silva Pessôa

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho e Educação - FEUSP

Resumo expandido:

A pesquisa tem como propósito analisar a política para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no estado de São Paulo no período de 2019 e 2024. Tal recorte se justifica devido à criação do Programa Novotec como proposta de expansão do V Itinerário Formativo aos alunos da rede estadual de educação, tendo por base a Lei nº. 13.415/2017. Para tanto, a parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento Econômico (SDE) e de Educação (Seduc) e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS), redundou na materialização e na implementação do Novotec.

Para seus idealizadores, a oferta de diversas modalidades: Novotec Virtual, Novotec Expresso, Novotec Móvel, Novotec Integrado e Educação de Jovens e Adultos com Técnico (Ejatec), permitiu não só a sua rápida capilaridade, mas, também, correspondeu ao pioneirismo paulista no atendimento às diretrizes do NEM.

A vinculação do CPS como instituição fornecedora de currículos através do Parecer CEE nº. 45/2021, legitimou àquilo que Moraes, Alencar e Reis (2022) identificaram como peculiar na relação público-privada na política da educação profissional paulista. Afinal, sob a justificativa da necessidade em ofertar qualificação aos jovens do ensino médio da rede regular de ensino, realizou-se através do Edital de Concorrência Pública nº. 002/2020, sob a responsabilidade da pasta da SDE, a contratação de empresas privadas.

Através da mensuração de dados quantitativos e do uso de fontes primárias, observamos que o programa obteve um crescimento percentual de 578% no período de 2019 a 2023. Em números reais, foram mais de 190 mil vagas distribuídas para todas as modalidades (SDE, 2023). Há de se destacar que o CPS possui 317 mil alunos matriculados entre cursos técnicos (qualificação e habilitação profissional) de nível médio e superior tecnológico (CPS, 2024). O que por sua vez nos levou a identificar que ao longo de 4 anos, o programa chegou a oferecer quase 60% das vagas que o CPS possui atualmente. E o mais agravante: 79,8% destas vagas corresponderam à oferta de cursos de qualificação profissional e, em quase sua totalidade, foram as instituições privadas responsáveis pela sua oferta.

Salientamos que a modalidade Novotec Integrado, conforme apontou Ferretti (2024), pode ser muita coisa, mas não integrado do ponto de vista gramsciano. Embora haja a articulação em uma mesma matriz curricular entre a Parte Profissional e a Base Nacional Comum (BNCC), a concepção formativa recai na formação por competências.

Por último, a análise da implementação do Programa Novotec nos conduziu a outro momento em que a política para a educação profissional no estado de São Paulo tem rumado. A partir do Decreto Estadual nº. 68.189 de 14 de dezembro de 2023, que instituiu o Programa Educação Profissional Paulista pela gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), nos permite tomar como hipótese de que o Novotec foi o experimento para a realização deste novo programa. Isto decorre do fato de que os agentes

envolvidos na promoção do Novotec na gestão do ex-governador João Dória (PSDB) entre 2019 e 2023, passam a integrar o setor responsável pela educação profissional na Seduc.

De modo geral, entendemos que este trabalho ao se empenhar de análise documental, na coleta de dados e por referencial, utilizar-se do materialismo histórico-dialético, nos direciona a compreender a crescente presença dos agentes privados na implementação da política e a permanência do ideário empresarial neoliberal na educação, resultam na formação precarizada e subalternizada expressando assim, a degradação da nova morfologia do trabalho (Antunes, 2015).

Referências:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CENTRO PAULA SOUZA (CPS). Funções e Competências. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/institucional/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FERRETTI, C. J. Ensino Médio integrado à Educação Profissional: contradições entre sua afirmação e negação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 24, p. e17177, 2024. DOI: 10.15628/rbept.2024.17177.

MORAES, C. S. V., REIS, E. D. dos, ALENCAR, F. Educação profissional paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro “Paula Souza” (1995–2018). **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, ano 2022.

SÃO PAULO. **Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 45/2021**. Consulta sobre o Programa Novotec em sua modalidade Novotec Integrado. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/textos/2021/45.pdf> . Acesso em: 11 ago. 2024.

SÃO PAULO. Decreto nº. 68.189, 14 de dez. 2023. Institui o Programa Educação Profissional Paulista e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68189-14.12.2023.html>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE). Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante. **Apresentação Novotec**, 2023. Disponível em: https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2023/02/novotec_seduc300123-1.pdf . Acesso em: 11 ago, 2024.

Título do resumo:**A RECONFIGURAÇÃO DA ESCOLA DIANTE DAS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO****Autores:**

Célia Regina Vendramini
 Carolina Picchetti Nascimento
 Adriana D'Agostini
 Giovanni Frizzo
 Luciana Pedrosa Marcassa
 Nise Jinkings
 Sandra Luciana Dalmagro
 Soraya Franzoni Conde.

Nome do grupo de pesquisa:

Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho - TMT

Resumo expandido:

O Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) foi criado em 1995 na Universidade Federal de Santa Catarina e se caracteriza como um espaço de estudo, pesquisa, formação e intervenção política e social. Tem como objetivos ampliar a reflexão sobre as transformações nos processos de trabalho; aprofundar a crítica histórica às formas atuais de exploração capitalista; atualizar debates do marxismo sobre trabalho, educação, política e organização da classe trabalhadora; preservar o acervo histórico sobre a memória política dos trabalhadores da região sul; e sistematizar fóruns de debates, visando promover a interação entre universidade, mundo do trabalho e educação.

Tendo por base a relação trabalho, educação e política, o grupo vem se dedicando mais recentemente ao estudo das seguintes temáticas: Migração e Escolarização; Juventude, Trabalho e Ensino Médio; Trabalho Infantil, Cultura e Gênero; Conteúdo e Forma escolar. Estes estudos, que têm forte relação com a problemática das desigualdades sociais e educacionais, no campo e na cidade, as quais afetam os trabalhadores, sua formação e a escola pública, são fundamentados no materialismo histórico-dialético.

As linhas de pesquisa e os sub-grupos vinculados ao TMT são: Trabalho e Educação; Educação e Movimentos Sociais; Mundos do Trabalho; Educação do Campo; Juventude, Trabalho e Educação; Infância, Trabalho e Educação; Migração e Educação; Processos Pedagógicos.

Atualmente, o grupo vem desenvolvendo uma pesquisa coletiva intitulada "A reconfiguração da escola diante das atuais transformações no mundo do trabalho", a qual agrega 8 professores, dois pós-doutores e 19 estudantes de doutorado, mestrado e graduação. A pesquisa tem como ponto de partida a existência de um contexto de crescente precarização, digitalização, plataformização e informalidade do trabalho, combinado ao aumento do desemprego, da jornada de trabalho e dos baixos salários, elevando o número de imigrantes (nacionais e internacionais) no Brasil e no mundo que buscam na escola uma forma de acesso ao conhecimento, com inserção e preparação ao trabalho. Paralelamente a este processo, tem-se uma reforma geral do sistema educacional, que busca ajustar a formação das novas gerações às demandas do mercado, com crescente fragilização da escola pública, da atividade de ensino e do trabalho docente. Diante desta realidade, o objetivo geral da pesquisa consiste em

apreender as mudanças na organização do trabalho e na forma escolar provocadas pelas atuais transformações no mundo do trabalho, marcadas pelo avanço da indústria 4.0, cyber tecnologia e plataformização da vida. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se utiliza de estudos bibliográficos, análise de documentos, dados censitários e observações diretas. A pesquisa bibliográfica visa o aprofundamento teórico das categorias trabalho e escola. Os documentos analisados são os da política educacional que orientam os currículos e a organização do trabalho escolar, além de análise de dados censitários e estatísticos para identificação das condições de vida, trabalho e escolarização dos sujeitos da pesquisa. A pesquisa empírica envolve escolas públicas de Educação Básica do município de Florianópolis/SC, abrangendo escolas de educação infantil, ensino fundamental, médio e EJA, bem como gestores, professores e estudantes.

Referências:

ANTUNES, R. **Trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo: 2020.

BASSO, P. **Tempos modernos, jornadas antigas**: vidas de trabalho no início do século XXI. Trad. de Patrícia Villen. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio. Imigração e transformação social da Europa: a reviravolta de uma época e suas perspectivas. **Revista Perspectiva**, v. 38, n. 4, 2020.

DALMAGRO, S. L. A escola inteira ensina: relações sociais na forma escolar. Submetido à Revista **Histedbr** em maio de 2022.

DAVIDOV, Vasili. V. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**: investigación teórica y experimental. Cuba: Editorial Progreso, 1988.

DELLA PUPPA, F. Stuck and exploited. Refugees and Asylum seekers in Italy Between exclusion, discrimination and struggles. Venezia: Edizione Ca'Foscari. 2021.

ENGUITA, M. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**, 24^a.ed. São Paulo: Loyola, 2013.

FONTES, V. **Capitalismo em tempos de uberização**: do trabalho ao emprego. Marx e o Marxismo, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. 2018.

FOSTER, J. B. **Educação e a crise estrutural do capital**: o caso dos Estados Unidos. In: PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 31, n. 1, 85-136, jan./abr 2013.

FREITAS, L.C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

KUENZER, A. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, n. 28 (100), 2007.

MARCASSA, L. P., CONDE, S. F., DALMAGRO, S. L. **Juventude pobre e escolarização**: trabalho, cultura e perspectivas de futuro nos territórios do maciço do Morro da Cruz – Florianópolis. Florianópolis: Em Debate, 2019 (476 pgs). Disponível em: <https://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/wpcontent/uploads/LUCIANA-MORRO-DA-CRUZ-E-BOOK.pdf>

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo editorial. 2009.

PREVITALLI, F.; FAGIANI, C. Trabalho digital e educação no Brasil. In: In:

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo: 2020.

SILVER, B. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. Trad. de Fabrizio Rigout. São Paulo: Boitempo, 2005.

VENDRAMINI, C. R. Dossiê Migração e Educação: Uma vida aquém da sonhada, uma escola aquém da almejada!. **Perspectiva**, 38(4), 1-8. <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2020.e78834>. 2020.

VICENT, G., LAHIRE, B. e THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n.33, junho de 2001.

Título do resumo:**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE****Autores:**

Ana Gabrieli Godinho
Camilla Mariano

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa Sociedade, Trabalho e Educação – GESTE / Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da região oeste do Paraná - HISTEDOPR

Resumo expandido:

Essa pesquisa teve como objetivo compreender como a precarização do trabalho docente se acentua a partir da Reforma do Ensino Médio, legitimada pela Lei nº 13.415 de 2017, que atualmente está em vigor. A reflexão teórico-metodológica parte do pressuposto materialista e análise documental da Lei nº 13.415/2017 e bibliográfica de autores que redigem sobre o assunto, como Moura, Lima e Filho (2017), Jacomeli e Gomide (2019), entre outros. Com vistas a delinear os principais resultados, partimos dos aspectos gerais da reforma, para então chegarmos ao ponto da precarização do trabalho docente. As principais mudanças que a Reforma do Ensino Médio de 2017 trouxe são: a ampliação da carga horária e organização curricular flexível e diferenciada – os alunos devem cursar 1800 horas de formação comum, nos três anos de ensino médio, que são definidas pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, que está dividida em quatro grandes áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas; enquanto que de formação individual, devem completar até 1200h, nos três anos de ensino médio, estas são dispostas pelos itinerários formativos, divididos em linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica. A flexibilização do ensino médio por meio dos itinerários favoreceu a educação à distância e as parcerias público privadas, ou seja, os alunos podem optar por cursar os itinerários em instituições privadas. A Lei nº 13.415/2017, também traz prejuízos aos professores e à carreira docente, pois abre a possibilidade de profissionais com notório saber atuarem como professores ministrando, no itinerário da formação técnica e profissional, conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, no lugar de um professor que é licenciado ou graduado para o exercício da carreira docente (FAGUNDES; SIQUEIRA; SILVA, 2023). Esse aspecto permitiu incluir ao parágrafo IV no Art. 61º da LDB nº 9394/96: Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: [...] IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (BRASIL, 1996). Desse modo, o notório saber favorece a desvalorização dos professores e dificulta o plano de carreira docente, é também por meio da inserção do notório saber que muitos professores efetivos com determinadas cargas horárias, precisam se direcionar para os itinerários formativos, que muitas vezes não são atrelados à sua formação.

Referências:

BRASIL. **Lei 13.415/2017**. Brasília, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm.

BRASIL. **Medida Provisória 746/2016**. Brasília, 22 de setembro de 2016.

Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio**. Brasília, 2018. Disponível em: <

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>

CAETANO, Maria Raquel. PERONI, Vera Maria Vidal. RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO - PROJETOS EM DISPUTA. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-26. <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53469>. 2022.

JACOMELI, Mara Regina Martins; GOMIDE, Denise Camargo. Notório saber: desregulamentação da formação docente na Lei da Reforma do Ensino Médio. LIMA, Antonio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos.(org.). **Em defesa das políticas públicas. Uberlândia: Navegando Publicações**, p. 153-169, 2020.

MOURA, Dante. Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: Regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017.

Título do resumo:**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM MARABÁ-PA: DESAFIOS E IMPACTOS NA GESTÃO ESCOLAR****Autores:**

Tatiana Alves dos Santos

Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação (GEPTE)

Resumo expandido:

Reforma do Ensino Médio (REM), implementada no Brasil em 2017, visa alinhar o sistema educacional às demandas do mercado de trabalho e às diretrizes neoliberais. Instituída pela Lei n.º 13.415/2017 (Brasil, 2017), a REM propõe a flexibilização do currículo escolar e a promoção da formação técnico-profissional. No entanto, sua implementação em regiões vulneráveis, como Marabá-PA, levanta importantes debates sobre os impactos na gestão escolar, na autonomia das escolas e na equidade no acesso a uma educação de qualidade.

O contexto educacional de Marabá-PA é marcado por desafios significativos, em grande parte influenciados por políticas neoliberais que priorizam resultados padronizados e *accountability*, frequentemente em detrimento de uma educação integral e inclusiva. O objetivo desta pesquisa é analisar os desafios e impactos da REM na gestão escolar em Marabá-PA, com ênfase nas contradições e tendências emergentes no contexto da implementação local da reforma. Para tanto, o estudo adota uma abordagem qualitativa fundamentada no materialismo histórico-dialético, combinando revisão de literatura com entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores escolares, diretores da Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Marabá e coordenadores do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação do Pará (SINTEPP). A análise dos dados buscou identificar como essas contradições se manifestam no cotidiano escolar e quais mediações são possíveis na luta por uma educação pública de qualidade.

Os resultados preliminares destacam a forte participação do setor privado na implementação da REM em Marabá-PA, desde a aquisição de materiais didático pedagógicos até a formação dos gestores escolares. Esse envolvimento, que inclui parcerias com o instituto longo, o grupo Somos Educação e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), suscita questionamentos sobre a autonomia das escolas e a equidade no acesso a uma educação de qualidade (Dardot; Laval, 2016). Ao promover itinerários formativos específicos, a REM evidencia a subsunção da educação às exigências do capital, agravando as desigualdades educacionais, especialmente nas escolas públicas que enfrentam limitações de recursos (Fargoni *et al.*, 2024).

A flexibilização curricular introduzida pela REM prioriza a formação técnica e profissional, comprometendo uma educação integral e emancipatória. Em Marabá-PA, gestores escolares relatam uma pressão crescente por resultados padronizados, focando no desempenho em avaliações externas, o que restringe a abordagem pedagógica a conteúdos testados, em detrimento de uma formação mais ampla e crítica (Oliveira, 2017). A lógica de *accountability*, promovida pela REM, impõe uma gestão escolar orientada pela eficiência e por resultados mensuráveis, muitas vezes negligenciando aspectos essenciais da formação humana (Koslinski; Xavier, 2019).

Estudos indicam que a REM acentua as desigualdades educacionais e compromete o

desenvolvimento integral dos estudantes. Frigotto (2003) e Araujo (2018) destacam que a redução de horas obrigatórias e a diminuição do espaço para disciplinas como Filosofia, Sociologia e Artes comprometem o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Em Marabá-PA, a diversidade socioeconômica e a falta de recursos agravam essas dificuldades, dificultando a implementação de um currículo diversificado e inclusivo.

Concluimos que a REM, influenciada por políticas neoliberais, apresenta desafios significativos para a gestão escolar em Marabá-PA, comprometendo o desenvolvimento integral dos estudantes e acentuando desigualdades já existentes. A participação do setor privado na implementação da REM e a ênfase em resultados padronizados refletem a mercantilização da educação, o que exige uma reflexão crítica sobre os impactos dessa reforma e a necessidade de políticas educacionais mais equitativas e inclusivas (Santos; Santos; Santos, 2023). É fundamental repensar o papel do setor privado na educação pública e assegurar que as políticas educacionais sejam orientadas pelos princípios de equidade, inclusão e emancipação social.

Referências:

ARAUJO, R. M. Impactos da Reforma do Ensino Médio no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, n. 71, p. 223-245, 2018.

BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARGONI, E.H.E *et al.* O “novo” Ensino Médio sob a lógica do mercado. *Revista Ponto de Vista*, v. 13, n. 2, p. 01-17, 2024.

FRIGOTTO, G. *Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSLINSKI, M. C.; XAVIER, G. A. Desafios da implementação da reforma do ensino médio: perspectivas e limitações. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 171, p. 150-173, 2019.

OLIVEIRA, N.C. Relação público-privada na educação básica brasileira: as implicações do neogerencialismo como modelo de gestão. *Margens: Revista Interdisciplinar*, v. 11, n. 16, p. 57-67, jun. 2017. Dossiê: Trabalho e Educação Básica.

SANTOS, L.S.; SANTOS, J.D.G.; SANTOS, L.S. Os desdobramentos da lei 13.415/2017 na formação da juventude brasileira. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 15, n. 2, p. 96-116, 2023.

Título do resumo:**A REPRODUÇÃO SOCIAL DE IMIGRANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS****Autores:**

Célia Regina Vendramini

Nome do grupo de pesquisa:

Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho - TMT

Resumo expandido:

Considerando o expressivo número de migrantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade que atende o público da classe trabalhadora, a pesquisa analisa as dimensões da reprodução social de trabalhadores migrantes matriculados na EJA do município de Florianópolis/SC. A migração da classe trabalhadora é um fenômeno intrínseco aos processos de expropriação e exploração da sociedade capitalista, o qual está associado com mecanismos internos e externos de expulsão dos estudantes da escola, ocultado no termo abandono escolar. O contexto atual de redução do trabalho vivo e aumento do desemprego, bem como das ocupações temporárias e precárias, provoca a maior mobilidade dos trabalhadores entre setores de produção e locais de trabalho. E também causa modificações nas condições de reprodução da vida, no que diz respeito à moradia, alimentação, educação, entre outros aspectos. A educação se constitui numa das dimensões da reprodução social, ou seja, da reprodução de uma força de trabalho instruída, disciplinada, produtiva, com qualidades competitivas, flexível e adaptável ao mercado de trabalho. Por meio do estudo sobre a historicidade, natureza e dimensões da reprodução social, no âmbito econômico, político, cultural e ambiental, identificam-se as especificidades da reprodução social de imigrantes, enquanto produção de uma força de trabalho diferenciada, bem como identificam-se os espaços educativos e de sociabilidade dos imigrantes da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa empírica vem sendo desenvolvida no município de Florianópolis, com base em dados dos matriculados na EJA (local de nascimento, idade e sexo) e dados aprofundados (moradia, trabalho, renda e histórico escolar) dos matriculados nos Núcleos com maior concentração de imigrantes, bem como realização de grupos focais e entrevistas com estudantes imigrantes.

Referências:

ARRUZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n.32, 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf

FROCHTENGARTEN, Fernando (2009) *Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes*. São Paulo: Summus.

GAUDEMAR, J. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Trad. De Rogério Bettoni.

São Paulo: Boitempo, 2016.

KATZ, Cindi. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social.

GEOUSP (Online), São Paulo, v. 23, n. 2, p. 435-452, mai/ago 2019.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, livro I, vol. 1. 13a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. *A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital*. ESTUDOS CEBRAP, São Paulo - SP, v. 16, p. 5-25, 1976.

RUMMERT, Sonia. *Educação de jovens e adultos trabalhadores: história, lutas e direito em risco*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

SILVA, Maria A. de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria A. de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMATINI, Z. B. F.; TRUZZI, O. (Orgs.) *Estudos migratórios*. Perspectivas metodológicas. São Paulo: Edufscar, 2005. p. 53-86.

SILVA, Marileia Maria. Jovens da EJA na “Ilha da Magia”: condições de trabalho, educação e migração, *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Vol. 11, p. 162-171, 2019.

VENDRAMINI, Célia R. Jovens migrantes diante do desafio de trabalhar e estudar. *Contrapontos (Online)*, v. 17, p. 427-440, 2017.

VENDRAMINI, C.R.; PEROCCHO, F. A escola é para todos? As contradições em torno da presença de estudantes imigrantes nas escolas italianas. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – Remhu*, v. 31, n. 69, 2023.

Título do resumo:**A REPRODUÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: A *PATER-POLÍTICA* COMO CHAVE DE ANÁLISE DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA MULHERES DA CLASSE TRABALHADORA****Autores:**

Ana Claudia Marochi
Soraya Franzoni Conde

Nome do grupo de pesquisa:

Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT)

Resumo expandido:

O presente resumo fruto da pesquisa de doutorado concluída, teve como estudo a condição das mulheres trabalhadoras beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF com o objetivo de compreender como esta política, que tem como principal responsável a mulher está subsumida à lógica patriarcal e capitalista. Ao final da tese, concluímos que este tipo de política, para além de todos os benefícios já apontados por outras pesquisas, acaba por sobrecarregar as beneficiárias/titulares/mães como as responsáveis pela reprodução social e a educação dos membros da família, desonerando os homens/pais das obrigações com a reprodução social familiar. Concluímos, portanto, que o PBF se configura como uma *pater-política*, ou seja, uma política social patriarcal que interpela as mulheres como meio para a garantia da produção e reprodução capitalista. Bengoa (2018) discute uma nova forma de pensar a reprodução neste modo societário, em relação às atividades domésticas e dos cuidados como um posicionamento político, deslocando-se da relação produção-reprodução, nomeando estas atividades como reprodução social. Bhattacharya (2023, p. 18), defende que "o objetivo da teoria da reprodução social (TRS) é explorar e fornecer respostas a perguntas como": quem cuida da classe trabalhadora? Qual a vida que resta fora do espaço produtivo do trabalho assalariado? Há mais trabalho? Que tipo de trabalho?

Segundo a autora, a TRS privilegia o processo e não se "[...] contenta em aceitar o que parece ser uma entidade visível e completa", a aparência. O que prevalece, para além do que é visível na sociedade, nesta teoria, é interrogar a [...] complexa rede de relações humanas que produz as condições da existência dessa entidade". Estas contradições dizem respeito ao "[...] patriarcado, divisão sexual e racial do trabalho e relações sociais de sexo" (Cisne; Santos, 2018, p. 43), bem como a relação de dominação e poder do homem sobre a mulher e de como as lutas de classes atravessam estas relações na especificidade do modo de produção capitalista. Bering e Boschetti (2011, p. 51-52), apontam que as políticas sociais, dentro dos padrões da questão social e sua expressão multifacetada no capitalismo estão sob a égide da exploração do trabalho pelo capital e "[...] que tem continuidade na esfera da reprodução social" que "envolve vários tipos de trabalho socialmente necessários - mental, físico e emocional" que não produz diretamente mais valia e garante a reprodução social da classe para, no dia seguinte, vender sua força de trabalho ao capitalista. É isto que queremos discutir e apresentar como uma reflexão final do que estamos apontando teoricamente na defesa da *paterpolítica*.

O fato de as mulheres beneficiárias/titulares/mães serem as principais responsáveis por esse tipo de trabalho mal ou não remunerado, potencializa políticas de austeridade fiscal deixando o capitalista e o Estado livres para obterem maiores taxas de mais valia e de lucro. Pateman (2021) ao falar do contrato sexual, vêm compor o conjunto de

elementos da categoria *pater-política*, pois, em nosso entendimento, há uma relação contratual formal e tácita por meio do pagamento de um valor em dinheiro em troca do trabalho feminino de cuidado e educação garantindo a reprodução social dos /as filho/as da classe trabalhadora.

Referências:

Bhattacharya, T. **Teoria da reprodução social**: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENGOA, C. C. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Revista Temáticas**, v. 26, n. 52, Campinas, ago./dez., p.31-68, 2018.

BRENNER, J.; LASLETT, B. Gender, Social Reproduction, and Women's Self-Organization: Considering the U.S. Welfare State, *Gender & Society*, v.5, n.3, p. 311-333, 1991.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Bem, 2021.

Título do resumo:**A TRAJETÓRIA DO GRUPO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EPPEP)****Autores:**

Lucas Barbosa Pelissari
 Fernanda Maria Caldeira de Azevedo
 Nicolly Ferreira Borges
 Daiane Machado Ávila Christákis
 Idianes Tereza Mascarelo
 Andrea Margarete Almeida Marrafon
 Irene Cristina Silvério
 Yngrids Beatriz de Paiva Pereira
 Kamila Fernanda Oliveira Anzen
 Maíra Ferreira Martins
 Nicoli Alves Pereira
 Pedro Coloma Medeiros

Nome do grupo de pesquisa:

Estado, Políticas Públicas e Educação Profissional (EPPEP)

Resumo expandido:**Introdução**

Este resumo apresenta uma análise do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Educação Profissional (EPPEP), atualmente com sede na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). A trajetória do grupo completa sete anos em 2024 e por ele passaram dezenas de pesquisadores/as. O grupo caracteriza-se pela articulação entre duas dimensões: a pesquisa e a intervenção, atuando na produção de conhecimentos científicos no campo da educação e também na formação, assessoria e apoio à atividade de movimentos sociais, sindicatos e organizações populares. A metodologia priorizou os eixos temáticos de pesquisa, as perspectivas teórico metodológicas e as quantidades de trabalhos acadêmicos produzidos no âmbito do grupo. Com isso, desenvolve-se um balanço das atividades.

Resultados

As pesquisas desenvolvidas pelo EPPEP caracterizam-se, fundamentalmente, pela análise de objetos educacionais a partir do materialismo histórico e dialético, assumido como ciência social. Nessa perspectiva, o materialismo histórico funda-se como teoria a partir da ruptura epistemológica verificada entre os escritos de juventude e de maturidade de Marx (Althusser, 2015), fundação que faz emergir uma segunda disciplina do conhecimento, correspondente à filosofia da história marxista, que é o materialismo dialético. É, portanto, no âmbito do marxismo estrutural que as investigações do EPPEP são delimitadas, em contraponto às perspectivas que advogam em favor de uma ideologia essencialista do trabalho.

Desse ponto de partida, o grupo produziu e tem produzido pesquisas sobre os seguintes eixos temáticos: a) políticas educacionais, com prioridade para medidas governamentais no âmbito do ensino médio e da educação profissional; b) estudos históricos e epistemológicos sobre pedagogias críticas, marxistas e revolucionárias; c) estudos teóricos sobre o aparelho escolar nas sociedades de classe, com especial atenção às questões da estrutura, da ideologia e da hegemonia (política e ideológica); d) análise concreta e teórica sobre a formação integral de trabalhadores em diferentes

formações sociais: educação politécnica, ensino médio integrado, dualidade estrutural. Destacam-se, mais recentemente, as pesquisas cujo objeto fundamental guarda relação com a contrarreforma educacional brasileira, iniciada em 2016 com mudanças significativas na política de ensino médio, que repercutiram em diversos campos da política educacional. A influência das ideologias neoliberal e neofascista, inclusive a partir de estudos comparativos com realidades europeias e latino-americanas, ganham relevância em pesquisas atuais do grupo. Esses eixos conduziram o grupo a alguns recortes teórico-metodológicos, sempre orientados pela perspectiva teórica geral discutida anteriormente. As pesquisas operam com conceitos da teoria política poulantziana, procedimentos de Análises de Conteúdo e do Discurso, análise sociológica a partir do todo complexo articulado por estrutura, instituição e aparelho (Saes, 20).

Conclusões

A trajetória do Grupo EPPEP, articulada ao marxismo estrutural, vincula-se a um campo diverso e não dogmático e pressupõe a mobilização de um ferramental teórico em constante desenvolvimento e inovação. Até o momento, foram desenvolvidos no grupo seis trabalhos de conclusão de curso e seis dissertações de mestrado, que deram origem a artigos científicos. Além disso, por meio de 23 pesquisadores, entre graduandos, pós-graduandos, militantes e professores da educação básica, o grupo é vinculado a quatro redes de pesquisa: Rede Nacional EM Pesquisa, GT09 da Anped; Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp e Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS) da Unicamp.

Referências:

ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SAES, Décio. O lugar dos conceitos de “estrutura” e “instituição” na pesquisa em educação. *Cadernos Ceru*, v. 23, n. 1, 13. 2012. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/51605>. Acesso em 01 jul. 2024.

Título do resumo:**ADAPTAÇÃO OU RESISTÊNCIA: O ENSINO MÉDIO INTEGRADO E A ATUAL CONTRARREFORMA EDUCACIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS.****Autores:**

Kamila Fernanda Oliveira Anzen
 Nicolly Ferreira Borges
 Luis Eduardo Ramos de Oliveira
 Lucas Barbosa Pelissari
 Lícia Cristina Araújo da Hora
 Irene Cristina Silvério

Nome do grupo de pesquisa:

Estado, Políticas Públicas e Educação Profissional (EPPEP)

Resumo expandido:

A atual contrarreforma educacional brasileira, iniciada com a Lei nº 13.415/2017, vem sendo implementada por diversos estados. O “Novo” Ensino Médio (NEM), assim popularizado, tem suas bases epistemológicas na pedagogia das competências, cujo eixo estruturante é a articulação entre “competências, habilidades, atitudes, valores e emoções”. Tal concepção prioriza uma formação pragmática, meramente instrumental, que, na atual versão do capitalismo flexível, demanda trabalhadores da mesma ordem. Trata-se de uma formação que dê conta não só das relações de produção no nível econômico, mas também no nível ideológico, em que a meritocracia e o empreendedorismo são elementos fundamentais na formulação da política. Antagônicos à pedagogia das competências são os princípios que regem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Fundamentada na politécnica, a modalidade de Ensino Médio Integrado (EMI) tem como eixo estruturante a articulação entre ciência, trabalho, tecnologia e cultura.

Trata-se de uma formação para além da qualificação profissional, que supere a histórica dualidade educacional brasileira, uma formação para a vida, que possa ajudar a desvelar e revelar potencialidades que possam ser desenvolvidas (RAMOS, 2014). Partindo do pressuposto de que ambas perspectivas pedagógicas coexistem no sistema educacional brasileiro, nosso objetivo é identificar de que forma os Institutos Federais (IFs) estão elaborando ou reformulando os currículos dos cursos de EMI após a promulgação da nova política educacional. Nossa hipótese é que mesmo a atual contrarreforma estabelecendo princípios antagônicos àqueles que regem a rede federal, há uma adaptação dos currículos ao NEM, no que diz respeito à carga horária e à possibilidade de oferta de parte do currículo na modalidade de Educação à Distância (EaD).

A carga horária e a EaD são utilizadas como categorias para aplicação da metodologia de análise de conteúdo (FRANCO, 2005). O *corpus* da pesquisa envolve 87 Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de cinco IFs, um de cada região do país. Vale destacar que o principal critério para seleção dos PPCs é a elaboração ou reformulação do documento após 2019, visto que a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada em dezembro de 2018.

Com relação à carga horária, todos os PPCs analisados seguem a orientação da BNCC de 1800 horas para a formação geral básica e até 1200 horas para a formação técnica e profissional, com a carga horária total de 3000, 3100 e 3200 horas. Para além da fragmentação entre formação geral básica e formação técnica e profissional, a grande maioria das matrizes curriculares dispõe de um terceiro núcleo com

nomenclaturas que variam de acordo com cada IF, há indícios de que essa terceira parte pode estar em consonância com o que o NEM define como itinerário formativo. Os PPCs também revelam a possibilidade de EaD, mesmo que esta forma de oferta não seja obrigatória na atual política, os cursos utilizam os 20% da carga horária, porcentagem máxima permitida pela contrarreforma, para oferta de disciplinas nessa modalidade. Dos PPCs analisados, 37 apresentaram carga horária na modalidade Ead, correspondendo 42,5% do *corpus* da pesquisa. Em alguns casos também apresentam disciplinas ofertadas integralmente à distância, priorizando aquelas próprias das Ciências Humanas.

A análise revela que, apesar dos IFs terem em suas bases epistemológicas o ideal de uma formação humana integral, de concepção politécnica, há uma complexa dinâmica de adaptação dos cursos de EMI frente ao NEM, especialmente no que diz respeito à carga horária e a modalidade de oferta EaD. A presença significativa de Ead em 42,5% dos PPCs analisados, e a adaptação aos limites de carga horária estabelecidos pela BNCC exemplifica uma crescente adaptação dos currículos à atual política educacional.

Agradecimento

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio da Chamada Pró-Humanidades CNPq/MCTI/FNDCT nº 40/2022, financiou a pesquisa que resultou neste trabalho.

Referências:

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Liber Livro, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, Vitória, v. 19, n. 39, p. 15-29. jan.-jun. 2014

Título do resumo:**AS CRECHES COMO REIVINDICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM NOVA IGUAÇU-RJ (1975-1988): A AÇÃO POLÍTICA NO GOVERNO DE FRANCISCO AMARAL****Autores:**

Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral

Nome do grupo de pesquisa:

HISTEDBR-Baixada/RJ

Resumo expandido:

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa de mestrado, que deu origem à dissertação intitulada *“As creches como reivindicação e políticas públicas em Nova Iguaçu-RJ (1975-1988): a ação política no governo de Francisco Amaral”*. O estudo trata da história política da educação no município de Nova Iguaçu-RJ e tem como objetivo investigar a interação e a articulação estabelecida entre os movimentos sociais e o poder público municipal, destacando a luta por creches no município, que se desdobra na construção das primeiras creches públicas da cidade no ano de 1988, durante o governo de interventoria de Francisco Amaral.

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, tomando a reconstrução histórica como método de construção do objeto de pesquisa (CIAVATTA, 2012), resgatamos a história local do movimento da luta por creches, a partir dos acontecimentos históricos na política brasileira, relacionando-os à biografia do interventor – que era morador da cidade de Nova Iguaçu, militante partidário, fundador do Movimento de Associação de Bairros, foi advogado da Mitra Diocesana de Justiça e Paz, Deputado Estadual e transitou para poder executivo. Nessa direção, busca-se compreender como um quadro que se forma nas lutas dialoga ou não com a garantia de direitos da classe trabalhadora.

O trabalho foi organizado com base na pesquisa documental e na pesquisa de campo. Nos apoiamos em fontes primárias provenientes de arquivos da Hemeroteca Digital, do jornal Correio da Lavoura, da Diocese de Nova Iguaçu, do acervo do MAB, de acervos pessoais e de instituições escolares, além de legislações e regulamentações registradas nos diários oficiais de Nova Iguaçu. Entre os documentos pesquisados estão reportagens, panfletos, fotografias, depoimentos e entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram os movimentos sociais e populares nas décadas 1970 e 1980.

O entrelaçamento entre os dois processos históricos – a gestão de Francisco Amaral e o movimento de lutas pelas creches – se constitui sob a perspectiva de enfrentamento dos problemas estruturais da sociedade e de transformação da realidade, tendo como referência as contribuições de Florestan Fernandes (2010, p. 31), que ressalta que: “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens [e mulheres], em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história”.

A partir do estudo realizado, constatamos que a mobilização popular nos anos de 1980 se explicou pela ausência de medidas efetivas no âmbito da política educacional. Desse modo, o caso da luta por creches no município de Nova Iguaçu é evidenciado tanto pelo seu caráter de resistência no período de abertura política quanto das ações populares que foram gestadas no interior do MAB, sob a égide da fração progressista da Igreja Católica.

Ao elucidarmos o quadro de atendimento à primeira infância na rede municipal,

concluimos que a Educação Infantil ainda não atende de forma democrática a toda a população iguaçuana e que há um grande contingente de crianças atendidas através de convênios ou sem a oportunidade de frequentar a escola pública e sem acesso à creche. A organização e a mobilização dos movimentos populares foi o ponto fundamental no que tange aos avanços do atendimento à primeira infância.

Passados trinta e cinco anos desde a construção de dez creches municipais no ano 1988 – período em que Nova Iguaçu abrangia os municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita e Queimados – pouco se avançou na questão de novas construções e na oferta de vagas para a primeira infância, já que cinco, das dezoito Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) existentes hoje, tiveram origem como creches municipais no ano de 1988, estas, ligadas à Assistência Social e que, a partir do ano de 2000, tornaram-se responsabilidade da Secretaria educação.

Referências:

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias-RJ: APPH, CLIO, 2003.

AMARAL, Francisco. Entrevista concedida à Marieta de Moraes Ferreira, Marly Motta e Américo Freire. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; ROCHA, Dora; FREIRE, Américo (Org.). **Vozes da Oposição**: depoimentos. Rio de Janeiro: Grafine Editora, 2001.

AMARAL, Francisco. **O Pastor e o seu tempo** (carta escrita por Amaral em homenagem a Dom Adriano Hypolito). Nova Iguaçu, 1996.

AMARAL, Francisco. **Pronunciamentos Políticos**. Rio de Janeiro: Berro da Baixada, 1978. AMARAL, Francisco. Entrevista concedida a Heitor Amaral. Nova Iguaçu, 13 de set. 2019.

Título do resumo:**AS METODOLOGIAS ATIVAS E SUAS BASES POLÍTICAS E FILOSÓFICAS****Autores:**

Hildo Cezar Freire Montysuma

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo THESE - Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde UERJ-UFF-EPSJV/Fiocruz.

Resumo expandido:

O artigo apresentado é um *recorte* da análise desenvolvida na tese intitulada “Formação Histórica e Política do Acre: interesses e tensões na implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional”, defendida em março de 2024 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A pesquisa investiga a implantação do Instituto Dom Moacyr no Acre, no contexto da reforma educacional dos anos 2000. A questão central é: *Quais os interesses e fundamentos teóricos embasaram os dirigentes da Frente Popular do Acre (FPA) na definição de um projeto dual de educação, expresso na implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional, separado da educação básica e com autonomia administrativa, financeira e pedagógica?* A análise confronta a literatura crítica que defende uma escola unitária que equilibra de forma justa, a preparação para o trabalho e a formação humanística geral com a *Tendência Pedagógica Humanista Moderna* que propõe as metodologias, adotado pelo Instituto Dom Moacyr.

A metodologia de investigação incluiu pesquisa bibliográfica e análise de documentos produzidos para a implantação do Instituto Dom Moacyr, dos quais foram extraídos os fundamentos pedagógicos que propõem a adoção de metodologias ativas no projeto educacional da instituição. O referencial teórico crítico adotado para análise documental baseia-se no materialismo histórico-dialético, com referências em autores como Arismendi, Hobsbawm, Marx, Gramsci, Lenin e Saviani. Para a exposição dos fundamentos do pragmatismo e das metodologias ativas, foi utilizada a obra de Dewey. Destacamos como resultados e discussão: Pragmatismo Estadunidense como Fundamento do Imperialismo e das Metodologias Ativas.

A análise destaca a crítica de Lenin ao pragmatismo e sua relação com o positivismo, apontando que ambos os métodos negam que a sociedade possui leis próprias que se desenvolvem com contradições particulares. O pragmatismo, originado nos EUA com autores como William James, Charles Peirce e John Dewey, espalhou-se pela Europa como a filosofia da nova etapa do capitalismo: o imperialismo.

Lenin e Gramsci identificaram o pragmatismo como justificativa para movimentos conservadores e reacionários, ligando-o ao fortalecimento do imperialismo e das guerras como mecanismos de recomposição do capital.

Pragmatismo e Educação: Fortalecimento da Pedagogia Humanista Moderna

Após a Segunda Guerra Mundial, a política keynesiana e as altas taxas de crescimento econômico impulsionaram o modelo de produção fordista e a demanda por mão de obra. Nesse contexto, a pedagogia humanista moderna, fundamentada no pragmatismo, ganhou força. Essa abordagem enfatiza a prática sobre a teoria, centralizando o aluno e valorizando a espontaneidade e o interesse pessoal como o fundamento dos processos educativos, contrapondo-se à pedagogia tradicional, que prioriza a compreensão intelectual, a disciplina e a quantidade de conhecimento.

Metodologias Ativas: Fábrica de Robinsonadas

John Dewey, um dos principais formuladores do pragmatismo educacional, defendeu a importância da experiência ativa no processo educativo e a relativização do papel do professor. As metodologias ativas, baseadas no pragmatismo, enfatizam a liberdade individual e a criatividade dos alunos. No entanto, Marx e outros críticos apontam que essa abordagem pode levar à alienação e à formação de indivíduos voltados exclusivamente para seus interesses privados, degenerando em *guerra de todos contra todos*.

Considerações Finais

O artigo conclui que a abordagem pragmática e as metodologias ativas, ao esvaziarem os conteúdos escolares em nome da liberdade individual, privam os trabalhadores do acesso ao patrimônio cultural indispensável para o exercício das funções dirigentes na sociedade. Gramsci defende que a educação da juventude deve incluir hábitos de diligência e exatidão, adquiridos por meio de atos disciplinados e metódicos, o que contrasta com a perspectiva não-diretiva das metodologias ativas.

Referências:

ARISMENDI, Alcira Legaspari. **Pedagogía y Marxismo**. La Habana, Editora Nacional de Cuba. 1965.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991** / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl. **Grundrisse der kritik der politischen Okonomie [Esboço da crítica da economia política]**. Tradução Mário Duayer, Nélcio Schneider, (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011.

LENIN, Vladimir Ilich. **Materialismo e empiriocriticismo**. Lisboa, Edições Progresso. 1982.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 2013.

Título do resumo:**AS PEDAGOGIAS HEGEMÔNICAS NO PROJETO FORMATIVO DO NOVO ENSINO MÉDIO.****Autores:**

Franciele Soares dos Santos

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de estudos e pesquisa Sociedade, trabalho e educação

Resumo expandido:

No cenário mais recente, vivenciamos a intensificação ofensiva do capital sob a educação escolar por meio de diferentes estratégias que estão em consonância com a racionalidade neoliberal vinculada a um novo modo de produção de si (Dardot e Laval, 2016). De fato, esse processo compõe agendas construídas em conjunto com o empresariado, as quais, por sua vez, representam as coalizões das pedagogias hegemônicas com o setor empresarial, em que visivelmente compreende-se a educação como um insumo econômico.

As mudanças apresentadas para o Ensino Médio, estabelecidas pela Lei n.º 13.415/2017, fazem parte desse processo. A lei da contrarreforma direcionou a reforma deste nível de ensino, criando o chamado Novo Ensino Médio-NEM. O processo de organização do Novo Ensino nos estados brasileiros no que tange a elaboração dos currículos que ficou a cargo das secretarias estaduais de educação, que por sua vez, tiveram liberdade para organizar disciplinas, trilhas de aprendizagem e itinerários formativos. De acordo com um levantamento realizado pela revista Poli (2023), há uma variedade curricular nos estados brasileiros no que se refere principalmente aos itinerários formativos. No entanto, permanece em comum a preocupação com a tríade formativa do NEM: projeto de vida, empreendedorismo e protagonismo juvenil.

A tríade formativa do NEM se tornou o fio condutor para implementar as mudanças promovidas pelo novo ensino médio brasileiro. Esta tríade está orientada pela perspectiva da formação de subjetividades flexíveis, cuja finalidade é a naturalização das formas de precarização do trabalho, hoje impostas pelo capitalismo contemporâneo, que por sua vez, são caracterizadas pela instabilidade de empregos, trabalho informal, terceirizado, uberizado, precário e fragmentado (Antunes, 2018).

Além disso, vale ressaltar que o processo de implementação da lógica do mercado, ou seja, do empresariamento da educação, influenciou a organização do NEM nos estados brasileiros. A contrarreforma do ensino médio reforça a dualidade estrutural do ensino médio, bem como a desigualdade educacional de acesso e permanência no ensino médio. A partir de 2023, com a eleição de Lula, ganhou força, ao nível nacional, a defesa pela revogação do NEM por parte do movimento estudantil, de educadores, pesquisadores e de parte da sociedade civil organizada. Em contrapartida, os defensores do NEM, representando o empresariado, procuram pressionar o Governo pela não revogação, acenando para a necessidade de ajustes.

Considerando as reflexões acima, desenvolvemos um projeto de pesquisa tem como objetivo geral: investigar e analisar as pedagogias hegemônicas que dão sustentação à proposta formativa do NEM. Como objetivos específicos: Identificar e analisar o contexto de aprovação do NEM; investigar e compreender o alinhamento da proposta do NEM às pedagogias hegemônicas; analisar documentos produzidos pelo MEC que orientam o processo de implementação do NEM.

Como metodologia, utilizamos o estudo bibliográfico de autores do campo marxista e

com a literatura sobre a produção científica sobre o NEM e estudo documental, além da Lei 13415/2017, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e a Resolução n. 3, de 21 de novembro de 2018 que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. E ainda, os novos documentos que estão sendo publicados pelo Ministério da Educação e Cultura-MEC. Como resultado, objetivamos realizar uma pesquisa que contribua com outras pesquisas sobre o NEM. Afinal, defendemos para os jovens “[...] uma escola que não hipoteque o futuro [...] uma escola da liberdade e livre iniciativa, não uma escola de escravidão e mecanicidade” (GRAMSCI, 2021, p. 56).

Referências:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino Médio Brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CÁSSIO, Fernando, & GOULART, Débora C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos Da Escola**, v.16 , 285–293. 2022.

CÁSSIO, Fernando. A reforma da reforma do Ensino Médio. **Carta Capital**. Disponível <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/a-reforma-da-reforma-do-ensinomedio/>. Acesso em 08 de abril de 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: Nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudencio (org.). **Ensino médio no Brasil e sua (im) possibilidade histórica: determinações culturais, econômicas, políticas e legais**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP; São Paulo: Expressão Popular, 2023.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; FIGUEIRA, Gisele A. LAMARÃO, Marco, BOVOLenta, Marília B., MENDES, Marian. Formação da classe trabalhadora. In. LEHER, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Homens ou máquinas?: escritos de 1916 a 1920**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho, Rita Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2021.

Título do resumo:**AS PLATAFORMAS DIGITAIS DE ENSINO A SERVIÇO DO CAPITAL****Autores:**

Renata Cristina Almeida Oliveira

Carina Alves da Silva Darcoletto

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais – GPCATE

Resumo expandido:

A pesquisa, em andamento, investiga a plataformização do ensino no Paraná, com foco nas relações público-privadas que sustentam a presença das plataformas de ensino nas escolas públicas. Desse modo, o objetivo da pesquisa é compreender como a plataformização do ensino, impulsionada por parcerias entre o setor público e privado, impacta a educação pública e o trabalho do professor e perpetua a lógica capitalista na sociedade. Ao converter a vida humana em mercadoria, visando a produtividade, o consumo e o lucro, a educação também é submetida aos interesses do capital (Mészáros, 2005). Nesse sentido, a função social da educação é subsumida, tornando-se, sobremaneira, uma mediação alienada (Darcoletto, 2016), tendo em vista que passa a ser controlada por setores privados da sociedade, por meio de parcerias, com o interesse de utilizar a educação para obter lucro. Dessa forma, a educação é reduzida à mercadoria, e seus mercadores, por sua vez, buscam formas e ferramentas para intensificar essa lógica, não somente para o lucro imediato, mas também para assegurar o *status quo* da organização social que os beneficia. Assim, as plataformas digitais de ensino, que no Paraná se expressam como uso obrigatório nas escolas públicas, servem como dispositivo de controle do trabalho docente, além de limitar a formação dos estudantes. Segundo Costa (2024), dentre as plataformas presentes no sistema de ensino paranaense estão a israelense *Matific*, que tem como mantenedora a empresa *Microsoft*, e a *Khan Academy*, mantida pela empresa Sincroniza Orientação e Assessoria em Educação LTDA, que faz parceria com o Instituto Lemann. Diante desse cenário, é preciso desnudar o real interesse dessas empresas em investir em ferramentas para a educação, que, sob o viés do discurso de melhorar a “qualidade educacional”, toma a dita “qualidade” como aumento da produtividade, convertendo o trabalho docente e o desempenho da aprendizagem do aluno em números em uma planilha. Além disso, plataformas como Registro de Classe Online (RCO) e *Power Business Intelligence* (desenvolvida pela *Microsoft*) também contribuem para intensificar o controle sobre o trabalho pedagógico, bem como a consequente cobrança e culpabilização de docentes e gestores escolares. Sob a lógica capitalista atual, num cenário de crise estrutural do capital (Mészáros, 2002), a presença dessas plataformas na educação não é uma ação neutra, uma vez que são ferramentas que padronizam o ensino a um ideal de escola, professor e aluno, reduzindo o processo de ensino-aprendizagem a mera execução de tarefas. Para Gramsci (2007), educação e política não se desvinculam uma da outra, pois a educação é um território de disputa ideológica e hegemônica. Nessa perspectiva, as plataformas digitais, por sua vez, reforçam a hegemonia da classe dominante, por meio do setor privado, a fim de formar uma sociedade conformada com a realidade imposta, pois, ao controlar o trabalho do professor, controla-se também a educação ofertada e, consequentemente, as novas gerações. Além disso, com a obrigatoriedade do uso de plataformas na rede pública de ensino, a educação ofertada aos jovens da classe trabalhadora, mediada pela

padronização do ensino por meio das plataformas, acaba por distanciar o aluno de uma formação mais ampla e de cultura geral, além de condicionar o professor à função de reprodutor e mero executor de tarefas. Dessa maneira, a presença obrigatória e autoritária das plataformas digitais de ensino nas escolas, resultante das parcerias entre os setores públicos e privados, padroniza o ensino, desconsiderando a autonomia docente e a diversidade de alunos, turmas e escolas e impondo assim uma visão única de escola, o que serve aos interesses do capital que reduz a educação a uma mercadoria, desvinculando-a de sua função social.

Referências:

COSTA, Maria Eunice Martchuk da. **A educação pública paranaense sob a lógica do mercado:** As políticas gerencialistas empresariais no governo Ratinho Junior (2019-2022), 2024. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2024.

DARCOLETO, Carina Alves da Silva. A função social da educação e suas relações com a categoria do trabalho: alguns apontamentos. In: LEÃO, Andreza Marques de Castro; MUZZETI, Luci Regina (Org.). **Abordagem panorâmica educacional:** da educação infantil ao ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere Volume 3:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

Título do resumo:**AS RELAÇÕES ENTRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS (2017-2021)****Autores:**

Suzana Semientcoski

Nome do grupo de pesquisa:

Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) e do Grupo de Estudos Trabalho, Educação e Infância (GETEI), vinculados à linha Trabalho, Educação e Política (TEP) – PPGE/UFSC.

Resumo expandido:

O tema sobre as relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na educação infantil da RMEF, alimentam questionamentos e movimentos de resistência, impulsionando-nos em busca de mudanças. No objetivo geral ensejamos compreender as relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na educação infantil da RMEF, buscando uma aproximação com a rede de ensino do Município de Florianópolis e com as profissionais de educação Infantil para uma investigação acerca dos afastamentos e suas causas. Para tanto, definimos identificar: a temática nas pesquisas acadêmicas; conhecer as principais doenças acometidas e os principais motivos de afastamentos dos docentes e analisar as condições de trabalho docente na RMEF, através de questionário e documentos de setores da PMF. Pesquisa de abordagem qualitativa, com base na teoria sócio crítica e fundamentada na perspectiva do materialismo histórico-dialético. A pesquisa destaca que a profissão docente no Brasil está imersa em um contexto de contradições. De um lado, temos o trabalho docente amparado por leis que regem a educação e procuram garantir seu reconhecimento e condições adequadas para o exercício da profissão. Do outro, temos a realidade do trabalho docente complexo e meticuloso, realizado sob as reais condições de trabalho distantes das consideradas adequadas. As mudanças recentes no processo de trabalho resultaram na intensificação e precarização do trabalho docente, culminando em várias formas de sofrimento e adoecimento destas/es profissionais. Os resultados da pesquisa mostram um número expressivo de profissionais da educação infantil se afastando do trabalho devido ao mal-estar docente, gerado por doença física e mental. Estes adoecimentos indicam relações as más condições de trabalho, evidenciadas pela falta de infraestrutura adequada, falta de valorização profissional, intensas jornadas de trabalho, mobiliário inadequado para os profissionais, salas superlotadas, pressão da gestão escolar entre outros. A análise sugere uma discrepância entre as leis e a realidade prática, exacerbada pela pressão do sistema capitalista. Denunciar tal situação é ponto de partida fundamental da organização das lutas sindicais da categoria docente.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **As formas de padecimento no trabalho**. Revista Saúde Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 7-10, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 9, p. e00237120, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/KvKKHYs7K4xvNySdxgKx9FR/?lang=pt>. Acesso em:

20 fev. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017. v. 58. (Coleção Questões da Nossa Época). Disponível em: <https://iplogger.com/21Rx22>. Acesso em: 4 jan. 2023.

CONDE, Soraya Franzoni. **As condições de trabalho dos professores de educação infantil em Santa Catarina, Brasil**. Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 165-177, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/4399/pdf>. Acesso em: 6 fev. 2023.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. ed. Ridendo Castigat Mores. [S. l.]: Ridendo Castigat Mores, 1876. Versão para E-book, Brasil, 1999. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

ESTEVES, José Manuel. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução de Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru: Editora da USC, 1999.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Educação Infantil. **Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Florianópolis, 2015. v. III.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Trabalho digital e educação no Brasil. In: NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei et.al. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Organização de Ricardo Antunes; Tradução de Murillo van der Laan e Marco Gonsales. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 14.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Educação básica sob a pandemia Covid-19 no Brasil e a educação que convém ao capital. **RTPS**: Rev. Trabalho, Política e Sociedade, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 499-518, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/907/1112>. Acesso em: 20 dez. 2022

SHIROMA, Eneida Oto; MICHELS, Maria Helena; EVANGELISTA, Olinda; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. A tragédia docente e suas faces. In: EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. **Formação de professores no Brasil**: leituras a contrapelo. Araraquara: Junqueira&Marin, 2017. p. 17-58.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **A educação não está à venda**. 2017a.

Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/files/1098/jornal-outubro-completo.pdf>.

Acesso em: 1 set. 2022.

Título do resumo:**ASSOCIAÇÕES PRIVADAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS****Autores:**

Jaqueline de Freitas

Prof. Dr. Marcos Edgar Bassi - Orientador

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO)

Resumo expandido:**Introdução**

O texto discute a constituição da educação pública brasileira, observando a miscelânea entre os setores público e privado. Após a crise do capitalismo nos anos 1970, houve uma intensificação do direcionamento de dinheiro público para o setor privado. As classes dominantes estão exercendo cada vez mais controle sobre o conteúdo e a forma da educação escolar, buscando garantir sua hegemonia e a manutenção do sistema econômico. Nesse contexto, o Conselho Municipal de Educação de Florianópolis (CMEF) sofreu uma importante alteração em sua composição em 2021. O objetivo do resumo é apresentar resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, que analisa essa mudança na composição do CMEF pela Lei nº 10.773/2021, visando uma maior participação do setor privado na educação pública.

Metodologia

Nossa pesquisa utiliza o método do Materialismo Histórico e Dialético como forma de análise da realidade. Quanto aos procedimentos da pesquisa, partimos de um levantamento bibliográfico, posteriormente, realizamos a coleta de dados e efetuamos a leitura dos documentos sob a perspectiva da análise do discurso. Analisamos o regimento interno do conselho e todo o processo de tramitação da Lei Nº 10.773/2021 (FLORIANÓPOLIS, 2021b).

Discussão

Em novembro de 1991, Florianópolis fundou seu Conselho Municipal de Educação (CME), que se tornou um órgão estatal no Sistema Educacional pela Lei Nº 7508/2007. O colegiado é deliberativo, normativo, propositivo, mobilizador, fiscalizador e exerce controle social sobre políticas públicas, refletindo o compromisso do município com a gestão democrática. Contudo, em janeiro de 2021, durante o período de férias dos servidores da educação, uma mudança significativa ocorreu na composição do CMEF, proposta pela Lei n. 18.170/2021, visando alterar sua estrutura administrativa e organizacional. Essa alteração ampliou as representações da sociedade civil, especialmente aquelas ligadas ao empresariado e ao terceiro setor de Florianópolis, possibilitando maior interferência do setor privado nas decisões sobre a educação pública do município. Embora a nova composição incluía mais representantes da sociedade civil, segundo Gramsci, que define o Estado Integral como composto pela sociedade civil e política, essa inclusão não representa maior participação da maioria da sociedade. Isso porque os novos representantes defendem interesses específicos do setor privado, que atende a uma minoria. A predominância de representantes do setor privado no CMEF, um órgão de natureza pública, gera desconfiança na comunidade escolar.

Surge a questão se uma educação pública emancipatória para a classe trabalhadora pode ser orientada pelo setor privado. Essa reorganização do CMEF pode ser vista como um fenômeno de subsunção da educação ao empresariado, pois suas decisões agora se alinham diretamente com os interesses empresariais. A classe dominante atua no Estado por meio das esferas política e civil, criando consensos entre dominantes e trabalhadores e utilizando a sociedade civil para disseminar discursos hegemônicos que apassivam a classe trabalhadora. Quando o consenso falha, a sociedade política usa coerção para manter a dominação do capital. Dentro da sociedade civil, os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), que Fontes (2012) considera as vértebras da sociedade civil, disseminam discursos que geralmente favorecem a classe dominante. Com a nova composição do CMEF, 15 APH foram incluídos, provavelmente atendendo às demandas da classe dominante por uma educação que suporte a sociedade capitalista.

Considerações Finais

Pensamos que nosso dever como professores e pesquisadores seja evidenciar esses movimentos que inserem a educação cada vez mais em projetos mercantilistas e tentar resistir com as nossas pesquisas e na luta coletiva para a conquista de uma Educação Pública de qualidade socialmente referenciada. Considerando as análises realizadas até o momento é possível constatar que a mudança na composição do Conselho demonstra um alinhamento da gestão municipal com o setor privado, produzir uma hegemonia no discurso para dominar a classe.

Referências:

CURY, C. R. J. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 41-67, jan./jun. 2006.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 10.773, de 27 de janeiro de 2021**. Altera a Lei n. 7.503, de 2007, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis. Florianópolis, 2021a.

FLORIANÓPOLIS. **Projeto de Lei nº 18.170, de 27 de janeiro de 2021**. Altera a Lei nº 7.503, de 2007, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis. Florianópolis, 2021b.

FLORIANÓPOLIS. **Secretaria Municipal de Educação**. Florianópolis, 2023.

Disponível em:

<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=home&menu=0>.

Acesso em: 26 jul. 2023.

FONTES, V. **O Brasil e Capital-imperialismo**: teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora da UFRJ, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel – notas sobre o Estado e a Política. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOTTA, V. C.; ANDRADE, M. C. P. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e224423, 2020.

UFPR; UFG. **Laboratório de Dados Educacionais**. [S. /], [2021]. Disponível em: <https://www.dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/>. Acesso em: 26 jul. 202

Título do resumo:**BIBLIOTECA EDUCATIVA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO INTEGRAL****Autores:**

Joselice Lemes de Oliveira Rodrigues

Sara Nunes

Érica Fernanda Monteiro

Nome do grupo de pesquisa:**Resumo expandido:**

A pesquisa tem como objetivo investigar a organização da Biblioteca Educativa Pública (BEP) e seu papel na promoção de experiências de formação integral, alinhadas às diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em um Instituto Federal. O estudo está inserido na linha de pesquisa Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, dentro do Macroprojeto 6, que visa a organização de espaços pedagógicos na EPT. Tem como objetivo compreender como a BEP pode facilitar a formação integral dos estudantes e desenvolver um produto educacional – um vídeo – onde se esclareça conceitos relacionados à formação integral e informe os estudantes sobre seus direitos de vivenciar experiências educativas nesse espaço. A pesquisa se justifica pela identificação de lacunas na literatura sobre a relação entre bibliotecas e a formação integral. A pesquisa é fundamentada em uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de questionário para a coleta de dados. A análise dos dados será realizada com base em uma revisão bibliográfica que abrange diversos estudos sobre a temática, permitindo uma compreensão mais ampla das experiências de formação integral nas bibliotecas. Esse estudo se apoia em autores como Michel Foucault, onde discutimos a relação entre saber e poder nas bibliotecas; Pierre Bourdieu, cujos conceitos de *habitus* e capital social e cultural nos oferecem uma perspectiva mais abrangente sobre as práticas sociais e culturais que influenciam a formação dos indivíduos e Edward Palmer Thompson, que destaca a importância das experiências históricas e culturais na construção da identidade e na formação da classe trabalhadora, sugerindo que a educação deve ir além das condições socioeconômicas para promover uma compreensão mais ampla do papel do indivíduo na sociedade. Os principais resultados esperados incluem a identificação de práticas e estratégias que a BEP pode adotar para promover a formação integral dos estudantes, além da elaboração de um produto educacional que servirá como um recurso para sensibilizar e informar os estudantes sobre a importância da biblioteca em seu processo educativo. A pesquisa também visa contribuir para a formação de uma cultura de valorização das bibliotecas como espaços de aprendizado e desenvolvimento pessoal. Além disso, a pesquisa pretende gerar um impacto positivo na comunidade acadêmica e na sociedade, ao promover uma maior conscientização sobre os direitos dos estudantes em relação ao uso das bibliotecas e à importância da formação integral. A expectativa é que os resultados possam ser utilizados para aprimorar as práticas pedagógicas nas bibliotecas e fortalecer a relação entre a BEP e a EPT, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Este estudo se destaca por buscar não apenas compreender, mas também contribuir na transformação da realidade das BEPs, onde por meio de sua organização possam promover experiências significativas de formação integral para os estudantes. A elaboração do produto educacional, um vídeo, é uma estratégia importante para disseminar o conhecimento e engajar os estudantes,

reforçando a ideia de que as bibliotecas são espaços essenciais para o desenvolvimento educacional e pessoal.

Referências:

BRANDÃO, Jobson L. A.; FREIRE, Gustavo H. de A.; PERUCCHI, Valmira. Construção identitária das bibliotecas dos institutos federais no Brasil. **Encontros Bibli (on line)**, Florianópolis, v. 28, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/192658>. Acesso em: 17 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

NOGUEIRA, Maria A.; NOGUEIRA, Cláudio M.M. **Bourdieu & a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. (Coleção Pensadores & Educação).

OLIVEIRA, Livia F. de. **Breve histórico da educação profissional e tecnológica e uma correlação com a biblioteca**. 2022
<http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/413>. Acesso: 10 mar 2023

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2005. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_médio_integrado5.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Título do resumo:**CIDADES INTELIGENTES E SABERES MARGINALIZADOS: A POTÊNCIA DOS MOVIMENTOS HIP HOP E DA EDUCAÇÃO POPULAR NAS PERIFERIAS****Autores:**

Maíra Fernandes Costa

Marília A. Amaral

Nome do grupo de pesquisa:

GETET - Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia.

Xuê: participação, interação e computação.

Resumo expandido:

Este estudo realça a produção de conhecimento tecnológico nas periféricas no Brasil, onde as desigualdades sociais limitam o acesso às tecnologias, ao passo que a classe privilegiada desfruta das “cidades inteligentes” ou “smart cities” (NIC.BR, 2016). Apesar disso, essas comunidades compartilham conhecimentos para além dos interesses hegemônicos. Destacamos dois movimentos que influenciam, com perspectiva comunitária, na formação dos sujeitos e sujeitas periféricas: Hip Hop e Educação Popular. Incentivamos a reflexão sobre a atuação de docentes e pesquisadores, que se reconhecem como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1989, p.3), e como, frente às reformas empresariais na educação (FREITAS, 2018), podemos disputar temas pautados pela agenda neoliberal, como: tecnologias, design, computação e cultura.

Destacamos alguns dos processos históricos que influenciaram a formação física das periferias, como os interesses colonialistas, ao fim da escravidão impulsionado pela expansão capitalista, e à negligência dos dirigentes em lidar com a população recém-liberta, enquanto buscavam “modernizar” o país segundo moldes europeus (DA CUNHA, 2000). O ensino formal no Brasil não foi uniforme, e o compartilhamento de conhecimentos em várias comunidades, através da cultura oral, ajudou a preservar saberes ancestrais. A colonização só foi possível com o sequestro não apenas de mão de obra, mas também das técnicas e tecnologias dos povos africanos (CUNHA JR, 2010). Assim, as pessoas trabalhadoras também possuíam processos formativos que resistiam à ordem estabelecida, desafiando restrições e contestando ideias dominantes.

O movimento da cultura Hip Hop tem sido nos últimos quarenta anos um impulsionador da identidade periférica (D’ANDREA, 2020), promovendo consciência e denunciando as condições vivenciadas. Paralelo a isso, a Educação Popular nos traz uma perspectiva política inserida na luta de classes e tem como objetivo principal o fim das opressões (FREIRE, 1983).

A Ciranda das Crianças, na comunidade Portelinha, pode ser considerada um exemplo da união desses movimentos. Há dez anos educadores promovem atividades culturais com interesse de fomentar a solidariedade por meio da reflexão e do pensamento crítico, e estimulando os corpos e os sentidos das crianças e adolescentes.

Em “Um terreno de promessas: reflexões sobre alguns trajetos políticos na comunidade Portelinha (Curitiba-PR)”, junto a outras reflexões sobre as periferias, a pesquisadora Anita M. L. Ferreira aponta a influência da cultura do Hip Hop e Funk nas crianças da Ciranda. Ao apresentar uma sequência de acontecimentos envolvendo a luta por moradia, assassinato de jovens racializados e a violência policial na comunidade infere que “foi principalmente com movimentos culturais que muitas pessoas da Portelinha elaboraram diálogos profícuos e intensos com as críticas postas

a estes sistemas de dominação.” (FERREIRA, 2023, p. 197).

Apresentamos tal exemplo não para analisar as práticas em si, mas destacar a importância do agir localmente, criando redes com movimentos já existentes e compartilhando o projeto de educação que defendemos em espaços não formais. Isso nos dá fôlego para continuar o trabalho em espaços formais de educação, cada vez mais engessados.

Nossa pesquisa não defende a aceitação do projeto imposto pelas contra reformas. Valorizamos a importância do trabalho de docentes, em adaptar seus conteúdos a essa agenda flexibilizada de currículo, que visa formar competências para um trabalho simples. Como seguimos firmes nessa tarefa, propomos que em um processo de apropriação desses temas, possamos trazer esses movimentos e atuações como exemplos nas disciplinas que pautem conteúdos sobre tecnologia, computação, design e cultura. Para assim, em uma reflexão crítica com estudantes pensar as definições e sentidos das tecnologias em suas vidas, debater como a classe trabalhadora faz tecnologias no cotidiano, imaginar e até criar outros usos das tecnologias, em busca de uma sociedade menos desigual.

Referências:

CUNHA JR., Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. RJ: CEAP, 2010. Disponível em: https://cpvceasm.files.wordpress.com/2019/05/cadernotecnologiasafricanas_ceap_vf.pdf Acesso em: 01 jul. 2023.

DA CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. Unesp, 2000.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 19-36, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2024. DOI: 10.25091/S01013300202000010005.

FERREIRA, Anita de Melo Leonel. **Um terreno de promessas: reflexões sobre alguns trajetos políticos na comunidade Portelinha (Curitiba-PR)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

FREIRE, Paulo. O compromisso do profissional com a sociedade. **FREIRE, Paulo. Educação e mudança**, v. 11, p. 15-25, 1983.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

NIC.BR, NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico]: **TIC domicílios 2015**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.

Acesso em: 7 ago. 2024.

Título do resumo:**COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA PERSPECTIVA DO BID: EDUCAÇÃO DOS FUTUROS TRABALHADORES PARA O CONFORMISMO SOCIAL****Autores:**

Ana Aparecida Zandoná
Eneida Oto Shiroma

Nome do grupo de pesquisa:

GEPETO (Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho do CED/UFSC)

Resumo expandido:

O objetivo deste trabalho é discutir algumas determinações da inserção das Competências Socioemocionais (CSE) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Novo Ensino Médio (NEM). Para tanto, analisamos os argumentos e diretrizes articulados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que contribuíram para a inserção destas no currículo como reorganizadoras da proposta pedagógica de muitas escolas públicas.

Fundamentando-nos no materialismo histórico-dialético, realizamos a análise de documentos centrais do BID com o intuito de analisar os argumentos e propostas práticas desenvolvidos para a inserção das CSE na formação de filhos da classe trabalhadora. O corpus documental foi composto pelo livro *Desconectados: habilidades, educação e empregos na América Latina* (Bassi et. al., 2012); o relatório *Estrategias promovidas para el desarrollo de habilidades socioemocionales con jóvenes vulnerables* (Székely; Ávila, 2018) e o estudo *El rol de las habilidades socioemocionales para la productividad en los mercados laborales del siglo XXI* (Ospino, 2019).

A escolha desses documentos se deu a partir do levantamento de financiamentos do BID destinados a projetos de educação voltados à infância e juventude brasileiras, por vezes com apoio de institutos e empresas envolvidos nas disputas intraburguesas que influenciaram o debate para a inserção de CSE no Brasil. Deparamo-nos com o financiamento para desenvolvimento de tecnologia educacional relacionado ao ensino de competências; de propostas que visavam contribuir com a implementação da contrarreforma do Ensino Médio; de implementação das denominadas Escolas do Futuro nos estados do Pará e Paraná, com forte apelo ao uso de ferramentas tecnológicas para apoio pedagógico, visando ao desenvolvimento profissional técnico e à formação de CSE.

Na análise documental, notamos a mobilização de uma série de argumentos e diretrizes que expressam as CSE voltadas para uma educação escolar comprometida com a formação de um trabalhador ajustado aos padrões produtivos da acumulação capitalista em tempos de crise. O aparato documental desenvolvido pelos intelectuais que sistematizaram as orientações do BID neste campo, expressam as demandas do capital sobre o Estado, a escola e os docentes e indicam caminhos para uma colaboração orgânica desses sujeitos com a implantação da proposta, que se articula a uma atualização dos parâmetros técnicos e morais da educação escolar dos filhos da classe trabalhadora. O aspecto comportamental voltado para um modo de ser resignado e resiliente ganha prevalência como papel da formação escolar.

Mobilizando um arsenal ideológico de ataques que se estendem há décadas, o capital contrapõe-se à escola que trabalhe para assegurar a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos aos filhos da classe trabalhadora; recorre ao uso deturpado de conceitos da psicologia e da neuropsicologia que tratam de processos de

desenvolvimento, ensino e aprendizagem. Nessa direção, o BID busca justificar a redução do tempo e do foco no desenvolvimento intelectual das crianças e jovens em educação escolar, apresentando as CSE como uma atualização do ideário de educação compensatória para o século XXI.

Trata-se de uma atuação preventiva contrainsurgente, que busca educar o consenso, conter a rebeldia e insubordinação à ordem vigente, colocando ênfase em uma educação dos futuros trabalhadores baseada na formação comportamental para o conformismo social, resiliência, perseverança, empatia, entre outros, desde a mais tenra infância.

Contudo, a realidade é dinâmica e tais medidas são incapazes de conter a emergência das contradições cada vez mais acirradas neste estágio do capitalismo. Conhecer essas determinações é desafio para os trabalhadores da educação, e ferramenta para construção de estratégias de resistência à avalanche de políticas educacionais que visam reorganizar a escola pública e a formação da próxima geração.

Referências:

BASSI, Marina *et al.* Desconectados: habilidades, educação e empregos na América Latina. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.

OSPINO, Carlos. El rol de las habilidades socioemocionales para la productividad em los mercados laborales del siglo XXI. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2019.

SZÉKELY, Miguel e ÁVILA, Liliana González. Estrategias promovidas para el desarrollo de habilidades socioemocionales con jóvenes vulnerables. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2018.

ZANDONÁ, Ana Aparecida. A conformação de uma nova sociabilidade: Competências Socioemocionais nas concepções do Banco Interamericano do Desenvolvimento. 2022. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

Título do resumo:**CONCEPÇÕES DE TRABALHO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO NO NOVO ENSINO MÉDIO A FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL****Autores:**

Domingos Leite Lima Filho

Nome do grupo de pesquisa:

GETET – Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia

Resumo expandido:

O presente trabalho é uma produção parcial da pesquisa “Concepções de trabalho, tecnologia e formação no novo Ensino Médio: a “Formação Técnica e Profissional””, em desenvolvimento pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET), com financiamento do CNPq (Edital 040/2022 – Pro-Humanidades). O GETET vem se dedicando ao estudo das relações entre as categorias trabalho, educação e tecnologia em diferentes espaços da vida social, em particular no entorno das instituições educacionais e nos ambientes da produção, considerando uma perspectiva analítica interdisciplinar ancorada no materialismo histórico e dialético como referencial teórico-metodológico. O elemento central que dá unidade aos pesquisadores do Grupo é a premissa da indissociabilidade entre relações sociais e tecnologia, considerando-se as múltiplas e complexas dimensões de sua concepção, objetivação, implementação, uso e apropriação social.

Trata-se aqui da investigação da concepção de trabalho, de tecnologia e de formação do Novo Ensino Médio, focando, em especial, o itinerário formativo Formação Técnica e Profissional, em escolas da Rede Pública do Estado do Paraná, a partir da análise documental, tanto de âmbito federal quanto de âmbito estadual, e da percepção de docentes e coordenadores dos cursos do referido itinerário formativo, no processo de implementação dos mesmos.

No presente texto são apresentados elementos da revisão bibliográfica, da análise documental e do processo teórico-metodológico de definição das categorias orientadoras para a seleção da amostra de escolas estaduais que serão investigadas nas fases subsequentes da pesquisa. Nesse sentido, nossa investigação indagará sobre a concepção e implementação desta política e procurará responder como professores e coordenadores de cursos da Rede Pública Estadual do Paraná percebem as concepções de trabalho, tecnologia e formação na realidade de sua atuação, no âmbito de oferta do itinerário formativo Formação Técnica e Profissional, o que se constituirá como nosso problema de pesquisa.

Os resultados parciais, oriundos da pesquisa bibliográfica e documental apresentam sinteticamente uma convergência para a compreensão reducionista e a serviço da exploração capitalista, nas três categorias em estudo: o trabalho é compreendido na forma de emprego precário, autoemprego e empresariamento de si; a tecnologia é concebida na forma instrumental, dotada de neutralidade e autonomia e impondo-se como determinismo sobre a sociedade, na qual somos consumidores das tecnologias, não produtores de C&T; e a formação humana é reduzida à perspectiva da utilidade ao capital, subjetividade neoliberal e induzindo a competição e adaptação ao sofrimento psicofísico.

A fase em andamento da pesquisa é dedicada a realização das entrevistas com professores e coordenadores dos cursos de FTP em cinco escolas já selecionadas pertencentes à rede estadual do Paraná e que implantaram o NEM e o itinerário FTP. Como se está tratando de Formação Técnica e Profissional, trabalha-se com a noção

de formação enquanto processo de compreensão dos fundamentos do trabalho e do conhecimento histórico da humanidade, relacionada à atividade prática em si. Nesse sentido, destaca-se a importância da participação da universidade pública brasileira na avaliação da implementação da política pública, na realização de pesquisas, como a presente. Conhecer a percepção de professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, como embasamento para a análise do Novo Ensino Médio, é uma importante contribuição que pode ser prestada.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços. 1 ed. São

Paulo: Boitempo, 2018. 325p.

_____, Ricardo. O sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações. In: _____ Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 19-28.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de junho de 2004. Regulamenta a Lei 9.394/96. Diário

Oficial da União, Edição no 132, de 12/07/04. Brasília: 2004.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Versão Final. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica, 2018. BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1996.

CNE. Parecer CNE/CEB nº 5/2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. Aprovado em 05 de maio de 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade como problema nas ciências sociais. Ideação - Revista do Centro de Educação e Letras, v.10, n.1, p.41-62, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado. São Paulo, Cortez, 2005.

GARCIA, Nilson Marcos Dias; LIMA FILHO, Domingos Leite. Politecnia ou educação tecnológica: desafios ao ensino médio e à educação profissional. Trabalho encomendado pelo GT-9 ? Trabalho e Educação, apresentado na 27ª. Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2004.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: Textos escolhidos / Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas, Abril Cultural, 1980.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

KUENZER, Acácia. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. org. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LIMA FILHO, Domingos Leite; MOURA, Dante Henrique; SILVA, Monica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. 34^a. Reunião Anual da ANPEd (Trabalho encomendado), 2012, Natal, 2011.

LIMA FILHO, D. L.; QUELUZ, G. L. (2005) A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. Educação & Tecnologia, v. 10, n. 1, p. 19-28. Belo Horizonte: CEFET/MG, 2005.

LUKÁCS, Gyorgy. Para uma ontologia do ser social II. Boitempo, 2013. MARTINS, J.R. O processo de políticas públicas: uma abordagem exploratória. In.: BEGA, M.T.S.; HOROCHOVSKI, M.T.H. (Org.) Políticas públicas sociais: notas conceituais e de pesquisas. 2019.

NOSELLA, Paolo. Ensino Médio: em busca do princípio pedagógico. Educação & Sociedade, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, 2011.

PELISSARI, Lucas. Burguesia industrial e educação profissional: a Confederação Nacional da Indústria (CNI) na formação social brasileira. Revista Trabalho Necessário, Niterói, v.20, n. 42, p. 454-479, mai./ago, 2022.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. Ed. Autores Associados, 11^a ed., 2012. SILVA,

Mônica Ribeiro. Tecnologia, trabalho e formação na reforma curricular do ensino médio.

Cadernos de Pesquisa, Ago 2009, vol.39, no.137, p.441-460. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200007&lng=pt&nrm=iso

SILVA, Mônica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas. Revista Retratos da Escola, Brasília, vol. 9, nº 17, p. 1-13, 2015. Disponível em: <https://sintesc.org.br/files/1081/Texto%203%20BNCC%20e%20Reforma%20Ensino%20Medio%202018.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

SILVA, Monica R. A BNCC do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. Educação em Revista, 2018. MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. Ed.

Expressão popular, 2a ed., 2008.

Título do resumo:**CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ELEMENTOS SIMBÓLICOS OCULTOS NO PAPEL DOS PROFESSORES NA BNCC?****Autores:**

Ivan Penteado Dourado

Nome do grupo de pesquisa:

LUTE Lutas Sociais, Trabalho e Educação/ UDESC

Resumo expandido:**Introdução**

Com o propósito de investigar os elementos implícitos nas políticas educacionais e com a preocupação de compreender os elementos ideológicos constituidores das concepções formativas das novas gerações em um contexto social plural, complexa e marcada por lógicas de mercado, utilitárias e pragmáticas, apresento um projeto de pesquisa que materializa meu processo de amadurecimento intelectual e de trajetória científica.

O discurso cada vez mais dominante emanado por políticos de direita e extrema-direita, Ministros da Educação conservadores, com pouca ou nenhuma capacidade técnica e de formação intelectual, indicam um cenário em profunda transformação no campo educacional brasileiro. Revestidos de propostas mirabolantes com a narrativa de “modernizar” a educação, voltadas às necessidades práticas, de “aprender a aprender”, pós-modernas e interdisciplinares, apresentam um cenário de profunda mudança, com distintas tentativas de inserção de lógicas de mercado no campo educacional. Esses e outros elementos que serão apresentados na sequência, indicam a necessidade de compreender no campo das políticas educacionais brasileiras, com enfoque crítico e reflexivo, quais elementos sustentam ideologicamente essa nova realidade.

Dentro desse contexto, soma-se a emergência de uma espécie de retorno a um tipo específico de “neo-iluminismo” tecnológico, sob a ótica das novas tecnologias. Estas serviriam como salvadoras da “crise” educacional vigente (MOREIRA, 1997). Reconhecendo que a educação não é e nunca foi um campo menos relevante na constituição de uma sociedade ou mesmo um campo neutro de disputas. A educação é, em todas as suas esferas, um conjunto de atos e decisões políticas (FREIRE, 2016). Assim, pesquisa intitulada Concepções ideológicas nas políticas públicas:

Elementos simbólicos ocultos no papel dos professores na BNCC, sob minha coordenação, tematiza o modo como são e foram constituídas as políticas públicas, mais especificamente da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e seus elementos ocultos, ideologicamente constituídos e suas formas de implementação pelas Secretarias de Educação em cada Estado brasileiro. Com base em autores mais relevantes do campo das Políticas Educacionais, Sociologia da Educação, Sociologia Crítica e Pedagogia Histórico-Crítica, o presente projeto investiga a atualidade e o alcance das políticas públicas no campo da educação, no que tange a análise dos movimentos de elaboração e efetivação das políticas educacionais, grupos de interesses e elementos relativos aos novos papéis dos professores na educação nacional, materializadas na BNCC (2018).

Desenvolvimento (principais pesquisas/ações/experiências do grupo ou pesquisa central/reflexão do pesquisador/da pesquisadora individual)

Vale transcrever que, para o presente plano de trabalho, os quatro núcleos fundamentais que ampliam e ancoram a problemática do presente projeto de pesquisa

em andamento, são: A) Que concepções ideológicas de sociedade, finalidades de educação, sentidos e sociabilidades, papel do Estado estão subjacentes nas políticas educacionais brasileiras, presente especificamente na BNCC? B) Como se deram as pressões e relações entre movimentos sociais, corporações empresariais e grupos sociais conservadores e progressistas na elaboração, proposição das políticas educacionais e implementação no interior das sociedades complexas e plurais brasileiras? C) Qual o papel das instituições de ensino universitárias? O que mudou na formação dos professores? Quais seus principais movimentos de resistência ou adequação? D) Em que termos as definições de ser humano e educação estão expressas nos documentos legais simbolicamente disputados e entendidos como processos políticos e culturais na Base Nacional Comum Curricular (2018)? Quais identidades e formas de efetivação em cada Estado brasileiro a BNCC consolida ou aponta identidades distintas dos docentes?

Tendo como princípio que o Currículo Escolar, não constitui uma junção de conhecimentos, expressos em listas, acordadas de forma unânime entre pensadores e pesquisadores, visando alcançar o máximo das capacidades humanas nas próximas gerações. Mas, de forma muito mais complexa, a definição curricular, constitui um dos inúmeros movimentos políticos no campo educacional, que envolvem o Estado, grupos de poder, intelectuais e pesquisadores, juntamente com a sociedade civil organizadas, que travam lutas sistemáticas, em busca de alcançar seus ideais educacionais (SAVIANI, 2013). Assim, segundo Martins (2020), o currículo escolar, pode e precisa ser analisado em dimensões: Ontológica, Epistemológica e Ético Política. Para esse movimento analítico das políticas educacionais e suas ideologias (APPLE, 2006), é fundamental reconhecer ideais que estão em disputa no interior dessas políticas, para tanto, apresento o arcabouço teórico selecionado para tal intento.

Desfecho (resultados/ conclusões/ considerações/ apontamentos/ outros comentários)

A pesquisa proposta encontra-se em fase inicial de pesquisa. Tendo em vista que sou professor concursado a um pouco mais de um ano na instituição e com credenciamento no PPGE também recente. Assim, ainda construindo o grupo de orientandos de mestrado e doutorado e ainda, sem financiamento externo, a presente pesquisa se valerá do método qualitativo (MINAYO, 2009) como forma de investigação dos fenômenos, suas contradições e ações, objetivando completar as lacunas e novos contextos que o tema apresenta. Inicialmente construindo teoricamente categorias de análise com base nas teorias anteriormente indicadas, conduzirei a discussão a uma vertente, que trata o patrimônio teórico como uma espécie de “caixa de ferramentas” (MOUZELIS, 1991). Incluo, assim, tradições conceituais e teóricas distintas em um mesmo intento de pesquisa, para conduzi-las a uma re-contextualização, tornando essas combinações operativas para a problematização de uma realidade social específica. Aproximando-me do que Pires (2007) chamou de perspectiva metodológica de “árvore conceitual”, que possibilita erguer, entre outras coisas, novas problemáticas de pesquisa, quando elas emergem de choques e reflexões teóricas até então não realizadas.

No que diz respeito a análise da Base Nacional Comum Curricular (2018), será utilizado a Análise Documental como a metodologia de investigação científica (CELLARD, 2008), tratando a Base Nacional como um documento que servirá de objeto de análise, recuperando documentos subjacentes, versões anteriores e discussões que antecederam a sua publicação final.

Juntamente com a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), analisando esses documentos dentro de um processo rigoroso, respeitando as fases: Pré-análise,

exploração do material e tratamento dos resultados.

Referências:

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Política Nacional e a Base Nacional Comum Curricular: o processo de formação em questão. Revista Currículo. V.18, n.3, p.722-738, set./dez. 2018.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

CASAGRANDA, E. A. . O poder constituinte em Hannah Arendt e Jürgen Habermas: Aspectos Jurídicos e formativos. 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2017. v. 1. 192p.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

DOURADO, Ivan Penteado. Institucionalização do senso comum opinativo brasileiro: responsabilização educativo-institucional no fechamento prematuro das consciências sociais. 2017. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016

GALLO, Sílvio. Subjetividade, ideologia e educação. Perspectiva. Florianópolis, v.16, n.2.9, p.133-152.jan. /jun.1998.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. Estado e a Revolução. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARCON, Telmo e DOURADO, Ivan P. Projeto político da escola sem partido: interesses e valores ocultos, 2021.

MARX, K. O Capital - crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MOUZELIS, Nicos P. Back to Sociological Theory. The Construction of Social Orders, Londres, Macmillan, 1991.

MARTINS, Lígia Márcia; PASQUALINI, Juliana Campregher. O currículo escolar sob

enfoque histórico-crítico: aspectos ontológico, epistemológico, ético-político e pedagógico. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente - SP, v. 31, n.esp.1, p.23-37, dez. 2020.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (org.). Currículo: Questões atuais. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo: Questões atuais. Campinas, SP: Papirus, 1997.

PIRES, Rui Pena. Árvores Conceptuais, Uma reconstrução multidimensional dos conceitos de ação e de estrutura. Revista SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.o 53, 2007, pp. 11-50.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Jessé. A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Título do resumo:**CONSTITUINDO A ECONOMIA POLÍTICA DA AUSÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA****Autores:**

Mauro Augusto Burkert Del Pino
 Gilceane Caetano Porto
 Eugênia Antunes Dias
 Lia Cristiane Lima Hallwass
 Carline Schröder Arend

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública - GIPEP

Resumo expandido:

O problema central desta pesquisa desenvolve-se num contexto de mudanças no cenário político educacional brasileiro. O direito à educação tem sido alvo de disputas entre concepções conflitantes que repercutem profundamente no atual momento de desenvolvimento do neoliberalismo (Ball; Yodell, 2007). A partir desta compreensão, a hipótese desta pesquisa é que a escola empresarial passa a ter que resolver as suas faltas, as suas ausências, que não são atendidas pelo estado e comprometem o seu funcionamento (Standing, 2017). O que se pretende é identificar esse processo de ausências de políticas que deem conta das necessidades da educação pública e que acabam produzindo indivíduos que se inserem na instabilidade do mundo dominado pelo capitalismo financeiro e tecnológico (Chesnais, 2005), que competem entre si, gerando uma exploração de si mesmo, uma mais valia obtida sobre seu próprio esforço (Rubin, 1987). Disto decorre o conceito de economia política da ausência da escola pública, que tem como premissa compreender a escola como um todo, como um sistema de forças produtivas e relações entre as pessoas. Este conceito procura expor os nexos dos processos sociais que se estabelecem na sociedade capitalista e em suas estruturas (Marx, 1988). No caso desta pesquisa, a escola. Assim, o que se pretende é desenvolver o conceito de economia política da ausência na escola pública como sendo o estudo das relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais que visam atender às necessidades humanas no interior da escola pública, em meio às disputas decorrentes do avanço do neoliberalismo enquanto sistema produtor de mercadorias e identidades (Dardot; Laval, 2016), identificando as leis que regem tais relações. Para tanto, partimos da premissa que essa economia política está relacionada e regulada pelas políticas neoliberais e pela necessidade de constituição do sujeito empreendedor de si (Maeso, 2021). Neste sentido, o objetivo da pesquisa é estudar as relações sociais da produção de mecanismos que visam superar as faltas e ausências existentes no cotidiano escolar, identificando seus motivos em relação aos interesses locais e globais (Harvey, 2018), na perspectiva da constituição de uma economia política da ausência na escola pública, tendo por base o materialismo histórico e dialético. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo e toma como referência a teoria da atuação. Como o *locus* de desenvolvimento da pesquisa é o cotidiano escolar, utilizaremos a teoria da atuação (Ball, 2014) para efetivar os estudos no que se caracteriza como sendo o contexto da prática. O contexto da prática envolverá, à princípio, duas escolas vinculadas à rede municipal de ensino de Pelotas. As técnicas utilizadas para a coleta de dados serão questionário, entrevista semiestruturada, observação e análise documental (Shiroma, 2005).

Partindo do referencial teórico-metodológico, são os sujeitos que atuam na escola que colocam as políticas em ação e que, portanto, atuam sobre a organização escolar em

seu cotidiano. Ao fazê-lo, interpretam e recriam a política (Ball, 2014). Os resultados e efeitos resultantes serão analisados a partir da categorização das dimensões contextuais da atuação da política. De forma complementar, utilizaremos a abordagem do ciclo de políticas (Mainardes, 2006) como referencial teórico-metodológico para analisar a natureza da economia política da ausência, incluindo o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática.

Referências:

BALL, Stephen. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014, 270 p.

BALL, S.; YODELL, D. **Privatización encubierta en la educación pública**, Internacional de la Educación. Bruselas, 2007. Disponível em: http://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_de_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 9 de nov. de 2022.

DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. 256p.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018. 228p.

MAESO, Benedito Eduardo. BBB 21, **A (des)construção das lutas sociais e o ativismo-desi**, 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/bigbrother/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=big-brother&utm_term=2021-02-11>. Acesso em: 5 out. 2022.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas:** uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RUBIN, Isaak I. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Editora Polis, 1987.

SHIROMA et al. **Decifrar textos para compreender a política:** subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005

STANDING, Guy. **O precariado:** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 288p.

Título do resumo:**CONTRARREFORMAS DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS EM SANTA CATARINA****Autores:**

Ana Carolina Bordini Brabo Caridá
Domingos Leite Lima Filho

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET/UTFPR).

Resumo expandido:

A pesquisa em andamento é fruto do desenvolvimento de um projeto de doutoramento que busca compreender as transformações nos projetos formativos dos cursos de Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais em Santa Catarina, mediante as contrarreformas do ensino médio e da educação profissional (PELISSARI, 2023), promulgadas por meio da lei 13.415/2017 e seus desdobramentos. O estudo parte do pressuposto de que existe uma disputa por distintos modelos de educação e sociedade e que esta influencia diretamente a elaboração das políticas educacionais, a depender da correlação de forças presentes em um determinado contexto histórico. Em 2008, se dá a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (lei 11.892/2008), consequência dos debates que vinham sendo realizados desde o Decreto 5154/2004, que resgata os pressupostos do ensino integrado e da formação humana integral, amplamente discutidos desde o período da redemocratização do país. Desta maneira, o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e Escolas Agrotécnicas, passam a compor a rede e se chamar Instituto Federal de Santa Catarina e Instituto Federal Catarinense. Ambos ainda sofrem os fantasmas do Decreto 2.208/1997 e de concepções tecnicistas que historicamente contribuíram para sua consolidação. Estão presentes no território catarinense há décadas e passaram a incorporar os fundamentos e concepções do ensino médio integrado mais recentemente, quando comparado aos históricos que as antecederam. Dito isto, é importante salientar que, após os ataques provenientes das contrarreformas do ensino médio e da educação profissional, as instituições vêm construindo em seus contextos a defesa de concepções críticas em seus processos formativos, como orientações e diretrizes curriculares voltadas a manutenção e fortalecimento do ensino médio integrado. Porém, ao mesmo tempo são atravessadas por processos maiores relacionados à lógica do capital, relativos à precarização da formação como consequência da atual realidade do mundo do trabalho e da uberização (KUENZER, 2017). A fim de compreender o contexto das contrarreformas e como elas se apresentam na rede federal de educação profissional catarinense, estão sendo analisados os dispositivos legais como a lei 13.415/2017, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (2018), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (2021) e os documentos produzidos pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), as Diretrizes Indutoras para a oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2018) e as Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica do Brasil (2022). Em âmbito local estão sendo analisados os documentos institucionais do IFSC e do IFC, no que se refere aos Planos de Desenvolvimento Institucional, Orientações e Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio Técnico Integrado à Educação Profissional, Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), Termos e Acordos de

Cooperação Técnica com a Secretaria Estadual de Educação para a oferta de cursos em parcerias, bem como entrevistas com gestores, a fim de compreender como os pressupostos das contrarreformas atravessam seus projetos formativos, mesmo em um contexto de defesa da modalidade integrada, como expresso em alguns de seus documentos. No que se refere à análise dos PPCs estão sendo verificadas as concepções de formação relativas à prática profissional, dimensões da integração, atividades diversificadas, projetos integradores, presença ou ausência dos conceitos de competência, empreendedorismo e projeto de vida e o lugar das disciplinas pormenorizadas no currículo. Isso partindo da categoria de flexibilização curricular e do que podemos classificar como hibridismo conceitual, fenômeno largamente presente na rede federal de ensino, onde as concepções críticas de educação dialogam com as concepções tecnicistas (ARAÚJO, 2022; PAIXÃO, 2023).

Referências:

ARAÚJO, Adilson César de. Ensino Médio Integrado ou Ensino Médio em “Migalhas”: a reforma no contexto dos Institutos Federais de Educação. Relatório de atividades de estágio pós-doutoral. UFPR: 2022. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/site/ppge/wp-content/uploads/sites/45/2023/06/adilson-cesar-araujo-relatorio-pos-dc-finalizado-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Decreto N° 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal N° 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1997. 4p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208_97.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2004. 3p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia. Brasília, 2008. 10p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Lei N° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394/ 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, 2017. 6p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Resolução N° 1, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2021. 19p. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12021.pdf?query=vida%20escolar. Acesso em: 20 set. 2022.

CONIF/FDE – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/Fórum dos Dirigentes de Ensino. Diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Brasília, 2018. 18p.

Disponível em:

<https://www.ifsc.edu.br/documents/38101/1079513/Diretrizes+EMI+-+Reditec2018.pdf/0cd97af4-bad5-b347-4869-7293ac87eb69>. Acesso em: 20 set. 2022.

CONIF/FDE – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/Fórum dos Dirigentes de Ensino. Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica do Brasil. Brasília, 2022. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica-do-brasil_digital.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun., 2017.

PAIXÃO, Alessandro Eziquiel da. A lei nº 13.415/2017 e a educação profissional: uma análise dos caminhos da reforma nos Institutos Federais. Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de doutorado. UFPR: 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/83220/R%20-%20T%20-%20ALESSANDRO%20EZIQUIEL%20DA%20PAIXAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25/08/2023.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37056/37760>. Acesso em: 25/09/2023.

Título do resumo:**DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO À HISTÓRIA DE TRABALHO-EDUCAÇÃO – A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA EM LIVROS E ARTIGOS EM PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS****Autores:**

Maria Ciavatta

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo THESE – Projetos Integrados em Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF-UERJ-EPSJV/Fiocruz)

Resumo expandido:

O **objetivo geral da pesquisa** (Proc. CNPq n. 313357/2022-6, Pesquisador Senior) é o levantamento, identificação e análise do uso de fotografias como fonte de pesquisa social, com seus fundamentos teórico-metodológicos na escrita da História da Educação e da História do Trabalho-educação (CIAVATTA, 2019), em livros e periódicos especializados.

Do ponto de vista teórico-metodológico, três são as grandes questões teóricas que dão base ao projeto:

(i) o campo **Trabalho-Educação e sua historicidade** tem como referência teórica a crítica à economia política e a história como produção social da existência (entre outros, MARX, 1980; MARX, 1983; MARX; ENGELS, 1979). É o conhecimento da história do trabalho e da educação que dá sentido e significado a todas as ações humanas em sua relação com a vida em sociedade, com os fenômenos do mundo do trabalho, da educação, da cultura, da política, da comunicação etc.

(ii) **A pesquisa em História de Trabalho-Educação**, pela análise histórica (ARÓSTEGUI, 2006 e outros) dos fenômenos sociais, da questão cultural e ética dos processos de escolarização e das políticas educacionais na educação profissional, na formação integrada, nas escolas profissionais e técnicas, na formação dos trabalhadores.

(iii) **A fotografia como fonte de pesquisa** beneficiou-se da existência dos arquivos da história operária, da história da educação e da história do trabalho. Supõe a superação da busca da verdade dos fatos nas suas representações e conduz à discussão da fotografia como fonte histórica. Metodologicamente, trata-se de fazer a crítica interna dos documentos, das formas de apresentação da realidade pelas fotografias, assim como das funções de produção e do consumo das imagens na construção da modernidade e no mundo contemporâneo. A busca da compreensão pela totalidade social, implícita no objeto fotográfico, mas oculta na sua representação, na realidade aparente da fotografia, supõe o esforço de articular as partes em um todo com seus significados, para alcançar o objeto real da fotografia (entre outros, KOSSOY, 2007).

Os **Principais resultados** expressam-se no aprofundamento da historicidade e da historiografia do campo Trabalho-educação (CIAVATTA et al, 2019). No presente projeto, nos concentramos

A - Teses (T) e Dissertações (D) do Catálogo da Capes (CIAVATTA et al., 2023), para o qual selecionamos:

(i) T e D sobre **História de Trabalho-educação** (um sindicato universitário, trabalho ambulante do início do século XX e espaços educativos e correccionais);

(ii) T e D sobre **Educação, Ciência e Cultura** (o Mobral cultural, a expedição Thayer e a cultura material da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica);

(iii) T e D sobre **História, Fotografias e Fotógrafos** (os fotógrafos Henry Cartier-Bresson e Marc Ferrez).

B - O Projeto sobre livros e revistas especializadas deu ensejo à

(a) **publicação de artigos** (de autoria individual ou coletiva) sobre o uso de imagens na história do ensino industrial, o projeto industrialista no governo Vargas e temas afins, como a reforma do ensino médio no Rio de Janeiro, a distopia da relação capital e trabalho e o capitalismo, a escola em tempo de pandemia, fontes históricas (escritas e imagéticas) sobre a imposição do trabalho e a negação da educação (v. CV Lattes); (b) e **artigos em elaboração** sobre a mulher o trabalho e a formação docente, o ensino médio, as oscips e a fotografia de publicidade.

Em síntese, o campo de pesquisa Trabalho-educação tem consolidada a apropriação do materialismo histórico com a crítica da economia política para estudo das relações sociais de trabalho e da educação profissional na sociedade e na escola. Não obstante, ainda é restrita a pesquisa da História de Trabalho-educação. A contribuição maior é dos Institutos Federais que têm preservado acervos, criado centros de memória e publicado a história de suas instituições.

Referências:

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

CIAVATTA, M. Trabalho-educação – uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Trabalho Necessário**, Neddade, UFF, v. 17, n. 32, p. 132-149, 2019.

CIAVATTA, Maria et al. **Historiografia em Trabalho-educação**: como se escreve a história de educação profissional. Uberlândia: Navegando, 2019.

CIAVATTA, Maria et al. **Fotografia como fonte de pesquisa**. Da História da Educação à História de Trabalho-educação. Rio de Janeiro: Lamparina (impressa); Uberlândia: Navegando (digital), 2023.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. O método da economia política. In: **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1983

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I - Feuerhach)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

Título do resumo:**DESAFIOS, DILEMAS E DIFICULDADES PARA A MANUTENÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P), UMA PROPOSTA PARA A CONSCIENTIZAÇÃO E CONFORMIDADE NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO****Autores:**

Sílvia Cristina de Souza Trajano
Nathália de Queiroz Sather

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ

Resumo expandido:

A presente pesquisa surge do interesse em ampliar o horizonte social por meio da educação gerenciada pela administração pública, qualificando em serviço servidores da rede federal de educação, e demais profissionais interessados, da rede pública para a multiplicação institucional de saberes relacionados a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). O objetivo é propor a implantação da A3P no IFRJ campus Volta Redonda para a qualificação de sujeitos, em curso na modalidade em EaD, com apoio de parcerias que colaborem no estímulo a tomada de consciência ambiental, gerando produto de pesquisa e subsídio para a gestão administrativa do campus. A metodologia adotada é oriunda do campo de estudo, partindo de experiência vivenciada na implantação da A3P, por meio de curso na modalidade EaD, realizado pelo campus avançado Resende do IFRJ em 2020. Os sujeitos e consequentemente o público-alvo, deste trabalho são os agentes federais de educação e a comunidade, sendo pesquisa-ação participante o tipo de pesquisa que se desdobra em seus instrumentos, como referências bibliográficas de autores da Educação Ambiental, ensino de Ciências, alfabetização científica, a legislação da educação e ambiental, bem como políticas públicas, periódicos e documentos da educação a distância, associadas as tecnologias digitais de informação e comunicação para a educação, os documentos institucionais e entrevistas por meio de sondagem em reuniões, junto a comissão da A3P local (IFRJ Volta Redonda) amparada pela observação participante não estruturada e questionários, que farão parte do arcabouço metodológico de organização do novo curso de qualificação para o acompanhamento e manutenção da A3P em serviço. Para tanto, partiremos da análise do curso realizado em 2020, no campus do IFRJ da cidade de Resende. Como resultados, apresentaremos de que forma dada qualificação em serviço foi implantada, partindo de um projeto de extensão, que se desenvolveu com discussões e problemáticas alavancadas pela Comissão A3P (grupo de trabalho local do IFRJ de Resende) e como esta poderá se desdobrar para a atual proposta no campus da Cidade de Volta Redonda. Vale dizer, que existe um potencial probabilidade de sucesso na implantação de um novo curso em EaD para a qualificação de servidores e comunidade em A3P, não só para o campus Volta Redonda, mas para outras unidades da rede, sendo promissora oferta, desde que os ajustes em relação ao curso realizado em 2020 sejam considerados. E além disso, por ser na modalidade de EaD, o alcance e dos resultados dessa troca intercampi tem o potencial enriquecido, apoiado nos aportes teóricos da área em articulação com a realidade de cada região dos IF do Brasil participantes dessa empreitada.

Referências:

(algumas para demonstrar a produção e interlocução do grupo):

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. A3P / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. DELIZOICOV, D. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortes, 2009.

BOMFIM, A. M. Educação Ambiental (EA) para além do capital: estudos e apontamentos para a EA sob a perspectiva do trabalho. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 13. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6849>

BOMFIM, A. M. Que fazer diante da legislação ambiental e outros textos ambientais? Alguns apontamentos aos educadores. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4262>

BOMFIM, A. M. “O senhor não sabe não...? Isso é devido ao aquecimento global”: a educação ambiental midiática a contrapelo. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/Trabalho-GT22-4467.pdf>

LAYRARGUES, P. P. Identidades da educação ambiental: descobrimos que somos diferentes. Saberemos conviver com isso? In: DIB-FERREIRA, Declev Reynier; GUERREIRO, Jacqueline (Org.). **VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental: participação, cidadania e educação ambiental**. Anais... Niterói: Instituto Baía de Guanabara. 2010. p. 34-38.

KRASILCHIK, M. **Caminhos do Ensino de Ciências no Brasil**. Em Aberto, Brasília, v. 11, n. 55, p. 3-8, jul./set. 1992.

MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2007.

PIMENTA, S. G. Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2008.

TRAJANO, S. C. de S. (org). Educational Product: endorsement of a site as a platform for environmental education, dissemination and social articulation. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 13, n. 6, p. e7713646045, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i6.46045. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/46045>.

TRAJANO, S. C. de S. ; BOMFIM, A. M. do . Training of educators in environmental education: The site as a digital resource for teaching and socio-environmental organization. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 9, p. e14712943278, 2023. DOI: 10.33448/rsdv12i9.43278. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/43278>.

Título do resumo:**DIALÉTICA MATERIALISTA E ONTOLOGIA CRÍTICA: UM SUBGRUPO DO GEPOC/UFSC****Autores:**

Profª. Drª. Juliana Aparecida Cruz
 Prof. Dr. William Casagrande Candiottto
 Profª. Drª. Elaine Eliane Peres de Souza
 Profª. Drª. Soraya Reginato da Vitória
 Prof. Dr. João Vicente Alfaya dos Santos
 Profª. Drª. Patricia Laura Torriglia

Nome do grupo de pesquisa:

Dialética Materialista e Ontologia Crítica

Resumo expandido:

O Subgrupo intitulado *Dialética Materialista e Ontologia Crítica* pertence ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica (Gepoc) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Ciências Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc). O Subgrupo é composto por pesquisadores (as), professores (as) do Ensino Superior e das redes municipal e estadual, com destaque para as áreas de Matemática, História, Pedagogia, Educação Física, Biologia e Filosofia. O Subgrupo surgiu em meados de 2020 e, após um período de pausa, retomou suas atividades em 2024. Seus encontros são realizados quinzenalmente, de forma remota, uma vez que seus membros se encontram em diversas cidades do país. Com base nos fundamentos da Ontologia Crítica, o Subgrupo aprofunda questões relacionadas à dialética materialista e tem como referência diversos autores marxistas (Marx, Engels, Lukács, Lênin, Rosental, Straks, Cheptulin, Afanasiev, Belov, Kopnin, Kosik, Tchertkov) e outros estudiosos das categorias dialéticas. O intuito é de estabelecer relações onto-metodológicas com os objetos de estudo dos integrantes do Gepoc. Por extensão, estuda-se temas próprios ao Gepoc, como trabalho e educação, produção de conhecimento, teoria do desenvolvimento humano na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, estética, problemas de teoria e método na pesquisa educacional. O Subgrupo se insere nas problemáticas da educação fundamentado na abordagem marxista, em especial nos debates que contemplam sua articulação com a pesquisa educacional. Interessa-nos debater um núcleo comum de categorias que contribua com o debate que cada pesquisador tem se dedicado, em especial em suas teses de doutorado, quais sejam: Ser Jovem Trabalhador: entre a Conformação à Reprodução Metabólica do Capital e sua Superação (Profª. Drª. Juliana Aparecida Cruz); Crítica da Razão Matemática: uma Análise do Objeto da Geometria (Prof. Dr. William Casagrande Candiottto); As Bases Ontogenéticas do Desenvolvimento Humano na Teoria Histórico-Cultural: Aproximações com a Atividade Pedagógica na Educação Infantil (Profª. Drª. Elaine Eliane Peres de Souza); Lukács vai a Goethe: Mediações Literárias da Dimensão Estética na Formação Humana (Profª. Drª. Soraya Reginato da Vitória); Do Inorgânico ao Social: uma Crítica Ontológica à Filosofia de Humberto Maturana (Prof. Dr. João Vicente Alfaya dos Santos); A Formação Docente no Contexto Histórico-Político das Reformas Educacionais no Brasil e na Argentina (Profª. Drª. Patricia Laura Torriglia). Para que o debate seja profícuo, estabelecemos uma profunda interlocução entre todas as áreas do conhecimento por onde transitam seus pesquisadores, bem como Filosofia, Economia Política, Psicologia, Política, Direito e Sociologia. Assim, o

Subgrupo pauta suas atividades no desenvolvimento de uma visão de mundo, ser humano e sociedade ontologicamente fundamentada e historicamente situada. Em seu tempo de existência, o Subgrupo vem estudando obras de bases marxistas, notadamente Lukács, bem como os autores supracitados. Nossas atividades de estudos e pesquisas se estendem a outros espaços, como escolas e universidades, a partir das atividades de seus membros.

Referências:

AFANASIEV, V. G. **Fundamentos de los conocimientos filosóficos**. La Havana: Política, 1963.

BELOV, P. T. O caráter primário da matéria e secundário da consciência. In: TCHERTKOV, V. P. et al. **Materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Vitória, 1955. p. 269-336.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

KONSTANTINOV, F. V. **Fundamentos de la filosofía marxista**. Distrito Federal do México: Grijalbo, 1965.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. LENIN, V. I. **Materialismo y empiriocriticismo: notas críticas sobre una filosofía reaccionaria**. Moscú: Progreso, 1979.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1. MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

OVTCHINNIKOV, N. F. A materialidade do mundo e as leis de seu desenvolvimento. In: TCHERTKOV, V. P. et al. **Materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Vitória, 1955. p. 215-267.

PRADO JÚNIOR, C. **Dialética do Conhecimento**. Tomo 1. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ROSENTAL, M. M.; STRAKS, G. M. **Categorías del materialismo dialéctico**. Distrito Federal do México: Grijalbo, 1958.

TROCHIN, D. M. O movimento e o desenvolvimento da natureza e da sociedade. In: TCHERTKOV, V. P. et al. **Materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Vitória, 1955. p. 91-131.

TROTSKY, L. ABC da dialética materialista. Traduzido por Iuri Tonelo e André Augusto. **Revista Iskra**, 2013. Disponível em: <<https://revistaiskra.wordpress.com/especiais-iskra-trotsky-eengels/especial-iskraabc-da-dialetica-materialista/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

Título do resumo:**DILEMAS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA****Autores:**

Mario Lopes Amorim
Meimilany Gelsleichter

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho Educação e Tecnologia

Resumo expandido:

O resumo a seguir é parte integrante de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da UTFPR, que tem como objetivo analisar e compreender os impactos da formação recebida no Curso de Especialização *latu sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (Educação Profissional e Tecnológica) no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Até o momento, entrevistamos uma professora do curso a qual relatou preocupações acerca da relação entre teoria e prática na docência, no que se refere às disputas curriculares no seio da escola profissional: de um lado, uma formação mais pragmática e alinhada ao mercado de trabalho, e de outro, uma formação que busca a emancipação humana. Nas palavras da entrevistada abaixo, encontramos a expressão dessa contradição vivida pelos docentes.

A experiência de docência que eu tenho é a experiência de docência **que eu tive quando eu fui aluna muitas vezes**. Ou é a experiência da fábrica, da empresa, da prática profissional que aquele professor tem. Então ele [o professor] vai buscar **construir a docência a partir do referencial que ele tem**. E aí como que a gente chega hoje discutindo, por exemplo, **se a gente vai usar Competência ou se a gente vai usar Politecnia?** Qual é a implicação disso em sala de aula? O que que isto interfere no meu trabalho? Então toda essa discussão, de como pensar a EPT. (Entrevista professora, grifos meus).

Não podemos negar o acúmulo de experiências vividas pelo docente, já que elas o constituem como sujeito singular no mundo. Ao longo da vida “os futuros professores vivem nas salas de aula e nas escolas – e, portanto, em seu futuro local de trabalho – durante aproximadamente 16 anos” (TARDIF, 2010, p. 20). Por isso, “tal imersão é necessariamente formadora, já que leva os futuros professores a adquirirem crenças, representações e certezas sobre a prática do ofício de professor, bem como sobre o que é ser aluno” (TARDIF, 2010, p. 20). Porém, é preciso ter cautela sobre o papel da experiência na construção do conhecimento, sobretudo quando estas experiências iniciais, aprendidas no chão da escola, são tomadas como referências em si, incorporadas de forma acrítica como verdades absolutas, endossando a epistemologia da prática como encontramos em Tardif (2010). Tal abordagem, caracterizada pelo compartilhamento das empirias, pelos relativismos, culturalismos e construtos discursivos, tem como consequência a supressão da discussão teórica das pesquisas educacionais, valorizando o imediato e o subjetivo, em um elogio acrítico do cotidiano e em prejuízo do campo das mediações, ou seja, das relações existentes entre o singular, o particular e o universal (MORAES, 2009).

A professora entrevistada reconhece seus limites e dificuldades em integrar teoria e prática ao trabalho docente, ou seja, o *saber pedagógico* e o *saber didático-curricular*

(SAVIANI, 2011). São dilemas dos professores da EPT, que expressam a falta de concepções teóricas consistentes e o descompasso das políticas públicas de formação de professores com a própria demanda dos docentes (MACHADO, 2008).

A escuta da entrevistada demonstrou que os professores estão conscientes da inadequação da formação profissional recebida; eles se sentem jogados na água sem que ninguém esteja preocupado em ensiná-los a nadar. De um lado, julgam quase sempre suficiente a preparação disciplinar obtida, mas se sentem desguarnecidos na linha de frente do conhecimento dos problemas educativos, dos processos de aprendizagem na idade evolutiva, das metodologias didáticas gerais (programação curricular, avaliação etc.) e das metodologias didáticas específicas da matéria ensinada” (CAVALLI, a cura di, 1992, p. 243).

Referências:

CAVALLI, A. [a cura di] **Insegnare oggi**: prima indagine IARD sulle condizioni di vita e di lavoro nella scuola italiana. Bologna: Il Mulino, 1992.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação de professores para educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In MEC/INEP (Org.). **Formação de professores para a educação profissional e tecnológica**. Coleção Educação Superior em Debate, v. 8, pp. 67-82. Brasília: MEC/INEP, 2008.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. —A teoria tem consequências: indagações sobre o conhecimento no campo da Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/ZS6HLdsDxjnLbHqkV5hnh9w/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 26 jul. 2024.

SAVIANI, D. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. **Poiesis Pedagógica**, Catalão, v. 9, n. 1, p. 07–19, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v9i1.15667.

Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/15667>. Acesso em: 26 jul. 2024.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 13, p.5-24, 2000.

Título do resumo:**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO DE COOPERATIVAS DO MST.****Autores:**

Gabriel Tamanchieviz Argenton

Maria Clara Bueno Fischer

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Conhecimento (TEC)

Resumo expandido:

O seguinte resumo trata-se da pesquisa em andamento realizada pelo autor, que tem como objetivo discutir a Educação Profissional do Campo e apresentar a experiência do curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) do MST. O referido curso, organizado pelo Instituto de Educação Josué de Castro em Viamão (RS), trata-se de uma experiência que soma mais de 30 anos de atividade, sendo um dos espaços de formação mais consolidados do MST.

Pereira ao introduzir seu verbete sobre educação profissional no livro *Dicionário da Educação do Campo*, apresenta o tema como “um campo em disputa entre projetos hegemônicos voltados ao capital e projetos outros de educação do trabalhador como resistência (reação e criação) ao modo de produção de vida existente” (2012, p. 286). Assim na educação profissional, como também na agricultura, o Movimento discute de forma séria qual o projeto de educação profissional que deseja para as pessoas que dele participam.

Para contribuir com este debate, Roseli Caldart (2010) nos traz a reflexão de avançar no desenvolvimento teórico de uma “Educação Profissional do Campo”, a partir da perspectiva de dar centralidade em aspectos que são importantes nas contribuições teóricas sobre educação profissional, conjugados com a bagagem teórica da Educação do Campo. Nesse sentido, a autora coloca em pauta questões importantes como “o trabalho no campo, dos embates de projetos de desenvolvimento, de modos de fazer agricultura e das diferentes experiências de formação profissional dos seus sujeitos” (Ibidem, p. 230).

O Técnico em Administração de Cooperativas como produto do Movimento Sem Terra esteve ligado de forma estreita ao desenvolvimento das práticas de cooperativismo em assentamentos da reforma agrária, alicerçando-se nas discussões do movimento sobre a cooperação agrícola (CHRISTOFOLLI, 2007). Assim, podemos afirmar que o curso esteve atrelado à estratégia de formação e capacitação de gestores de cooperativas, aliando a educação profissionalizante com a educação política. Como afirma Christofolli, “o curso TAC foi criado para enfrentar a carência de quadros organizadores e gestores para as cooperativas e organizações associativas dos assentamentos” (2007, p. 81). Com o avanço das discussões sobre a produção nos espaços da reforma agrária em que o MST estava presente, o curso sempre esteve a serviço das discussões do movimento, “em vista de contribuir para refletir e enfrentar questões discutidas nas instâncias, com os desafios da construção prática das experiências cooperativas e associativas e com a organização da produção nos assentamentos.” (Ibidem).

Este trabalho visa apresentar experiência educativa do TAC, com o objetivo de relacionar tal processo com as discussões sobre Educação Profissional do Campo e as produções teóricas voltadas à formação para o trabalho associado. Para tal, serão

utilizadas abordagens qualitativas, como a análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores da escola, bem como a presença de campo no Instituto Josué de Castro. Como plano de fundo, para guiar as análises, serão utilizadas as fundamentações teóricas alicerçadas pelo materialismo histórico dialético (MARX; LENIN; NETTO; TRIVINOS; FRIGOTTO), a fim de entender como se forjou os entendimentos sobre a capacitação profissional e técnica no MST, provocando (e sendo provocado) as mudanças nas concepções sobre a formação de propostas educacionais coerentes com o processo de transformação social do Movimento.

Referências:

CALDART, R. S. Educação Profissional na perspectiva da Educação do Campo. In: CALDART, R. S; *et al* (org.). **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 229-241.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos para um balanço do Curso Técnico em Administração de Cooperativas. **Cadernos do Iterra**, Veranópolis, v. 13, n. 4, p. 71-127, set. 2007.

PEREIRA, I. B. Educação Profissional. In: CALDART, R. S; *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro - São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 288-295.

Título do resumo:**ESPETÁCULO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE AS ÚLTIMAS REFORMAS CURRICULARES NACIONAIS****Autores:**

Valéria Prazeres dos Santos

Nome do grupo de pesquisa:

Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/CED/UFSC)

Resumo expandido:

Este texto é resultado das leituras, estudos e discussões feitas durante a disciplina Trabalho e Educação na Sociedade do Espetáculo, ministrada pelos professores Drº Rafael Rodrigo Mueller e Drº André Cechinel, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, (2024.1). A proposta foi a de relacionar o conteúdo das aulas ao objeto de estudo da pesquisa em andamento.

Alinhado ao Materialismo Histórico-Dialético como método e utilizando de pesquisa bibliográfica, nos aproximando de autores que discutem o espetáculo, especialmente Debord (1997), Cechinel e Mueller (2022) e as Políticas Educacionais, Freitas, (2012, 2018), Peroni e Caetano (2015), Martins e Pina (2020), dentre outros. O objetivo é apontar e discutir aspectos do espetáculo que podem ser visualizados nas reformas curriculares propostas pelos Organismos Internacionais - OI, e endossadas pelos Aparelhos Privados de Hegemonia para a educação brasileira e como estes influenciam diretamente no trabalho docente a partir do falso positivo apresentados como aspectos de qualidade, mas que ocultam uma formação flexível, baseada nos valores do mercado.

Focalizaremos neste trabalho, na forma como os reformadores empresariais da educação (Freitas, 2018) e seu apoio ao receituário neoliberal presentes em documentos dos OI como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, vêm, em busca de ampliar seu projeto de sociedade (exemplo, BNCC e reforma do Ensino Médio), desarticulando e deformando o trabalho docente.

Mais especificamente, discutiremos as premiações, como o prêmio LED e o prêmio Educador Nota 10, além do ranqueamento de instituições a partir da nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, para apresentar-se como falso positivo. Para Debord (1997, p. 16) “o espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de que “o que aparece é bom, o que é bom aparece”.

Assim, para alcançarmos o objetivo a que nos propusemos, vamos apresentar o conceito de Sociedade do Espetáculo, posteriormente, partiremos para o contexto que favoreceu a abrangência do empresariado na educação nacional e as políticas que, hoje, refletem o espetáculo na educação e no trabalho docente.

A enorme positividade do capital sobre a educação é espelhada nas propostas de reformas. Analisemos: o ideal de *qualidade* aparece como a positividade, por trás deste conceito, os APH ocupam espaço e apresentam seus produtos como solução. Os APH encontram um excelente nicho na área educacional, assim, produzem pesquisas, propagam relatórios, apontam defeitos e problemas da educação pública. Induzem a criação de políticas nos moldes empresariais, vendem pacotes, livros, ideias, sua imagem, mas o resultado não vem, segue “indiscutível e inacessível”. Toda essa produção de “política com evidência” (Freitas, 2018, p.61), descaracteriza a escola e o

trabalho docente. A enxurrada de concursos e prêmios objetiva a padronização do ensino, estimulando a competição. A lógica de bonificação por resultado já está instalada em muitos estados, criando uma divergência meritocrática entre salários. Os prejuízos para a categoria docente precisam ser conhecidos e debatidos, por isso este trabalho, amparando-se em outros pesquisadores que vêm desenvolvendo pesquisas, artigos, livros, dossiês, busca juntar-se às discussões, ampliando o leque de determinações necessárias para a compreensão das políticas de curriculares e da intensificação da mercantilização da educação no Brasil, buscando expor a intencionalidade da lógica privatizante para o trabalho pedagógico e debatendo a lógica de trabalho educativo numa perspectiva marxiana e engelsiana que não se confunde com o enunciado da pedagogia das competências (Martins; Castro, 2021), pois esta última nega a humanização e rebaixa o ensino a uma mera instrumentalização, aos filhos da classe trabalhadora, apenas o necessário para a mão de obra barata, aos professores, o economicismo, o apostilamento, meros executores.

Referências:

CECHINEL, André; MUELLER, Rafael Rodrigo. **Formação Espetacular!:** Educação em tempos de Base Nacional Comum Curricular. - Salvador: EDUFBA, 2022. 209 p.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de jun. 2024.

MARTINS, A. S. ; PINA, L. D. Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020052, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8657754. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657754>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MARTINS, A. S.; CASTRO, L. F. de. (2021). A concepção de trabalho educativo do Sebrae: assimilar a docência para difundir o empreendedorismo. **Germinal: Marxismo e educação em Debate**, 13(1), 152–179. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43737>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Título do resumo:**FORMAÇÃO INTEGRADA NOS INSTITUTOS FEDERAIS: A CONTRIBUIÇÃO DA MODELAGEM MATEMÁTICA PARA A JUSTIÇA SOCIAL****Autores:**

Julian da Silva Lima

David Antonio da Costa

Nome do grupo de pesquisa:**Resumo expandido:**

Os Institutos Federais (IFs) contribuem para a promoção de justiça social, pois destinam-se à redução das desigualdades sociais. Sua concepção de formação, que é pautada na integração entre ensino médio e técnico, proporciona formação profissional, independentemente da origem social ou econômica do estudante, garantindo oportunidades iguais de acesso ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento pessoal e profissional. Essa Formação Integrada que fundamenta os IFs possui como base teórica e epistemológica a omnilateralidade e a politecnia, tendo o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a interdisciplinaridade como método (Sobrinho; Garnica, 2020). Entretanto, percebe-se a necessidade de se buscar meios para se colocar em prática essa formação, considerando que as pesquisas demonstram que em boa parte dos cursos dos IFs espalhados por todo o país os currículos não estão integrados (Frigotto *et al.*, 2018), evidenciando a necessidade de se produzir formas para se institucionalizar a Formação Integrada. Tendo em vista esta problemática, estamos desenvolvendo uma pesquisa que tem como objetivo realizar uma interlocução teórica entre as concepções de Formação Integrada e Modelagem Matemática, e demonstrar como a Modelagem Matemática pode contribuir para o Ensino Integrado, com base na aplicação de atividades construídas para integração entre as disciplinas de Matemática e Zootecnia de um Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. O estudo se apoia nas contribuições sobre Formação Integrada, em especial de Frigotto (2012), Ramos (2008) e Ciavatta (2015), e nos aportes teóricos e metodológicos sobre Modelagem Matemática de Biembengut (2014, 2016). Demonstramos que a Modelagem Matemática, desde a sua gênese quando pensada para a educação no Brasil, propicia que se desenvolvam questões relacionadas ao trabalho, que possui a pesquisa em sua essência, e a Interdisciplinaridade como fundamento, ao encontro da concepção teórica e epistemológica de Formação Integrada dos IFs. Com as atividades aplicadas em turmas do 1º ano do Instituto Federal Catarinense/*Campus* Santa Rosa do Sul, realizamos o ensino-aprendizagem dos conceitos de Função Afim e Bem-estar animal, entre outros conhecimentos zootécnicos, ao propor aos estudantes desenvolverem uma pesquisa para avaliar os impactos na produção e na qualidade de ovos de galinhas poedeiras submetidas a diferentes sistemas de criação. A partir de questionários e debates sobre a ideia de Bemestar animal, construiu-se junto aos estudantes o problema de pesquisa. Em grupos, os mesmos realizaram os manejos no setor de avicultura do *campus*, onde coletaram os dados e, com esses, construíram os modelos que se traduziram nos objetos matemáticos estudados. Por fim, validaram os modelos e responderam a questão de pesquisa, perpassando por todas as etapas da Modelagem Matemática para o ensino, sendo elas, Percepção e Apreensão, Compreensão e Explicitação, e Significação e Expressão (Biembengut, 2014, 2016). Conclui-se que Modelagem Matemática na Formação Integrada, pode contribuir para

formação omnilateral e politécnica, na medida que os alunos se apropriam dos conhecimentos relacionados ao que justifica as práticas profissionais, ao passo que se desenvolvem como cidadãos para integrar uma sociedade mais justa e equalitária.

Referências:

BIEMBENGUT, Maria S. **Modelagem matemática no ensino fundamental**. Blumenau: Edifurb, 2014.

BIEMBENGUT, Maria S. **Modelagem na educação matemática e na ciência**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

CIAVATTA, Maria F. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: CALDART, Roseli Salete.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. p.267-274. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Politécnica. In: CALDART, Roseli Salete.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. p.267-274. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

FRIGOTTO, Gaudêncio.; CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaundêncio. *et al.* O “estado da arte” das pesquisas sobre os IFs no Brasil: a produção discente da Pós-Graduação – de 2008 a 2014. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o Ensino Médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018. p. 83-148.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. [S. l.]. c2008.

Disponível em:

http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

SOBRINHO, Sidinei. C.; GARNICA, Tamyris. P. B. Chronos ou Kairós? qual é o “tempo” de formação nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia- IFS?. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v. 35, n. 112, p. 45–65, 2020.

Título do resumo:**GERENCIALISMO EDUCACIONAL E AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM UM INSTITUTO FEDERAL****Autores:**

William Sperb Junior
Maria Raquel Caetano

Nome do grupo de pesquisa:

GEPEPT/IFSul

Resumo expandido:

O estudo em andamento tem como centralidade o Programa Novos Caminhos (PNC) e as consequências da implantação desse programa em um Instituto Federal do RS. Em especial procura investigar o gerencialismo como teoria e prática e como ele adentra na instituição em detrimento de uma educação voltada à formação integral e integrada dos estudantes. O gerencialismo no Brasil foi introduzido a partir da Reforma do Estado nos anos de 1990 e previa a modernização da administração pública, introduzindo os valores gerenciais. Ao longo dos anos o gerencialismo foi se aprofundando e atualmente é considerado como “[...] a matriz teórico-ideológica que oferece o suporte operacional para o avanço do projeto neoliberal” (ABDALA; SOCARRAZ, 2019) e tornar o mercado como a referência para todas as instâncias da vida social, política e econômica. No contexto educacional tem privilegiado a inserção de parcerias público-privadas, a ênfase no cidadão como cliente, a descentralização, a gestão e o planejamento estratégico, a criação de ambientes competitivos e a produtividade por resultados, a flexibilização da contratação na gestão dos serviços e a introdução de novos conteúdos educacionais a partir das sucessivas reformas educacionais como a BNCC, Reforma do Ensino Médio e a Reforma da Educação Profissional. Essas premissas têm contribuído à constituição da escola neoliberal que é um dos fatores decisivos no processo de construção da sociedade empresarial, porque a educação se coloca a serviço da competitividade econômica como investimento no capital humano. Investigamos em um Instituto Federal do RS como o Programa Novos Caminhos, através dos editais de ensino, pesquisa e extensão, contribuem para a formação de uma cultura gerencial priorizando os resultados. Adotou-se, para a produção dos dados, a pesquisa bibliográfica, documental e o mapeamento dos editais entre os anos de 2019 a 2023 período em que o MEC investiu fortemente no fomento a essas ações por ser uma ação estratégica para implantar o Novo Ensino Médio e em especial o quinto itinerário da formação técnica e profissional. As categorias de análise são a Inovação, Empreendedorismo e a Educação 4.0, a plataforma da educação profissional e a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada.

Até o momento podemos dizer que o gerencialismo educacional via Programa Novos Caminhos vai propondo uma adequação dos Institutos Federais a uma nova cultura de desempenho como se estivessem em um mercado competitivo e se tornasse semelhantes a um negócio.

Referências:

ABDALA, P. R. Z.; SOCARRAS; J. F. P. Reflexiones sobre la Administración pública y el Neoliberalismo en Nuestramérica, Siglo XXI. Revista Eletrônica da Administração, Porto Alegre, v. 25, n. 2, pp. 22-39, 2019.

CAETANO. M.R; PORTO JR.M. Educação e reestruturação do capital. É possível

resistir ao discurso 4.0? In: CAETANO. M.R; PORTO JR.M.; SOBRINHO.S.C.(Org). Educação Profissional e os desafios da formação profissional: concepções, políticas e contradições. Editora CRV.Curitiba:2021.

CAETANO, M.R A política de Educação Profissional e Tecnológica no governo Bolsonaro (2019-2022). Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, n. 23, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14424>. Acesso em: 22 mar. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. Educação & Realidade, v. 37, n. 2, 2012. Disponível em: Acesso em: 10 de jun. 2024. MÉSZÁROS, I. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

Título do resumo:**GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOLA: INTERVENÇÃO E CONHECIMENTO****Autores:**

Prof. Dr. Vidalcir Ortigara

Prof. Dr. Carlos Augusto Euzébio

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Escola

Resumo expandido:

O GEPEFE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Escola: intervenção e conhecimento, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Unesc, em articulação com a *Linha Formação Humana, Teoria Social e Ontologia Crítica* do GEPOC/UFSC, surgiu como resposta às necessidades da educação física escolar de refletir, sistematizar e divulgar o conhecimento produzido na área. É perceptível que os avanços teórico-pedagógicos da área ainda não se consubstanciaram na atividade pedagógica escolar. Este debate articula-se com a formação dos professores de educação física no que tange às discussões do que, como e para quem ensinar. Nesse caso, ressaltamos o primeiro termo, a questão do conteúdo, o que exige estudos em relação aos aspectos gnosiológicos do conhecimento e orientações didático-pedagógicas de sistematização do conteúdo dos objetos da cultura corporal.

Preocupados com tais questões os professores pesquisadores, acadêmicos de graduação e pós-graduação e professores de educação física das escolas de Educação Básicas – que compõem o GEPEFE – realizam atividades de pesquisa com os seguintes objetivos: estudar as proposições pedagógicas da educação física escolar; investigar os conteúdos dos objetos da cultura corporal; propor organização do ensino dos conteúdos dos objetos da cultura corporal a partir da Teoria da Atividade de Estudo. As investigações ocorrem orientadas pela concepção materialista histórica de objetos do conhecimento, o que nos indica que, em primeiro lugar, investigar os objetos da cultura corporal existente na prática social, identificados de modo geral por Nascimento (2014) como de controle da ação corporal do outro, domínio da própria ação corporal e produção de imagem artística com as ações corporais. Disso se infere que para cada um deles há um sistema de conceitos (Davióv, 1988; Vigotski, 2001) a ser organizado e sistematizado para que os alunos se apropriem dos seus conteúdos. O GEPEFE tem investigado quais são esses conteúdos e qual a possibilidade de sua organização a partir da Teoria da Atividade de Estudo (Davióv, 1988, 2019; Dvaíóv; Slobódchikov, 1991), que resultou nas seguintes principais produções:

BERNARDO, Jhenifer A. **O conteúdo teórico do conceito regra**. 2020. 99 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação, Criciúma, 2020.

DE BONA, Bruna C. **O conteúdo do conceito dança nos cursos de Educação Física do Sul Catarinense**. 2016. 144 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação, Criciúma, 2016.

DE BONA, Bruna C. **O gesto coreográfico como síntese criativa entre a intenção evocativa e os elementos cênicos**: a composição em dança com base na estética

de Lukács. 2023. 214 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

EUZÉBIO, Carlos A. **O conteúdo teórico dos conceitos de tática e estratégia no esporte**. 2017. 251 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

MENEGHEL, Gustavo A. B. **O conteúdo teórico do conceito de xadrez**. 2019. 142 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação, Criciúma, 2019.

MILAK, Isabela N.; ORTIGARA, Vidalcir. **O jogo na perspectiva historicocultural: uma proposição a partir do ensino desenvolvimental**. Curitiba: Appris, 2022.

MILAK, I. N.; NASCIMENTO, C. P.; EUZÉBIO, C. A.; ORTIGARA, V. Os processos de ensino e de aprendizagem em Educação Física a partir da perspectiva histórico-cultural de desenvolvimento humano. **Obutchénie: R. de Didat. e Psic. Pedag.** Uberlândia, MG|v.7|n.2|1-25|mai./ago. 2023.

MORAES, Diênifer L. **Relações entre a brincadeira de papéis sociais e a motricidade na pré-escola**. 2022. 87 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação, Criciúma, 2022.

Referências:

DAVÍDOV, V. V. Análisis de los principios didácticos de la escuela tradicional y posibles principios de enseñanza em el futuro próximo. In: SHUARE, Marta (Org.) **La psicologia Evolutiva y pedagógica em la URSS**. Moscú: Editorial Progreso, 1987.

DAVÍDOV, V. V. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**. Moscou: editorial Progreso, 1988.

DAVÍDOV, V. V.; SLOBÓDCHIKOV, V. I. La enseñanza que desarrolla em la escuela del desarrollo. In: MÚDRIK, A. V. **La educación y la enseñanza: una mirada al futuro**. Moscou: Editorial Progreso, 1991.

DAVIDOV, V. V. Conteúdo e Estrutura da Atividade de Estudo. In: CARDOSO, Cecília G. C.; LONGAREZZI, A. M.; PUENTES, R. V. (Orgs.). **Teoria da Atividade de Estudo: contribuições de D. B. Elkonin, V. V. Davidov e V. V. Repkin**. Uberlândia: EDUFU, 2017.

NASCIMENTO, C. P. **A atividade pedagógica da Educação Física: a proposição dos objetos de ensino e o desenvolvimento das atividades da cultura corporal**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZAPORozHETS. A. Estudo psicológico do desenvolvimento da motricidade na criança pré-escolar. In: DAVIDOV, V. V.; SHUARE, M. **La Psicología evolutiva e pedagógica en la URSS**: Antología. Moscou: Editorial Progreso, 1987.

Título do resumo:**GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ONTOLOGIA CRÍTICA – GEPOC/UFSC: UMA HISTÓRIA DE VINTE E CINCO ANOS****Autores:**

Profa. Dra. Patricia Laura Torriglia
 Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
 Prof. Dra. Giandrea Reuss Strenzel
 Prof. Dr. Mauricio José Siewerdt
 Prof. Dr. William Casagrande Candiottto.

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de estudos e pesquisa em Ontologia Crítica – GEPOC/UFSC

Resumo expandido:

O *Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica* (GEPOC) está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Ciências Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O GEPOC é composto por pesquisadores, professores/as do Ensino Superior e da rede municipal e estadual, estudantes da pós-graduação e de graduação de diferentes áreas, com destaque para a educação, ciências sociais, economia, direito, educação física, jornalismo, filosofia, psicologia, entre outras, que desenvolvem pesquisas nas suas respectivas áreas e as articulam com os estudos do Grupo. Ele registra seus antecedentes no UFSC/CED/PPGE desde 1999, e realiza semanalmente encontros de estudo sobre a ontologia crítica, trabalho e educação, produção e processos de conhecimento, teoria do desenvolvimento humano na perspectiva da teoria histórico-cultural, estética, problemas de teoria e método na pesquisa educacional, entre outros temas, expressos em dissertações, teses e pesquisas. O GEPOC estuda, pesquisa e debate questões e problemáticas sobre a educação tendo como núcleo comum uma abordagem marxista da educação, articulando e maximizando os debates nas áreas que se articulam à pesquisa educacional. Interessa contribuir nas discussões sobre as diferentes vertentes do pensamento educacional, em especial, o debate em relação ao trabalho e ao capital, os processos de ensino e aprendizagem, o ceticismo epistemológico pós-moderno, o (neo) pragmatismo, nas diversas dimensões do complexo educacional. Para tal fim interessa uma constante interlocução com a Filosofia, a História, a Economia, Psicologia, Política, Direito, Sociologia, visando a uma apreensão mais ampla e profunda do fenômeno educacional. De tal modo, o GEPOC considera que esse debate alcança e repercute fortemente nas esferas sociopolíticas, culturais e educacionais. O Projeto do grupo é FORMAÇÃO HUMANA, ONTOLOGIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO, dele se desdobram outras temáticas e pesquisas que a partir de seus objetos específicos e recortes baseiam os estudos na base da ontologia crítica, quer dizer, uma compreensão do mundo e dos sujeitos objetivamente e historicamente postos na materialidade do real. Em seus quase vinte e cinco anos (2025), o Grupo estuda sistematicamente as obras de referencial marxista, em especial, as produções do pensador húngaro G. Lukács, realizando também revisões de traduções. Nesse processo histórico do grupo, se desdobraram muitos estudos, pesquisas, teses, dissertações e TCCs, cujos fundamentos no materialismo histórico e dialético (ontologia crítica) favoreceu a capturas do real de maneira crítica e aprofundada. Essa atividade se estendeu em outros espaços e lugares a partir de diferentes membros, que depois de sua formação na Pós-Graduação, efetivaram outros subgrupos levando assim, os estudos e debates de temas específicos ou desdobramentos de estudos

realizados no GEPOC.

Linhas de pesquisa:

1. Estética, Produção de conhecimento

A partir dos fundamentos da Ontologia Crítica aprofundar os estudos em relação à Estética tendo como referência G. Lukács, entre outros, com o intuito de estabelecer relações teóricas e práticas com o campo educacional.

2. Teoria Histórico Cultural e Ontologia Crítica

Estudar as articulações entre a Teoria Histórico Cultural e a ontologia crítica no campo educacional. Compreender o desenvolvimento e as articulações dos processos de organização psíquica/emocional/afetiva a partir de uma concepção materialista da atividade humana. Buscar aproximações entre os processos estéticos e a educação.

3. Trabalho, Produção do Conhecimento e Ontologia Crítica

Aprofundar o trabalho como categoria ontológica fundante e suas relações com as condições histórico concretas. Analisar os processos da reprodução social e seus diferentes complexos, em especial a produção de conhecimento.

4. Formação Humana, Teoria Social e Ontologia Crítica

Aprofundar os aspectos teóricos em relação à produção de conhecimento na pesquisa educacional e na teoria social. Compreender os processos políticos e de educação na perspectiva da formação humana que abarca a necessária independência e unicidade entre subjetividade e objetividade, teoria e prática, entre outras dimensões.

5. Dialética Materialista e Ontologia crítica

Com base nos fundamentos da ontologia crítica, interessa aprofundar questões relacionadas a dialética materialista, tendo como referência diferentes autores marxistas (Marx, Engels, Lukács, Rosental e Straks, Cheptulin, Afanasiev, Belov, Kopnin, Kosik, Tchertkov) e outros estudiosos das categorias dialéticas. O intuito é de estabelecer relações onto-metodológicas com os objetos de estudo dos integrantes do Gepoc.

A partir das linhas temos os seguintes Subgrupos:

1- *Grupo de estudos e Pesquisa em Educação Física e escola: conhecimento e intervenção (GEPEFE)* coordenado por Prof. Dr. Vidalcir Ortigara (UNESC) e Carlos Augusto Euzébio (UFPR).

2- *Teoria Histórico Cultural e Ontologia Crítica* coordenado por Profa. Dra. Giandrea Reuss Strenzel (NDI/CED/UFSC).

3- *Estudos marxistas em Educação*, coordenado por Prof. Dr. Mauricio José Siewerdt (Universidade Federal de Fronteira Sul)

4- *Dialética Materialista e Ontologia Crítica* coordenado por Profa. Dra. Juliana Aparecida Cruz (SED/SC) e Prof. Dr. William Casagrande Candiottto (Unibave)

Referências:

HOLTZ, H.; KOFLER, H. L.; ABENDROTH, W. **Conversaciones con Lukács**. Madrid: Alianza, 1969.

JUNG, W. Para uma ontologia de la vida cotidiana. La filosofia tardia de Gyorgy Lukács. In: VEDDA, M.; INFRANCA, A. (Orgs.). **Gyorgy Lukács: Ética, Estética y Ontologia**. Buenos Aires: Colihue, 2007. p. 85-101.

FREDERICO, C. O cotidiano e arte em Lukács. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 299-308, dez. 2000.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. 3. ed. Barcelona: Península, 1991.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a particularidade como categoria da estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **Estética**. La peculiaridad de lo estético. Barcelona: Grijalbo, 1966.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1. MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TERTULIAN, N. Marx: uma filosofia da subjetividade. **Revista Outubro**. [S.l], n. 10, p. 7-16, 2004.

TERTULIAN, N. Sobre o método ontológico-genético em filosofia. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 375-408, jul./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2009v27n2p375>

Título do resumo:**GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TEORIA HISTÓRICO CULTURAL E ONTOLOGIA CRÍTICA: DEZ ANOS DE HISTÓRIA****Autores:**

Prof. Dra. Giandréa Reuss Strenzel

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de estudos e pesquisas em teoria histórico cultural e ontologia crítica – GEPOC-THC/UFSC

Resumo expandido:

O *Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Histórico Cultural e Ontologia Crítica* GEPOC-THC é um sub grupo do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica - GEPOC, este ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, CED/UFSC, onde se configura como linha de pesquisa. Participam do GEPOC-THC pesquisadores, professoras/es da Educação Básica e do Ensino Superior. Foi criado a partir do ano de 2014, com estudos e pesquisas de seus membros e se reúne quinzenalmente, vindo a se dedicar ao debate de assuntos concernentes a teoria histórico cultural no interior da área da educação infantil especialmente, formação de professores e ontologia crítica. O GEPOC-THC estuda, pesquisa e debate questões e problemáticas tendo núcleo central a tradição marxista, cujos pensadores Marx, Engels e Lenin alicerçam a teoria histórico cultural, seguindo-se a contribuição do húngaro G. Lukács e sobretudo, o pensador magistral Lev Semionovitch Vigotski.

Acreditamos que esse arcabouço teórico contribui para pensarmos e construirmos um projeto de educação e formação humana a partir da compreensão de mundo e de sujeito objetiva e historicamente postos na materialidade do real. Que tal faça frente às abordagens pós modernas do complexo educacional que defendem um recuo da teoria e o (neo) pragmatismo, as quais assolam as teorias do desenvolvimento, as relações de ensino-aprendizagem e a formação de professores. A articulação com o GEPOC nos permite constante interlocução visando uma apreensão abrangente e intrínseca do fenômeno educacional. Em seus dez anos, o Grupo vem estudando sistematicamente as obras do referencial da teoria histórico cultural, em especial, as produções do pensador bielorusso Lev Semionovitch Vigotski como fonte primária e como fontes secundárias, autores nacionais e internacionais que nos auxiliem na compreensão teórica e contextual do autor. Nesse processo, se desdobraram estudos, pesquisas, teses, dissertações, articulações com projetos de ensino na educação básica e na graduação, projetos de extensão de formação continuada da educação básica, apresentações em eventos nacionais e internacionais cujos fundamentos no materialismo histórico e dialético (ontologia crítica) articulados à teoria histórico cultural, favoreceram a qualificação da discussão teórica articulada ao chão da sala de aula e a captura do real de maneira crítica e aprofundada.

Referências:

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009. 253p.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 240p.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, Karl. **Ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844.** Buenos Aires: Colihue Clásica, 2010.

PRESTES; Z & TUNES, E. Lev Vigotski, a Revolução de Outubro e a questão judaica: o nascimento da teoria historicocultural no contexto revolucionário. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 3, p. 288-290, set.-dez. 2017.

_____. 80 anos sem Lev Semionovitch Vigotski e a arqueologia de sua obra. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 3, p. 5-14, 2014.

SULLE, A. et al. Lev Vigostky, narraticas y construcción de interpretaciones acerca de su biografia y su legado. **Anuario de Investigaciones.** Buenos Aires, Argentina. Universidad de Buenos Aires. vol. XXI, 2014, pp. 193-199.

RUBINSTEIN, S. Principios filosoficos de la psicologia. Los primeros manuscritos de Carlos Marx y los problemas de la psicologia. In: **El desarrollo de la psicologia. Principios y métodos.** Argentina: Grijalbo, 1974. p. 265-357.

SHUARE, M. **A psicologia soviética tal como la veo.** 1990.

TOASSA, Gisele. **Emoções e vivências em Vigotski.** Campinas: Papirus, 2011.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas.** Tomo III. Madrid. Visor, 1995.

_____. **Obras Escogidas.** Tomo IV. Madrid. Visor, 2006.

_____. **Sete aulas de L.S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

Título do resumo:**GRUPO DE ESTUDOS EM TRABALHO E EDUCAÇÃO – GETRED/UFFS****Autores:**

Maurício José Siewerdt

Nome do grupo de pesquisa:

O Grupo de estudos em trabalho e educação GETRED/UFFS é vinculado ao Grupo de estudos e pesquisas em ontologia crítica – CED/UFSC.

Resumo expandido:

O Grupo de Estudos em Trabalho e Educação - GETRED constitui-se como um grupo institucionalizado na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica – GEPOC/UFSC. Criado em 2017, por ele já fizeram formação, desde então, cerca de meia centena de estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais da educação básica e superior, incluindo estudantes vinculados ao GEPOC/UFSC. Desde sua criação, sua finalidade foi, e é, alcançar os estudantes trabalhadores com dificuldade de acesso a grupos de estudo em dias regulares e estrategicamente, então, os encontros acontecem quinzenalmente aos sábados à tarde. Com ênfase nos estudos da relação e interconexões entre as categorias do trabalho e da educação, o grupo se propõe ao aprofundamento dos conhecimentos dos fundamentos ontológicos e históricos desses complexos. Na direção da compreensão dessas categorias, o grupo lança mão de uma metodologia do estudo sistemático (por meio da leitura e do debate coletivo parágrafo a parágrafo) de textos clássicos de Karl Marx e do marxismo, especialmente de sua obra magistral, O capital, e a que sintetiza todo o percurso intelectual de Georg Lukács, a sua Grande Ontologia. A categoria trabalho, protoforma do Ser Social e modelo de toda práxis social (Lukács, 2013), entendemos de importância fulcral para a compreensão da forma como os indivíduos, comunidades, nações etc., produzem e se reproduzem em suas existências. Mais do que isso, a reprodução social, por meio do trabalho, engendra um complexo permeado de complexos de relações de produção que têm na educação, em geral e em particular, a potência imanente dessa reprodução, constituindo-se como outro complexo rico em particularidades e singularidades e que, em última análise, encontra nas categorias que dão forma de ser ao trabalho, o modelo da práxis social que conforma o fazer educativo. O progressivo avanço das forças produtivas, especialmente marcado pelas mudanças nos processos de trabalho nos mais diversos setores produtivos em todo Planeta a partir da reestruturação produtiva que vem crescendo exponencialmente desde os anos 1960, decorrente da disseminação do capitalismo tardio para além dos países centrais, tem impactado fortemente o campo da educação. As crises cíclicas de superprodução decorrentes dos processos de automação das indústrias e o forte deslocamento do capital para o setor de serviços, impactaram fortemente o trabalho e a reprodução das forças produtivas, alterando substancialmente a composição orgânica do capital, de tal maneira que o crescente aumento do trabalho dito imaterial tem provocado o acirramento do debate sobre o a atualidade da Lei do Valor marxiana. Com efeito, os currículos escolares resultantes de políticas públicas que vão se ajustando a essa legalidade, também são focos de nossos estudos. Do ponto de vista dos estudos do grupo, ao longo dos anos, verificou-se a apropriação pelos integrantes de categorias fundamentais apreendidas e expostas por Marx nos capítulos do volume 1 d'O Capital, tais como "trabalho concreto" e "trabalho abstrato", "trabalho em geral", "trabalho na forma social do capital", "valor de uso", "valor de troca" e "valor", "forma de valor",

"substância de valor", "trabalho necessário", "trabalho produtivo", "fetichização da mercadoria", mais-valia absoluta e relativa etc. Com respeito a obra de Lukács, compõe nossa estratégia metodológica inserir em nossa sistemática, ao final do Capítulo 5 d'O Capital (momento em que Marx realiza, em sua exposição do Processo de trabalho, uma digressão do trabalho na forma social do capital para o trabalho em geral), o estudo do Capítulo O Trabalho, primeiro capítulo da parte dois da Grande ontologia do filósofo magiar. Nesse capítulo Lukács expõe a constelação categorial que dá forma de ser ao complexo do trabalho, prioridade ontológica no devir do ser social e do ser humano. São daí examinadas diferenças centrais entre a singularidade do ser humano em face ao ser genérico do ser social. São também estudadas o por teleológico como movimento exclusivo do ser humano em sua relação com o mundo na direção da produção de valores de uso como condição necessária para a produção de valor de troca, muito embora essa última prepondere sobre aquela no movimento sociometabólico do capital.

Referências:

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*: sobre a particularidade como categoria da estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1. MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Título do resumo:**GRUPO DE PESQUISA TRABALHO E EDUCAÇÃO - NEDDATE****Autores:**

Lia Vargas Tiriba
 Maria Ciavatta
 Domingos Leite Lima Filho
 Jaqueline Pereira Ventura
 Maria Cristina Paulo Rodrigues

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação - Neddate
<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/17739>

Resumo expandido:

O Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação-Neddate foi fundado em 1985, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ. A origem do grupo remonta à criação do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Neddate) pelos Professores Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta.

O Neddate e o Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação-Neddate estão vinculados à Faculdade de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPG Educação). Sua finalidade é realizar estudos, pesquisas e atividades de extensão, além de manter um acervo de documentação e dados na área de Trabalho e Educação. O grupo articula a Graduação e a Pós-Graduação da FEUFF, outras unidades educacionais da UFF e demais instituições de ensino superior.

Os membros do GP TE-Neddate se identificam com a filiação teórico-metodológica do materialismo histórico, fundamentando-se na crítica à economia política e na compreensão da história como produção social da existência. Esse referencial teórico possibilita o entendimento das relações entre Trabalho e Educação em suas diferentes dimensões histórico-ontológicas, sendo um elemento que une os membros do grupo. A particularidade da pesquisa do grupo reside na centralidade da categoria trabalho na análise dos processos sociais, o que permite explorar inúmeras possibilidades de investigação.

Os pesquisadores do grupo entendem o trabalho como uma categoria histórica, um elemento fundante dos processos de produção da vida social, o que requer a análise de suas dimensões histórico-ontológicas nos diversos espaços e tempos das relações sociais.

A premissa do trabalho como princípio educativo é, sem dúvida, o principal fio condutor da produção intelectual dos pesquisadores. Acreditamos que os projetos de extensão universitária, assim como o ensino, são parceiros inseparáveis da pesquisa em Trabalho e Educação.

Assim, nessa perspectiva, organizamo-nos em dois eixos de pesquisa: a) Reconstrução histórica da relação entre trabalho e educação; e b) O mundo do trabalho e a formação humana.

A partir desses eixos, com base no materialismo histórico, são desenvolvidos diversos projetos de investigação com temas variados. A diversidade temática acompanha o crescimento do número de participantes e a evolução acadêmico-científica dos professores e estudantes, que ampliam seu leque de interesses de estudo a partir dos fenômenos que surgem na sociedade. Os temas de investigação incluem:

- História e historiografia do trabalho;

- A fotografia como fonte histórica;
- Estado, trabalho e formação humana;
- Educação básica;
- Políticas de ensino médio e educação profissional e tecnológica;
- Políticas e movimentos de Educação de Jovens e Adultos trabalhadores;
- Trabalho-educação e meio ambiente;
- Trabalho-educação, cultura e modos não capitalistas de produção da existência;
- Movimentos sociais, experiência e educação;
- Empresariamento da educação;
- Educação integral e políticas de ampliação da jornada escolar.

Essas e outras temáticas são discutidas e articuladas, desde 2003, na *Revista Trabalho Necessário* (<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario>), periódico do Neddade, vinculado à Linha Trabalho-Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF.

Cabe por fim ressaltar que o GP Trabalho e Educação-Neddade integra uma rede com outros grupos de pesquisa, como o THESE (Grupo Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde), sob a liderança de Maria Ciavatta e Gaudêncio Frigotto; o EJATRAB (Grupo de Pesquisa Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores), liderado por Sonia Rummert e Jaqueline Ventura; o MINKA (Grupo(s) de pesquisa em trabalho, educação e cultura - UFF, UFRGS, UFPA, UESB), sob a liderança de Lia Tiriba; entre outros.

Referências:

CIAVATTA, Maria. *Historiografia em Trabalho-Educação – Como se escreve a história da Educação Profissional*. Uberlândia: Navegando, 2019.

CÊA, G.; RUMMERT, S.; GONÇALVES, L. *Trabalho e Educação. Interlocuções marxistas*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 37-43.

ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch. 21-22 de setembro de 1880. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e Educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 2. Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 15-53.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KUENZER, Acácia. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 55-75.

MARX, Karl. *O método da Economia Política*. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Questionário de 1880. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1982.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAO Tsé Tung. *Sobre a prática e a contradição*. 2ª ed. São Paulo, 2001.

THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1982.

WOOD, Ellen. *Democracia contra o capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VENTURA, Jaqueline; RUMMERT, Sonia (Org.) *Trabalho e Educação*: análises críticas sobre a escola básica. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2015.

VENDRAMINI, Célia R; TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiência na obra de E.P. Thompson. Contribuições para a pesquisa em educação. In *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, nº 55, p. 54-72, 2014.

Título do resumo:**GRUPO THESE - PROJETOS INTEGRADOS DE PESQUISAS SOBRE TRABALHO, HISTÓRIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO (UFF-UERJ-EPSJV-FIOCRUZ)****Autores:**

Maria Ciavatta
 Gaudêncio Frigotto
 Marise Ramos
 Eveline Algebaile
 Jacqueline Botelho
 Gregório Albuquerque

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo These – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde UFF/UERJ/EPSJV-Fiocruz

Resumo expandido:

O **Grupo THESE** tem um histórico de projetos de pesquisa integrados na UFF, desde os anos 1980, mas foi formalizado como Grupo THESE e credenciado junto ao CNPq desde 2005. Atuamos com uma coordenação colegiada de pesquisadores das três instituições, UFF, UERJ e EPSJV-Fiocruz.

Do ponto de vista teórico, o Grupo se estrutura com base no materialismo histórico procedendo à reconstrução histórica das políticas públicas e da formação humana com base na crítica à economia política e na história como produção social da existência. Seleciona os **procedimentos metodológicos** a partir da especificidade dos objetos de estudo. Estes podem implicar a construção de dados quantitativos e qualitativos mediante consulta a banco de dados, aplicação de questionários, realização de entrevistas, grupo focal, grupo de discussão; observação, etnografia, pesquisa documental de textos escritos, orais e iconográficos (imagens e fotografias). O processo analítico atende aos princípios e categorias do Método Materialista Histórico, podendo se valer de técnicas como análise de conteúdo, análise de discurso, dentre outras.

Quanto às **questões empíricas e documentais** do Grupo, temos a historicidade da área Trabalho-educação em todas as suas formas: políticas de ensino médio e educação profissional, história de trabalho-educação, formação integrada, trabalho docente, trabalhadores saúde, formação continuada e em serviço, educação do campo, desenvolvimento sustentável, trabalho e qualidade de vida, acervos, produção e uso de imagens fotográficas, do vídeo e de cinema, pedagogias críticas latino-americanas.

O Grupo THESE, por sua vinculação à área Trabalho-educação procura levar em conta as questões e o método de pesquisa que Marx trouxe à reflexão e à prática política. Marx é um autor interdisciplinar, não no sentido convencional de justaposição das disciplinas. Seus estudos valem-se da História, da Sociologia, da Economia, da Estatística para o estudo dos problemas da sociedade, de modo particular, a produção, reprodução e consumo no sistema capital e a exploração do trabalho, dos trabalhadores. Entre seus procedimentos de pesquisa, estão uma vasta revisão de literatura, observação, enquetes, análises estatísticas, da legislação, de notas de jornais, além da produção de polêmicas.

Nos estudos desenvolvidos na atualidade, a educação dos trabalhadores e de seus filhos é fundamental para a compreensão das condições de trabalho e de vida; para alimentar os processos de resistência e as lutas de classe. A educação não esgota

suas questões no interior da escola. É do ponto de vista da totalidade social que se retiram as informações e o significado dos acontecimentos que movem a sociedade.

São muitas as **questões abertas em perspectivas de futuro**:

- O que significa hoje formar para o trabalho diante do capitalismo financeiro e da produção de tecnologias avançadas para o consumo, em escala global?
- Qual o futuro da escola diante do movimento crescente de privatização e de militarização; do esvaziamento da função precípua da escola que é o conhecimento; da preservação da vida e de uma pauta de valores da civilidade na vida coletiva?
- Como manter a convivência e o espírito crítico na convivência entre os professores e estudantes diante das ideologias de guerra, de intolerância ódio e morte; diante do avanço da defesa do Estado religioso e do seu suporte no autoritarismo?
- Como fazer prevalecer o entendimento de que as questões interétnicas e raciais, de gênero e lgbtqia+ são parte da sociedade de classes determinadas pela compulsão ao consumo, o empobrecimento de muitos e no enriquecimento de poucos?
- Como educar para o mundo digital, das mídias sociais e suas consequências na vida individual e coletiva?
- Como articular forças para deter o avanço da apropriação violenta da natureza e a ameaça à sobrevivência da humanidade?

Referências:

Quanto aos **autores de referência** do Grupo, além dos clássicos Marx e Engels, Gramsci, Lukács e Kosik, estabelecemos interlocução com **outras gerações de teóricos**, como Mészáros, Hobsbawn, Thompson, Poulantzas, Saviani, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Harvey, Fernand Braudel, Barata-Moura, para citar alguns mais utilizados.

Título do resumo:**HIP HOP EM EXTENSÃO: O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES E CULTURA PERIFÉRICA****Autores:**

Domingos Leite Lima Filho
Helen Vanessa Melezinski
Maíra Fernandes Costa
Marcos Beghetto Penteado
Marília A. Amaral

Nome do grupo de pesquisa:

GETET - Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia. Xuê: participação, interação e computação.

Resumo expandido:

Este artigo discute a extensão universitária e a presença das juventudes periféricas na universidade, com foco no papel transformador do movimento Hip Hop. Esse movimento, em diálogo com a extensão universitária, busca valorizar e profissionalizar a cultura periférica, conectando saberes populares e acadêmicos.

A crescente presença das juventudes periféricas no ensino superior, impulsionada por políticas de democratização, gerou pesquisas sobre temas antes invisibilizados, como racismo e pobreza, e debates sobre a elitização das universidades (D'ANDREA, 2020). Compreendendo as políticas públicas educacionais como um espaço de disputa, os ataques sob a influência da agenda neoliberal resultaram em contrarreformas que afetam a educação, saúde e trabalho, penalizando mais intensamente as periferias, onde as juventudes enfrentam "instabilidade e precariedade" (SUNDIM, 2023).

As reformas educacionais garantem a produtividade do modo de produção hegemônico (BUENO, 2021), mas limitam a expansão do ensino público e precarizam a educação, especialmente nas periferias. O esvaziamento do conhecimento científico, aliado à flexibilização e hiperespecialização da formação, é mais produtivo para o capital, mas degradante para a classe trabalhadora, desvalorizando a necessidade do ensino superior para grande parte da população brasileira.

O movimento Hip Hop, em ascensão nas periferias brasileiras na década de 1990, influenciou a apropriação do termo "periferia" e a construção da identidade das sujeitas e sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2020), destacando-se pela valorização de uma educação crítica. No Hip Hop é estabelecido que "o estudo é um escudo" e contra o opressor, "isso é tudo" (GOG, 2004). Suas produções denunciam a violência sofrida pelas populações periféricas e promovem a busca por uma consciência crítica que rejeita a imutabilidade da realidade e luta por sua transformação (VIEIRA PINTO, 2020). Esse esforço também é encontrado no ambiente acadêmico, sugerindo uma união entre Hip Hop e universidades em prol dessa consciência crítica.

Diante disso, a extensão universitária tem papel importante no acesso à universidade e as discussões acadêmicas por parte das comunidades periféricas, ao mesmo tempo que essas pesquisas podem ser construídas no diálogo com a comunidade. Na luta por uma extensão popular e dialógica, são essas juventudes periféricas que protagonizam a construção de projetos de extensão voltados para as discussões pertinentes ao ambiente em que estão inseridos, representando de fato uma interação transformadora entre universidade e sociedade (GADOTTI, 2017).

Um exemplo de projeto que visa o fortalecimento dessa interação é o "Hip Hop em Extensão", fruto de um trabalho coletivo desde o final de 2022, que visa expandir e

multiplicar essa cultura periférica. Articulando os espaços, sujeitas e sujeitos periféricos, inseridos ou não no ambiente acadêmico, através de ciclos de formação ministrados pelos próprios mestres da cultura Hip Hop em colaboração com professores universitários, busca legitimar esses conhecimentos historicamente ignorados.

O objetivo do projeto é proporcionar a esses agentes culturais, que já atuam nas suas comunidades, uma formação focada em profissionalização para ter mais assertividade na busca de editais culturais e acesso a políticas públicas de fomento à cultura. A concretização do projeto “Hip Hop em Extensão: formando pessoas, multiplicando a cultura” pode ser considerada uma expressão de resistência contra as recentes reformas educacionais que menosprezam o valor das humanidades e dos conhecimentos das culturas populares. Ainda mais quando a cultura em questão, como o Hip Hop, traz em seus trabalhos a força da denúncia e do combate contra as práticas cotidianas responsáveis pela manutenção da desigualdade social brasileira, como o racismo e o machismo.

Referências:

BUENO, Alana Lemos. A reforma do Ensino Médio : do Projeto de Lei Nº 6.840/2013 à Lei Nº 13.415/2017 / Alana Lemos Bueno – Curitiba, 2021. 144 f.

D'ANDREA, 2020D'ANDREA, Tiaraju. **Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos.** Novos estudos CEBRAP, [s. /], v. 39, n. 1, p. 19-36, 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt>>.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Brasil: Instituto Paulo Freire , 2017. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. GOG, “América sem reféns”, In: Tarja Preta, 2004. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eH4IHQ1Ef4A>>.

SUNDIN, Gabriel França. **Concepções e orientações da Organização Internacional do Trabalho para a juventude e suas inter-relações com o trabalho e tecnologia.** 2023. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e Realidade Nacional.** Volume 2 - A consciência crítica. 2020.

Título do resumo:**IMPACTOS DA CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DOS INSTITUTOS FEDERAIS****Autores:**

Lucas Barbosa Pelissari
 Lícia Cristina Araújo da Hora
 Irene Cristina Silvério
 Kamila Fernanda Oliveira Anzen
 Nicolly Ferreira Borges
 Luis Eduardo Ramos de Oliveira

Nome do grupo de pesquisa:

Estado, Políticas Públicas e Educação Profissional (EPPEP)

Resumo expandido:**Introdução**

Este resumo apresenta resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar impactos da atual contrarreforma do ensino médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A pesquisa parte da hipótese segundo a qual a noção de competência socioemocional, estruturante da contrarreforma, repercute no currículo integrado dos IFs, tanto no que se refere à organização do conhecimento quanto nos aspectos principiológicos. Os resultados comprovaram a hipótese e permitiram adicionar novas observações conclusivas sobre o fenômeno.

O recorte empírico da pesquisa corresponde aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Ensino Médio Integrado (EMI) reformulados ou elaborados ineditamente por cinco IFs, de 2019 a 2023. Foram selecionados IFs de todas as regiões do país, responsáveis por 87 PPCs que cumprem os requisitos da amostra. A metodologia articulou dados quantitativos e qualitativos a respeito dos currículos baseados em três macro-categorias de análise: organização curricular, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e concepção epistemológica. Neste resumo, discutimos os resultados oriundos da aplicação das duas últimas categorias, que se referem a aspectos qualitativos.

Resultados

Os resultados da análise foram divididos em três grandes grupos. O primeiro se refere à influência da noção de competências na concepção assumida pelos currículos. Com efeito, a questão está presente, com maior ou menor intensidade, em todos os documentos analisados. Em dois IFs, é a concepção pedagógica estruturante e, em três, disputa com outras perspectivas. Fato é que a ideia de competências socioemocionais, eixo curricular da contrarreforma, é mobilizada em todas as situações, inclusive fazendo-se menção ao vetor “competências, habilidades, atitudes, valores e emoções” (CHAVE), que passa a nortear hegemonicamente a perspectiva pedagógica do ensino médio e da educação profissional, como já demonstraram trabalhos anteriores (Pelissari; Gerva, 2022; Pelissari, 2023).

O segundo grupo de resultados é produto do primeiro. Foi observada a marcante presença da ideia de empreendedorismo, seja materializada em disciplinas e conteúdos, seja na fundamentação teórica que embasa o currículo. Em geral, tal ideia é articulada ao desenvolvimento de competências, apesar de, em alguns casos, tentar-se mobilizar a noção de um empreendedorismo crítico ou “integrado”. Possíveis

menções à BNCC e suas noções conceituais também foram analisadas, visto que se trata do documento que regula a organização curricular do ensino médio e surge como resultado da contrarreforma (Anzen, 2023; Pelissari, 2023). A própria mobilização de recursos da BNCC pode indicar, por exemplo, adoção da estrutura que fragmenta o currículo em formação geral e parte específica (itinerários formativos), ainda que indiretamente. A questão compôs o terceiro grupo de resultados e, nesse caso, esteve presente de modo menos explícito. Apenas em um IF há menção expressa à BNCC, apesar de, em PPCs de todos os IFs analisados, haver a legitimação de novas regulamentações. Apenas um dos IFs assume, na maioria dos PPCs e como resultado de diretrizes institucionais, perspectiva crítica à BNCC, em que pese tal crítica se situe na complexidade de questões que discutimos até aqui.

Conclusões

É possível inferir com base no aspecto qualitativo da análise dos PPCs que há mais adaptação do que enfrentamento à atual contrarreforma nos IFs estudados. A concepção ideológica de empreendedorismo que atravessa acentuadamente os documentos dispõe da teoria das competências como fundamento teórico-epistemológico, presente na maior parte das formulações documentais dos cursos. Paralelamente, a formação humana integral (FHI) é discursivizada de forma retórica nos documentos, sendo descaracterizada conceitualmente e submetida à influência massiva da pedagogia das competências. No entanto, há ainda poucos casos em que as competências são subordinadas à politecnia. Portanto, é notável que os PPCs explicitam uma situação de hibridismo conceitual materializada nas redações documentais dos IFs analisados.

Agradecimento

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio da Chamada Pró-Humanidades CNPq/MCTI/FNDCT nº 40/2022, financiou a pesquisa que resultou neste trabalho.

Referências:

- ANZEN, Kamila Fernanda de Oliveira. *Contrarreforma da educação: interesses e contradições entre frações de classe*. Dissertação (mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade). Paranaguá-PR: IFPR, 2023.
- PELISSARI, Lucas Barbosa; GERVA, Elisabete Neves. *El lugar de la politécnica en la actual contrarreforma de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) brasileña*. Paradigma, 43(3), 227-248, 2022.
- PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, [s. l.], 2023.
- SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

Título do resumo:**INFÂNCIA E FORMAÇÃO DO SER SOCIAL NA CONTRADIÇÃO CAPITAL E TRABALHO: EXPERIÊNCIA EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA****Autores:**

Maria Isabel Batista Rodrigues
Gilmar Pereira da Silva

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTe)

Resumo expandido:**Introdução**

A pesquisa em andamento tem como objetivo analisar como crianças de uma comunidade quilombola de trabalhadores agricultores da Amazônia, a Comunidade de Mupi-Torrão, pelo trabalho são formadas enquanto sujeitos de um pensar-fazer que, em termos hipotéticos, pode manifestar modos de vida opostos às sociabilidades do capital, revelando processos formativos que muito podem contribuir para também se pensar-fazer outras perspectivas formativas. Partimos do pressuposto de que pesquisas sobre a formação do ser social contribuem para a compreensão do valor social do trabalho como dimensão importante para a formação dos sujeitos, incluindo nestes as crianças, que integram uma dada comunidade, sociedade, uma vez que, ao produzir valores de uso que lhes possibilitem satisfazer as necessidades da vida humana e não fazer da força de trabalho uma mercadoria, permite-se também aos sujeitos a constituição da vida ao longo da história, onde o ser, o pensar, o sentir e o produzir a vida se constituem na manifestação de um processo educativo e formativo do/no e pelo trabalho.

Metodologia

Esta investigação constitui-se pesquisa qualitativa (LUDEK e ANDRÉ, 1986), pautada no materialismo histórico-dialético, (KOSIK, 2002), observando-se os princípios formativos do trabalho do ser social criança numa dimensão de ações que se materializam diante de uma realidade social com uma dinâmica de formação do trabalho como produção da vida, de relações e de subjetividades.

Para adentrarmos no universo da constituição da formação da infância, estamos observando suas práticas cotidianas, promovendo diálogo informal e realizando entrevistas semiestruturadas no ambiente de formação, trabalho, constituição de identidades, tratados a partir da análise de conteúdo (FRANCO, 2007, p. 10), entendido como procedimento de pesquisa que “[...] reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento [...]”.

Teoricamente, entendemos o trabalho como dimensão social em Marx (2020) e enquanto princípio educativo, conforme Gramsci (1991), o qual possibilita a formação dos indivíduos enquanto seres sociais, e ainda Saviani (2007), considerando a perspectiva ontológica do trabalho que fomenta as dimensões humanas. Partimos também de uma perspectiva histórico-cultural da natureza infantil a partir de Kramer (2020) e Mello (2007), considerando a criança como ser social, sujeito de sua história e produtora de cultura, um ser criador e autônomo.

Resultados prévios

Os trabalhadores agricultores da comunidade de Mupi-Torrão vivenciam processos de trabalho que se realizam numa relação de reciprocidade com outros elementos da

natureza e com seus pares. O rio, a floresta, o solo garantem seus meios de vida bem como lhes possibilitam significativos conhecimentos. O trabalho ainda se materializa na sua dimensão comunitária – social; os membros de uma ou mais família, incluindo as crianças, quando estão fora do seu tempo escolar e de lazer, atuam juntos na realização das atividades que compreendem seus processos de subsistência, aí ocorrendo processos formativos como formas de ajuda mútua, embora com atravessamentos de segunda ordem do capital, em que o tempo-espço do lazer se entrecruza com o tempo da produção e do tempo livre para as crianças.

Conclusão

A investigação sobre a formação da infância numa comunidade de agricultores na Amazônia mediante o trabalho como processo educativo encontra-se em processo de análise de dados, portanto, os achados ainda estão se constituindo, mas com indícios de que processos formativos ocorram como formas de ajuda mútua, com atravessamentos de segunda ordem do capital, em que o tempo-espço do lazer se entrecruza com o tempo da produção e do tempo livre para as crianças.

Referências:

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de conteúdo. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2007.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1991.

KOSIC, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KRAMER, S. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. Seminário Internacional OMEP. Infância – Educação Infantil: reflexões para o início do século”. Brasil, jul. 2020

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant’Anna. – 37ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 1, 57-82, jan./jun. 2007.

SAVIANI, Dermerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

Título do resumo:**INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CONTEXTO DE INFLUÊNCIA, PRODUÇÃO DO TEXTO E TENSÕES, NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA, RELATIVA AO PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS****Autores:**

Amilton de Moura Figueiredo

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos Educação, Ambiente e Cultura da Paz

Resumo expandido:

A pesquisa tem como objeto de estudo o contexto de influência, a produção do texto e as tensões, na construção da política pública, relativa ao processo de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Teve como objetivo geral identificar os elementos fundamentais e discutir o processo correspondente ao contexto de influência, à produção do texto e às tensões, na construção da política pública, relativa ao processo de criação dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A partir dessa orientação, os objetivos específicos foram: descrever a conjuntura histórica e política, do período em que o projeto dos IFs foi concebido; identificar atores e interesses intervenientes nos debates, que antecederam a criação dos IFs; compreender os fatores referentes às influências, aos objetivos e às finalidades da criação dos IFs; verificar os elementos basilares da escrita da lei de criação dos IFs (Lei nº 11.892/08); e investigar as principais disputas, em torno do texto da política de criação dos IFs. Os resultados foram produzidos a partir de estudo qualitativo, cujo caminho investigativo tomou por base a abordagem do ciclo de políticas (Ball, 2011 e 2001), combinada com a Teoria Crítica (Marx e Engels; Machado, 1982 e 1989; Frigotto 2001; Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005; Koller e Sobral, 2010; Löwy, 1992). Em termos metodológicos, além de levantamento bibliográfico, para constituição do referencial teórico, realizou-se análise documental, envolvendo leis, decretos e atos normativos, bem como entrevistas semiestruturadas, com a representação dos principais atores envolvidos. Foi feita a análise do processo legislativo do projeto de lei para a constituição dos IFs, somada à análise de documentos governamentais e sindicais, o que possibilitou identificar o conjunto de tensões proeminentes, durante a construção da política, demonstrando as influências na construção das diretrizes e concepção. O estudo indicou que as políticas públicas são construídas em ambientes tensionados e suscetíveis às influências dos diferentes grupos de interesses que orbitam no seu entorno. Possibilitou identificar as pautas referentes a cada ator e grupo de interesses representados no processo, assim como trouxe à tona as disputas frente a nova institucionalidade, que, com novas atribuições e reorganização administrativa, remodelou estruturas de poder já estabelecidas. Também foi atestada a influência dos legisladores, que buscaram atender a interesses do sindicato, governo e de suas bases eleitorais, demonstrando que as políticas se constituem num processo vivo e dinâmico, em todos os contextos. Neste sentido, observou-se que governo, sindicato, conselhos e legislativo tiveram pontos de vista divergentes, sobre a nova institucionalidade proposta. A necessária contraposição e os embates legitimaram a política pública, demonstrando que as influências direcionaram os rumos da proposta em debate e que o processo virtuoso conferiu a pertinência dos IFs, como ação de inclusão social e cidadania.

Referências:

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. Currículo sem Fronteiras, v.1, n. 2. p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 12.mar.2024.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21-53.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.) Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 71-90. (Biblioteca da Educação, série I, Escola, v. II).

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. N. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA_M_FRIGOTTO_RAMOS.pdf> Acesso em: 26 de jan. 2024.

KOLLER, Cláudio; SOBRAL, Francisco. A construção da identidade nas escolas agrotécnicas federais: a trajetória da COAGRI ao CONEAF. In: MOLL, Jaqueline (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 220-229.

LÖWY, Michel. Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise Marxista. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. (mimeo, sd). Marx s,d.

MACHADO, L. R. S. Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Autores Associados, 1982.

MACHADO, L. R. S. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1989.

Título do resumo:**JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA: UM DIÁLOGO SOBRE TRAJETÓRIAS, AUTO-ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA****Autores:**

Andréa Wahlbrink Padilha da Silva

Nome do grupo de pesquisa:

Observatório de Educação da UCS

Resumo expandido:

O tema que orienta essa investigação trata-se da relação entre a juventude e a participação social. Com o objetivo de investigar a participação social e política dos jovens, como um importante instrumento na construção das suas trajetórias de vida. Atribuído a participação em coletivos políticos um espaço potencializador da autônomo, do exercício da cidadania e da democracia, além de uma vivência educativa significativa para a formação humana. Considerando a participação dos coletivos e agrupamentos juvenis, um espaço de ampliação da consciência, nas mais distintas formas de atuação da sua condição juvenil. O intuito é aprofundar a análise sobre trajetórias formativas, constituídos nos movimentos auto-organizados da juventude na sua relação como a formação humana. Justifica-se a escolha deste objeto de investigação na intenção da continuidade das investigações sobre a juventude, buscando aprofundar as reflexões realizadas na tese de doutorado. Na ocasião, o objetivo geral da pesquisa foi o de analisar as lutas sociais travadas pelos movimentos políticos da juventude, na resistência ao neoliberalismo no Brasil, com foco no processo educativo. Como um dos resultados dessa pesquisa evidenciaram-se as organizações políticas da juventude pesquisadas como um espaço importante de participação social, de potencial da renovação política, como parte de uma tradição histórica das lutas sociais no país e no desenvolvimento de uma práxis enquanto sujeitos políticos-pedagógicos. A questão de pesquisa que move essa investigação considerando duas dimensões da proposição do presente projeto de pesquisa, abarcadas em duas fases, uma local e outra nacional, a questão de pesquisa acolhe a seguinte formulação: Em uma dimensão micro, como a participação dos jovens no movimento estudantil, através dos grêmios escolares, impacta a organização escolar e construção do sujeito pedagógico? Além disso, em uma dimensão macro, o quanto a participação social nos momentos históricos de ascensão do movimento de massas e da auto-organização juventude, impactaram as trajetórias da formação humana dos sujeitos envolvidos? Para o movimento de investigar a complexibilidade, multicompreensões e determinações do fenômeno desta pesquisa, buscarei nos fundamentos do Materialismo Histórico e Dialético, os caminhos teóricos-metodológicos, como teoria orientadora e como metodologia de pesquisa, comprometida em buscar análises críticas e propositivas, do compromisso do pesquisador, como ser social de transformação (Marx, 2004; Kosik, 2010). A pesquisa no campo da dialética parte de uma concepção científica da realidade que pressupõe um estudo da totalidade do fenômeno atravessada pela historicidade e seus processos contraditórios do objeto em movimento, enriquecida pela prática social como critério de análise. Como processo metodológico, buscarei no estudo de caso (Triviños, 1987) uma importante ferramenta de investigação da realidade de forma profunda de determinadas situações e problema, além de enfatizar a compreensão de determinados contextos, relacionando suas particularidades com a totalidade dos fenômenos. A pesquisa a ser realizada compromete-se com a participação e

interlocução com os sujeitos envolvidos na proposta da investigação. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo compromisso é realizar os mais distintos debates e produtos em torno dos sujeitos colaboradores na construção dos dados, por meio das narrativas sobre suas trajetórias de participação. Os dados empíricos do projeto serão construídos com base nos círculos dialógicos investigativo-formativos (Henz e Freiras, 2015) e as entrevistas semiestruturadas (Triviños, 1987), em articulação com o arcabouço teórico e metodológico do materialismo histórico dialético que sustentará as análises.

Referências:

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 13ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 27ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

KONDER, Leandro. O que é dialética (Coleção. Primeiros Passos: 23). 6ª reimpr. da 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 8. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LIBÂNIO, Jose Carlos. Didática. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In. Traspadini, Roberta e Stedile, João Pedro (Org.) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOROSINI, M.; USTÁRROZ, E. Impactos da internacionalização da educação superior na docência universitária: construindo a cidadania global por meio do currículo globalizado e das competências interculturais. Revista Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 97, p. 35-46, set./dez. 2016.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de. Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 69-94. (texto original de Mannheim: 1943).

MÉSZÁROS, István. Igualdade substantiva e democracia substantiva. Revista Margem a Esquerda – Ensaio Marxistas. São Paulo: Boitempo, 2015. v. 25.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

HENZ, Celso Ilgo; FREITAS, Larissa Martins. Círculos dialógicos investigativo-

formativos: uma proposta epistemológico-política de pesquisa. 1 ed. In: HENZ, Celso Ilgo; TONIOLO, Joze Medianeira de Andrade. Dialogus: círculos dialógicos, humanização e auto(trans)formação de professores. São Leopoldo: Oikos, 2015.

Título do resumo:**LOMCE NA ESPANHA, BNCC E NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: APROFUNDAMENTO DA FORMAÇÃO INSTRUMENTAL, PRIVATIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA****Autores:**

Felipe De Marco Pessoa
Luciana Pedrosa Marcassa

Nome do grupo de pesquisa:

Transformações do Mundo do Trabalho – TMT/UFSC

Resumo expandido:

O desemprego entre os jovens é um problema enfrentado por diversos países, com destaque para a Espanha, cuja situação de desemprego juvenil está entre as mais elevadas da Europa. Aproximadamente 25% dos jovens entre 16 e 24 anos estão desempregados (MINISTERIO DE TRABAJO Y ECONOMÍA SOCIAL, 2022). No Brasil, por sua vez, a taxa de desemprego juvenil no primeiro trimestre de 2024 esteve em 29,5% das pessoas entre 18 e 24 anos que não trabalhavam nem estudavam (IBGE, 2024).

Reiteradamente apresentadas como forma de mitigar o quadro de desemprego juvenil, os governos destes países vêm adotando medidas que visam reformar os seus sistemas educacionais. No Brasil, BNCC e NEM representam a materialização em políticas educacionais do aprofundamento do processo reformador de caráter neoliberal. Na Espanha, foi lançada a lei da reforma educacional conhecida como LOMCE (*Ley Orgánica para la Mejora de la Calidad Educativa*) e mais recentemente foi aprovada a LOMLOE (*Ley Orgánica de modificación de la LOE - Ley Orgánica 3/2020*).

Ainda que pensadas para contextos distintos, tais políticas guardam semelhanças fundamentais, sobretudo pela larga extensão reformadora pretendida em seus respectivos sistemas educacionais, bem como pela similaridade de conceitos e proposições encontrados em documentos direcionados à educação advindos de organismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Neste estudo, buscamos cotejar, por meio da análise de documentos das políticas educacionais da LOMCE, BNCC e Novo Ensino Médio, o conteúdo das reformas de ambos os países. O objetivo foi identificar possíveis correspondências entre as políticas educacionais desses países, principais eixos estruturantes e origens comuns. Em suma, foram verificadas relações de proximidade com diversas orientações para a Educação à nível internacional, o que aponta para uma adesão dos governos brasileiro e espanhol às diretrizes vocalizadas por organismos multilaterais como o Banco Mundial.

Como marca central das reformas em ambos os países, constatamos a busca pela antecipação do contato dos jovens com a formação técnica e profissional (instrumental), num movimento de rebaixamento da formação escolar, diminuindo o espaço das disciplinas e dos conteúdos científicos, artísticos e culturais fundamentais a uma formação geral. Trata-se de um aligeiramento do processo formativo propedêutico, via inserção da formação profissional dentro do espaço temporal pedagógico destinado à formação básica de nível médio (Brasil) ou secundário (Espanha).

As reformas educativas tanto na Espanha quanto no Brasil não tratam, sequer mencionam, os problemas fundamentais ligados à economia e as relações de

produção destes países. Citam a educação pública como redentora de mazelas sociais, ocultando do debate a discussão acerca do desemprego crônico e da impossibilidade de solução dentro dos marcos do modo de produção capitalista.

Ambas as políticas lançam mão de conceitos e ideias como empreendedorismo, bem como o reforço às habilidades e competências requeridas do ponto de vista ético e moral, as habilidades socioemocionais.

Por fim, a reconfiguração da formação destinada à juventude trabalhadora mediante as políticas públicas para a Educação representa a tentativa da classe dominante em gerenciar de forma cada vez mais refinada e específica este serviço, e, neste movimento, ainda que encontrando resistências diversas da classe trabalhadora, ampliar a mercadorização da educação, cujo determinante fundamental é o movimento do capital na sua dinâmica de reprodução e acumulação, o qual requer também a privatização dos sistemas educacionais.

Referências:

AGENCIA BRASIL. *Pesquisa mostra 5,2 milhões de jovens entre 14 e 24 anos sem emprego*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/pesquisa-mostra-52-milhoes-de-jovens-entre-14-e-24-anos-sem-emprego>. Acesso em: 15.03.2024.

BRASIL. **Lei 13.415/17**. Altera as Leis 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em: 20 de julho 2022.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104101-rcp004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 janeiro 2023

ESPAÑA. Ministerio de Trabajo y Economía Social. *Informe jóvenes y mercado de trabajo - junio*. 2022. Disponível em: https://www.mites.gob.es/es/sec_trabajo/analisis-mercado-trabajo/jovenes/index.htm Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

EVANGELISTA, Olinda (org.). *O que revelam os slogans na política educacional*. 1. Ed. Araraquara, São Paulo: Junqueira e Marin, 2014.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória no 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p.385-404, 2017.

FEUSO – Federación de Enseñanza. *Texto completo LOE-LOMCE*. Espanha, 2013. Disponível em: <https://www.feuso.es/media/TEXT0%20COMPLETO%20LOE%20LOMCE.pdf>. Acesso em 20 jan. 2024.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. EPSJV/Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085- 1114, out.-dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>. Acesso em: 15 abril 2024.

FREITAS, Luiz Carlos. Loveless: as crianças que o PISA ignora na China. *In*: Avaliação Educacional – Blog do Freitas. Brasil, 09 Jan 2020. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2020/01/09/loveless-as-criancas-que-o-pisaignora-na-china/> Acesso em: 15 abril 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

GARCIA, A.E; ECHAVES.C. Jóvenes aún más precarios: crisis económica y desigualdad laboral en España. **Cuadernos de Investigación en Juventud**. ISSN 2530-0091. n. 2 Enero 2017. e007. doi: 10.22400/cij.2.e007.

GOULART, Debora; CASSIO, Fernando. A farsa do ensino médio self-service: os estudantes não demorarão a perceber que a verdadeira liberdade de escolha continuará sendo privilégio dos que, na vida, sempre puderam frequentar restaurantes à la carte. *Le Monde Diplomatique*. Brasil, 12 ago 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-farsa-do-ensino-medio-self-service> Acesso em 10 abril 2024.

Henrique Moura, D., & Costacurta Benachio, E. (2021). Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. *Revista Trabalho Necessário*, 19 (39), 163-187. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i39.47479>

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma Análise das condições de vida da população brasileira: 2022*. / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022.154 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

KUENZER, A. Z. *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, A.Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: MARINI, Ruy Mauro. Vida e Obra. Editora Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**: livro 1, v. 1, 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTOYA, Blas. La obediencia de las reformas educativas a las políticas educativas internacionales. Breve historia de cómo se hace camino desde la Ley Orgánica General del Sistema Educativo (LOGSE) de 1990 a la Ley Orgánica de Mejora de la Calidad Educativa (LOMCE) de 2013, *Historia y Memoria de la Educación*, 2016, v.3, p. 171-195.

MOTTA, Vania Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020.

Neves, L. M. W. (2011). A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. *Perspectiva*, 29(1), 229–242. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p229> Acesso em 15 abril 2024.

OPOSITATEST. *El peso del opositor en España*. Distribución geográfica, contexto económico y motivaciones. Informe de resultados. Marzo, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1rS9McKkfcwHD_3_6pB4TdvxeLnzpufWK/view. Acesso em: 15.03.2024.

OXFAM ESPAÑA. *Desigualdade S.A: El poder empresarial y la fractura global: la urgência de una acción pública transformadora*. Informe Oxfam, jan. 2024. Disponível em: <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fspublic/2024-01/Davos%202024%20Summary%20-%20Spanish.pdf> Acesso em 02 abril 2024.

PACHECO, Bruna Erica; DAROS JR., Armando. A Concepção de Educação sob a Perspectiva da Unesco com Enfoque no Documento “Educação, um Tesouro a Descobrir”. *Pleíade*, 10 (19): 68-75, Jan./Jun., 2016.

PESSOA, F. D. M., & MARCASSA, L. P. Implicações políticas da educação física na construção da Base Nacional Comum Curricular. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 2021, v.13 n. 2, p. 874–887. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.43339>

QUEIROZ, W. I. de; ORTEGA, D. V.; MILITÃO, S. C. N. A BNCC e as avaliações externas e em larga escala: velhas e novas interfaces em tempos de neoliberalismo extremado. *Olhar de Professor, [S. l.]*, v. 26, p. 1–27, 2023. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.26.20921.005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20291>. Acesso em: 15 abr. 2024.

RAMOS, M. PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS. In: Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009 Disponível em: www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html. Acesso em 20.05.2024.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18 n. 54 jul.-set. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SHIROMA, E. O. (2018). Gerencialismo e formação de professores nas agendas das organizações multilaterais. *Momento - Diálogos Em Educação*, 27(2), 88–106. <https://doi.org/10.14295/momento.v27i2.8093>.

SILVA, J. (2021). Reforma do ensino médio em Pernambuco: a nova face da modernização-conservadora neoliberal. *Revista Trabalho Necessário*, 19(39), 82-105. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i39.48626>

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005.

Título do resumo:**MARXISMO ESTRUTURAL E OS REBATIMENTOS PARA A DISCUSSÃO DA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO****Autores:**

Alessandro de Melo

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e História – GETEH/UNICENTRO

Resumo expandido:

Este texto é o resultado de pesquisa sobre o marxismo estrutural, desenvolvido pelo filósofo francês Louis Althusser (1918-1990), e as relações com a área de trabalho e educação. A discussão, e a polêmica nela contida, é a crítica ao fato de termos no campo do trabalho e educação a centralidade da categoria trabalho baseada nos textos de Marx dos anos de 1843-1844, que Louis Althusser denominou de obras da juventude, ou textos humanistas, ainda eivados da influência de Hegel e Feuerbach (Althusser, 2015; Melo, 2022). Destes textos sobressaem categorias como alienação, emancipação, Homem, gênero humano, ser genérico, essência humana entre outros. Tais categorias não são, no entanto, as que determinaram a construção do materialismo histórico, o “novo continente História” descoberto por Marx. O seu objeto é o modo de produção, e as categorias marxistas daí derivadas são forças produtivas, relações de produção, luta de classes e revolução social entre outras (Martuscelli, 2016). Para o marxismo estrutural é um equívoco apontar uma linha de continuidade entre as obras da juventude e as obras de maturidade de Marx. Como afirma Althusser (2015), existe um corte epistemológico que se inicia na *Ideologia Alemã*, em 1845, logo após Marx ter contato com a economia política, e que se estende ao longo da década de 1840 até o fim de sua vida. Um corte lento, gradual, mas que efetivamente rompe com a temática e a problemática humanistas. Deste ponto de vista, a forma e o conteúdo do trabalho para Althusser correspondem ao modo de produção em cada período histórico, ou seja, é determinado pelo conjunto das forças produtivas e das relações de produção (Vieira, 2018). O marxismo estrutural analisa o trabalho assalariado como central para a constituição do modo de produção capitalista, cujo cerne encontra-se na dialética contida entre as forças produtivas e relações de produção. O trabalho é determinado pela “natureza social das condições do processo de trabalho” (Althusser, 1975, p. 119). A finalidade do trabalho, portanto, não é a realização de uma essência humana genérica.

Sua finalidade é determinada pelo modo de produção, que lhe dá a forma e o conteúdo. A centralidade nesta análise está nos meios de produção sobre os demais elementos: o trabalho propriamente dito e o objeto sobre o qual se dá o trabalho. Esta é uma afirmação encontrada em Marx, que qualifica os meios de trabalho desenvolvidos como o elemento diferenciador do trabalho. Em relação aos indivíduos, estes, em cada modo de produção, são alocados em posições da complexa trama produtiva, atendendo as funções estruturalmente determinadas. São agentes cujos papéis são coordenados com os meios de produção com os quais trabalham. Este é o caráter da análise de *O Capital* e das obras históricas (Codato, Perissinoto, 2011), ou seja, são trabalhadores ocupando determinados lugares específicos da estrutura social (Vieira, 2018). Logo, as relações de produção são irreduzíveis a relações intersubjetivas, já que é o modo de produção estruturado que combina relações, lugares, funções etc., ocupados por meios de produção e agentes de produção. Estas reflexões iniciais são propostas como subsídio para o campo trabalho e educação, para que nossas

pesquisas partam da categoria trabalho em sua realidade no modo de produção, e não como um *lôcus* do encontro dos indivíduos com seu ser genérico. Como resultado, acreditamos que esta perspectiva do marxismo estrutural é fundamental para o desenvolvimento de pesquisas no campo trabalho e educação, para superarmos dialeticamente a concepção humanista de trabalho, e, com isso, darmos respostas mais adequadas, teoricamente, aos desafios do tempo histórico.

Referências:

ALTHUSSER, L. O objeto do Capital. In: ALTHUSSER, L; BALIBAR, E; ESTABLET, R. *Ler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 7-152.

ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

CODATO, A.; PERISSINOTO, R. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

MARTUSCELLI, D.E. O anti-humanismo teórico na obra de Louis Althusser: problemas de teoria e efeitos políticos. In: PINHEIRO, J. (org.). *Ler Althusser*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 213-237.

MELO, A. *Crítica da ideologia humanista em educação*: contribuições do marxismo althusseriano. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

VIEIRA, R.M. A categoria de trabalho em Marx segundo Louis Althusser. *Lutas Sociais*, v.22, n.40, p. 161-174, jan.-jun., 2018. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v22i40.46664>.

Título do resumo:**MEDIAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS DA UNIDADE TRABALHO-CIÊNCIA-CULTURA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO****Autores:**

Marise Nogueira Ramos

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo These – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde UFF/UERJ/EPSJV-Fiocruz

Resumo expandido:

O objeto desta pesquisa são os processos pedagógicos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio nos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IF), com o objetivo captar e analisar mediações pedagógicas de integração entre as disciplinas, componentes curriculares e atividades extra-curriculares da formação geral e específica em cursos técnicos integrados, que expressem concepções, possibilidades e limites da unidade trabalho-ciência-cultura como princípio organizador desses currículos. A pesquisa se orienta pelas categorias do Método Histórico-Dialético, totalidade, historicidade, mediação e contradição; e pelas seguintes categorias específicas do objeto: trabalho como princípio educativo, integração e interdisciplinaridade (Ramos, 2014). Os procedimentos compreenderão análise de documentos pedagógicos institucionais e de depoimentos obtidos mediante entrevistas realizadas com professores e coordenadores dos cursos selecionados.

Entende-se que no Ensino Médio Integrado, a formação profissional não é uma alternativa à formação geral, mas sim um direito dos estudantes de produzirem sua existência com o seu trabalho e prosseguirem estudos em níveis superiores de ensino (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005). As disciplinas da formação específica se fundamentam nas de formação geral, enquanto os conteúdos dessas adquirem materialidade e historicidade científico-tecnológica e ético-política nas de formação específica, pela relação com os processos produtivos, aspectos que se explicitam pela mediação das ciências da natureza, das humanas e sociais, das linguagens, das artes e da filosofia. Esta integração entre formação específica e geral no ensino médio integrado é a forma curricular pela qual os estudantes aprendem que trabalho, ciência e cultura configuram uma unidade ontológica e histórica, como dimensões fundamentais da vida humana em sociedade. Tais pressupostos são inspirados na discussão sobre as leis fabris de Marx (1999) e sobre o trabalho como princípio educativo, de Gramsci (2001).

Nossa hipótese, porém, é que as propostas curriculares das escolas ainda preservem abordagens positivistas e tecnicistas e, atualmente, sob a égide a Lei n. 13.415/2017 e da BNCC, incorporem elementos da pedagogia das competências fundamentada no pragmatismo e no relativismo epistemológico (Ramos, 2001). Em contraposição, ainda que essas possam ser as concepções hegemônicas nas escolas, nas práticas pedagógicas haveria germens da formação integrada e *omnilateral* na perspectiva da politécnica (Saviani, 1997).

Iniciamos um estudo exploratório realizando reuniões com equipes de educadores/as de Institutos Federais orientadas pelas seguintes questões: como as disciplinas de formação geral se integram entre si e com as da educação profissional? Qual o sentido das disciplinas/conteúdos de filosofia e arte no currículo? Como elas acontecem e como elas se integram aos demais componentes curriculares? Que atividades extracurriculares existem (incluindo as de arte, mesmo que esta não esteja

formalmente nos currículos)? Quais os desafios e dificuldades enfrentados? Reuniões ocorreram no IFMG-Ouro Branco e no IFRN. Identificamos algumas mediações do processo pedagógico que possibilitam e/ou dificultam a práxis do Ensino Médio Integrado: poder docente; confronto e resistência epistemológica; interdisciplinaridade; historicidade dos conteúdos de ensino; carga horária excessiva; utilidade do conhecimento “inútil” na luta pela integração; formação docente para a EPT/EMI e contribuição do ProfEPT. No IFPR, os planos de curso estão em análise, considerando a proporção quantitativa entre componentes de formação geral e de formação profissional, bem como sobre as possibilidades de integração entre conteúdos de ensino previstos nas ementas das disciplinas. Entrevistamos coordenadores de curso cujos depoimentos estão em análise. Pretende-se que os mesmos procedimentos sejam desenvolvidos, nos campi Ouro Branco e Formiga, do IFMG; e em Unidades do IFRN. A pesquisa contará ainda com uma dimensão quantitativa visando a demonstrar a oferta de Ensino Médio Integrado na Rede Federal no período de 2019 a 2023.

Referências:

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GRASMCI, A. *Cadernos do cárcere*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, K. *O capital*. Crítica à economia política: livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

RAMOS, M. Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. *Trabalho & Educação* (UFMG), v. 23, n. 1, p. 207-218, jan.-abr. 2014.

_____. *Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação*. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetórias, perspectivas e limites*. Campinas: Autores Associados, 1997.

Título do resumo:**MINKA – COLETIVO DE PESQUISA EM TRABALHO-EDUCAÇÃO, CULTURA E PRODUÇÃO DE SABERES****Autores:**

Lia Tiriba
 Ana Elizabeth Santos Alves
 Maria Clara Bueno Fischer
 Doriedson do Socorro Rodrigues

Nome do grupo de pesquisa:

MINKA – Coletivo de Pesquisa em Trabalho-educação, cultura e produção de saberes

Resumo expandido:

MINKA é uma palavra milenar, de origem quéchua, referente aos povos andinos e que se refere a práticas econômicas e culturais que têm por base o trabalho coletivo e o valor-comunidade. É também um Coletivo de Pesquisa que, desde 2021, constitui-se como uma rede de pesquisadores, mestrandos e doutorandos de Programas de Pós-Graduação em Educação (UFF, UFRGS e UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Memória (UESB). Fundamentado no materialismo histórico e dialético e, partindo da indissociabilidade das relações trabalho-educação e economia e cultura, o MINKA elege como campo de pesquisa modos de produção da existência que se circunscrevem entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. Como espaços/tempos históricos de longa duração que persistem ao longo da história da humanidade e, de forma subordinada, convivem com o modo de produção capitalista, são experiências de trabalho e de educação no campo e na cidade que revelam a produção de sociabilidades calcadas no ideário do 'comum' nas relações de convivência nos processos de trabalho e na vida em comunidade.

Na atualidade, destacamos, entre outros, as culturas do trabalho associado e os processos educativos em experiência da economia popular solidária, cozinhas solidárias, movimentos de trabalhadores sem terra, agricultores familiares, além das práticas econômico-culturais e modos de vida tradicionais em comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, pantaneiras, caiçaras e de outros povos do campo que resistem às investidas do capital e insistem em reafirmar suas maneiras de fazer, pensar e sentir o mundo.

Quanto à produção, mobilização e legitimação dos saberes do trabalho e suas mediações, algumas interrogações nos desafiam: em relação ao patrimônio de conhecimentos que é fruto da criatividade de homens e mulheres trabalhadoras, o que está em jogo nas disputas entre trabalho e capital? Por que o conhecimento radicional e/ou ancestral passa a ser paradoxalmente, desejado para a continuidade do progresso capitalista? Sobre a interlocução e integração de saberes da experiência do trabalho e saberes científicos, quais as relações entre saber e poder presentes nos processos de formação por alternância? Sabendo que, historicamente, os saberes ético-políticos e técnico-produtivo se constituem como elementos dos modos de vida tradicionais, como as políticas educativa, econômicas, ambientais e culturais e, em particular, as mediações das escolas, empresas e organizações não governamentais impactam as culturas do trabalho e na vida em comunidade?

Referências:

Karl Marx; F.Engels; Rosa Luxemburgo; Antonio Gramsci; E.P. Thompson; R. Williams; Kohei Saito; David Harvey; I. Mézaros; Lukács e outros autores marxistas, além de produção acadêmica individual e coletiva do grupo de pesquisa.

Produção coletiva do grupo:

ALVES, Ana E. S.; TIRIBA, Lia (orgs) Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia: Navegando, 2022.

REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO - Trabalho, história e memória os povos de 'Nuestra América', N. 46 (set-dez), 2023.

REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO - - Trabalho, história e memória os povos de 'Nuestra América', N. 47 (jan.-abril), 2024.

Título do resumo:**NOVO ENSINO MÉDIO: EXPRESSÕES DE INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM SANTA CATARINA****Autores:**

Caroline Dildey

Nome do grupo de pesquisa:

Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho – TMT

Resumo expandido:

Analisa-se, nesta pesquisa¹, as expressões de intensificação e precarização do trabalho docente no Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) em Santa Catarina, considerando as determinações históricas e sociais que forjaram esta e outras reformas educacionais.

Tal objetivo converge com a participação no VI INTERCRÍTICA na medida em que aborda o trabalho docente no Novo Ensino Médio em um contexto mais amplo de contrarreformas neoliberais que buscam readequar a educação aos novos requerimentos produtivos, promovendo a ampliação das taxas de lucro e o controle ideológico para a formação de uma força de trabalho cada vez mais flexível e resignada.

A pesquisa, de caráter exploratório e amparada no materialismo histórico-dialético, foi orientada por quatro passos metodológicos centrais: 1) a identificação, por meio do balanço de produções sobre o tema, da forma como os autores do âmbito acadêmico na educação abordam as condições de trabalho dos docentes que atuam no Novo Ensino Médio; 2) a retomada dos elementos jurídico-normativos que o Novo Ensino Médio incorpora e que contribuem para a intensificação e precarização do trabalho docente; 3) o estudo de referencial teórico do campo marxista para análise das determinações político-econômicas na educação e as consequências ao trabalho docente; e 4) a verificação de como a implementação do Novo Ensino Médio impacta no cotidiano escolar, especialmente para os docentes, por meio da realização de grupos focais com professores do Novo Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. A partir do cotejo do balanço de produção e do referencial teórico foram extraídas quatro categorias de análise centrais, que conduziram a análise dos elementos jurídico-normativos, bem como a estruturação e análise dos grupos focais: mercantilização da educação (Motta; Andrade, 2020) intensificação e precarização objetiva (Dal Rosso, 2008; Dal Rosso; Cardoso, 2015) precarização subjetiva e reconversão docente (Evangelista, 2017; Triches, 2010). Constatase que, além de novas expressões de intensificação e precarização, que elevam o grau de exploração e mudam a identidade do trabalho docente, o Novo Ensino Médio contribui para o avanço da mercantilização da educação e para a difusão do projeto civilizatório dominante, pautado na flexibilização das relações de trabalho e na adaptação dos sujeitos (professores e estudantes) à lógica da concorrência e da competitividade como norma de vida, assim como às instabilidades e incertezas sociais e laborais geradas pelo atual padrão de acumulação do capital.

Referências:

DAL ROSSO, S. Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 208p.

DAL ROSSO, S; CARDOSO, A. C. M. 2015. Intensidade do trabalho: questões

conceituais e metodológicas. *Sociedade e Estado*. 2015. 30 (3), 631-650. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RNpccFSrCBTFhVcpZWhqTLF/?lang=pt#>. Acesso em: 25 fev. 2024.

EVANGELISTA, O. Faces da tragédia docente no Brasil. In: MOTTA, Vânia C.; PEREIRA, Larissa D. (Orgs). *Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017 (Coletânea Nova de Serviço Social; p. 159-186).

MOTTA, V.; ANDRADE, M.C.P. O Empresariamento da Educação de Novo Tipo e suas dimensões. *Educação & Sociedade*, Campinas, e224423, 2020 13v.41. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

TRICHES, J. Organizações multilaterais e curso de pedagogia: a construção de um consenso em torno da formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) - Florianópolis, SC: PPGE/UFSC, 2010. 218p.

Título do resumo:**O CONCEITO DE TÉCNICA E TECNOLOGIA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE APOIADA NA EPISTEMOLOGIA DA TÉCNICA****Autores:**

Maria Luisa Hilleshein de Souza

Nilson Marcos Dias Garcia

Nome do grupo de pesquisa:

GETET/UTFPR – Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Resumo expandido:

Na educação brasileira, tanto o Ensino Médio quanto a Educação Profissional têm tido suas finalidades questionadas ao longo do tempo e ambos têm sido foco de intensos debates em diferentes reformas. A Educação Profissional tem sido influenciada por fatores culturais, sociais, políticos e econômicos, e o discurso dominante sobre essa modalidade de ensino tem repousado reiteradamente sobre um dualismo conceitual, uma leitura do mundo filtrada segundo pares conceituais de opostos, que escondem sempre uma hierarquização e uma preferência por um dos polos. Moraes (2016), tendo isso em vista, aponta como necessário superar a “divisão, milenar, entre a escola do saber e a do fazer – uma divisão ideológica, marcada pela repulsa ao trabalho e pelo preconceito com as atividades manuais”.

Para tanto, é possível afirmar haver necessidade de que as visões do trabalho, da técnica e da tecnologia assumam um embasamento epistemológico, axiológico e ontológico capaz de retratar a Educação Profissional com olhares mais fecundos, visando superar nossa herança colonial escravocrata, geradora do multissecular preconceito a respeito do trabalho e da desvalorização da atividade técnica.

Assim, identificar os pressupostos axiológicos, epistemológicos e ontológicos que a tem constituído ao longo do tempo no Brasil pode favorecer o entendimento de como ocorre a construção do conhecimento e de se fazer ciência em uma modalidade de ensino que se se deu e se dá, em sua maior parte, de “forma prática”, pautada no “saber fazer”, contribuindo para a tentativa de superação do estigma da Educação Profissional como um conhecimento meramente prático e mecânico, fatores motivadores da presente pesquisa.

Realizada tendo por objetivo analisar, à luz da Epistemologia da Técnica e autores como Vieira Pinto (2005), Haudricourt (1964), Sigaut (2009) e Barato (1999; 2003), as concepções de técnica e tecnologia e suas implicações, a pesquisa teve como hipótese que os documentos relativos à Educação Profissional brasileira, além de não deixarem claro a epistemologia que a sustenta, incorporam ao seu currículo em ação pressupostos da ciência e da educação propedêutica, provocando um apagamento da técnica ao longo da sua história e constituição.

Para tanto, optou-se por um estudo qualitativo do tipo exploratório e descritivo. O levantamento de informações foi realizado por pesquisa documental e bibliográfica tomando como fonte documentos de arquivos públicos, documentos oficiais, além de documentos do Conselho Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. A Análise Textual Discursiva (Moraes; Galiazzi, 2017) deu suporte ao processo de identificação e análise das concepções indicadas.

Foi possível verificar que diversas concepções de técnica e tecnologia permeiam a constituição da Educação Profissional brasileira, sem, entretanto, desempenharem

protagonismo na constituição das suas concepções filosóficas, epistemológicas ou pedagógicas. Os documentos analisados, de modo geral, consideram a técnica como aplicação da teoria e dos princípios científicos, apoiados numa visão epistemológica voltada para uma educação academicista, pautada prioritariamente na ciência.

Tal constatação permitiu verificar que os pressupostos epistemológicos que têm constituído a Educação Profissional ao longo do tempo estão enraizados no bacharelismo, na ciência e no academicismo, configurando-a como uma continuação ou apêndice da educação geral e propedêutica, com a técnica em segundo plano, fato que pode ter suas raízes na construção histórica, social e cultural a respeito do trabalho no país, onde o trabalho manual é visto como algo de menor prestígio e destinado às classes sociais menos favorecidas.

Cabe destacar que o conhecimento técnico, embora considerado como essencial no desenvolvimento do país, não tem sido entendido como um conhecimento autônomo, merecedor de uma epistemologia própria, ao menos na legislação. E embora tenham acontecido movimentos de busca pela superação da dualidade, esta ainda se faz presente nas políticas públicas, currículo, projetos pedagógicos, entre outras práticas escolares.

Referências:

BARATO, Jarbas Novelino. **Em busca de uma didática para o saber técnico.**

Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago. 46-55, 1999.

Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/598> Acesso em: 15 jun. 2024.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação Profissional: Saberes do ócio ou saberes do trabalho?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

HAUDRICOURT, André. **La technologie, science humaine.** La pensée, Paris, n.115, p.28-35, maiojun. 1964. Disponível em:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5816034v/f30.image.LangPT>. Acesso em: 15 jun 2022.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de escola técnica vs. vontade de universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais.** 2016. 356 f., il. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>. Acesso: 15 jun 2024.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva.** 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

SIGAUT, François. **Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail...** Techniques & Culture: 40-49. 2009. Traduzido por Olivier Allain e Paulo Roberto Wollinger. Disponível em:

<http://www.francoissigaut.com/index.php/publicationsdiverses/publications/12-articles-fond/303-2009c>. Acesso em: 15 jun 2024.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de Tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Título do resumo:**O DESAFIO DE PENSAR A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DIANTE DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA DO SÉCULO XXI****Autores:**

Alexandre Maia do Bomfim

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ

Resumo expandido:

Nosso propósito aqui é trazer uma Educação Ambiental (EA), antes de tudo, crítica ao sistema do capital – que não vê solução para o meio ambiente sob esse modo de produção – para dialogar com a área de Trabalho e Educação (TE), especialmente com seus referenciais teóricos quanto seus posicionamentos políticos-filosóficos. Quer dizer, temos como pressuposto a luta de classes, focamos nos conflitos socioambientais e temos por base o materialismo-histórico-dialético. Dessa forma, constituímos uma Educação Ambiental Crítica (EA-crítica) interessada por questões políticas, econômicas e sociais, que se constitui humanista, porque não se reduz ao biocentrismo e não se coloca como antropocêntrica. Posto isso, o que especificamente viemos trazer neste trabalho é a parte de uma pesquisa que reflete o encontro entre a Educação Ambiental com a Educação Profissional (EP), considerando especialmente o que pesquisadores e estudiosos das áreas de TE e da EA-crítica nos deram, no contexto brasileiro, nos últimos anos.

O que essa EA-crítica tem a dizer à EP?

Há algum tempo alguns autores já fazem essa convergência entre a EA-Crítica e a área de TE, de uma maneira ou de outra (TREIN, 2022; LOWY, 2002; LOWY, 2022). O primeiro ponto em comum é a não aceitação da educação capitalista como solução à sociedade, especialmente porque não é uma educação favorável à classe trabalhadora. Não há saída para classe trabalhadora no sistema do capital, também não há para a natureza. Enquanto os filósofos da práxis em TE mostraram que uma educação reprodutora não serve e a educação omnilateral é o horizonte, os filósofos da práxis da EA-crítica mostraram que a temática ambiental não é secundária, porque, embora não seja contradição de primeira ordem para o sistema do capital, é contradição para a humanidade.

Como fica a Educação Profissional diante da Questão Ambiental? Primeiramente, vamos demarcar logo uma posição: supomos ainda haver tempo para reverter o atual processo de degradação ambiental. E isso é importante dizer, pois já vimos em estudos anteriores (BOMFIM, 2015), que já há propostas de educação com tamanha resignação que já promovem lidar com a situação das contingências. Há propostas, como a “Educação para Mudanças Climáticas”, que por serem timidamente críticas ao sistema do capital, colocam-se na situação de mitigar as consequências.

A EP que precisamos construir, para enfrentar à problemática ambiental, precisará primeiramente garantir-se na esteira crítica. Segundo, precisa se desvencilhar da sedução que o sistema do capital exerce com sua educação ambiental alienante, possível de ser adjetivada de várias maneiras: educação ambiental conservadora, educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, educação ambiental conciliatória etc. A Educação Profissional Crítica (EP-Crítica) precisa não se deixar levar pelo tecnicismo que existe também nas tais tecnologias verdes, pelas propostas paliativas de mitigação, pelo mercado dos créditos de carbono, pelo mercado verde (de maneira geral) etc. Não adianta trabalhar em plásticos biodegradáveis se o

processamento de plásticos perenes não esbarrar em políticas para sua diminuição, não adianta se preocupar em mitigar os efeitos dos gases de efeito estufa (GEE) enquanto o sistema procura manter produção e mercado para a energia de base fóssil. É importante que a EP não dê prioridade somente à eficiência econômica, mas muito mais à justiça social e à prudência ecológica. Inferimos, entre outros pontos, que a EP terá que ser atravessada integralmente por essa EA-Crítica, desde o acolhimento de seus alunos-calouros até sua formação continuada, desde seu aspecto técnico-tecnológico até o político. Para isso, precisamos enxergar as contradições, estudar e pesquisar, considerar os conflitos de interesse, indicar caminhos contra-hegemônicos...

Referências:

BOMFIM, A. M. O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes. Relatório de Pesquisa de pós-doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. 2022.

BOMFIM, A. M. Trabalho, Ambiente e Educação: onde está localizado o vanguardismo dessa relação?. Resumo Expandido – Trabalho. **Anais da 40ª Reunião Nacional da ANPED (2021)**. ISSN: 2447-2808. GT09 - Trabalho e Educação. ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_23.

BOMFIM, A. M. “O senhor não sabe não...? Isso é devido ao aquecimento global”: a educação ambiental midiática a contrapelo. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/Trabalho-GT22-4467.pdf>

BOMFIM, A. M. DO. Trabalho, Meio ambiente e Educação: apontamentos à educação ambiental a partir da filosofia da práxis. **Revista Labor**, v. 1, n. 5, p. 1-18, 2011a.

BOMFIM, A. M. Educação Ambiental (EA) *para além do capital*: estudos e apontamentos para a ea sob a perspectiva do trabalho. **Revista Trabalho Necessário**. issn: 1808 - 799X. Ano 9 – edição especial, número 13 – 2011b.

BOMFIM, A. M. O (Sub)Desenvolvimento (In)Sustentável: A Questão Ambiental nos países periféricos latino-americanos. *Trabalho Necessário*, ano 8, n.10, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6104>.

BOMFIM, A. M.; PICCOLO, F. D. Educação Ambiental Crítica: a questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Revista do PPGEA - FURG. V. 27, Rio Grande – RS, julho -dez 2011.

BOMFIM, A. M.; TRINDADE, M.; SILVA, F. OLIVEIRA, T. S. (orgs.) **A Questão Ambiental na Educação Básica**. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

LAYRARGUES, P. P.. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, jan./abr. 2013.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/dZvstrPz9ncnrSQtYdsHb7D/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jul. 2022.

LÖWY, M. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas-SP: Boitempo, 2002.

TREIN, E. S. A Educação Ambiental Crítica: crítica de que?. **Revista Trabalho Necessário**. Issn: 1808 - 799X. volume 20 – edição especial, número 43, 2022.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/5648>

Título do resumo:**O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: ELEMENTOS PARA UMA FORMAÇÃO INSTITUCIONALIZADA E CONTINUADA EM SERVIÇO****Autores:**

Arthur Rezende da Silva
Gaudêncio Frigotto

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo THESE - Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde - UERJ-UFF-EPSJV/Fiocruz

Resumo expandido:

A pesquisa em tela tem como objetivo problematizar a urgência de institucionalização, nos Institutos Federais, de uma formação continuada em serviço que englobe elementos teórico-metodológicos para a construção do Ensino Médio Integrado. A partir do materialismo histórico-dialético, além de Estado da Arte e da análise documental, propõe-se um curso estruturado nos seguintes eixos: formação social brasileira; fundamentos da escola do trabalho; processo histórico do Ensino Médio no Brasil; compromisso ético-político do Servidor Público (trabalhador público); memórias da Educação Profissional e Tecnológica a partir da Escola de Aprendizizes e Artífices, experiências educacionais das escolas do campo como inspiração para os institutos; dissertações e produtos educacionais do Mestrado em Rede em EPT e os 15 anos dos Institutos Federais. Diante da anunciada expansão, pelo Governo Lula 3, cuja proposta é a ampliação da oferta de EPT com novos 100 campi, além das contrarreformas em curso, faz-se necessário enfatizar o Ensino Médio Integrado e os Institutos Federais enquanto um patrimônio da classe trabalhadora brasileira. Portanto, é crucial a formação continuada em serviço como um objetivo institucional, como um elemento da práxis dos Servidores da EPT para romper a inércia, a despolitização, o conformismo a fim de realizarmos a travessia para um Ensino Médio Integrado politécnico.

Palavras-Chave: Formação Continuada em Serviço; Ensino Médio Integrado. Institutos Federais.

Referências:

CRUZ SOBRINHO, Sidinei. A formação continuada em serviço nos IFs na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: um trabalho pedagógico necessário. In: FERREIRA, Liliana Soares; ANDRIGHETTO, Marcos José; MARASCHIN, Mariglei Severo; CALHEIROS, Vicente Cabrera (org.). **Trabalho pedagógico na educação profissional e tecnológica em diferentes contextos: desafios e reflexões (volume 2)**. Curitiba: Editora Crv, 2021. p. 265-289.

CRUZ SOBRINHO, Sidinei; ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Mônica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio: tensões e proposições no âmbito do ensino médio integrado dos IFs. In: CAETANO, Maria Raquel; PORTO JÚNIOR, Manoel José; CRUZ SOBRINHO, Sidinei (org.). **Educação Profissional e os desafios da formação humana integral: concepções, políticas e contradições**. Curitiba: Editora Crv, 2021. Cap. 11. p. 189-210.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro:: gênese, crise e alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 173-200.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil::** ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. São Paulo: Kotter Editora, 2020. 432 p.

FIORUCCI, Rodolfo. Integração curricular no IFPR/Jacarezinho:: do tempo escola ao tempo aluno.. In: PACHECO, Eliezer; FIORUCCI, Rodolfo (org.). **15 anos dos IFs:** história, política e desafios. Foz do Iguaçu - Pr: Parque Itaipu, 2023. Cap. 9. p. 137-156.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica:** determinações culturais, econômicas, políticas e legais. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2023.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa.. In: SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos (org.). **As bases conceituais na EPT.** Brasília: Nova Paideia, 2021. Cap. 1. p. 13-27. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/article/view/121>. Acesso em: 20 jan. 2022

Título do resumo:**O ESTATUTO DO TERMO “EMPRESARIAMENTO” NA PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVES NOTAS PARA UM DEBATE NO CAMPO TRABALHO-EDUCAÇÃO****Autores:**

Hemerson Moura
Domingos Leite Lima Filho

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET)

Resumo expandido:

O objetivo desta comunicação é suscitar um debate no campo Trabalho-Educação sobre o estatuto do termo “empresariamento” na pesquisa educacional brasileira.

Para tanto, apresentamos e discutimos resultados preliminares da nossa pesquisa de doutorado, na qual nos guiamos teórico-metodologicamente através do Materialismo Histórico-Dialético (MHD) para estudar o empresariamento da educação profissional técnica no contexto da contrarreforma do Ensino Médio em curso.

No desenrolar da tese, percebemos a imprecisão do termo “empresariamento da educação” como um obstáculo a ser superado, o que nos impeliu a iniciar, nos termos de Gil (2008), um Estudo Exploratório do seu estatuto na pesquisa em Educação no Brasil. A consecução do objetivo desta comunicação implica o cumprimento da segunda etapa do Estudo, qual seja, a “discussão com especialistas” (Gil, 2008, p. 27). Mas não quaisquer especialistas. Há uma razão para evocarmos o campo Trabalho-Educação. Todas as referências bibliográficas analisadas estão vinculadas a esse campo, o que torna oportuna a viabilização dessa etapa no Intercrítica.

Concentrando-nos qualitativamente na identificação/análise da incidência da expressão “empresariamento” no debate educacional brasileiro, destacamos a seguir dados que ensejam estas breves notas.

Constatamos o uso dessa expressão: em evento acadêmico (UDESC, 2019; HISTEDBR, 2019; GPEH, 2021, 2022, 2023); em documento da ANPEd (2022); por grupo de pesquisa, nomeando live (LIEPE, 2020); por coletivo de pesquisadores, indicando um dos seus interesses de estudo (Colemarx, 2024); como temática de pesquisa de conceituado Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFF, 2024); como tema de dossiês de importantes periódicos (Motta; Evangelista; Castelo, 2021; Lamarão; Lamosa, 2022); e em mais de uma centena de dissertações/teses, que serão discutidas em etapa posterior.

Confirmando nossa suspeita de que tal incidência não é recente, identificamos prestigiados intelectuais que em algum momento utilizaram a expressão. Ora de maneira indiscriminada (Moraes, 2001; Leher, 2007; Moura, 2014; Lombardi; Colares, 2020; Saviani, 2020; Shiroma, 2023), ora fornecendo parcos elementos para compreendermos precisamente o sentido que lhe atribuem (Shiroma; Evangelista, 2003; Neves, 2002; Neves; Pronko, 2008; Ciavatta, 2013) – ou, quando muito, telegrafando seu significado (Ferretti; Silva, 2019).

Por outro lado, a proposta do Colemarx envolvendo o termo apresenta uma elaboração com alta densidade teórica. Nos trabalhos do Coletivo, reivindica-se o estatuto de conceito ao “empresariamento da educação” – acrescido do complemento “de novo tipo” (Motta; Andrade, 2019; Motta; Argollo, 2019; Lamarão, 2019; Motta; Andrade, 2020a; Motta; Andrade, 2020b; Andrade, 2020; Andrade; Silva; Lamarão, 2021; Andrade; Motta, 2022; Andrade; Motta, 2023).

Diante disso, nossa exploração inicial sugere que no debate educacional brasileiro o estatuto do termo “empresariamento” segue indefinido. Não podemos precisar se estamos diante de um termo vazio de sentido; um conceito ou categoria, especialmente considerando seus estatutos em Marx (Augusto, 2023; Netto, 2016); um assunto; ou, no máximo, um tema.

Na bibliografia analisada, todas essas possibilidades são viáveis, embora a última tenha se mostrado como a melhor representação do estatuto do termo.

Como pontos de estímulo ao debate, anotamos ainda, inspirados por Evangelista (2023), a ausência de suspeição quanto ao valor explicativo do termo para a pesquisa educacional, bem como de investigações que o tomem por objeto de estudo.

Lembremos que conceitos e categorias em Marx não são meros nomes e que o processo de elevação de palavras a tais status significou o resultado de décadas de pesquisas traduzidos no esforço de reprodução ideal do real (Augusto, 2023, Netto, 2011, 2016). Nesse sentido, para as pretensões de promoção do “empresariamento” a conceito, nossa investigação também sugere a necessidade de aprofundamento nos estudos de teoria do conhecimento, especialmente dentro do MHD.

Por fim, expectando continuar o debate, insistimos na pergunta elementar que nos impôs essa problemática: o que é “empresariamento da educação”?

Referências:

ANDRADE, Maria Carolina Pires de. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio:** expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro. 2020. 361 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; SILVA, Juliana Argollo; LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira. Expressões do empresariamento da educação de novo tipo: interseções do “novo” Fundeb com as propostas de SNE e ADE. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 311-336, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43987>. Acesso em: 09 ago. 2024. 2021

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; MOTTA, Vânia Cardoso da. O empresariamento da educação de novo tipo e seus agentes: o empresariado educacional do tempo presente. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-27, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/54290>. Acesso em: 09 ago. 2024.

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; MOTTA, Vânia Cardoso da. “Não pense em crise, trabalhe”: o empresariamento da educação de novo tipo e a crise orgânica do capitalismo brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 21, n. 44, p. 1-21, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57573>. Acesso em: 09 ago. 2024.

ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). **Cadê a educação nas eleições 2022?** Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país, 2022, p. 1-12. Disponível em:

https://www.anais.anped.org.br/sites/default/files/images/documento_oficial_posicionamento_anped_cade_a_educacao_eleicoes_2022_final.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.

AUGUSTO, André Guimarães. Sobre os conceitos em Marx. **Revista Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 11, n. 20, p. 79-95, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/530>. Acesso em: 09 ago. 2024.

ClAVATTA, Maria O regime de colaboração e o ensino médio: uma análise de contexto. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 961-978, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qJSVVLkS5PD5rNyLDrdWngc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2024.

COLEMARX (Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação). **Apresentação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2024. Disponível em: <https://colemarx.educacao.ufrj.br/apresentacao/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

EVANGELISTA, Olinda. Trabalho, educação e política: diálogo com o número 42 da Revista Trabalho Necessário. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 21, n. 45, p. 1-12, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/58769>. Acesso em: 09 ago. 2024.

FERRETTI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Dos embates por hegemonia e resistência no contexto da reforma do ensino médio. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28305>. Acesso em: 09 ago. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GPEH (Grupo de Pesquisa Educação, Estado ampliado e Hegemonias). **II Seminário Nacional Educação, Estado Ampliado e Hegemonias**: O mapa do empresariamento da educação pública no Estado do Paraná. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nIX-evbLcyA>. Acesso em: 09 ago. 2024.

GPEH (Grupo de Pesquisa Educação, Estado ampliado e Hegemonias). **III Seminário Nacional Educação, Estado Ampliado e Hegemonias**: as formas de empresariamento da educação pública. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TMPHa688lno&t=1030s>. Acesso em: 09 ago. 2024.

GPEH (Grupo de Pesquisa Educação, Estado ampliado e Hegemonias). **IV Seminário Nacional Educação, Estado Ampliado e Hegemonias**: empresariamento das políticas educacionais. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Youtube, 2023. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=frsM0bleOww>. Acesso em: 09 ago. 2024.

HISTEDBR (Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil). **XI Seminário Nacional do HISTEDBR; IV Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI; I Seminário Internacional do HISTEDBR**. Educação e Mundo do Trabalho: em defesa da escola pública. Mesa 2: Empresariamento da Educação. Programação geral. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2019. Disponível em: <https://semintertrabalho.wixsite.com/ivseminter/programacao-geral>. Acesso em: 09 ago. 2024.

LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira. **Impactos do COMPERJ na educação do leste fluminense: as estratégias do empresariado para educar os trabalhadores (2008 – 2016)**. 2019. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira; LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz (Orgs.). Dossiê Temático: O empresariamento da educação e o Estado-educador. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/2687>. Acesso em: 09 ago. 2024.

LEHER, Roberto. A problemática da universidade 25 anos após a ‘crise da dívida’. P. 9-15. **Universidade e Sociedade**, Ano XVI, n. 3, p. 9-15, 2007. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0076b6148f5f62c744d59991e5b10fdf_1547841323.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.

LIEPE (Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação). **Por que devemos ser contrários ao empresariamento da educação?** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ). Live, Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Oo-iTPHPOQI&t=7018s>. Acesso em: 09 ago. 2024.

LOMBARDI, José Claudinei; COLARES, Anselmo Alencar. Escola pública, projeto civilizatório burguês versus práxis emancipadora. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 11-26, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180014>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MORAES, Maria Célia M. de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 14, n. 1, p. 7-25, 2001. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/issue/view/1452/366>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. Conteúdo e forma do empresariamento da educação no tempo presente: da capitalização à subsunção ao empresariado. In: Colóquio Internacional Marx e Marxismos, 2019, Niterói. Anais eletrônicos. Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Universidade Federal Fluminense, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://niepmarx.blog.br/anaismm2011-2019/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ARGOLLO, Juliana. Arranjos de desenvolvimento da educação: expressão do empresariamento de novo tipo. In: Colóquio Internacional

Marx e Marxismos, 2019, Niterói. **Anais eletrônicos**. Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Universidade Federal Fluminense, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://niepmarx.blog.br/anaismm2011-2019/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-13, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v41/1678-4626-es-41-e224423.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 64-86, 2020b. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/54751/35220>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MOTTA, Vania; EVANGELISTA, Olinda; CASTELO, Rodrigo (Ed.). Dossiê: Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/issue/view/2072>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná. Coleção formação pedagógica, v. 3, 2014. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/326>. Acesso em: 09 ago. 2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx com José Paulo Netto** (primeira parte). Universidade de Brasília (UnB), Youtube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8>. Acesso em: 09 ago. 2024.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PPGE-UFF (Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal Fluminense). **Página do programa**. Linha de pesquisa Trabalho-Educação (TE), 2024. Disponível em: <https://ppgeducacao.sites.uff.br/trabalho-educacao-te/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

SAVIANI, Demerval. **Em defesa da escola pública**. In: LIMA, Antonio Bosco de.; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Em defesa das políticas públicas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 25-50.

SHIROMA, Eneida. **Prefácio**. In: LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (Org.). Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas - vol. 2. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 9-18.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. A mística da profissionalização docente. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 7-24, 2003. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/issue/view/1457/371>. Acesso em: 09 ago. 2024.

UDESC (Universidade Estadual de Santa Catarina). **I Seminário Regional Estado, Economia Política e Educação**: o fundo público e o empresariamento da educação. Grupo de pesquisa LUTE/FAED/UDESC; GEPETO/UFSC; TMT/UFSC; GEPOOC/UFSC; OTPEF/UFPEL; GEPES/UNIOESTE, Facebook, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/305037320410017/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

Título do resumo:**O FETICHE DOS DOCUMENTOS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (SC) DESDE O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO****Autores:**

Soraya Franzoni Conde
 Giovanni Felipe Ernst Frizzo
 Karina Strohhaecker
 Lisa Alcubierre
 Lucas Kamers de Aguiar
 Luísa Gonçalo Dai Prá
 Natália Palhoza,
 Samara Madureira Moraes
 Suzana Semientcoski
 Nina Dias da Cruz

Nome do grupo de pesquisa:

Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/CED/UFSC)

Resumo expandido:

O presente trabalho é parte da pesquisa "A reconfiguração da escola diante das atuais transformações no mundo do trabalho" (2023-Atual), desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (TMT/CED/UFSC). O objetivo é analisar dois documentos fundamentais que orientam o trabalho pedagógico na Educação Infantil (EI) na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF): a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCCEI) (Brasil, 2018) e a Reedição das Orientações Curriculares para a EI da RMEF (ROCEI) (Florianópolis, 2022). Partindo do materialismo histórico-dialético, e utilizando a metodologia de análise de documentos proposta por Evangelista e Shiroma (2019), além da concepção de infância desde o ponto de vista do trabalho (Conde, Hermida, 2021; Klein, 2012), realizamos análises em grupos de estudo e debate, embasados por autores como Antunes (2020, 2023) e Previtali (2020). Percebemos, examinando os documentos, como estes vêm acompanhados de falsas aparências fetichistas ou "slogans" (Evangelista, 2014; Marx, 2023) laudatórios, apoiados em concepções de educação e de criança limitadas ao reformismo democrático-burguês: a ROCEI fundamenta-se nos estudos da Pedagogia da Infância, enquanto a BNCCEI enfatiza aquisição de habilidades, competências socioemocionais e formação de atitudes voltadas ao mercado de trabalho (Marsiglia et al., 2017). Esses documentos refletem teorias espontaneístas e desvinculadas do contexto histórico e material das crianças. Entendemos que a concepção moderna de infância decorre do desenvolvimento das forças produtivas modernas e não do aparecimento de um sentimento amoroso da burguesia benevolente para com as crianças (Conde, Hermida, 2021; Klein, 2012). Evidenciamos, por meio do materialismo dialético, em especial, as categorias de totalidade/particularidade, contradição e mediação, como esses documentos se relacionam com os interesses do capitalismo neoliberal, restringindo a formação humana da infância da classe trabalhadora em momentos desarticulados e aleatórios, aprofundando as desigualdades de acesso ao conhecimento entre classes sociais. Sem uma compreensão profunda do desenvolvimento infantil e do papel mediador da educação e cultura ofertada pelas gerações mais velhas (Conde, Alcubierre, 2023), os

educadores se tornam meros observadores de espaços organizados centrados na espontaneidade do livre brincar e do "aprender a aprender" (Duarte, 2011). Além disso, percebemos que a prática docente muitas vezes é baseada em currículos idealistas e conservadores, distantes da realidade da maioria das crianças brasileiras, ignorando a desigualdade social, a exploração, a opressão e a violência típicas de uma sociedade cindida entre classes. Assim, aprofundam-se formas desiguais em que crianças pobres e da classe trabalhadora acessam o conhecimento. O capital, principalmente em seus momentos de crises estruturais, enrijece o controle da educação formal destinada aos/as filhos/as da classe trabalhadora em benefício de sua própria reprodução. A formulação destes documentos, em um contexto histórico de perda de direitos e imposição da lógica da uberização do trabalho e da Indústria 4.0 (Antunes, 2023), aparecem coadunadas à ideologia do empreendedorismo e das competências socioemocionais. Concluimos que os documentos analisados induzem os educadores a corroborar necessidades reprodutivas do sistema capitalista, promovendo uma pedagogia que nega a contradição, a dialética e a luta de classes. Esperam das crianças um espontaneísmo criativo e superficial que ecoa para a aceitação das demandas do mercado de trabalho moderno.

Referências:

ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 217-236.

ANTUNES, Ricardo. **Icebergs à deriva**. São Paulo: Boitempo. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em 6 jul. 24.

CONDE, Soraya Franzoni; HERMIDA, Jorge Fernando. Pedagogia histórico-crítica e posicionamento ativista transformador na educação infantil. **HOLOS**, [S. l.], v. 8, p. 1–18, 2021. DOI: 10.15628/holos.2021.13210. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/13210>. Acesso em: 5 jul. 2024.

CONDE, Soraya Franzoni; ALCUBIERRE, Karina Strohhaecker Lisa. As correlações entre cultura, materialismo e educação a partir da situação de crianças migrantes em Santa Catarina (Brasil) e nos Estados Unidos da América. **Perspectiva**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 1–19, 2023. DOI: 10.5007/2175-795X.2023.e86361. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/86361>. Acesso em: 5 jul. 2024.

CONDE, Soraya Franzoni. A criança migrante que trabalha nos EUA: correlações entre classe, educação e cultura. **Educar em Revista**, v. 39, p. e86765, 2023.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: Cêa, Georgia, Rummert, Sonia Maria, Gonçalves, Leonardo (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2019, p. 83-120.

FLORIANÓPOLIS (SC). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Educação Infantil **Reedição das orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis** [livro eletrônico] / Prefeitura do Município de Florianópolis. -- 2. ed. -- Florianópolis, SC : Secretaria Municipal de Educação, 2022.

HERMIDA, Jorge Fernando. CONDE, Soraya Franzoni. Criança, infância e educação a partir da classe trabalhadora. In: LOMBARDI, J. C., COLARES, M.C.I., ORSO, P. J. **Pedagogia Histórico Crítica e Prática Pedagógica Transformadora**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações. 2021, p. 155-178. Disponível e-book: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/ebook_pedagogia_hist_rico_critica

KLEIN, Lígia. Cadê a criança do Arriés que estava aqui? A fábrica comeu... In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre História, Sociedade e Educação no Brasil**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Anais eletrônicos. Histedbr. 2012.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. In: **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital** / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. – 3. ed. – São Paulo: Boitempo, 2023.

PREVITALLI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Trabalho digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 217-236.

Título do resumo:**O NEOLIBERALISMO NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA: COMO OLHAR PARA O NOVO ENSINO MÉDIO?****Autores:**

Bruna Peroba Loureiro

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo THESE

Resumo expandido:

O presente trabalho é produto da pesquisa de Mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, tem por objetivo analisar quais são os impactos das decisões neoliberais para a educação dos jovens brasileiros, a partir da implementação da Lei nº 13.415/2017 sobre o Novo Ensino Médio, que atingem o educando e a produção de um novo tipo sujeito, o empreendedor de si, responsável por si mesmo e pelas escolhas que faz. A metodologia da pesquisa é a análise bibliográfica e documental.

Os educadores atuantes da Educação Básica, almejam construir junto de seus estudantes propostas educativas que tenham como cerne o princípio da autonomia, da reflexão e da criticidade, como uma maneira de organizá-los para a vida coletiva em sociedade e para os desafios futuros a serem experienciados. Em contrapartida, o que tem sido visto como escolha política é a adoção de projetos neoliberais de educação e de inserção no setor público, a fim de promover o sujeito empreendedor de si e responsável pela sua vida e escolhas fracassadas ou de sucesso.

A chegada neoliberal ao espaço público implica promover na desqualificação do mesmo, ao enunciar que o âmbito público é capaz de produzir entraves burocráticos e baixos índices de produtividade, para facilitar a entrada do setor privado por meio do neoliberalismo, como uma nova ordem e lógica e assim reproduzir e acumular mais capital. Os servidores comprometidos com o bem público são responsáveis por produzirem “bens coletivos socialmente necessários” (DRUCK, 2021, p. 839), que garantem o acesso às políticas públicas que encontram-se na Constituição Federal para a população possibilitando o acesso a cidadania.

Em contrapartida, tendo a educação da classe trabalhadora como eixo do estudo e sendo esta a que mais sofre diante das correlações de forças existentes, o produto histórico do projeto de sociedade tem como consequência a implicação na formação educacional da classe trabalhadora. Em 2017, após o golpe parlamentar contra Dilma Rouseff, todo o caminho foi construído, para dar início a esse processo educacional, que culminou na Reforma do Ensino Médio, e esta deve ser vista como uma Contrarreforma. Um exemplo nítido foram as ações adotadas nos anos 90, ao construírem um consenso na sociedade durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 -2002) permitindo que empresas públicas fossem vendidas ocorrendo diversas privatizações.

Assim, como na década de 90, as políticas de contrarreforma visavam uma educação acelerada com baixo investimento, na intenção de formar um trabalhador flexível às mudanças do mercado e a aceitação do que está posto, levando a uma responsabilização de modo individual, nos dias atuais a intenção dos contrarreformadores é utilizar a escola para formar este trabalhador e assim legitimar seus ideais. (SANTOS, 2024, p.7).

Atualmente têm-se o Novo Ensino Médio Lei nº 13.415/2017, que compõem uma

Formação Geral Básica (FGB) e a existência do Itinerário Formativo (IF). “Os itinerários formativos se caracterizam no aprofundamento do estudante em uma ou mais áreas do conhecimento e/ou Formação Técnica e Profissional, a partir de um itinerário formativo, composto por núcleo integrador e trilha de aprofundamento” (SEEDUC-RJ, 2022, p.6). Logo, a formação desse indivíduo estará sob a lógica dos princípios de adaptação à nova realidade do mundo do trabalho, que é a informalidade, a flexibilidade e o empreendedorismo de si. O estudante oriundo da escola pública e produto deste novo Ensino Médio será o único responsável por seu caminho, pois o movimento de individualização e do desenvolvimento de habilidades e competências, serve para atender as demandas do mercado, que atualmente se tornou o regulador da vida e da educação, denominada por Marise Ramos e Gaudêncio Frigotto (2023), como dupla traição aos jovens.

Referências:

DRUCK, Graça. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 821-844.

RAMOS, M. N. ; FRIGOTTO, G. A contrarreforma do ensino médio: dupla traição aos jovens da escola pública. In: Gaudêncio Frigotto. (Org.). Ensino médio no Brasil e sua (im) possibilidade histórica. 1ed. Rio de Janeiro e São Paulo.: LPP/UERJ e Expressão Popular, 2023, v. 1, p. 209-251.

SANTOS, Carlos Eduardo Dos. Educação, as Políticas Neoliberais e as Contrarreformas na Década de 90: o aluno visto como capital humano, reflexos na formação do trabalhador de novo tipo. In: Anais do Primeiro Colóquio da Rede de Conhecimento Docente (Reconhecendo/UERJ). Anais. Rio de Janeiro (RJ) Uerj, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/reconhecendo/795668-EDUCACAO-AS-POLITICAS-NEOLIBERAIS-E-AS-CONTRARREFORMASNA-DECADA-DE-90--O-ALUNO-VISTO-COMO-CAPITAL-HUMANO-REFLE>.

SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/como-eh-o-nem.php>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

Título do resumo:**O NOVO ENSINO MÉDIO COMO “JANELA DE OPORTUNIDADE” PARA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO JOVEM NO BRASIL****Autores:**

Bruno Gawryszewski

Nome do grupo de pesquisa:

Coletivo de Estudos Marxismo e Educação (Colemarx)

Resumo expandido:

Trata-se de uma pesquisa iniciada em 2022 acerca da formação da força de trabalho jovem no Brasil. O ponto de partida é o de que há em curso uma pauta por parte dos setores dominantes brasileiros e internacional que reivindicam a necessidade de que a formação dos jovens brasileiros esteja em consonância com as aspirações das relações de produção estabelecida no Brasil.

Os argumentos em prol de um capital humano “qualificado” devem ser relativizados, devido ao fato de que a sua aparência como uma adjetivação ou uma virtude precisa ser (com o perdão do trocadilho) devidamente qualificado. Nesse caso, partindo do entendimento de que qualificação está necessariamente relacionada com as relações de produção de uma formação social específica e de um determinado tempo histórico, o pressuposto de que a qualificação no capitalismo está atrelada à capacidade da força de trabalho em atender à finalidade de ampliar a extração de mais-valor, parecendo razoável supor que, ao mesmo tempo que a total ausência de qualificação pode ser um problema que não potencialize a produtividade do trabalho, o seu oposto também o é; ou seja, a qualificação em excesso ou qualitativamente diferente do que é necessário às relações de produção, torna-se disfuncional para a reprodução do capital, pois demandaria um grau de complexidade que desperdiçaria tempo e investimento financeiro para dispor de um contingente substancial de força de trabalho. Por isso, a reivindicação dos setores dominantes de que formação da força de trabalho deveria caminhar passo a passo com as “demandas do século XXI” (ou em “sintonia com o mercado de trabalho”) é reforçada corriqueiramente.

Nesse sentido, o Novo Ensino Médio tem sido contundentemente apoiado pelos setores dominantes brasileiros que tem defendido que a flexibilidade contida no NEM supera um currículo extenso e engessado, melhorando a retenção e atração dos estudantes em permanecer na escola e que coincida a formação escolar com os requisitos necessários para a atuação no mercado de trabalho, o que levaria a um suposto aumento na qualidade da educação, conforme medido pelas avaliações de larga escala.

Um dos desafios em andamento é compreender quais são os interesses fundamentais da classe dominante em defender uma formação no ensino médio recorrentemente denunciada pelo esvaziamento de conteúdos curriculares científicos em prol de competências e habilidades que os indivíduos deveriam adquirir para intervir e resolver situações reais do cotidiano da vida/trabalho, ou seja, por que a classe dominante brasileira prescinde da defesa de processos formativos mais complexos que, supostamente, poderiam ampliar a extração de mais-valor e o desenvolvimento econômico do país?

A hipótese que me parece mais crível é de que há uma intencionalidade por parte dos setores dominantes brasileiros de não explicitar de que vige uma acomodação de que o capitalismo brasileiro esteja fadado a se manter numa condição de dependência econômica, de modo que a economia brasileira permaneça em sua condição

dependente e que isso não é um problema em si. Ou seja, que a concepção formativa do Novo Ensino Médio não está em dissonância com as relações de produção capitalista brasileira dependente, como se fosse algo que interferiria negativamente em um projeto de desenvolvimento econômico, mas sim, que representa a própria condição econômica brasileira e que, para não se tornar disfuncional, a solução mais coerente seria o de adequar à realidade dada.

Referências:

BRASIL. Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2017, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 8 jul. 2024.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.48, p. 545-562, set/dez. 2011.

LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em debate, v. 9, n. 3, p. 325–356, dez. 2017.

SOUZA, Pâmella; GAWRYSZEWSKI, Bruno. Reforma do ensino médio, precarização do trabalho e dependência. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 23, n. 45, p. 169-184, jan./jun. 2023.

Título do resumo:**O NOVO ENSINO MÉDIO-SC : IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA FORMAÇÃO DOS JOVENS.****Autores:**

Aline Daniel dos Santos

Nome do grupo de pesquisa:Sociedade, Trabalho e Educação (GESTE)/ Unioeste – *campus* de Francisco Beltrão – PR.**Resumo expandido:**

O presente trabalho está vinculado a pesquisa “O Novo Ensino Médio na Escola de Educação Básica João Roberto Moreira – São Domingos – Santa Catarina: implicações da educação empreendedora para a formação das juventudes. A qual analisou, o Componente Curricular Eletivo (CCE) Educação Empreendedora, ofertado no Novo Ensino Médio (NEM) de SC, e as suas implicações para o processo formativo das juventudes. A análise dessa temática deu-se tendo em vista a inserção do empreendedorismo como eixo estruturante na contrarreforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº13.415/2017 e no currículo catarinense, na parte flexível do currículo por meio do CCE Educação Empreendedora. Assim sendo, analisaram-se as percepções e as compreensões dos estudantes e professores da Escola de Educação Básica (EEB) João Roberto Moreira, localizada na cidade de São Domingos - SC. O método escolhido foi o Materialismo Histórico e Dialético, com uma abordagem de pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, recorrendo-se análises bibliográfica e documental sobre a proposta curricular do NEM-SC e a inserção do empreendedorismo no âmbito educacional como proposta do capital para a formação das juventudes da classe trabalhadora. Assim, realizou-se também uma entrevista semiestruturada com o objetivo de identificar as implicações do CCE Educação Empreendedora para a formação das juventudes do NEM na EEB João Roberto Moreira. Foram entrevistados 28 jovens e a professora que lecionou o CCE Educação Empreendedora. Ao analisar os documentos do NEM-SC, observamos que o empreendedorismo ao adentrar no currículo, provoca o esvaziamento das disciplinas da formação geral básica, reafirmando os velhos interesses do capital, que é continuar a exploração e a expropriação da classe trabalhadora, prejudicando a educação de quem mais precisa, as juventudes da classe trabalhadora (REIS, 2019), difundindo a ideia de que todos têm as mesmas condições para competir, que é mérito do esforço de cada um, assim, o seu sucesso ou o seu fracasso resultará do seu esforço e da sua dedicação individual (DARDOT; LAVAL, 2016). Como resultados, verificou-se que o empreendedorismo tem sido propagado em diferentes espaços como a solução para o desemprego estrutural. Nesse contexto, os discursos midiáticos em prol do empreendedorismo assumem papel fundamental na disseminação de uma cultura empreendedora. Esses posicionamentos se dirigem especialmente às juventudes. As contrarreformas educacionais têm grande influência das políticas neoliberais e de seus reformadores, os quais atuam com intenção na formação de subjetividades nas juventudes, consoantes aos interesses do capital. Conclui-se, portanto, que sustentando o discurso do “novo” Ensino Médio estão interesses antigos de favorecimento em prol do capital privado, por meio de parcerias público-privadas que buscam conduzir as juventudes da classe trabalhadora à conformação, precarizando a sua formação, atingindo ainda outro objetivo, o de fazer a contenção do acesso ao Ensino Superior. Diante desse cenário, o desafio que se coloca é a continuação dos

estudos e reflexões para se pensar coletivamente estratégias que desmantelam os ditames do capital, na sua forma neoliberal sobre a escola e sobre a formação das juventudes. Concorde-se com Freitas (2018) quando menciona a necessidade da organização de formas de resistência às políticas de reformas neoliberais, a exemplo da contrarreforma do Ensino Médio.

Caminha-se na luta pela revogação dessa contrarreforma, pela retirada das parcerias público-privadas da educação pública e por uma formação integral na perspectiva progressista.

Referências:

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.**

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Presidência da República, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 3 out. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

REIS, Luiz Henrique Fernandes. **Juventude LTDA.:** A ideologia do empreendedorismo na formação dos jovens do século XXI. 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Novo Ensino Médio Componentes Curriculares Eletivos:** Construindo e Ampliando Saberes. Florianópolis: SED, 2020. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapase-modalidades-de-ensino/29-modalidade-de-ensino/31310-novo-ensino-medio>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Título do resumo:**O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AS DISPUTAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ENSINO MÉDIO E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL?****Autores:**

Rose Márcia da Silva

Ivonei Andrioni

Nome do grupo de pesquisa:

THESE

Resumo expandido:

O texto tem por objetivo analisar a disputa ideológica na formulação das políticas educacionais de Ensino Médio (EM) e de Educação Profissional Técnica (EPT), no período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, ressaltando a distinção entre a proposta de Ensino Médio Integrado (EMI) defendida por educadores e movimentos sociais como possível e necessária para uma formação humana omnilateral e politécnica, que tem o trabalho como princípio educativo, e o “Novo Ensino Médio” (NEM), proposto pela reforma empresarial da educação, que aprofunda a dualidade entre formação tecnicista para o trabalho simples, em atendimento ao mercado. Com a entrada em cena do contraditório “neodesenvolvimentismo”, capitaneado pelos governos do Partido dos Trabalhadores de 2003 a 2015, por meio de lutas, o campo educacional teve algumas conquistas, como Diretrizes dos diversos níveis e modalidades da Educação, possibilidade de integração entre EPT e Educação Básica, criação, expansão e interiorização do Instituto Federal (IFs). O Plano Nacional de Educação (PNE) se tornou uma exigência constitucional com periodicidade decenal e a Conferência Nacional de Educação (Conae), um amplo espaço de construção democrática de perspectivas para formulação do PNE. Dentre as bases para a democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar e para qualidade social na EPT e EM, a Conae 2010, destaca a necessidade de romper com o “dualismo estrutural entre o ensino médio e a educação pública profissional (...) compreender o ensino médio na concepção de escola unitária e de escola politécnica (CONAE, 2010, 69;70), e o ensino médio integrado como alternativa inicial para a instituição plena da escola unitária. Uma das mais importantes conquistas para a EPT no PNE 2014-2024 foi a meta 11: “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”, tendo “por base os princípios e a compreensão de educação unitária e universal” (BRASIL, 2014, p. 39). Com o governo de extrema direita de Bolsonaro, 2019-2022, o NEM) instituído via medida provisória e transformada em lei no governo de Michel Temer, ganha corpo com a “nova” BNCC e com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT. O FNE sofreu alteração unilateral de sua composição, excluindo entidades representativas e o PNE ignorado. Como forma de organizar e manter a mobilização em torno da defesa do PNE foi formado o Fórum Nacional Popular de Educação e realizadas as Conferências Nacionais Populares de Educação. A retoma de Lula ao governo, reacendeu a “esperança” pela revogação do NEM. O FNE foi recomposto e retomadas as conferências para construção das metas do PNE 2024-2034. No entanto, na correlação de forças, em que a “Revogação do NEM” estar nas pautas de uma das maiores greves dos servidores da educação federal e sob protestos dos Movimentos

Estudantis, o projeto de lei com alterações sem profundidade foi aprovado no Congresso. Torna-se imprescindível unir forças, organizar a base e as instâncias superiores, resistir, tomar posição e defender o EMI como projeto que indica elementos importantíssimos para construir, gradativamente, uma escola unitária, emancipadora, de formação humana integral.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF., 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010. **CONAE 2010** - Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias. Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em 03 ago. 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2024. Documento Final. **Plano Nacional de Educação (2024-2034)**: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/PROFESSOR/Downloads/CONAE%202024%20-%20Documento%20Final%20-%2026-02-2024.pdf>. Acesso em 01 ago. 2024.

Título do resumo:**O PROCESSO FORMATIVO PELA EAD E SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA DE TRABALHO DE EGRESSOS/AS DO POLO UAB/CAMETÁ NA AMAZÔNIA PARAENSE****Autores:**

Geanice Raimunda Baia Cruz
Gilmar Pereira da Silva

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE)

Resumo expandido:**Introdução**

Esta pesquisa de tese em andamento busca analisar o percurso formativo pela Educação a Distância em nível superior dos egressos(as) do Polo Cametá e sua relação com as possibilidades de acesso ao mundo do trabalho, a partir dos Cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil de Cametá, na região Amazônica, no Estado do Pará.

Metodologia

O referencial teórico baseia-se em diferentes autores numa perspectiva marxista como: Karl Marx (1982), Frigotto (1995), Kuenzer (1976); Antunes (2020), Thompson (1981), que nos ajudam a compreender as relações entre trabalho e educação; Daniel Mil (2006), Belloni (2015), contribuirão para as reflexões sobre a Educação a Distância e seus desdobramentos. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa e possui como instrumentos a análise documental e a entrevista semiestruturada.

Principais achados

Os resultados apontam que os estudos teóricos trazidos a partir de pesquisas realizadas sobre a EaD, bem como as análises dos sujeitos, nos alerta que é preciso creditar à EaD importantes avanços no desenvolvimento do ensino superior, principalmente na região amazônica paraense.

A expansão do ensino superior ganha uma valiosa contribuição da EaD, a partir da Universidade Aberta do Brasil – UAB, que reconhece a EaD como mecanismo de políticas públicas para a formação de professores e para a expansão e democratização do ensino superior, destacando o polo de apoio presencial como unidade de descentralização, com vistas a atender às demandas locais por educação pública superior.

Pelas análises dos egressos, o Polo de Cametá, através da EaD possibilitou além do acesso a formação em nível superior, o ingresso no mundo do trabalho, ainda que a lógica mercantilista busque promover e consolidar a universidade empresa, que faz pesquisa como produto, visando o interesse do mercado.

Referências:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**: evolução e desafios. São Paulo. Revista Portuguesa de Educação, 2003, 16(2), pp. 221 -236

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LITWIN, Edith (org.). **Educação a Distância: Temas para Debate de uma Nova Agenda Educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MILL, Daniel. **Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia**. Tese (Doutorado/UFGM). Belo Horizonte/MG, 2006.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Título do resumo:**O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E AS DISPUTAS EM TORNO DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS****Autores:**

Alisson Castro Batista

Mauro Augusto Burkert Del Pino

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública - GIPEP/UFPel

Resumo expandido:

A Educação Integral, elemento central para a construção de uma educação que busque formar cidadãos críticos e emancipados, tem sido um desafio constante na construção de políticas educacionais no Brasil. A história recente do país é marcada por programas como o Mais Educação de 2007 e o Novo Mais Educação de 2016, que buscaram ampliar a jornada escolar e oferecer atividades complementares aos estudantes. No entanto, esses programas enfrentaram críticas e desafios, evidenciando a complexidade de implementar políticas de Educação Integral em um contexto de desigualdades sociais e precarização do ensino público. A ampliação da carga horária escolar sem o devido investimento em infraestrutura, formação e recursos, intensificou problemas já existentes, como a precarização das condições de trabalho e estudo (Reis, 2014; Ferreira, 2015; Soares, 2020; Dos Santos, 2022). Essa situação, por sua vez, fortalece discursos neoliberais que questionam o papel do Estado e promovem soluções de mercado, abrindo espaço para a privatização e a atuação de interesses privados na educação (Leite, 2019). Neste cenário, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabeleceu a meta de oferecer educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas, atendendo a 25% dos estudantes da educação básica até 2024 (Brasil, 2014). Em 2023, um ano antes do fim da vigência do PNE, o Governo Federal lançou o Programa Escola em Tempo Integral, buscando ampliar a jornada escolar e diversificar as atividades oferecidas aos estudantes (Brasil, 2023). Diante deste contexto, esta pesquisa objetiva analisar como o Programa Escola em Tempo Integral se insere no cenário atual das políticas educacionais brasileiras. Para isso, utilizamos a abordagem do Ciclo de Políticas, que permite investigar as diferentes fases e contextos de uma política pública, desde sua formulação até seu desenvolvimento e avaliação. A pesquisa se concentra nos contextos de influência e de produção de texto, buscando identificar quais são os principais atores envolvidos nesse processo e como a política se materializa em documentos, legislações, diretrizes e comunicações oficiais do Governo Federal. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Verificar as principais concepções de políticas de Educação Integral desenvolvidas na história recente brasileira; b) Compreender as concepções teóricas e as influências nacionais e internacionais do Programa Escola em Tempo Integral; c) Identificar as estratégias de desenvolvimento do programa Escola em Tempo Integral; d) Analisar os fundamentos das orientações produzidas pelo governo em torno do desenvolvimento do programa. A análise dos documentos oficiais, legislações, diretrizes e materiais de comunicação do governo, a partir do referencial teórico metodológico do Materialismo Histórico e Dialético (MARX, 1996) permitirá compreender as motivações, os interesses e as disputas em torno do programa, bem como as concepções epistemológicas de Educação Integral que o fundamentam. A pesquisa está em desenvolvimento, portanto

seus resultados ainda são bastante incipientes no que se refere aos objetivos finais. Neste sentido, até o momento podemos apontar alguns dos resultados encontrados, em que verificamos as principais concepções de políticas de Educação Integral desenvolvidas na história recente brasileira. Desta maneira, compreendemos que no contexto atual de avanço do neoliberalismo, a educação acaba sendo instrumentalizada para contribuir na formação do *sujeito empresarial* (Dardot e Laval, 2016), através do desenvolvimento de propostas curriculares que atendam às demandas de mercado, quando apresenta caráter parcial (Moll, 2023) – independente do aumento ou não do tempo de permanência na escola - ou ser instrumento de resistência ao avanço do neoliberalismo, quando se constitui de uma abordagem integral (Magalhães, 2017; Jeffrey e D'avila, 2019; Ilva, Souza e Costa, 2020; Nascimento e Silva, 2020; Colares, Cardozo e Arruda, 2021; Araújo *et al.* 2023).

Referências:

ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; BARCELOS, Renata Gerhardt; CÉLIA, Luciana dos Santos; MOLL, Jaqueline. Aspectos da educação integral no Brasil: disputas conceituais, ideológicas e políticas. Educação e Políticas em Debate, v. 12, n. 1, p. 421-440, jan./abr. 2023. ISSN 2238-8346. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n1a2023-66468>.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v.35, n.126, p.539-564, 2005.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Programa Escola em tempo Integral. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; CARDOZO, Maria José Pires Barros; ARRUDA, Elenise Pinto de. Educação integral e formação docente: questões conceituais e legais. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1529-1546, jun. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.3.15296>.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

FERREIRA, Danielle de Farias Tavares. Política de educação (em tempo) integral: uma análise do discurso de atores participantes do Programa Mais Educação. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2015.

ILVA, Elaniese do Socorro Lima da; SOUZA, Maria de Fatima Matos de; COSTA, Renato Pinheiro da. Abordagem historiográfica da educação de tempo integral no Brasil. Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 20, e020014, 2020.

JEFFREY, Debora Cristina; D'AVILA, Carolina Machado. A governança filantrópica e sua influência na efetividade da política de educação integral em estados brasileiros. In: 39ª Reunião Nacional da ANPEd, 2019. GT05 - Estado e Política

Educacional, Trabalho 5180. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2019. ISSN 2447-2808.

LEITE, Maria Eduarda Pereira. Programa de Educação Integral na Paraíba: Uma análise da política educacional sob a égide da racionalidade neoliberal. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MAGALHÃES, Benedita Alcidema Coelho dos Santos. Trabalho e arte: perspectivas de formação humana integral. In: 38ª Reunião Nacional da ANPEd, 2017, São Luís, MA. GT09 - Trabalho e Educação. São Luís: UFMA, 2017.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tomos I e II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOLL, Jaqueline. Ciclo de Seminários Programa Escola em Tempo Integral | Porto Alegre | 1º dia | Tarde. YouTube, 2023. (Ministério da Educação. Ciclo de Seminários Programa Escola em Tempo Integral). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=juHML0ixddw&t>. Acesso em: 09 jul. 2024.

NASCIMENTO, Thamyras Fernanda Cândido de Lima; SILVA, Katharine Ninive Pinto. A hegemonia das avaliações externas e a noção de qualidade que permeia a política de educação integral do Estado de Pernambuco. Educação e Políticas em Debate, v. 9, n. 2, p. 306-321, mai./ago. 2020. ISSN 2238-8346.

REIS, Fernanda Elias dos. Estado e mercado na política educacional brasileira: uma análise do Programa Mais Educação e da educação em tempo integral. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, José Fernandes dos. Concepção, qualificação e políticas docentes na educação em tempo integral: metanálise qualitativa. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) - Escola de Políticas Públicas e Governo, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

SOARES, José Nildo O. Programa Mais Educação: uma política progressista de educação integral em tempo integral. 2020. Tese. (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

Título do resumo:**O QUE SE PRODUZ NO GRUPO DE PESQUISA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO - UFPE****Autores:**

Ramon de Oliveira

Nome do grupo de pesquisa:

Qualificação Profissional e Relações entre Trabalho e Educação - UFPE

Resumo expandido:

Criado em 2002, o grupo de pesquisa Qualificação Profissional e Relações entre Trabalho e Educação consolidou-se no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE pela alta procura de candidatos aos cursos de Mestrado e Doutorado, cujas temáticas dos seus projetos abordam a relação Trabalho e Educação. Ao longo destes anos foram concluídas mais de três dezenas de teses e dissertações que abordaram o ensino médio e o ensino médio integrado, as políticas públicas de qualificação profissional (PLANFOR, PNQ, PRONATEC, PROJOVEM), trabalho docente, Proemi, Formação profissional no sistema S, Parceria público privado na educação profissional técnica etc.

As pesquisas coordenadas pelo líder do Grupo de Pesquisa, financiadas com recursos do CNPQ, FACEPE, CAPES e Bolsas de IC da UFPE, abordaram as seguintes temáticas: 1) As práticas de gestores e docentes visando tornar a escola de ensino médio mais atrativa para os jovens estudantes; 2) O que pensam e desejam os jovens do ensino médio: uma análise em escolas públicas da rede estadual de Pernambuco; 3) Práticas Formativas da Juventude Trabalhadora no Ensino Médio Integrado; 4) Demandas por qualificação profissional: Recife, 1850-1930; 5) Ações de cooperação internacional no âmbito da educação profissional: um estudo do programa IBERFOP; 6) As respostas das Centrais Sindicais (CUT e Força Sindical) à crise do emprego no âmbito do Plano Estadual de qualificação profissional.

Atualmente o projeto principal que vem sendo coordenado pelo líder do grupo de pesquisa e que conta com financiamento do CNPQ, intitula-se: As expectativas dos professores do Instituto Federal de Pernambuco e da rede estadual de Pernambuco sobre a reforma do ensino médio e suas implicações no ensino médio integrado e no seu trabalho docente. Este projeto assume enquanto objetivo geral o interesse em analisar a concepção que os professores têm em relação às implicações que a reforma do ensino médio terá na proposta de ensino médio integrado e no seu trabalho docente.

Importante registrar que ao longo de sua existência este grupo de pesquisa vem estabelecendo relações de cooperação e intercâmbio com outros grupos de pesquisa, destacando-se entre estas ações o Projeto Práticas Formativas da Juventude Trabalhadora no Ensino Médio Integrado, vinculado ao Observatório da Educação (OBEDUC/CAPES) e o PROCAD/CAPES: Laboratório em Rede de Políticas e Práticas de Formação do Trabalhador – Laborar, ambos em articulação com os grupos de pesquisa: GEPTe - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (UFPA) e o Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – UFMG. Dando continuidade ao processo de articulação com outros grupos de pesquisa está sendo desenvolvido o projeto de pesquisa “O Novo Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nas Escolas Técnicas Estaduais dos estados do Ceará, Pará e Pernambuco - desafios para o trabalho docente e para a formação da juventude, financiado com recursos do CNPq e envolve pesquisadores e alunos de grupos de

pesquisa da UFPE, UFPA, IFCE e IFPE.

Mais recentemente os membros deste grupo de pesquisa envolveram-se diretamente na crítica e revogação da reforma do ensino médio, Lei 13.415/2017. As obras referentes a esta atuação estão citadas nas referências.

Referências:

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, p. e14688-17, 2023.

OLIVEIRA, Ramon de. As meias verdades da reforma do ensino médio. **ECCOS. Revista Científica (online)**, n. 63, p. e22808, 2022.

OLIVEIRA, Ramon de. A reforma do ensino médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. **Educação Unisinos**, v. 24, p. 1-20, 2020.

Título do resumo:**O SENSO COMUM E O PAPEL DA EDUCAÇÃO GRAMSCIANA NA LIBERTAÇÃO DOS SUBALTERNOS****Autores:**

Ivan Penteado Dourado

Nome do grupo de pesquisa:

LUTE - Lutas Sociais Trabalho e Educação

Resumo expandido:

Antônio Gramsci, pensador italiano, ocupa um lugar de destaque na sua produção intelectual nos avanços da tradição iniciada por Karl Marx. Ao identificar a relevância que a formação cultural e educacional das classe subalternas nos processos revolucionários e pré-revolucionários é fundamental. Tendo por base o reconhecimento da inegável influência gramsciana em pensadores brasileiros do campo da educação, se faz importante aprofundar as discussões de Gramsci sobre o senso comum e suas contribuições nas produções educacionais brasileiras. Pretendo focar no papel que o senso comum ocupa na concepção educacional de Gramsci. A definição de senso comum é chave, já que permite relevar os seres que estão em condição subalterna pensa o mundo e percebe a si mesma nessa realidade culturalmente e materialmente moldada pelos interesses hegemônicos dos opressores. Objetivo identificar o papel do senso comum nas mudanças que a educação é capaz de realizar na exata passagem do senso comum (naturalizador) para uma condição de liberdade (política/consciência). Retomar discussões contidas nas produções de Gramsci, nos permitirá aprofundar novos entendimentos relativos ao lugar da educação frente a consciência dos sujeitos em condição de subalternidade, profundamente relacionada à postura filosófica no ato de conhecer/lutar no mundo social, cultural e político formando sujeitos críticos que lutam contra a opressão e subalternidade impostas pela sociedade capitalista.

O pensador italiano constata na simplicidade de pensar a própria vida e a realidade por meio da visão de mundo empobrecida pela falta de acesso a cultura letrada (classe em si). Seria necessário a superação do senso comum, alcançando um bom senso que, com o acesso a uma nova cultura, aquisição da disciplina nos estudos e na práxis cotidiana de luta revolucionária, assumindo posições como dirigentes da sua própria luta.

Definindo o acesso a Filosofia a massa de trabalhadores (povo do campo e da cidade), reconhece que em todo movimento de pensamento, seria possível sempre identificar elementos do pensamento em ação, o pensamento filosófico estaria presente. O desafio estaria focado em qualificar esses movimentos intelectuais por meio do acesso a cultura (GRAMSCI, 2001, p. 93). A relação potencial no que diz respeito a revolução das classes subalternas, está na ligação profunda entre a necessidade de todos os subalternos se elevem intelectualmente da condição de opressão e exploração a que se encontram, superando a forma de pensar espontânea constituída pela internalização dos mecanismos sociais de dominação criada pelos dominantes, que se manifestam pelo pensamento de senso comum.

Temos em em Gramsci o senso comum como ponto de partida do movimento da práxis. Ou seja, o senso comum não é romanceado ou enaltecido, mas reconhecido como constituidor do pensamento das classes que não vivem uma estrutura de privilégio e se encontram numa condição de dominação Assim, o senso comum constitui um ponto de partida, reconhecendo seu poder de conformação basilar do

pensamento. Ao definir as etapas de superação do senso comum, identificamos uma posição de formação/elevação intelectual e moral estariam a serviço da superação das formas culturais de opressão, conduziria também na contribuição na superação do próprio modo de produção capitalista no interior de uma práxis emancipatória. Esse processo de elevação crítica do pensamento, que parte do senso comum para alcançar os conhecimentos filosóficos no qual os homens e mulheres de origem popular, teriam no pensamento um novo mecanismo fundamental contido no processo revolucionário de superação de uma sociedade regida pelo capital. A busca pela autonomia se liga com a percepção crítica da realidade dada, passando pelo reconhecimento que a realidade cultural, política e econômica, como resultado de construções históricas que até então agiam na manutenção dos privilégios da classe burguesa dominante.

Referências:

DOURADO, Ivan Penteado. Os três momentos da teoria de Paulo Freire: Amadurecimento e historicidade intelectual. Revista Multifaces, V. 6, N. 3, 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores, Estudos avançados. vol.15 n.42 São Paulo Maio/Agosto, 2001.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 1980.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação; São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Vol. 1, São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

MARCON, T., & DOURADO, I. P. (2017). PAULO FREIRE UM CLÁSSICO DA EDUCAÇÃO: Contribuições epistêmicas, políticas e pedagógicas. Reflexão e Ação, 25(2), 84-100. <https://doi.org/10.17058/rea.v25i2.8774>

NOVOA, Carlos Alberto Torres. Leitura Crítica de Paulo Freire, São Paulo: Edições Loyola, 1981.

SIMÕES, A. C. Libertação versus Hegemonia: Aproximação entre Paulo Freire e Antonio Gramsci. Akrópolis Umuarama, v. 25, n. 1, p. 61-68, jan./jun. 2017.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire in. Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI, Buenos Aires, CLACSO, 2001.

Título do resumo:**O TRABALHO DOCENTE EM ÁREAS DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS À PRÁTICA****Autores:**

Claudia Belo da Silva

Alexandre Maia do Bomfim

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ

Resumo expandido:

Este estudo trata-se de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Ensino das Ciências, realizada em uma escola pública municipal localizada no Bairro de Campos Elíseos, na cidade de Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O estudo aqui apresentado teve como objetivo analisar a existência de obstáculos à realização de práticas pedagógicas no campo da Educação Ambiental em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental. Cabe ressaltar que a escola campo desta pesquisa está localizada em uma região permeada de conflitos socioambientais. Um dos grandes conflitos é próprio contexto situacional de localização da escola, dentro do Perímetro Crítico de Acidentes (PCA) da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), muito próxima dos tanques de reservação de combustíveis, a menos de 1 Km. O estudo acompanhou o cotidiano de oito professores dessa unidade escolar, os sujeitos desta pesquisa, visando entender como se processava a implementação (ou não) de práticas de Educação Ambiental na unidade de ensino e se essas práticas consideravam o contexto dessa unidade e os riscos iminentes por conta de sua localização. Embora as práticas pedagógicas de Educação Ambiental estejam garantidas na legislação, como na Lei 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, colocar a Educação Ambiental (EA) em prática não é uma tarefa simples, pois leis não bastam quando não há mudanças de mentalidades e de práticas. O cenário exposto acima estruturou o eixo investigativo deste estudo, em torno de uma questão central: temas práticas de Educação Ambiental promovidas na escola conscientizado a comunidade escolar e efetivamente indicado alguma transformação da realidade quanto ao risco relativos à proximidade das moradias e da própria escola em relação à refinaria?" Vamos constatando a inexistência ou realização de práticas incipientes de Educação Ambiental, que desconsideram o contexto de risco e os problemas socioambientais existentes. Em relação à metodologia, optamos por uma abordagem qualitativa, com análises documentais e entrevistas semiestruturadas com os docentes sujeitos desta pesquisa. O resultado da pesquisa, apontou a total inexistência de realização de práticas de Educação Ambiental, sob qualquer vertente durante todo o ano de 2019 nas turmas pesquisadas, bem como apontou a deficiência na formação dos professores – duas grandes barreiras para a não realização de práticas potencialmente transformadoras. Após o estudo dos resultados, percebeu-se a necessidade de construção de um Produto Educacional que pudesse auxiliar a escola na superação dessa dificuldade em realizar práticas de Educação Ambiental, numa perspectiva mais crítica e reflexiva.

Dessa forma, o Produto Educacional foi uma Formação Continuada no campo da Educação Ambiental, na qual contemplou todos os professores da escola, perfazendo um total de dezesseis professores dos anos finais do Ensino Fundamental e Equipe Diretiva da unidade escolar, com vistas ao estudo dos aspectos relacionados ao campo da Educação Ambiental Crítica, destacando os conflitos socioambientais e o contexto

de risco existente na localidade. Esse curso de formação (nosso Produto Educacional) recebeu esse título como tema: “A Educação Ambiental Crítica: pressupostos para uma educação reflexiva e transformadora”. De acordo com as avaliações realizadas ao fim do processo, relativas aos momentos de estudo, os docentes entenderam como um espaço de partilha, de troca e construção de novos saberes ancorados no reconhecimento de conflitos socioambientais (que embora devessem ser evidentes, muitos não conseguiam enxergar) na comunidade de Campos Elíseos. Estudos que também trouxeram à tona reflexões sobre as injustiças ambientais da localidade. Tendo como base o materialismo histórico e dialético, entendemos que o trabalho do professor mais crítico e reflexivo é fundamental nos processos de promoção de práticas de uma Educação Ambiental contra hegemônica e política, pressupondo um embate entre as forças sociais, no caso em oposição a uma Educação Ambiental conservadora-hegemônica.

Referências:

ACSELRAD, H. Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

BOMFIM, A. M.; PICOLLO, F. D. Educação Ambiental Crítica: A questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho, **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental - Revista do PPGEA/FURG-RS**, Rio Grande do Sul, v. 27, p. 190, 2011. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3236>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3236>. Acesso em: 26 jul. 2024.

LAYRARGUES P.P.; LIMA, G.F.C. Mapeando as macrotendências político pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. *In: VI ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL. A pesquisa em Educação Ambiental e a pós-graduação no Brasil*, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macrotend%C3%A2ncias_da_EA.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. *In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. CASTRO, R. S. (org.). Educação Ambiental repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, C.F.B; Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. *In: LOUREIRO, C.F. B; LAYRARGUES P.P.; CASTRO, R. S. (org.). Sociedade e Meio Ambiente a educação ambiental em debate*. São Paulo. Cortez, 2012.

Título do resumo:**OS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM TEMPOS DE REFORMAS****Autores:**

Marise Nogueira Ramos
 Sandra Terezinha Urbanetz
 Fernanda Rocha Sydney Silva
 Karoline de Nazaré Silva e Silva
 Wesley José de Oliveira Souza

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo THESE - Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/37488>) e História e Políticas da Educação Profissional (<https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/57288>)

Resumo expandido:

Essa investigação tem como objeto de pesquisa os processos pedagógicos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio nos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IF). Tem-se como objetivo captar e analisar mediações pedagógicas de integração entre as disciplinas, componentes curriculares e atividades extracurriculares da formação geral e específica em cursos técnicos integrados, que expressam concepções, possibilidades e limites da unidade trabalho-ciência-cultura como princípio organizador desses currículos.

Metodologicamente, a pesquisa se orienta pelas categorias do Método Histórico-Dialético, totalidade, historicidade, mediação e contradição; e pelas categorias específicas do objeto: trabalho como princípio educativo, integração e interdisciplinaridade. Os procedimentos compreendem a análise de documentos pedagógicos institucionais, e entrevistas. Busca responder às seguintes questões: Como as linguagens; a filosofia; e as artes – enquanto disciplinas da formação geral – se relacionam entre si e com as disciplinas da formação específica e outros componentes na proposta curricular e em atividades extracurriculares, de cursos técnicos de nível médio integrados ao ensino médio ofertados no IFPR - Campus Curitiba?; O que essas mediações pedagógicas expressam acerca de concepções epistemológicas e ético-políticas que orientam os currículos desses cursos?; E quais as possibilidades de trabalho interdisciplinar presentes nos cursos integrados do Campus Curitiba? Os coordenadores ressaltam a dificuldade dessa integração no currículo dos cursos, reforçando que cada disciplina cuida da sua área. Dessa maneira, ao analisar o currículo dos cursos fica evidente que essa integração acontece em alguns componentes, de forma esporádica. O coordenador do Curso de Eletrônica, afirma a necessidade de revisar o PPC a fim de realizar o curso em 4 e não mais em 3 anos possibilitando mais tempo para outros projetos e a inserção de assuntos atuais e modernos para o núcleo específico. O coordenador do curso de Informática reconhece a importância de estratégias metodológicas diversificadas destacando a necessidade de integração entre extensão, inovação e pesquisa, mencionando a importância de ter uma conexão maior entre a formação geral e a formação técnica, atividades extracurriculares que são ofertadas pelo campus, proporcionam uma maior integração do que a estrutura do PPC do curso em si. Ressalta a necessidade de incentivar nos discentes a compreensão do que é cultura e trabalho, destacando a interdisciplinaridade a partir de temas comuns entre os componentes e que, quando os estudantes visualizam a finalidade ou produto existe a melhor possibilidade de

interdisciplinaridade. A coordenadora do curso integrado de Jogos Digitais acredita que a falta de diálogo entre docentes impossibilita a realização de uma integração no currículo, uma vez que existem várias visões diferentes sobre os assuntos tratados e defende que para acontecer maiores trocas entre os docentes, faz-se necessária uma formação continuada que seja voltada para essa temática, pois nas reuniões de colegiado quando se fala em interdisciplinaridade e integração entre componentes fica difícil mostrar a importância que essa integração tem, uma vez que os professores se fecham em suas caixinhas das suas áreas específicas. Destaca ainda a necessidade de instigar os estudantes a serem mais autônomos e de formar estudantes críticos com visão do mundo. A coordenadora do curso de Petróleo e Gás cita que sente falta de uma integração maior entre os componentes curriculares, e que os estudantes acabam por ver o mesmo conteúdo em 2 ou 3 componentes diferentes e que isso poderia ser mudado se houvesse maior integração do currículo. Assim, as entrevistas realizadas indicam as dificuldades e desafios presentes na gestão; a importância da interdisciplinaridade, das artes, e da filosofia presente nos cursos e sua busca em aprender e aperfeiçoar suas práticas pedagógicas para serem aplicadas em sala de aula, para que esse sujeito tenha uma formação integral.

Referências:

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2007.

CIAVATTA, M. O conhecimento histórico e a questão teórico-metodológica das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis: Vozes, p 130-155, 2002.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs) Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844. São Paulo. Martin Claret, 2001.

_____. O Capital. Livro I, Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, I. O conceito de alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRADO JR., C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. São Paulo: Edições Ridendo Castigat Moraes, 2001. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/caio.pdf>

RAMOS, M. Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação. São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. e SILVA, C. (orgs.). Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.

RAMOS, M. Politecnia: ensino médio integrado frente ao contexto da pandemia. In: SILVA, L. e DANTAS, A. Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2020, pp. 147-162.

RAMOS, M. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira face ao atual Plano Nacional de Educação. Relatório de Pesquisa. CNPq, 2021.

RAMOS, M., FREITAS, D., PIERSON, A. Áreas de conhecimento e integração curricular. In: Formação de professores do Ensino Médio, etapa I - caderno IV:. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1985.

SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetórias, perspectivas e limites. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2005.

Título do resumo:**OS EFEITOS DA PRECARIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO E CONTROLE DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO DA PANDEMIA (2020-2022)****Autores:**

Rafaela Cunha Vargas Laureano

Nome do grupo de pesquisa:

Núcleo de Estudos Transformações no Mundo do Trabalho / UFSC

Resumo expandido:**Introdução**

A pesquisa buscou analisar os impactos da pandemia de Covid-19 no trabalho dos professores do Ensino Fundamental público do município de Florianópolis, compreendendo as mudanças ocorridas em decorrência da adoção dos formatos de ensino remoto e híbrido. Utilizamos como referencial teórico o materialismo histórico e dialético, tendo como principais fontes Marx (2017, 2022), Gramsci (1968, 1999, 2007, 2012), Antunes (2005, 2014, 2018, 2020, 2022) e Evangelista (2014, 2020, 2023).

O método proposto para a pesquisa está ancorado na abordagem Dialética, sendo esta um conjunto de processos calcado na base material e histórica. A abordagem metodológica utilizou método qualitativo envolvendo procedimentos de revisão bibliográfica, questionário com professores, análise de documentos oficiais do município de Florianópolis, do estado de Santa Catarina e Federais, documentos das escolas selecionadas como campos de pesquisa e pautas das reuniões do Conselho Municipal de Florianópolis. O recorte temporal da pesquisa compreendeu o período 2020 a 2022.

Desenvolvimento

Deduzimos que a reforma Gerencialista, iniciada no Brasil na década de 1990, acarretou muitas mudanças na gestão pública em todas as esferas do serviço público. Aliado a isso, os recorrentes ataques à classe trabalhadora, em especial a Reforma Trabalhista de 2017, impulsionam a precarização e intensificação do trabalho.

A educação como locus de disputa do fundo público sofre com reformas educacionais que objetivam, além de canalizar os recursos públicos para a iniciativa privada com a compra de mercadorias educacionais, cumprir exigências de Organismos Multilaterais na perspectiva de esvaziar e expropriar tanto a formação quanto a prática docente de conhecimento. Desse modo, com a entrada da Pandemia de Covid-19, o setor privado enxergou uma excelente oportunidade para obtenção e criação de outros nichos de negócios na Educação Básica, em especial no Ensino Fundamental. Diversos experimentos nas escolas foram testados durante as aulas remotas e híbridas, modelos esses escolhidos pelos gestores públicos como única alternativa viável. Salientamos, também, com base na sistematização das medidas adotadas na área educacional durante a pandemia e a percepção dos professores respondentes ao questionário sobre decisões por parte da gestão municipal de Florianópolis, como o processo decisório foi articulado de forma unilateral.

Após análise do questionário e cruzamento com outros dados da pesquisa, para a maior parte dos professores do Ensino Fundamental de Florianópolis, há o entendimento de que houve ainda mais precarização e intensificação do controle sobre seu trabalho, aspectos que foram incorporados ao labor docente após o fim da

pandemia e consequente retorno ao ensino presencial.

Destacamos que ambos os formatos de ensino contribuíram para precarizar e intensificar o trabalho dos professores, além de possibilitar uma forma mais sofisticada de controle sobre o trabalho dos profissionais da educação, além de aumentar a desigualdade de aprendizagem entre os estudantes.

Desfecho

A partir da análise das medidas adotadas na área da educação durante o período da crise sanitária de Covid-19 na rede pública municipal de Florianópolis, estabelecemos uma relação entre esse contexto e o aumento da precarização, intensificação e controle sobre o trabalho dos professores. Por meio da triangulação dos dados, da análise da documentação e do aprofundamento teórico, traçamos um panorama de como os formatos de “ensino” remoto e híbrido utilizados durante a pandemia impactaram o trabalho dos professores do ensino Fundamental público municipal de Florianópolis.

Inicialmente, observou-se ampliação significativa no uso de equipamentos tecnológicos no exercício de suas atividades burocráticas além de “aulas” mediadas por esses equipamentos, o que resultou na transição da chamada docência ubíqua para a realidade do ambiente escolar.

A adoção acelerada e forçada de tecnologias educacionais amplamente difundida nas escolas durante a pandemia trouxe consigo alguns desafios, de um lado a necessidade de os professores se adaptarem rapidamente a novas plataformas e metodologias de ensino, o que exigiu um esforço adicional e acelerado para aprimorar suas habilidades digitais. Por outro lado, essa adaptação do ensino resultou no aumento da desigualdade de aprendizagem entre os estudantes e contribuiu para a Educação Básica pública ser ainda mais exclusiva.

Compreendemos que as mudanças que incidem sobre o trabalho do professor com a inserção ampliada da tecnologia aplicada às formas de ensino híbrido e remoto ampliaram o processo de precarização, intensificação e controle sobre seu trabalho. Esse processo resultou no aumento do tempo de trabalho combinado por meio de inserção tecnológica aliada a novas formas de gestão sobre o trabalho dos professores.

A precarização do trabalho ocorreu também na esfera objetiva da vida. Consideramos que a transferência de responsabilidade sobre a compra e a garantia de estrutura adequada para o teletrabalho recaiu sobre o professor. Todos os equipamentos, estrutura física, mobiliário, acesso à Internet, luz, água e outros custos adicionais necessários para as atividades próprias da docência ficaram por conta desse profissional da educação. Importante ressaltar que a gestão pública municipal reduziu consideravelmente o uso de recursos públicos destinados à educação escolar com a manutenção das escolas, pois os custos foram repassados aos trabalhadores da educação e, ao mesmo tempo, conteve os custos com progressão de carreira e pagamento de inflação relativo ao ano de 2020.

Compreendemos que houve aumento da intensificação do tempo de trabalho do professor, pois este profissional prolongou suas jornadas de trabalho a fim de atender aos seus 181 estudantes por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e uso de contato telefônico pessoal. Contudo, a PMF considerou necessário medir o tempo de trabalho dos docentes, porém, como não era possível “ver” o tempo de trabalho socialmente útil in loco no teletrabalho, outras formas de controle foram pensadas e experimentadas no período de pandemia. Planilhas, relatórios e reuniões foram as principais estratégias adotadas para contabilizar e justificar o pagamento dos salários.

Mesmo após o retorno ao Ensino Presencial, as práticas de controle por meio da tecnologia ainda perduram.

Durante o percurso da pesquisa, percebemos que, no período de intensa mudança tanto nas práticas dos professores quanto nas formas de “aula”, as etapas do ensino Fundamental I e II foram verdadeiros experimentos de inserção tecnológica na educação escolar. Esse público ainda não havia sido submetido a outros formatos de aula para além do presencial, com exposição quase sempre do modelo professor x alunos. Com isso a pandemia, o setor privado pôde vislumbrar novos nichos de negócio na Educação Básica e difundiu amplamente a ideia de que a tecnologia, aliada à formação dos professores, seria a solução para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas.

Referências:

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 18 maio 2023).

ANTUNES, R. O caracol e sua concha: ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo (org.). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Capitalismo pandêmico. São Paulo: Boitempo, 2022. ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (coleção mundo do trabalho).

ARGOLLO, Juliana; Vieira, Nívea. O "novo normal" da covid-19 - quando a emergência se transforma em política educacional. Revista Princípios, [s. l.], n. 160, p. 246-272, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.011>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ARIAS, Alexandre; PINTO, Geraldo Augusto. A Indústria 4.0: a agenda industrial alemã PósCrise de 2008. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. [S. l.]: Boitempo, 2023. p. 131-148. ISBN 978-65-5717-232-2.

BARRETO, Raquel Goulart. A escola entre os embates na pandemia. Educação & Sociedade [online]. 2021, v. 42, e243136. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.243136>. Acesso: 13 jul. 2022.

CHAVES, Priscila M.; FLORES, Renata; EVANGELISTA, Olinda. Ensino híbrido cai sobre o professorado. Contrapoder, [s. l.], 23 nov. 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/ensino-hibrido-cai-sobre-o-professorado/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

COLEMARX. Coletivo de estudos em marxismo e educação. Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem

aceitar aulas remotas. Colemarx, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 22 abr. 2020.

DAL ROSSO, Saidi. Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo 2008.

DANTAS, Marcos et al. Informação, trabalho e capital. In: DANTAS, Marcos (org.). O valor da informação: de como o capital de apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 17-92.

EVANGELISTA, Olinda. (org.). O que revelam os slogans na política educacional. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, dez. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2020.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. O caráter histórico da pesquisa em educação. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, Ponta Grossa, v. 4, p. 1-14, 2019. Disponível em: 14567-Texto do artigo-209209221937-2-10-20191110 (3).pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Reconversão, alargamento do trabalho docente e curso de pedagogia no Brasil. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 4., 2009, São Luís, Maranhão. Anais [...]. Maranhão: UFMA, 2009. Disponível em: RECONVERSÃO, ALARGAMENTO DO TRABALHO DOCENTE (ufma.br). Acesso em: 11 abr. 2023.

FAUST, Juliana Matias; MELGAREJO, Mariano Moura; Silva, Mariléia Maria da. O trabalhador docente na escola pública: Novos elementos de subsunção ao capital. Revista Linhas, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 145-172, maio/ago. 2020.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Perspectivas do Homem, v. 48).

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. v. 3. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3. 190.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança mundial. São Paulo: Loyola, 2008.

KOPNIN, Pavel Vassílyevicht. A Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331- 354, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017177723>. Acesso em: 23 mar. 2021.

KUENZER, Aacia Zeneida. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 57- 66, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.28982019>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LEHER, Roberto (org.). *Educação no governo Bolsonaro*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia COVID-19. *Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 26, nº esp., p. 78- 102, maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp78-102>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2017. 192 MARX, Karl. Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863-1867. *O Capital*, livro I. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 81-117, 2013. Disponível em: Marcelo Badaró Mattos-Outubro Revista. Acesso em: 13 jul. 2022.

MINTO, Lalo Watanabe. A pandemia na educação. *RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade*, [s. l.], v. 6, n. 10, p. p. 139-154, 30 jun. 2021.

MINTO, Lalo Watanabe; GALZERANO, Luciana Sardenha. Educação e(m) pandemia: atividade essencial, finalidade supérflua? *Organizações e Democracia*, Marília, v. 22, n. 2, p. 39-58, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/issue/view/696>. Acesso em: 23 out. 2023.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina P. de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e224423, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.224423>. Acesso em: 13 jul. 22.

NASCIMENTO, Carolina P. Escola, ensino e os processos de aprendizagem em tempos de pandemia. *Linhas Críticas*, [s. l.], v. 27, p. e39015, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/39015>. Acesso em: 15 jul. 2022.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo dos trabalhadores do telemarketing. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Nascimento de; MILL, Daniel. Teletrabalho docente, cultura digital e as transformações na legislação trabalhista. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 47–60, 2020. DOI: 10.35699/2238-037X.2020.21854. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/21854>. Acesso em: 22 jun. 2023.

PREVITALI, Fabiane Santana. FAGIANI, Cílson César. Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. *Revista Katálisis*, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 156-165, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82504>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SANTOS, Márcia Luzia dos. Formação Continuada na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: financeirização da educação básica e a (con)formação docente. 2019. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SANTOS, Márcia Luzia dos. Intensificação do trabalho docente: contradições da política de economizar professores. 2013. 239 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

SHIROMA, Eneida Oto et al. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, dez. 2005. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732005000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto; DANTAS, Jéferson Silveira; SOUZA, Rodrigo Diego de. (org.). Crise do capital, conservadorismo e contrarreformas na educação brasileira (2016-2022). São Paulo: Pimental Cultural, 2013.

SIEMS, Fernanda Denise. Disputas pelos rumos da educação catarinense: o conselho estadual de educação de Santa Catarina sob a pauta da OCDE. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/211406>. Acesso em: 07 jun. 2023.

SILVA, Amanda Moreira da. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. *RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 5, n. 9, p. 587-610, 11 dez. 2020a. Disponível em: <https://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/698>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVA, Amanda Moreira da. Formas e tendências de precarização do trabalho

docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: CRV, 2020b.

SILVA, Camila L da; SANTOS, David M. Barreto. Desenvolvimento docente profissional e educação básica na pandemia do covid-19. SciELO Preprints, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3526>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SILVA, Leda Maria Messias da.; ALVES, Nadine Girardi. Precarização da docência: os direitos da personalidade frente ao trabalho remoto. Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 92–113, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/8336/pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, Mariléia Maria da et al. Formação da classe trabalhadora em tempos de pandemia e crise do capital: a agenda dos aparelhos privados de hegemonia. Trabalho, Educação e Saúde, [s. l.], v. 19, e00322154. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00322>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVA, Mariléia Maria da; SANTOS, Márcia Luzia dos. Da financeirização da educação: quem educa o educador? Revista Contrapontos, Itajaí, v. 19, n. 2, p. 114-131, 8 maio 2019. Anual. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/13672>. Acesso em: 08 ago. 2022.

Título do resumo:**PLATAFORMIZAR E EMPREENDER: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARANÁ E A EXPANSÃO DOS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO****Autores:**

Renata Peres Barbosa

Nome do grupo de pesquisa:

Observatório do Ensino Médio/UFPR

Resumo expandido:

O objetivo da pesquisa ora apresentada tem como escopo analisar os novos contornos da agenda privatizante na rede estadual de educação do estado do Paraná, intensificada com a implementação da Reforma do Ensino Médio - Lei nº13.415/2017 (Brasil, 2017). A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, utiliza como fontes os convênios e acordos de cooperação estabelecidos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná – SEED/PR e entes privados, dos anos de 2023 e 2024, no âmbito do Novo Ensino Médio, disponíveis no site institucional da referida secretaria. Com base nas categorias sugeridas por Adrião (2018) compreende-se que os processos de privatização na Educação Básica perpassam pelas dimensões do currículo, da gestão educacional e da oferta. Como recorte analítico, a pesquisa se deteve nos processos de privatização pela dimensão do currículo. Foram localizados e analisados dois contratos (Paraná, 2024a; Paraná, 2024b). Por meio da pesquisa, tem-se o anseio de problematizar e compreender os desdobramentos das disputas por projetos para a juventude brasileira e, conseqüentemente, pela direção e execução das políticas educacionais, dada a correlação de forças sociais, sob a lógica de inspiração neoliberal no atual estágio do capitalismo, materializada na implementação da Reforma do Ensino Médio (Antunes, 2020; Ball, 2018; Dardot; Laval, 2016).

A primeira parceria analisada, firmada em 2024 entre a SEED-PR e a Oliveira *Foundation*. A parceria tem por objeto, “Implementar o Programa Eu Lídero e o Curso de Liderança [...] na formação de valores de liderança” (Paraná, 2024a), e compete ao Oliveira *Foundation* “disponibilizar material pedagógico, caracterizado como livro, para o acompanhamento e o desenvolvimento dos alunos nas ‘lições’ do programa” (Paraná, 2024a). Pode-se depreender, aqui, a indução da cultura do empreender na formação destinada às juventudes.

Outro contrato tomado como objeto de análise se refere à parceria entre a Seed e a plataforma Khan *Academy* Brasil, também firmado em 2024. Apresenta como objeto “Promover a utilização da plataforma Khan Academy com os professores e estudantes da rede estadual”, e visa “testar o uso dos conteúdos de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e Pensamento Computacional da plataforma Khan Academy, com currículo alinhado à rede estadual” (Paraná, 2024b) e alinhados à BNCC. Cumpre observar, na página da plataforma, no acesso aos cursos disponíveis, os únicos estados do Brasil que possuem materiais próprios disponíveis na plataforma são os estados do Paraná e São Paulo, estados que têm se mostrados pioneiros e aderentes ao que se refere à plataforma da educação na rede pública de ensino (Barbosa; Alves, 2023a; Palhares, 2024).

Os resultados parciais da pesquisa sinalizam que a implementação da Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná se alinha a organizações privadas com a expansão de espaços de privatização, estabelecendo novos nichos de mercados a partir dos sentidos de platformizar e empreender, pela dimensão do currículo, o que pode vir afetar a educação pública e o projeto formativo para as juventudes, com possíveis

efeitos patológicos alarmantes (Antunes, 2020; Barbosa, Alves, 2023a; Barbosa, Alves, 2024b; Dardot, Laval, 2016). Desse modo, platformizar e empreender têm se mostrado enquanto novos contornos da agenda privatizante no estado do Paraná, na esteira no Novo Ensino Médio, que exige uma compreensão mais ampla e analítica sobre os interesses subjacentes e a quais projetos/sujeitos se subordinam.

Referências:

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod_resource/content/1/Teresa%20Adriao_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 01 abril. 2024.

ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BALL, Stephen J. Política Educacional Global: reforma e lucro. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa - RETEPE*, v. 3, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12671>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023a. Acesso em: 05 out. 2023. BARBOSA, R. P.; ALVES, N. Aprender a Empreender: reflexões sobre um projeto de vida danificado. *Currículo sem Fronteiras*, 23, e1140, 2023b.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Editora Boitempo, 2016.

KHAN ACADEMY. Sobre a Khan Academy. Disponível em: <https://pt.khanacademy.org/about>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PALHARES, Isabela. Gestão Tarcísio vai usar ChatGPT para produzir aulas digitais no lugar de professores. *Folha de São Paulo*, 17 abr. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/04/gestao-tarcisio-vai-usar-chatgpt-paraproduzir-aulas-digitais-no-lugar-de-professores.shtml>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PARANÁ. Secretaria da Educação. Secretaria da Educação do Paraná. Acordo De Cooperação Que Entre Si Celebram O Estado Do Paraná, Por Meio Da Secretaria De Estado Da Educação E A Oliveira Foundation, Para Os Fins Que Especifica, 2024a. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/convenios/acordos_cooperacao. Acesso em: 31 jul. 2024.

PARANÁ. Secretaria da Educação. Secretaria da Educação do Paraná. Acordo De Termo De Cooperação Que Entre Si Celebram O Estado Do Paraná, Por Intermédio Da Secretaria De Estado Da Educação E A Khan Academy Brasil, Para Os Fins Que Especifica, 2024b. Disponível em:

https://www.educacao.pr.gov.br/convenios/acordos_cooperacao. Acesso em: 31 jul. 2024.

Título do resumo:**POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: CONTRADIÇÕES, DISPUTAS E CONTINUIDADES-E-RUPTURAS NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DO SÉCULO XXI****Autores:**

Vitor Malaggi

Nome do grupo de pesquisa:

NEXOS: Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar – Sul (UDESC)

Resumo expandido:

Temos por objetivo na presente pesquisa, intitulada “Política Nacional de Educação Digital (PNED) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil: contradições, disputas e continuidades-e-rupturas na formação da classe trabalhadora do século XXI”, apreender a partir da conjuntura brasileira múltiplas determinações que vinculam a PNED (BRASIL, 2023) às políticas públicas federais de EPT, publicadas entre 2016-2025, no tocante à formação da classe trabalhadora para as tecnologias digitais. Para tanto, nos lastreamos em categorias teórico-metodológicas do enfoque e abordagem do materialismo histórico-dialético (MARX, 2008; KOSIK, 2002; NETTO, 2011; DUARTE, 2008), em termos de mediação teórica para a análise do campo educativo e de suas políticas públicas (CURY, 1986; MASSON, 2014; TORRIGLIA; ORTIGARA, 2014; EVANGELISTA; SHIROMA, 2019). Assim, intencionamos desenvolver a seguinte problemática em uma investigação de cunho quanti-qualitativo e viés procedimental documental-bibliográfico: *De que forma e com que finalidades socioeconômicas os eixos/estratégias da PNED intencionam articulações com políticas públicas federais de EPT publicadas entre 2016-2025, dadas as determinações históricas de formação da classe trabalhadora para as tecnologias digitais no contexto neoliberal dependente brasileiro?*

Justificamos a relevância acadêmico-científica, social e pessoal-coletiva da investigação tendo por lastro argumentativo a recente – e, portanto, ainda carente de maiores reflexões –, publicação da PNED (Lei nº 14.533/23). Enquanto macropolítica pública educacional, partimos da premissa de análise em torno da PNED como instrumento de intervenção relacional ensejado via momento *stricto* institucional-estatal com o plano *lato* da sociedade civil, no âmbito do Estado ampliado brasileiro. (GRAMSCI, 1989). Neste sentido, a PNED revela-se inicialmente e sobretudo como (des)articuladora de consensos ideológico-pedagógicos para pautar o desenvolvimento de ações/projetos e alocar recursos públicos em torno da “questão das tecnologias na educação” no contexto hodierno brasileiro, com mediações contraditórias em termos político-formativos nos diferentes níveis/etapas/modalidades da educação nacional. Dentre tais modalidades, nos eixos e estratégias da PNED encontra-se amplamente tematizada a EPT. As relações sociais lastreadoras e igualmente movimentadas por tal modalidade educativa, no campo da formação humana sobretudo da classe trabalhadora, demonstra a profunda dualidade estrutural que perpassa da gênese ao desenvolvimento histórico da EPT no Brasil contemporâneo (MANFREDI, 2017). Em nossas análises preliminares, dualidade que se reproduz, aprofunda e expressa via multiformes contradições nas condições sociais concretas tensionando-se com posicionamentos hegemônicos de classe/frações de classe burguesas, em torno da formação da classe trabalhadora no Brasil via EPT para um mundo do trabalho cada vez mais precário, instável e perpassado em suas

determinações materiais pelas tecnologias digitais. Determinações que parecem estar no âmago de novas e mortíferas formas de superexploração do trabalho pelo capital, em sua face financeirizada-dependente no Brasil hodierno.

Sendo assim, intenciona-se a análise do objeto de conhecimento desta pesquisa tendo, como pontos de partida para compreensão da totalidade social, o processo de mundialização do capitalismo financeiro no contexto neoliberal (CHESNAIS, 2005; HARVEY, 2008), em seus rebatimentos na construção histórica de cunho periférico e dependente do capitalismo brasileiro (KATZ, 2020) e atuais transformações da morfologia da classe trabalhadora brasileira no século XXI. (ANTUNES, 2018). Pretendemos, em sùmula, produzir a análise e concreção possível deste objeto, de tal forma a interpretá-lo como elo histórico importante na gênese e desenvolvimento das políticas públicas sobre a “questão da tecnologia na educação”, para uma crítica suficientemente ampla, porém profundamente enraizada nas contradições brasileiras em torno da problemática de formar sujeitos da classe trabalhadora para as demandas laborais, tecnopolíticas e ideológicas do capitalismo neoliberal dependente.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital [...]**. 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-

2026/2023/Lei/L14533.htm?=&=undefined. Acesso em: 13 ago. 2024.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. (Org.) **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-68.

CURY, Carlos Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.

DUARTE, Newton. “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. In: DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?:** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. 1.ed. e reimp. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p. 39-84.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. p. 83-120.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

KATZ, Cláudio. **A Teoria da Dependência**: 50 anos depois. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASSON, Gisele. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre políticas educacionais: contribuições do materialismo histórico-dialético. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados; Brasília: UnB, 2014. p. 201-225.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TORRIGLIA, Patrícia. Laura; ORTIGARA, Vidalcir. O campo das mediações: primeiras aproximações para a pesquisa em Políticas Educacionais. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 177-182.

Título do resumo:**POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA A PARTIR DE UMA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE O MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ****Autores:**

Leticia Piedade de Medeiros

Alexandre Maia do Bomfim

Nome do grupo de pesquisa:

GPTEEA- Grupo de Pesquisa em Trabalho – Educação e Educação Ambiental

Resumo expandido:

Como pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Volta Redonda, convivemos cotidianamente com questões que permeiam a temática ambiental, não somente por ser um tema transversal, mas por conta de uma realidade concreta. Inevitavelmente enfrentamentos inúmeros problemas, desafios, necessidades e soluções, sobre a questão ambiental no município de Volta Redonda. A Educação Ambiental Crítica que busca o desenvolvimento do ser humano precisa acompanhar as reflexões ligadas à conjuntura, observar os possíveis impactos ambientais locais, como também os aspectos que poderiam ser globais, a partir de realidades sociais, políticas, culturais e econômicas, dimensões essas que vão além dos aspectos físicos do ambiente. Com esses pressupostos caminhamos em direção à investigação sobre o ambiente, na busca da formação do sujeito crítico e de sua inserção/relação no/com o ambiente. Contemplada pela legislação e prevista no currículo escolar, a temática da Educação Ambiental tem sido trabalhada nas escolas, porém, ao nosso ver, precisa estar mais concatenada com a realidade concreta. A pesquisa sobre o entorno, sobre o que está próximo de nós, como, por exemplo, do que está próximo de nossa própria escola, pode contribuir, fazer emergir conhecimentos sobre o lugar/local indispensáveis, inclusive para fazermos mediações e relações com uma educação crítica mais ampla. Nosso local é o município de Volta Redonda, do estado do Rio de Janeiro, que possui aproximadamente 270 mil habitantes, a maior cidade do Sul Fluminense. A sua economia gira em torno da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e pequenas outras indústrias e empresas satélites. Em Volta Redonda a questão ambiental sempre esteve em debate. Observamos que fatos do cotidiano apontavam lacunas na práxis docente, que precisavam ser exploradas. Seguimos com nossa questão principal, considerando a Educação Ambiental Crítica (EA-Crítica) e o trabalho curricular realizado pelo IFRJ: *Como promover uma abordagem crítica capaz de problematizar a realidade e considerar o contexto social, político e econômico do ambiente?* Consequentemente as indagações iniciais acabaram se desdobrando em outras questões mais recortadas: *Como podemos auxiliar a abordagem pedagógica realizada pelos professores sobre o município de Volta Redonda no IFRJ, campus Volta Redonda?* Percorrendo a literatura buscamos subsídios teóricos que fundamentassem a práxis educativa, que oferecessem recursos didáticos, que beneficiassem o desenvolvimento de uma formação consciente dessas demandas ambientais. Nosso estudo busca contribuir com a práxis educativa do Ensino de Ciências. A partir de ações pedagógicas desenvolvidas em torno da Educação Ambiental, com discussões e reflexões sobre o desenvolvimento do sujeito singular e coletivo, considerando pressupostos teóricos e práticos, no que se refere a EA-Crítica, elegemos como recurso pedagógico a Exposição Fotográfica. Esse é o produto educacional que estamos desenvolvendo. Seguimos com conceito de práxis, tão relevante para os objetivos aqui propostos, e

nos apoiamos em Bomfim (2011, p. 6) “(...) entendemos a práxis como aquilo que incessantemente pretende fazer a relação Teoria e Prática, que não somente aceita este movimento, como o estimula e que busca o novo”. Assim, apoiados em trabalhos que promovam ambientes educativos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, nos filiamos à EA–Crítica e sua abordagem. Nesse sentido, a Exposição Fotográfica acerca da temática ambiental e o município Volta Redonda potencializa a compreensão dos alunos, permitindo que estes visualizem e compreendam a realidade ambiental que os cerca. É nesse ponto que a pesquisa certamente se torna mais relevante, pois permite aprofundar o conhecimento sobre as questões ambientais específicas dessa nossa localidade, identificando desafios e oportunidades, tudo isso de forma coletiva. As fotografias vão sendo utilizadas para ilustrar temas complexos e sensibilizar os estudantes para suas próprias questões ambientais que, muitas vezes, são invisibilizadas. Ao utilizar a Exposição Fotográfica como atividade de divulgação científica, os docentes podem, além deles próprios se formarem, estimular alunos e alunas a desenvolverem uma visão crítica sobre a relação entre sociedade e meio ambiente, obterem pensamento reflexivo e crítico e, por fim, buscar por “aspirações emancipadoras” (conforme no indica Mészáros, 2005) tanto para os problemas ambientais, quanto às questões educacionais.

Referências:

BOMFIM, Alexandre Maia do. **Trabalho, meio ambiente e educação: apontamentos à educação ambiental a partir da filosofia da práxis**. Revista do LABOR, Fortaleza, v. 1, n. 5, p. 3-19.2011.

BOMFIM, A.M.; PICOLLO, F. D. **Educação Ambiental Crítica: A questão entre os conceitos de Cultura e Trabalho**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 27, julho a dezembro de 2011.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão**. 13a ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

DA SILVA OLIVEIRA, Thiago; DO BOMFIM, Alexandre Maia. **Trabalho, educação e ambiente em pleno neodesenvolvimentismo: tecendo conceitos e contradições**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, n. 19, p. 11609, 2020.

DAMIANI, Magda Floriana. *et al.* **Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica**. Cadernos de educação, n. 45, p. 57-67, 2013.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Leitura: Análise e Interpretação**. Campina Grande, Natal: Uepb/Ufrn–Eduap, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa**. 29a ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental crítica**. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004

LAYRARGUES, Philippe P. **Identidades da educação ambiental brasileira /** Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental – Brasília:

Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LAYRARGUES, Philippe P. **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: Perspectivas de Aliança Contra Hegemônica.**

<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf> acesso em 22-03-2015

LAYRARGUES, Philippe P. **Muito Prazer Sou a Educação Ambiental, Seu Novo Objeto de Estudo**

Sociológico.17http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Philippe%20Pomier%20Layrargues.pdf acesso em 15-03-2015

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação ambiental crítica: contribuições e desafios.** Conceitos e práticas em educação ambiental na escola, p. 65, 2007.

MORAN, José M.; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica.** 12aed. Campinas, Papirus, 2000.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises.** Psicologia: ciência e profissão, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

SANTOS, F. L. KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2008.

Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2262>. Acesso em: 17 maio. 2023.

Título do resumo:**PROCESSOS FORMATIVOS DE TRABALHADORES (AS) NA AMAZÔNIA PARAENSE: A EXPERIÊNCIA DOS PESCADORES (AS) ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ.****Autores:**

Sara Corrêa Dias
 Gilmar Pereira da Silva
 Egídio Martins

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTe)

Resumo expandido:**Introdução**

A pesquisa objetivou analisar como o Projeto “Pescando Letras”, da Colônia Z-16 de Cametá, juntamente com os saberes do trabalho da pesca, corroboraram com a qualificação profissional e os processos de organização de pescadores artesanais que têm relação com o mundo do trabalho. Para investigarmos a formação desses pescadores (as), tomamos como elementos da pesquisa, o saber do trabalho, a qualificação profissional e os processos de organização que foram por eles fortalecidos e adquiridos no projeto aqui citado.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada no materialismo histórico-dialético, pois entende-se que pesquisar a formação de pescadores (as) artesanais é uma prática que nos permite compreender esta formação não como um objeto imutável e inerte, mas como uma categoria analítica constituinte do processo histórico da produção da existência humana, construída pelos pescadores (as) a partir das suas condições materiais, na produção de saberes pelo trabalho e pelas relações.

Para o levantamento dos dados, utilizou-se entrevista semiestruturada e aberta realizada com os pescadores (as) da Z-16, observação *in loco* e análise documental, tratando os dados produzidos por meio da análise de conteúdo, indicada por Bardin (1977). O aporte teórico da pesquisa foi consubstanciado por Marx (2013), Gramsci (1978), Grzybowski (1987), Fisher e Franzoi (2018), Frigotto (1989; 2001), Rodrigues (2012), Kosik (1976), Thompson (1987) dentre outros.

Principais resultados

A partir do que foi proposto no trabalho, chegamos aos seguintes resultados.

No âmbito educativo, a formação dos trabalhadores (as) da pesca é construída em meio à produção e às relações de produção de sua existência, estando essencialmente vinculada à constituição do ser pescador, um ser ativo, que transforma o meio ao mesmo tempo em que é transformado por ele, numa relação dialética de (re)construção de saberes pelo trabalho material que desenvolve.

Assim a formação se dá nos processos formativos que desencadeiam no percurso de vivência coletiva, nas formas de sociabilidade, nos encontros, nas reuniões, nas palestras e nos projetos educativos, que educam na medida em que fazem parte das suas experiências concretas de vida. A pesquisa revela que a formação desses trabalhadores por meio do Projeto “Pescando Letras” contribuiu para a sua qualificação profissional e para seus processos de organização, ensejando-lhes: ampliação da

visão de mundo, principalmente no que tange ao trabalho e ao poder de participação individual e coletiva; potencialização e socialização de saberes, subsídios de qualificação para o trabalho; interação com a realidade, possibilitando-lhes análises e reflexões críticas; apropriação do saber tanto para atuação na Z-16 quanto para as pequenas lutas travadas em níveis locais (como a criação de Associações, por exemplo).

No entanto, o “Pescando Letras” não cumpriu plenamente o seu objetivo, que era o de erradicar o analfabetismo entre os pescadores da Z-16, pois, conforme evidenciam os dados, alguns dos pescadores não obtiveram sucesso no curto período de tempo em que o Projeto foi executado. Mas, do ponto de vista da formação, a experiência foi válida por abrir outras possibilidades aos pescadores, como no âmbito da qualificação profissional e dos processos de organização que foram por eles adquiridos e fortalecidos.

Conclusão

A pesquisa permitiu concluir que, há diferentes lócus formativos dos pescadores, dentre eles, o trabalho, pelo qual produzem saberes necessários para o manejo da pesca, não sendo esta a única atividade produtiva que exercem. Constatamos que as formas de produção não se constituem apenas como meio de vida, mas como a própria objetivação destes trabalhadores.

Assim, identificou-se que a educação vai além do âmbito escolar, estando presente em todos os processos que envolvem a formação da consciência e a produção da subjetividade dos sujeitos, abrangendo o conjunto das relações sociais.

Referências:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FISCHER, M. C. B.; FRANZOI, N. L. Experiência e saberes do trabalho: jogo de luz e sombras. In: MAGALHÃES, L. D. R.; TIRIBA, Lia. **Experiência: o termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação, Uberlândia, 2018.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMEZ, C. M. *et al.* **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

_____. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

RODRIGUES, D. do S. **Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá-PA**. 2012. 337 f. Tese (Doutorado

em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1.

Título do resumo:**PRODUTIVISMO E NEOPRODUTIVISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DA BNCC****Autores:**

Michelle Pinto Paranhos

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde – UERJ-UFF-EPSJV/Fiocruz

Resumo expandido:

Este trabalho integra a pesquisa de doutorado em andamento, intitulada “Os dilemas da educação da classe trabalhadora no Brasil: uma análise das disputas político-ideológicas no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, que tem como objeto as disputas que permearam o processo de elaboração do documento normativo adotado como referência para reformulação dos currículos escolares no país, cuja construção foi iniciada em 2015 e finalizada em 2018. Através do recorte aqui proposto, pretende-se abordar a emergência e a predominância do produtivismo na política educacional brasileira. O produtivismo historicizado à luz do movimento das políticas de formação e educação da classe trabalhadora assume diferentes formas, que expressam as transformações no mundo do trabalho e as formas de atuação do Estado capitalista. Em seu contexto de origem, nos anos 1960/1970, essa concepção educacional remonta às demandas do capital no padrão de produção taylorista-fordista e aos marcos do desenvolvimentismo. Na década de 1990, frente à emergência do neoliberalismo, ela assume a forma do neoprodutivismo, que introduz mudanças em relação à educação da força de trabalho em decorrência da revolução digital-molecular, que deu origem ao padrão de acumulação flexível. A hipótese central que norteia a pesquisa é de que a BNCC consiste na forma histórica mais acabada da relação trabalho-educação, na qual o (neo)produtivismo é reiterado e aprofundado, mediante elementos de renovação ideológica e material.

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, a reconstrução histórica, ancorada na articulação entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, mostra-se como método que nos possibilita perceber o que se reitera na política educacional brasileira.

O campo empírico da pesquisa é formado pelo *corpus* documental das reformas e contrarreformas da educação implementadas pelos governos brasileiros a partir da década de 1960, que inclui documentos oficiais de políticas públicas produzidos no âmbito nacional, textos elaborados pelos organismos internacionais que induzem e orientam “reformas”, os textos elaborados por intelectuais e organizações empresariais que produzem e difundem as referências teóricas e ideológicas da concepção de educação hegemônica.

A pesquisa bibliográfica alicerça-se no estudo do pensamento social crítico e na sua relação com o campo Trabalho e Educação e toma como referência as contribuições teóricas de autores e autoras que confrontam o ideário do desenvolvimento e da modernização e a concepção produtivista de educação – entre os quais estão Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Virgínia Fontes, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Vânia Motta, Roberto Leher, Acácia Kuenzer, Eneida Shiroma, Olinda Evangelista, Eveline Algebaile, Luiz Carlos Freitas, Lúcia Neves, etc. As fontes secundárias fornecem os fundamentos para a interpretação e análise dos documentos, demarcando o horizonte teórico e

metodológico pelo qual buscamos construir as categorias mobilizadas para a compreensão do tema de estudo – além do (neo)produtivismo, três grandes categorias teóricas emergiram no/do processo de construção do objeto de pesquisa, a saber: trabalho-educação, desenvolvimento e Estado.

Com base nos conteúdos pedagógicos, teóricos e ideológicos dos documentos da atual contrarreforma empresarial da educação, identifica-se o discurso fundado na “produtividade” e na “eficiência” da educação, marcado por um conjunto de noções, conceitos e slogans como competências, empreendedorismo, educação integral, projeto de vida, protagonismo juvenil, autonomia, qualidade, equidade, “aprender a aprender”, “educação ao longo da vida”, liderança, resiliência etc. Elencando estes conceitos como princípios pedagógicos e eixos de ação, a retórica do capital enfatiza o caráter comportamental e emocional da educação escolar. A contrarreforma empresarial da educação promove, nesse sentido, o esvaziamento do currículo escolar, através da redução ou eliminação do conhecimento produzido pela humanidade ao longo da história nos campos da ciência, da arte e da filosofia, limitando os currículos escolares ao que é útil do ponto de vista da adaptação à economia capitalista.

Referências:

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Versão final. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 13 de jul. 2019.

CATINI, Carolina. A apropriação privada dos mecanismos de gestão e controle da educação estatal por organizações empresariais. **A terra é redonda**, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-estrategia-empresarial-na-reforma-doensino-medio/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação**: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-1960). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

CIAVATTA, Maria. Trabalho-Educação: a história em processo. In: CIAVATTA, Maria *et al.* **A historiografia em trabalho-educação**: como se escreve a história da educação profissional. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. v.2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. v.4.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEHER, Roberto. Estrategias de mercantilización de la educación y tiempos desiguales de los tratados de libre comercio: el caso de Brasil. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio; LEHER, Roberto; STUBRIN, Florencia (org.). **Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro 1, v. 1.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007 [1848].

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso. **A ideologia do capital social**: atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

NEVES, Lúcia M. W (org). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

RAMOS, Marise. **A Pedagogia das Competências**: autonomia ou adaptação. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, Marise; PARANHOS, Michelle. Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Retratos da Escola** / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 16, n. 34, jan./abr. 2022. – Brasília: CNTE, 2007. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/44/16>. Acesso em: 09 de out. de 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SHIROMA, Eneida Oto (org.). **Uma metodologia para análise conceitual de documentos sobre política educacional**. Florianópolis, março de 2004.

Título do resumo:**PRODUZINDO A CULTURA DO TRABALHO ASSOCIADO: SABERES EM (TRANS)FORMAÇÃO NA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA****Autores:**

Maria Clara Bueno Fischer

Nome do grupo de pesquisa:Trabalho, Educação e Conhecimento - Coordenadora
Trabalho, Movimentos Sociais e Educação**Resumo expandido:**

O projeto “Produzindo a cultura do trabalho associado: saberes em (trans)formação na economia popular e solidária”, teve, como objetivo geral, investigar como está se constituindo a relação entre os patrimônios de saberes de sujeitos da economia solidária e aqueles necessários à constituição de redes de formação e colaboração solidárias, na perspectiva do trabalho associado. Situou-se na interface entre os campos de estudos Trabalho-Educação, Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos, apoiando-se em teorizações sobre relações entre Trabalho e Educação; Economia Popular Solidária; Saberes do Trabalho Associado; e, Redes de Cooperação Solidária.

A investigação deu continuidade à trajetória de pesquisa da coordenadora, em particular ao projeto de pesquisa “Formação de adultos para e no trabalho associado: atividade de trabalho, profissão e biografias”, concluído em 2017 com apoio do CNPq - Bolsa PQ. O projeto Produzindo a cultura do trabalho associado: saberes em (trans) formação na economia popular e solidária, ao longo do processo, ampliou sua abrangência, tornando-se um projeto “guarda-chuva”, pois se desdobrou em subprojetos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa, especialmente estudantes de mestrado, doutorado e orientandos egressos. Para sua execução, já em sua forma mais ampliada, contamos com recursos do CNPq. A metodologia empregada, de natureza qualitativa, combinou várias estratégias e procedimentos como: estudo de caso, estudo do tipo estado da arte, revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas. Os sujeitos da pesquisa foram organizações, empreendimentos, trabalhadores/as e assessores/as diretamente envolvidos/as na constituição de uma rede de economia solidária e outros envolvidos em empreendimentos econômicos solidários isolados.

Os resultados alcançados contemplaram orientações de teses e dissertações, artigos e capítulos de livro publicados, um livro com artigos produzidos pelos participantes de subprojetos de pesquisa, um documentário, entre outros. A realização e os resultados do projeto estão organizados nos seguintes eixos: Experiência de produção de saberes em uma cadeia produtiva de Economia Solidária; EIXO 2: Saberes produzidos em situações e histórias de trabalho e educação de sujeitos da economia popular e solidária; EIXO 3: Saberes do Trabalho associado e profissionalização; EIXO 4: O trabalho na educação de jovens e adultos; EIXO 5. Estudo do tipo Estado da arte.

Referências:

FISCHER, M. C. B.; CORDEIRO, B.; TIRIBA, L. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e022014, 2022.

FISCHER, M. C. B. CORDEIRO, B.. Qualificação profissional ampliada no trabalho

associado. *Debates em Educação*. 2021.

FISCHER, M. C. B. A arte de aprender a trabalhar coletivamente na vida de uma costureira. *Revista TRAMA Interdisciplinar*, v. 7, série 1, 2016, p.112-127.

FISCHER, M. C. B.; TIRIBA, L. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional de Outra Economia*: Série políticas sociais. Coimbra e São Paulo: Edições Almedina, 2009.

FISCHER, M. C. B.; ZIEBELL, C. Saberes da experiência e o protagonismo das mulheres construindo e desconstruindo relações entre produção e reprodução. In: *Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e tecelões da economia popular e solidária*. São Paulo: Ideias e Letras, 2004, p. 55-74.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MAGALHÃES, L.D. e TIRIBA, L. *Experiência: o termo ausente?* Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia/MG: Navegando Publicações. 2018, p.13-28.

TIRIBA, Lia; FISCHER, M. C. B. *Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente*. Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 527-551, jul./2013.

TIRIBA, Lia. *Economia Popular e Cultura do Trabalho*. Ijuí: Unijuí, 2001.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**. 26(1), 69–94.
<https://doi.org/10.5007/2175-795x.2008v26n1p69>.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. RJ: Zahar, 1981

Título do resumo:**PROFESSORES TEMPORÁRIOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ E SEUS MECANISMOS DE LUTA****Autores:**

Mayara Rabe Camargo
Carina Alves da Silva Darcoletto

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais - GPCATE

Resumo expandido:

Essa pesquisa, à luz do materialismo histórico dialético, tem por objetivo investigar os mecanismos de luta dos professores temporários da Rede Estadual de Ensino do Paraná frente à condição de trabalho. A título de explicação, destaca-se que, em 13 anos, somente 2 concursos públicos para suprimento de professores efetivos foram realizados, a saber, em 2013 e 2023. Sobre o último, a oferta de vagas se limitou a 1.109 mil, contudo, um ano após a sua realização, identificou-se, pelo site oficial da própria mantenedora, que, de 61.534 professores atuantes, 28.691 eram temporários (46%). Conforme estabelece a Constituição Federal vigente (1988), art. 37, inciso IX, o uso da contratação temporária deve ser de excepcional interesse, o que adverte para o descumprimento legal do respectivo Estado. Considerando o objetivo delimitado, a primeira etapa do estudo – que é aqui sinteticamente apresentada –, centrou em uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, selecionando como fonte de dados as teses e dissertações publicadas nos repositórios do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Como recorte temporal, demarcou-se do ano de 1990 ao ano de 2024. Isto porque a década de 1990 foi para o funcionalismo público a derrubada da estabilidade estatutária que deu lugar à flexibilização dos vínculos de trabalho (OLIVEIRA, 2007). Sobre os descritores de busca, escolheu-se por professor temporário e por professor PSS (denominação utilizada pelo Estado do Paraná). Ao todo, de 26 materiais encontrados, 8 produções tematizaram o professor temporário requerido, destas, apenas 4 abordaram os mecanismos de luta frente à condição de trabalho. Após o tratamento dos dados, chegou-se às seguintes constatações: os mecanismos de luta dos professores temporários que atuam na Rede Estadual de Ensino do Paraná estão afastados do sindicalismo; o motivo para isto, conforme indicam as pesquisas analisadas, pode estar atrelado ao medo desses professores em se sindicalizar devido à represália recebida por parte da Secretaria de Educação. Diante deste cenário, os docentes passaram a utilizar da rede social *Facebook*, mais especificamente, do Grupo de Professores PSS do Paraná que, em junho de 2024, contava com mais de 86 mil membros, para manifestar a insatisfação com a condição de trabalho, demonstrando, com isto, mecanismos de luta mais isolados, o que desfavorece a unidade dos trabalhadores em torno das lutas pontuais da categoria e, sobretudo, das lutas mais amplas de interesse da classe trabalhadora.

Referências:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30

jun. 2024.

OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educ.soc.**, Campinas, vol. 28, n. 99. p. 355-375, maio/ago, 2007.

Título do resumo:**PROJETO DE VIDA: A CENTRALIDADE DAS EMOÇÕES NA FORMAÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES E OS NEXOS COM A POLÍTICA EDUCACIONAL****Autores:**

Fernanda Paixão de Souza Gouveia

Rosane de Abreu Farias

Rosemary Lopes Soares da Silva

Nome do grupo de pesquisa:

THESE - Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde - UERJ-UFF-EPSJV/Fiocruz

Resumo expandido:

Partindo das mudanças do mundo do trabalho referenciadas pela globalização, pelo toyotismo, pela revolução tecnológica da microeletrônica e em última instância pela implementação do neoliberalismo, a formação do sujeito neoliberal (Dardot e Laval, 2016), demonstra-se como projeto formativo de dimensões globais em sintonia com as principais agências multilaterais e, no caso brasileiro, capitaneado pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED). O presente trabalho tem por objetivo compreender a dimensão sociometabólica do capitalismo na atualidade e de que forma a política educacional brasileira assimila a proposta do componente curricular “Projeto de Vida” como formativo do “sujeito neoliberal”. Consideramos também importante identificar as mediações existentes nesta proposta como materialização da profusão de termos próprios da educação neoliberal, tais como, empreendedorismo, competências e habilidades, competências socioemocionais, empregabilidade, entre outros. A categoria da mediação na abordagem do materialismo histórico-dialético, ao considerá-la como processo pelo qual é possível explicitar as relações entre a particularidade e a totalidade dos fenômenos estudados na pesquisa social para a apreensão do real, busca os nexos entre o fenômeno estudado e a totalidade social, no qual está inserida. É por ela que se pode transitar para captar o movimento desde o campo empírico à formulação das categorias no campo do concreto real (Kosik, 1976). Evidencia as particularidades históricas, a duração, o espaço, o movimento, pelos conceitos e categorias que constituem o estudo do objeto científico. Como categoria metodológica é uma visão historicizada do objeto singular, cujo conhecimento parte das determinações mais gerais, nos seus universais, assim como situada no tempo e no espaço, isto é, na contextualização histórica (Ciavatta, 2014). Na pesquisa social não é diferente, a apropriação do conjunto das objetivações que deram materialidade a uma determinada realidade é captada pelo estudo das mediações, que em Saviani (2015), são as práticas sociais, isto é, tem presente o modo como está estruturada a sociedade atual. É necessário conhecê-la o mais profundamente possível. No caminho de um mundo do trabalho no qual não há postos de trabalho para todos, investir numa formação que propague os ideais de individualismo, meritocracia e empreendedorismo, embasados pelo *ethos* empresarial, tornou-se a promessa de integração sem ser pela certificação, mas pela via da responsabilização individual do sujeito. Nesse aspecto, a introdução do componente curricular “Projeto de Vida” configura-se como meio formativo para esse novo “sujeito neoliberal”, no qual busca projetar seu futuro para a imprevisibilidade do mundo do trabalho. Giovanni Alves (2011), demonstra-nos as formas como a organização da produção foi sofrendo modificações a fim de promover maior acumulação do capital. Pensando a ideologia que figura como pano de fundo da formação no capitalismo

atual, trazemos a teoria do capital humano (Frigotto, 2010) e seu rejuvenescimento pela Pedagogia das Competências (Ramos, 2011) reverberando na atualidade na chamada Pedagogia Empreendedora (Dolabela, 2003). A ideologia empreendedora assume uma funcionalidade fulcral nas relações e tensões atuais entre o capital e trabalho. Conforme indicam Valentin e Peruzzo (2017), o apagamento dos conflitos de classe que são inerentes desta relação e as contradições existentes no sistema capitalista, bem como a dissimulação de novos vínculos entre empregado e empregador, explicitam esta ideologia. Assim, a aparente transformação de trabalhadores em empreendedores implica em potencializar o sentido de polivalência do trabalhador, o mesmo se transformando em operário, gerente e proprietário. O resultado de pesquisas acadêmicas, tais como de Magalhães (2022) e Dias (2019), têm indicado que o componente curricular Projeto de Vida tem se demonstrado um conteúdo vazio, sem cientificidade, com foco no empreendedorismo, na conformação das emoções, resultando na produção de subjetividades flexíveis.

Referências:

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ClAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: Frigotto, Gaudêncio; Clavatta, M.(org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. Pp.192-229.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Maria Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. 1ª.

DIAS, Graziany Penna. **Empreendedorismo, educação e sociabilidade**: a radicalização do indivíduo como sócio majoritário de si. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Cultura Editores, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KOSIK. K. **Dialética do concreto**. Tradução de: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. **Competências socioemocionais: uma “nova” pedagogia? Estudo dos fundamentos de uma perspectiva educacional emergente**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, sob a orientação da professora doutora Marise Nogueira Ramos.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

SAVIANI, Dermeval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica

em intermediação com a psicologia histórico-cultural. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, v. 7, n. 1, p.26-43, jun. 2015.

VALENTIM, E.C.R.B; PERUZZO, J.F. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17914/pdf>>. Acesso em junho de 2024

Título do resumo:**PROTAGONISMO ESTUDANTIL, FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E PERSONALIZAÇÃO: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE AS TRILHAS DE APROFUNDAMENTO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE GESTORES DE ESCOLAS-PILOTO CATARINENSE****Autores:**

Viviane Grimm

Ana Martina Baron Engeroff

Marizete Lemes da Silva Matiello

Nome do grupo de pesquisa:

Integrantes do Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina (OEMESC)

Resumo expandido:

O alinhamento das políticas educacionais aos interesses do mercado, incorporando princípios como eficiência, individualização, competitividade e flexibilidade, com o intuito de adequar o percurso formativo dos estudantes à lógica empresarial vem se intensificando nas últimas décadas (Silveira e Silva, 2018). Neste contexto, insere-se a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, que demandou mudanças expressivas na última etapa da educação básica. No discurso da reforma atribui-se centralidade ao protagonismo estudantil, a flexibilização e a personalização curricular, inserindo-se no rol de políticas marcadas pelos interesses neoliberais, orquestradas com a participação de organizações não governamentais e o empresariado, visando fortalecer o processo de mercantilização da educação (Freitas, 2014), alinhando-se a uma agenda de reformas globalmente estruturada para educação (Dale, 2004). O processo de implementação da reforma em Santa Catarina desenvolveu-se sem maiores resistências, por meio de uma base de apoio constituída por instituições como UNDIME, FECAM, FIESC, UNCME e o Conselho Estadual de Educação (Thiesen, 2021). Este resumo apresenta parte dos resultados da pesquisa “Novo Ensino Médio em Santa Catarina: itinerários formativos e (des)conexões com o desenvolvimento regional” (FAPESC), desenvolvida por pesquisadores do Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina (OEMESC). De modo específico, analisamos como os gestores das escolas-piloto da rede estadual catarinense percebem a escolha e implementação das trilhas de aprofundamento nas escolas em que atuam.

Compõe o *corpus* da pesquisa as respostas de 64 gestores a um questionário *online* com perguntas fechadas e abertas, nas quais enfocamos 02 questões abertas e 01 fechada sobre as trilhas. Dos 64 gestores, 36 atuam em escolas situadas na mesorregião Oeste, 12 no Vale do Itajaí, 10 no Norte e 2 da Grande Florianópolis e Serrana. Cabe observar que as trilhas, segundo o Caderno 1 do Currículo Base do Território Catarinense, são organizadas em torno de uma temática específica desencadeada pelas unidades curriculares, dispostas de três formas: trilhas por área do conhecimento; trilhas integradas - abrangendo duas ou mais áreas do conhecimento; trilhas de educação técnica e profissional. O documento destaca, de forma positivada, a flexibilidade curricular e a “personalização” do currículo para os estudantes, cujas trilhas são semestrais, podem ser cursadas sem progressão seriada, a partir do portfólio de trilhas, que em algumas instituições tem sido chamado de “cardápio”. Tal expressão objetifica o Ensino Médio como uma mercadoria, cujas disciplinas constituem uma lista de produtos disponíveis para consumo. No que se refere as trilhas ofertadas, são citadas 25 trilhas diferentes pelos gestores a partir das

escolhas feitas na escola em que atuam. Dentre as trilhas há uma prevalência pelas integradas. Tal fato pode relacionar-se às características dos municípios catarinenses, em que mais da metade possuem apenas uma escola de Ensino Médio. Assim, as trilhas integradas surgem como “solução” ao problema. Já a multiplicidade de trilhas, pode indicar que a parte flexível do currículo está produzindo, de fato, percursos formativos diferentes em uma mesma região, mas também em uma escola e entre turmas de uma mesma escola. As consequências dessa diversificação curricular precisam ser problematizadas, pois progressões diferenciadas podem levar a ampliação das desigualdades educacionais, mantendo intacto o processo de exclusão que o origina e transferindo a culpa para a escola e os estudantes pelas escolhas realizadas, que contribui para a “sonegação histórica do conhecimento às camadas populares” (Freitas, 2014, p. 1100). No que se refere a escolha e implementação das trilhas, na percepção dos gestores, observa-se que por mais que ocorra a escuta aos estudantes, outros fatores condicionam a definição, tais como, docentes efetivos, infraestrutura, materiais pedagógicos, contrapondo-se ao discurso de protagonismo das juventudes nas decisões a respeito das escolhas da parte flexível ressaltada na política curricular.

Referências:

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>. Acesso em 12 mar. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>. Acesso em 11 ago. 2023.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias; SILVA, Roberto Rafael Dias da. A flexibilização como um imperativo político nas políticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil: uma leitura crítica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, nº 5, p. 1759-1778, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11226>. Acesso em 11 ago. 2023.

THIESEN, Juares da Silva. Políticas Curriculares de Educação Básica: recontextualização da BNCC no território de Santa Catarina. **Revista Espaço do Currículo**, v.14, n.1, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/56496>. Acesso em 11 ago. 2023.

Título do resumo:**REFLEXÕES SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO PARA EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL – A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOSOCIAL NO PROJETO ALVORADA - RS****Autores:**

Marina Wöhlke Cyrillo

Nome do grupo de pesquisa:**Resumo expandido:**

Este trabalho apresenta um relato de experiência com reflexões à luz dos ensinamentos de Paulo Freire sobre educação e trabalho por meio da pesquisa-ação. Como método de análise utiliza-se a reflexão crítica. Trata-se de uma experiência educativa que foi vivenciada em 2022 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, no Campus Porto Alegre por meio da Incubadora Tecnosocial com uma ação de extensão intitulada: “Projeto Alvorada - inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional”.

Com base nas diretrizes estipuladas pelo Decreto n.º 3.769/2001, em consonância à Política Nacional do Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT), estabelecida pelo Decreto n.º 9.450/2018, o Projeto Alvorada do IFRS partiu de um Termo de Execução Descentralizada que teve por objeto a mútua cooperação entre o Departamento Penitenciário Nacional e o IFRS, visando à execução do “Projeto Alvorada” voltado a pessoas egressas do sistema prisional da região de Porto Alegre. Consistiu em um Curso FIC com carga horária de 500 h/a divididas entre sala de aula e processo de incubação dos projetos de vida e/ou Planos de Negócios. O projeto compreendeu as etapas de capacitação da equipe gestora seguida da formação profissional específica (FIC) resultando em 17 (dezesete) alunos concluintes. Após esse período seguiram-se 3 meses de tutoria, onde os estudantes desenvolveram seus projetos de vida e planos de negócios com acompanhamento técnico da Incubadora Tecnosocial do Campus. Na fase desenvolvida pela Incubadora, trabalhou-se

a concepção de trabalho como práxis humana, material e não material, que constitui o trabalho como princípio educativo – e, portanto, [...] que a educação seja compreendida em suas múltiplas determinações, conforme estágio do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (CIAVATTA e TREIN, 2009).

A experiência, de ter desenvolvido com os egressos “projetos de vida” para “definição” de uma trajetória marcada pela ausência de um Estado no período anterior ao encarceramento (no entendimento de que o crime advém também de um processo longo de racismo, exclusão e violência geral) foi importante junto à compreensão do papel da rede de educação profissional e tecnológica. Conclui-se, trazendo a reflexão na perspectiva gramsciana, que vê criticamente, na maioria das vezes a educação como instrumento de hegemonia, fazendo com que a classe dominante perpetue sua hegemonia cultural e ideológica. Trabalhou-se a educação desses jovens e adultos na resistência ao fato de que as escolas e outras instituições educativas servem na maioria das vezes para difundir os valores e as crenças da elite, garantindo que a classe trabalhadora continue submissa, sobretudo com a atual precarização do trabalho e flexibilização das conquistas trabalhistas ao longo dos anos, pelo forte impulso neoliberal que se expande cada vez mais no Brasil.

Referências:

BRASIL. **Decreto n.º 3.769**, de 26 de fevereiro de 2001. Regulamenta a Lei n.º 9.873, de 23 de novembro de 1999, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 fev. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3769.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 9.450**, de 24 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9450.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

Clavatta, Maria e Trein, Eunice. A historicidade do percurso do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.7 suplemento, p.15-49, 2009.

Freire, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática Educativa. 53ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

Título do resumo:**REFORMAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ANANINDEUA.****Autores:**

Marcelo Rodrigues dos Reis
Doriedson do Socorro Rodrigues

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho e Educação GEPT-UFPA

Resumo expandido:

A presente pesquisa buscou investigar as repercussões que as reformas educacionais, a partir dos anos 1990, promoveram sobre as condições de trabalho dos docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental (AIEF) da rede municipal de ensino de Ananindeua. O método utilizado na pesquisa foi o materialismo histórico-dialético e a metodologia adotada foi de cunho qualitativa, com a pesquisa realizada em etapas: a primeira etapa consistiu na realização da revisão bibliográfica em busca de compreender em qual contexto as reformas educacionais da educação básica, a partir dos anos 1990, estão inseridas dentro da esfera da reestruturação produtiva e mundo do trabalho solicitando autores como: Marx (2011); Alves (2001); Antunes (2009); Kuenzer (1998); sendo investigado, nesta etapa, o papel que os organismos internacionais desempenharam nas reformas do estado e educação básica que repercutiram no trabalho docente. Utilizamos como referenciais os trabalhos de Robertson (2012); Pronko (2015); Shiroma e Evangelista (2007, 2014); Ball (2008), Oliveira (2011); Tripodi e Souza (2016). Sobre as reformas na educação básica e as condições do trabalho docente, tomou-se por base os estudos de Oliveira (2008, 2010); Carvalho e Wonsik (2015); Assunção e Oliveira (2009); Maués (2006), Maués *et al* (2012); Shiroma *et al* (2007); Solimões (2015); Dejours (1998); Lacaz; (2010); Codo (2006; 2010); Esteve (1999); Reis (2014); Carlotto (2010); Freitas e Cruz (2008); entre outros. A segunda etapa de edificação deste estudo foi a pesquisa de campo que auxiliou no levantamento e esclarecimento de pontos percebidos na revisão bibliográfica acerca do objeto em questão, sendo realizada, nesta fase do estudo, uma entrevista semiestruturada. A terceira etapa consistiu no tratamento e interpretação dos dados coletados na pesquisa de campo por meio da análise do conteúdo. Os sujeitos da pesquisa foram seis docentes que atuam nos AIEF da rede pública de ensino do município de Ananindeua. Os resultados da pesquisa indicaram que as reformas da educação básica no Brasil, a partir dos anos 1990, redefiniram o trabalho docente com novas atribuições, responsabilidades e exigências para o professor. Estas reformas foram assentadas por meio de políticas de gerenciamento e regulação da educação convertendo-se em política de resultados em massa manifestado nas avaliações de larga escala como forma de avaliar a qualidade da educação e trabalho docente dentro de uma concepção mercantilista e pragmática, cabendo ao professor a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos alunos e escola, sem, contudo, possuir condições dignas de trabalho resultando na intensificação e precarização do trabalho docente repercutindo no mal-estar e adoecimento dos professores. Em consequência, estes sujeitos têm desenvolvido patologias e doenças de cunho mental como, por exemplo, ansiedade, estresse e síndrome de Burnout.

Referências:

ALVES, G. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Bauru:

Práxis, 2001.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fdCjfWkF8XYXTfyXGcgCbGL/?format=pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BALL, S. J. New philanthropy, new networks and new governance in education. **Political Studies**, [S.l.], v. 56, n. 4, p. 747-765, 2008.

CARLOTTO, M. S. **Síndrome de Burnout**: o estresse ocupacional do professor. Canoas: ULBRA, 2010.

CODO, W. **Educação**: carinho e trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. O que é burnout? *In*: CODO, W. (org.). **Educação**: carinho e trabalho. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEJOURS C. **A loucura do trabalho**: estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: Edusc, 1999.

ESTEVES, P. C. L. **Elaboração e análise de projetos**. Palhoça: UnisulVirtual, 2005.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, [S.l.], v. 33, n. 3, p. 531-541, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/LPBg4SpmbKq3psDMGVT7YYPK/?format=pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

KUENZER, A. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 67, ago. 1998.

LACAZ, F. A. de C. Política Nacional de Saúde do Trabalhador: Desafios e Dificuldades. *In*: SANT'ANA, R. S. (Org.). **O Averso do Trabalho II**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAUÉS, O. C. *et al.* **O trabalho docente na Educação Básica**: o Pará em questão. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

MAUÉS, O. C. Profissão e trabalho docente em tempos de reforma da educação superior. *In*: GEMAQUE, R. M. O; LIMA, R. N. (Org.). **Política Públicas educacionais**: o governo Lula em questão. Belém: CEJUP, 2006.

OLIVEIRA. Os trabalhadores docentes no contexto de nova regulação educativa: análise da realidade brasileira. *In*: SEMINÁRIO DE LA RED ESTRADO, 7, 2008, Buenos Aires. Nuevas Regulaciones en América Latina y Buenos Aires. **Anales...** Buenos Aires, 2008.

OLIVEIRA, D.A.; ASSUNÇÃO, A.A. Condições de trabalho docente. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

PRONKO, M. O Banco Mundial no campo internacional da educação. *In*: PEREIRA, J. M. M; PRONKO, M. (Org.). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: EPSJV, 2015. p. 89-112.

REIS, M. I. A. Caminho e descaminhos na produção de saúde e adoecimentos dos trabalhadores docentes. *In*: **X Seminário Internacional Rede Estrado**, n. 10, 2014, Salvador. CD Room.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, [S.l.], vol. 10, n. 20, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2730>. Acesso em: 26 out. 2021.

SHIROMA, E. O. **Avaliação ‘ao longo da vida’**: análise crítica das políticas de avaliação de professores e das implicações sobre a carreira docente. Relatório de pesquisa de pós-doutoramento. Universidade de Oxford, 2013.

SOLIMÕES, A. C. C. **Impactos da precarização do trabalho sobre a saúde das docentes da educação infantil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

TRIPODI, Z. F.; SOUZA, S. Z. A. Governança em Rede na Regulação da Educação Mineira: Quem governa o que? **Revista em Educação**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 297-321, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/9LHw8DjbrXBj9Ppdf98scS5H/?format=pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

WONSIK, E. C. **A valorização e a precarização do trabalho docente**: um estudo de políticas de políticas públicas a partir de 1990. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

ZARAGOZA, J. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

Título do resumo:**RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL****Autores:**

Carina Alves da Silva Darcoletto

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais – GPCATE

Resumo expandido:

Essa pesquisa busca delinear contribuições da Ontologia do ser social para compreender o complexo da educação na perspectiva ontológica e histórica, sempre vinculada à categoria do trabalho, a qual, para Lukács (2013), constitui a atividade que funda um novo tipo de ser, o social. A Ontologia do ser social faz parte da “virada” ontológica de Lukács (Oldrini, 2002, p. 52-53), momento de sua trajetória em que ele busca contribuir com a possibilidade de um “renascimento do marxismo”, o qual está relacionado, podemos dizer, ao resgate da ontologia marxiana, que parte do pressuposto de que o trabalho é a categoria fundante do ser social (Lukács, 2013; Mészáros, 2002, 2006). Como categoria fundante da sociabilidade, ao estabelecer a mediação entre homem e natureza, o trabalho gera novas necessidades e possibilidades que não são passíveis de serem atendidas na sua própria esfera (Lessa, 2009, p. 69), impondo a necessidade de outros complexos, que corroborem o processo de reprodução da sociabilidade, como é o caso da educação, da linguagem etc. Assim, a categoria do trabalho tem um lugar de acento na obra de Lukács, exatamente porque é por meio do trabalho que foi possível o processo que levou à gênese e desenvolvimento do ser social. Ao realizar trabalho, além de transformar a natureza e se transformar (no capítulo da Reprodução, da Ontologia, Lukács desenvolve a ideia do duplo caráter do homem que é, ao mesmo tempo, parte da natureza e parte da sociedade), o homem escolhe entre alternativas; ou seja, o ser humano, diante de uma necessidade, precisa transformar a natureza. E, para isso, tem de escolher dentre alternativas que a própria natureza (material) lhe possibilita. Nessa relação de mediação entre homem e natureza, aparecem já os nexos entre liberdade e necessidade, ou, teleologia e causalidade. Aqui, é importante chamar a atenção para o fato de que a consciência do homem, para escolher dentre alternativas, tem uma base material. O trabalho, assim, a partir da concepção ontológica marxiana, desenvolvida posteriormente por Lukács, é a atividade responsável em permitir ao homem que se constitua como ser genérico, pleno da essencialidade humana. A essência humana, nessa perspectiva, é entendida como a socialidade, ou o conjunto das relações sociais, isto é, a essência humana é histórica, não existe a priori, mas se constitui nas relações que os homens estabelecem para produzir sua vida material e das necessidades que daí decorrem. Diferentemente de outras “ontologias”, a Ontologia do ser social, ao recuperar a importância e o momento predominante da materialidade da vida na constituição do ser social, mostra que o indivíduo se funda numa relação dialética com o gênero; não existe, portanto, para uma análise materialista histórica e dialética, indivíduo que exista fora da totalidade, sem se relacionar com o gênero humano. Isso posto, revela-se a educação como complexo imprescindível para a formação (ou deformação) dos indivíduos de cada sociedade, em determinado tempo histórico; ou seja, o que os homens e mulheres são e podem vir a ser depende da forma como se organizam para produzir a vida, em sociedade,

nos limites e nas possibilidades das escolhas dentre as alternativas postas na materialidade da vida. Na sociedade do capital, a ideologia dominante (da classe dominante) busca internalizar nos indivíduos que todos são egoístas, competitivos por natureza (na sua essencialidade) e, ao naturalizar isso, inclusive através da educação escolar, confunde-se uma particularidade histórica (o capitalismo) com toda a humanidade. Nos limites e nas possibilidades da educação, é preciso denunciar essa falácia, envidando esforços coletivos na luta pela possibilidade e urgência da transformação radical da sociedade. A natureza (base do trabalho) já nos deu o recado.

Referências:

LESSA, S. Modo de produção e revolução: Lukács e Mészáros. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 66-83, jun. 2009.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: LESSA, S.; PINASSI, M. O. (orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Título do resumo:**RELAÇÕES ENTRE O NOVO ENSINO MÉDIO E O CURRÍCULO INTEGRADO: UMA ANÁLISE DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA****Autores:**

Coordenadores: Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva (IFC), Maria Raquel Caetano (IFSul), Lucas Barbosa Pelissari (IFPR-UNICAMP).

Bolsistas CNPQ: Kamila Fernanda Oliveira Anzen; Karina Cavassani Klappoth; Jaira Coelho; Ana Paula Nascimento Lourenço; Alessandra Vidal Dias, Larissa Vollrath Bento; Luis Eduardo Ramos de Oliveira; Nicolly Ferreira Borges, Tamiris Possamai, João Eliézer Ribeiro Schaun, Gustavo Marques da Silva.

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Formação de Professores e Processos Educativos/IFC/CNPQ Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica/IFSUL/CNPQ Grupo de Pesquisa "Estado, Políticas Públicas e Educação Profissional" (EPPEP)/CNPQ.

Resumo expandido:**Introdução**

A presente pesquisa está em andamento e a problemática se constitui em buscar resposta ao seguinte questionamento: em que medida o Novo Ensino Médio, instituído pela Lei 13.415/2017, tem produzido alterações sobre o currículo e a formação dos estudantes dos Institutos Federais, especificamente no que diz respeito ao estabelecimento do quinto itinerário formativo no país? Nossa hipótese, que já se confirma pelo menos em parte, é de que a implementação da Lei 13.415/2017 e o itinerário da formação técnica e profissional poderão apresentar repercussões, inicialmente, no currículo e na formação dos estudantes dos Institutos Federais, mas que também poderão alcançar estudantes das redes estaduais. O objetivo geral da pesquisa se apresenta da seguinte forma: Identificar, descrever e analisar em que medida o Novo Ensino Médio produziu ou vem repercutindo sobre o currículo e a formação dos estudantes dos Institutos Federais, especificamente no que diz respeito ao estabelecimento do quinto itinerário formativo. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, na qual se utiliza a revisão de literatura, análise documental e pesquisa de campo com aplicação de questionários e realização de entrevistas com servidores das pró-reitorias de ensino de 15 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia das cinco regiões do Brasil selecionados como amostra.

Desenvolvimento

Teoricamente, há diferenças entre a concepção pedagógica subjacente ao EMI e aquela que tem sido adotada na implementação do Novo Ensino Médio nas unidades federativas. No entanto, manifestações de gestores e dirigentes de IFs têm sinalizado para a necessidade de adequar a oferta da Rede Federal às novas diretrizes gerais do ensino médio nacional. Constatamos iniciativas programáticas que possibilitam essa adequação, em que se articula a educação profissional ao itinerário formativo técnico e profissional previsto na Lei 13.415/2017. Cita-se, por exemplo, os Programas Novos Caminhos (2019) e Qualifica Mais (2022), além de diversas iniciativas já implementadas por Secretarias Estaduais de Educação e IFs. Além disso, os PPCs de cursos analisados apresentam aproximações com o NEM, a partir da (re)estruturação

de seus currículos, adequando a carga horária, disciplinas e outros arranjos curriculares.

Considerações

Considerando os achados parciais, podemos afirmar que nossas análises indicam inicialmente uma adesão de pelo menos alguns dos IFs da nossa amostra a Reforma do Ensino Médio, o que pode descaracterizar a EPT e o Ensino Médio Integrado na sua concepção.

Referências:

BARBOSA PELISSARI, L.; CAETANO, M. R. O itinerário formativo técnico e profissional da contrarreforma do Ensino Médio nos Institutos Federais: uma análise do campo normativo. **Revista Ponto de Vista**, v. 13, n. 2, p. 01–17, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/16893>. Acesso em: 4 jul. 2024.

RAMOS.M.N. Ensino Médio Integrado e a Educação Profissional e Tecnológica. In: CAETANO. M.R; PORTO JÚNIOR. M; CRUZ SOBRINHO. S. (Org.). **Educação Profissional e os desafios da formação humana integral. Concepções, políticas e contradições**. 1ed.Curitiba: CRV, 2021, v. 1, p. 65-76.

RIBEIRO DA SILVA. M.; LIMA DE ARAÚJO, R. Educação na contramão da democracia - A reforma do ensino médio no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, 19(39), 2021.

Título do resumo:**REVOLUÇÃO PASSIVA E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO NEOLIBERALISMO DESENVOLVIMENTISTA****Autores:**

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo GESTOR – Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre

Resumo expandido:

A partir de uma “tese-memorial” apresento uma análise sobre a política educacional brasileira contemporânea. O referencial teórico-metodológico é o conceito de revolução passiva, elaborado por Antonio Gramsci (2000), que em uma primeira acepção analisou a transição italiana para o capitalismo, a partir do que denominou de Risorgimento. Contudo, nos importa mais uma outra acepção da revolução passiva na qual o autor analisa as diversas estratégias empregadas pelas classes dominantes para atualizar o capitalismo.

No Brasil, vários intérpretes se valem do conceito para analisar a revolução burguesa brasileira, entre eles Vianna (2004), Fernandes (2009) e Coutinho (2022). Para análise das modernizações do capitalismo em sua fase neoliberal, intelectuais contemporâneos como Oliveira (2003), Braga (1995), Bianchi (2006) e Del Royo (2018), entre outros, vêm atualizando o debate.

Considerando os atuais debates a respeito da revolução passiva brasileira no contexto do neoliberalismo, venho desenvolvendo estudos nos quais examino a política educacional implementada pelas forças de esquerda e do campo progressista no Brasil, pós anos 2000, como uma variante da modernização neoliberal, que promoveram mudanças moleculares e graduais, tais como uma revolução passiva, que se tornaram orgânicas ao processo de acumulação flexível e financeirizado. Tais políticas educacionais envolvem concessões aos subalternos, cooptando ou neutralizando suas direções e promovendo o apassivamento de parte importante dos intelectuais universitários, do movimento docente e amplos setores da representação sindical.

A síntese conclusiva destas problematizações demandou um cotejo teórico-metodológico dos aspectos que constituem os recursos conceituais das revoluções passivas, como processo e suas consequências (Mondonesi, 2018). Do ponto de vista do processo a literatura aponta que a expansão e interiorização do ensino superior resultaram de decisões articuladas “pelo alto”, tendo sua origem no Programa Universidade do Século XXI, o qual, ante a reação das universidades, foi fatiado em “reformas moleculares” (a exemplo da Lei de Inovação Tecnológica, Lei do Bem, Lei da Carreira, Lei de Cotas, do REUNI, PROUNI e FIES) que alteraram profundamente a organização, função social, a carreira e o trabalho docente na universidade brasileira. As consequências da política foram, por um lado, o fortalecimento econômico e político dos grupos empresariais, com o crescimento dos grandes conglomerados educacionais, cada vez mais integrados à dinâmica de financeirização e, por outro lado, a gestão gerencial do trabalho docente, sob a máquina liofilizada e intensificada, com a ressocialização dos docentes num padrão produtivista e numa cultura de desempenho, aprofundando a alienação acadêmica e científica do trabalhador docente. Neste sentido, como salienta os estudos de Sguissard (2009), a pós-graduação é o centro nefrágico desse processo. Por outro lado, a privatização endógena das federais, via parceiras privadas transforma cada vez mais as

universidades públicas em agências de pesquisa e inovação a serviço de empresas privadas.

Decorre desses fatores, a meu ver, os efeitos mais destrutivos do ethos acadêmico, que são a perda da autonomia acadêmica e a desmobilização dos professores em relação ao movimento docente e outras atividades não consideradas produtivas.

Em todas as dimensões investigadas, constatei a existência de hegemonia neoliberal que se estabelece através das estratégias de modernizações dependentes, “mudando para conservar”, seja no âmbito da gestão do Estado, no aprofundamento da privatização do conhecimento científico-tecnológico ou do gerencialismo da educação em todos os níveis, seja pela vivência direta da contraditória expansão do ensino superior, recentemente dirigida pelos governos do campo progressista.

Referências:

BIANCHI, Álvaro. Revolução passiva: o futuro do pretérito. **Crítica Marxista**, n. 43, p. 117-132, 2016.

BRAGA, Ruy. Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia. In: KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, pp. 45-136, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson, A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma? **Revista Novos Rumos**, 49(1), 2022.

DEL ROYO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo, Editora Unesp, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ver. – São Paulo: Global, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MONDONESI, Massimo. Revoluções passivas na América Latina. In: **Revista Outubro**, n. 30, maio de 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – o Ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo Editorial, outubro 2003.

SGUISSARDI, Valdemar. As missões da universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da mercadização/mercantilização. **Teoria e Prática da Educação**, v. 22, n. 4, p. 38-56, set./dez., 2019.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva iberismo e americanismo no Brasil**. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

Título do resumo:**SABER-LAB - SABERES ESSENCIAIS A GESTORES DE LABORATÓRIO: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO CRÍTICO-HUMANISTA****Autores:**

Glaucia Paula Bernardes Guarany
Seir de Souza Barros

Nome do grupo de pesquisa:

THESE (Glaucia Guarany)

Resumo expandido:

O trabalho relata um estudo de caso baseado numa experiência de ensino em curso, no campo da gestão, de caráter crítico-humanista, dirigida a pesquisadores que atuam como gestores de laboratórios, num instituto de pesquisa em saúde pública (IOC) ligado ao Ministério da Saúde (FIOCRUZ). A formação, uma iniciativa no campo de educação em espaços não escolares, nasce da necessidade de solucionar problemáticas crônicas técnico-operacionais mas, sobretudo, relacionais que provocam recorrentes perdas materiais e humanas – foco na saúde do trabalhador. A pedagogia organizacional dominante no mercado é dedicada, majoritariamente, à racionalidade técnica (FRIGOTTO, 2011, 2015, RAMOS, 2002), na qual temáticas humanistas, caras à sociedade como um todo e determinantes na formação do homem, são invisibilizadas e negligenciadas, trazidas para a sala de aula, em sua ampla maioria, apenas de maneira marginal, a mercê da consciência docente. Questionar e aprofundar a compreensão da essência dos atuais modelos de gestão, sua origem na história, as práticas dominantes, padrões estabelecidos, crenças cristalizadas e propagadas e os mecanismos de reprodução e perpetuação desta lógica funcional instrumental e utilitarista tornaram-se mister na construção da proposta formativa, que se propõe a ser crítico-humanista em sua abordagem, indissociada da dimensão ético-política. A proposta intenciona se tornar uma formação permanente, orgânica, indissociada da dimensão ético-política e metodologicamente ancorada em pressupostos freireanos de educação, como dialogicidade e politicidade. A proposta se encontra no segundo ano de edição, tendo implementado 4 módulos, contando com a participação de 187 pesquisadores/gestores. Os relatos de novas práticas no cotidiano laboral, a demanda por temas em novas disciplinas e a aplicação imediata de saberes nas relações socioprofissionais são alguns dos indicadores que expressam mobilização, motivação para aprendizado na gestão com novos olhares e o anúncio da vontade de mudança.

Referências:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação. Cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Política e educação*. 6 ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

_____. *Educação como prática de liberdade*. 52 ed. Paz e terra, Edição Kindle, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. *Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação*. Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, jul/dez 2015.

RAMOS, Marise N. *A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, pp. 401-422. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 15/01/2021.

THOMPSON; E. *Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VENDRAMINI, Célia R. *A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho*. Educação Unisinos. 10(2):123-129, maio/agosto, 2006.

Título do resumo:**TRABALHO DOCENTE NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE PERNAMBUCO****Autores:**

Katharine Ninive Pinto Silva

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo GESTOR – Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre

Resumo expandido:

Venho realizando a pesquisa “Os impactos do trabalho docente do ‘Novo Ensino Médio’ implementado na educação integrada”, Edital de Produtividade em Pesquisa (UFPE, 2023) e a pesquisa “O Novo Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nas Escolas Técnicas Estaduais dos Estados do Ceará, Pará e Pernambuco – desafios para o trabalho docente e para a formação da juventude”, Edital Universal, 2021, através da Rede de Pesquisa sobre Políticas para o Ensino Médio (REPPEM), que envolve o grupo de pesquisa Qualificação Profissional e Relações entre Trabalho e Educação (UFPE) e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (UFPA). Ambas fundamentadas no materialismo histórico-dialético, por entendermos que o objeto de estudo é resultante de um processo histórico, complexo, permeado por contradições e disputas de classes sociais, e possuem como pressupostos a relação entre trabalho e educação e o trabalho como princípio educativo.

Dentre o conjunto de estudos realizados e orientados, estão os sobre Programas de Gestão Educacional das Redes de Ensino para implementação da Educação Integral (em Tempo Integral) (Ramos, 2023; Nascimento, 2019; Santos, 2016) e os estudos sobre Trabalho Docente (Barbosa, 2022; Teixeira, 2022; Silva, 2018; Teixeira, 2017). Os procedimentos metodológicos adotados envolvem análise documental como esforço analítico de alcançar a lógica interna de cada documento, contextualizando-o, pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com gestores e professores da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco; Análise das Redes Sociais e Plataformas Digitais. As conclusões dos estudos indicam uma hegemonia da perspectiva de gestão a partir do modelo gerencial, inclusive com um investimento em formação continuada específica para gestores sobre gestão por resultados; ações de formação para professores de disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática como preparatório para SAEPE e SAEB e estratégias para preparar e dar condições aos estudantes para um bom desempenho em avaliações externas (Ramos, 2023). O estudo de Nascimento (2019) identifica a existência de uma relação antagônica entre a qualidade da educação da gestão por resultados adotada no Programa de Educação Integral - PEI (aquisição de resultados, rankings) e a perspectiva de educação pública de qualidade (qualidade social). Nascimento (2019) também considera que o tipo de política educacional adotado pela Rede Estadual de Ensino de Pernambuco vem criando a ambiência para a privatização do ensino, através de parcerias público-privadas, especialmente no âmbito da avaliação e monitoramento, mas com possibilidades de acontecerem também no âmbito da gestão escolar.

O estudo de Teixeira (2017), identifica que, no PEI, o sentido do trabalho docente é o da responsabilização para obter resultados positivos em testes de larga escala, mesmo em meio à precarização das condições de trabalho presente neste programa.

De acordo com os estudos de Silva (2018), a gestão por resultados do PEI acarreta uma série de situações degradantes para a relação do docente com o seu trabalho,

através das constantes cobranças por resultados nas avaliações externas, o estímulo à competição entre professores e instituições e as sanções públicas, inclusive podendo desencadear situações de sofrimento ou adoecimento pelo trabalho. O estudo de Ramos (2023) identifica que esses motivos estão levando os professores da Rede Estadual, quando podem, a não mais participar do PEI.

Estudo de Barbosa (2022) identifica que os recursos tecnológicos inseridos na escola estão sendo utilizados em favor de uma flexibilização do trabalho pedagógico promovendo novas formas de gestão desse trabalho em consonância com os processos de precarização do trabalho. Inclusive essas novas formas podem chegar a ser o que Teixeira (2022) identificou como um processo de uberização do trabalho docente, mediado por plataformas digitais.

Referências:

BARBOSA, Emanuelle de Souza. **Os significados das inovações tecnológicas na organização do trabalho pedagógico do ensino médio na rede estadual de educação de Pernambuco**. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/CE/UFPE). Orientadora: Katharine Ninive Pinto Silva. Ano de conclusão: 2022.

NASCIMENTO, Thamyras Fernanda Cândido de Lima. **Ensino médio integral ou integrado e a gestão por resultados: entre a mercadorização do ensino e a educação pública de qualidade**. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/CE/UFPE). Orientadora: Katharine Ninive Pinto Silva. Ano de conclusão: 2019.

RAMOS, Hugo Felipe Tavares. **Sistema de responsabilização da rede estadual de ensino de Pernambuco e sua interferência no Ensino Médio: avaliando o Programa de Modernização da Gestão**. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/CE/UFPE). Orientadora: Katharine Ninive Pinto Silva. Ano de conclusão: 2023.

SANTOS, Maria Lucivânia Souza dos. **Políticas de Avaliação Educacional no Estado de Pernambuco: contra números, há argumentos!**. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEdu/CAA/UFPE). Orientadora: Katharine Ninive Pinto Silva. Ano de conclusão: 2016.

SANTOS, Adriano Carvalho Cabral da. **A Relação entre o docente no Ensino Médio (em tempo) integral e seu trabalho, no contexto da Gestão por Resultados**. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEdu/CAA/UFPE). Orientadora: Katharine Ninive Pinto Silva. Ano de conclusão: 2018.

TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **A Uberização do Trabalho Docente: reconfiguração das condições e relações do trabalho mediados por Plataformas Digitais**. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/CE/UFPE). Orientadora: Katharine Ninive Pinto Silva. Ano de conclusão: 2022.

TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **Condições de Trabalho Docente e processo de implementação do Programa de Educação Integral no Ensino Médio da Rede**

Estadual de Pernambuco. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduc/CAA/UFPE). Orientadora: Katharine Ninive Pinto Silva. Ano de conclusão: 2017.

Título do resumo:**TRABALHO E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE-TRABALHADOR DO IFPA****Autores:**

Maria da Graça do Nascimento de Sousa
 Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Nome do grupo de pesquisa:

GEPTE

Resumo expandido:**RESUMO**

Discute-se a importância da assistência estudantil na formação do estudante-trabalhador no IFPA. É um estudo, numa perspectiva histórico-crítica, que compõe o referencial teórico de uma pesquisa de doutorado. Através da análise da Assistência Estudantil (AE), busca-se entender como essa política contribui para a permanência e o sucesso dos estudantes que conciliam trabalho e estudo. Os resultados parciais têm demonstrado que a AE tem sido uma importante ferramenta para a permanência dos estudantes.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Educação Superior; IFPA.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental que promove o desenvolvimento pessoal e social. No contexto do IFPA, muitos estudantes enfrentam o desafio de equilibrar responsabilidades acadêmicas com trabalho.

A realidade do estudante-trabalhador que precisa conciliar trabalho/estudo é desafiadora. Enfrentam desafios, como: carga horária dupla(trabalho/estudo); dificuldade financeira, a realidade do estudante-trabalhador que vem de famílias de baixa renda e depende de seu salário para sustentar a si mesmos e suas famílias; o tempo escasso para atividades acadêmicas que pode afetar negativamente a aprendizagem.

Autores como Arroyo(1990); Spósito(2003) apontam que a condição do trabalhador-estudante é ainda mais complicada, quando afirmam que se confrontam a necessidade de trabalhar e de estudar, o estudo aparece como “acidente”, a necessidade de trabalhar faz com que os estudos tenham importância secundária.

MÉTODO

A pesquisa em andamento se assenta na pesquisa qualitativa enquanto uma abordagem que se concentra na compreensão aprofundada de fenômenos sociais e culturais. É um estudo numa perspectiva histórico-crítica que compõe o referencial teórico de pesquisa de doutorado.

Os dados foram extraídos do SIGAA e do instrumental construído pela pesquisa do doutorado. Foi realizada a análise a partir de indicadores como idade, renda familiar, e fonte de recursos financeiros.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

A pesquisa em andamento, tem como sujeitos, os estudantes do ensino superior do IFPA, usuários da AE. Os resultados parciais sintetizam o objetivo geral da pesquisa que busca avaliar a AE enquanto uma política que visa garantir a permanência dos

estudantes do ensino superior.

O perfil geral dos estudantes-trabalhadores mostra que 53% possuem idade entre 20 e 25 anos e 24% estão entre 26 e 30 anos, ou seja, estão na faixa etária considerada jovens e adultos, que almejam autonomia econômica e profissionalização.

Encontrou-se no perfil da renda bruta familiar que 65% das famílias dos estudantes têm renda de até 1 salário-mínimo, 26% têm renda de 1 a 2 salários mínimos, apenas 3% têm renda entre 3 e 4 salários-mínimos.

Quando se analisa os responsáveis pela manutenção familiar, 41% têm o próprio estudante como único provedor da família, 19% são os pais, 20% o responsável pela manutenção da família é o pai ou a mãe.

Sobre a fonte de recursos financeiros, temos 32% da renda familiar é advinda de emprego formal, 34% vivem da informalidade “bicos”, 15% vivem de aposentadoria/pensão e 14% informaram viver apenas do bolsa família.

Esses dados demonstram um pouco do panorama das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, mesmo com as adversidades apontadas, para 77,8% os programas da AE atendem as suas necessidades e têm contribuído para a permanência no curso superior.

Sobre a importância da AE para a formação acadêmica, 70% informaram que a AE tem contribuído positivamente para a sua permanência no curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se considerar que as análises, apontaram que os atuais desafios enfrentados pelo estudante-trabalhador estão diretamente relacionados às questões socioeconômicas, às políticas de AE, um acesso mais efetivo aos suportes para permanência.

No entanto, percebe-se que esse estudante busca formas de conciliar essa dupla jornada com estratégias para se manter estudando, seja por meio da AE, trabalho formal ou informal. Têm sido a forma dos estudantes conseguirem superar os desafios de permanecer estudando.

Referências:

ARROYO, Miguel. A universidade, o trabalho e o curso noturno. **Estudos e debates**, Brasília, n. 17, p. 91-94, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em < www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

_____. Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024. **Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm > Acesso em: 15/07/ 2024

SPÓSITO, Marília dos Santos. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

Título do resumo:**TRABALHO E EDUCAÇÃO: A REPRODUÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES MIGRANTES E O AVANÇO DO CAPITAL SOBRE O FUNDO PÚBLICO, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19****Autores:**

Marcos Antônio da Silva

Nome do grupo de pesquisa:

Transformações do Mundo do Trabalho (TMT)

Resumo expandido:

A pesquisa procurou relatar e examinar um conjunto de aspectos da realidade empírica buscando retratar a situação em que se encontrava a classe trabalhadora, em particular a população migrante, no que concerne à sua reprodução social, dando especial atenção às transformações no processo de escolarização verificados no ano de 2020 – no contexto da pandemia da Covid-19 – utilizando como local privilegiado para a análise o município de Balneário Camboriú. Ao longo do percurso, a pesquisa procurou guiar-se pelo materialismo histórico-dialético, com o intuito de ultrapassar os limites da superficialidade do fenômeno, buscando suas bases e considerando igualmente suas múltiplas determinações e contradições. Nossas investigações apontaram a reprodução social como o elemento chave para compreender esta realidade. A privação de se obter um salário em seu local de origem é determinante quando se trata da reprodução social da classe trabalhadora. A impossibilidade de se consolidar em determinado lugar, os processos de expropriação e expulsão, a miragem representada pela incorporação de novas áreas, a expectativa – na maior parte das vezes irreal – de obter uma melhor remuneração pelo seu trabalho, compõem o quadro de vida da classe trabalhadora migrante. Como as vagas e o ingresso no mercado de trabalho acabam por se deslocar frequentemente, em consequência do movimento do capital, os trabalhadores se veem forçados a acompanhar esse movimento. Apresentamos os elementos que conectam a reprodução social e o processo de escolarização, os interesses do capital na formação de uma força de trabalho flexível e disciplinada, a conformação que o capital deseja para os trabalhadores, o processo de interiorização dos valores condizentes com a perpetuação da sociedade dividida em classes. Demonstramos como, pelas próprias contradições que lhe são distintivas, o capital, ainda que necessite de uma força de trabalho qualificada, ataca e inviabiliza a educação da classe trabalhadora.

Observamos o uso da crise sanitária como artifício para o avanço do capital sobre a reprodução social, com sua investida sobre o fundo público destinado à educação. Revelaram-se a exclusão escolar, alicerçada na implantação do recurso tecnológico – inacessível a muitas famílias – e a interlocução quase inexistente com os estudantes, prejudicando seu processo de escolarização e, por consequência, a manutenção de sua reprodução. Concluímos que a reprodução social dos trabalhadores migrantes de Balneário Camboriú foi bastante prejudicada no ano de 2020, não apenas pelo quadro de crise sanitária que se estabeleceu, mas sobretudo por um conjunto de transformações no plano econômico-político que estavam sendo implementadas já há bastante tempo. O processo de escolarização da classe trabalhadora foi duramente afetado, com a redução no número de trabalhadores das unidades escolares, a exclusão de muitos estudantes pela absoluta falta de recursos econômicos e materiais, além do abandono de toda comunidade escolar à sua própria sorte em um momento de extrema fragilidade. A ausência de interação entre professores e estudantes

mostrou que a educação não pode ser transposta para ambientes virtuais sem perder o que tem de essencial e, por conta dos resultados aferidos, demonstramos como o “ensino” por plataformas/remoto/à distância não é do interesse dos trabalhadores, que devem organizar-se para impedir mais esse arroubo do capital, neste campo tão sensível à sua própria reprodução.

Referências:

ARRUZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. Revista Outubro (Online), n. 32, p. 99-113, 1º sem. 2019.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, n. 39, p. 29-50, jul/dez. de 2012.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Tradução M. R. Quintela, Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HARVEY, David. Reprodução Social. In: HARVEY, David. 17 Contradições e o Fim do Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016. Cap. 13, p. 169-183.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro II: O processo de circulação do capital. Karl Marx; edição Friedrich Engels. Tradução e seleção de textos extras Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZARÓS, István. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 28-48.

OLIVEIRA, F. de. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. ESTUDOS CEBRAP, São Paulo - SP, v. 16, p. 5-25, 1976. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_producao_dos_homens.pdf. Acesso em: 15/mar/2021.

PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. Revista Pegada, v. 14, n. 1, p. 58-80, Jul. 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2138>. Acesso em 16/12/2021.

PRONKO, Marcela. Educação pública em tempos de pandemia. In: Crise e

pandemia: quando a exceção é a regra geral. SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. (orgs). Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. p. 113-144.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. Universidade e Sociedade. Brasília, Ano XXXI, n. 67, p.36-49, jan. 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade. Acesso em: 02/fev/2022.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 21, p. 239-260, maio/ago. 2018.

Título do resumo:**TRABALHO E EDUCAÇÃO: SABERES QUE INFORMAM EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO NA COLETA DO AÇAÍ****Autores:**

Rodrigo Cardoso da Silva
 Maria das Graças da Silva
 Doriedson do Socorro Rodrigues

Nome do grupo de pesquisa:

GEPT - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação

Resumo expandido:

O presente texto consiste nos resultados decorrentes ao capítulo da Dissertação de intitulada “Trabalho e Educação: interfaces entre processos educativos, saberes socioambientais e experiências de trabalho da Coleta do Açaí no Município de Igarapé-Miri/PA”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. O objetivo desse debate entre o campo empírico e teórico-metodológico é compreender, epistemologicamente, os saberes socioambientais e as pedagogias que orientam as experiências de trabalho para a coleta do açaí na comunidade ribeirinha Salento. Em termos metodológicos, a pesquisa se constituiu com base do materialismo histórico-dialético e apoiada na abordagem qualitativa.

As etapas processuais do trabalho realizadas pelas lideranças fazem parte do processo desenvolvimento intelectual em interface com o meio ambiente e conceitos práticos para a realização da coleta do açaí, que se correlatam com conceitos teóricos discutidos na academia, baseado em contribuições teóricas conceituais de autores como Fischer (2015); Rodrigues (2022); Marx (1985a); Freire (1996); Thompson (1987); Tiriba (2015); entre outros.

Dessa forma, abordamos a organização lógica e didática das experiências de trabalho, processos educativos que acionam saberes socioambientais e concepções epistemológicas tais como: O saber reorganizar o espaço dos açaisais, no qual os moradores buscam organizar esses espaços antes mesmo de adentrar as matas para realizarem a coleta do açaí. O saber fazer os vários tipos de peconhas, ferramenta que se configura como tecnologia rudimentar que tem passado por consideráveis modificações ao longo do tempo. O saber tecer as rasas: empoderamento feminino compreendido nas narrativas de uma mulher, mãe, trabalhadora, miriense, ribeirinha, que assume o protagonismo feminino em relação aos saberes do tecer a rasa enquanto liderança da comunidade Salento com base no que diz (FREIRE, 1996, p. 67) “a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser”.

O saber subir e coletar o fruto, geralmente os jovens por serem mais ágeis, são considerados os grandes protagonistas desse processo. O saber debulhar (retirar o fruto do cacho), procedimentos pedagógicos práticos no saber usar as próprias mãos ou saber fazer uso de uma ferramenta inovadora chamada debulhadeira, utensílio rudimentar construído pelos próprios moradores na relação com a natureza, “os instrumentos físicos de produção eram vistos numa forma direta e mais ou menos compulsiva como responsáveis pelo surgimento de novas relações sociais, de hábitos e cultura” (THOMPSON, 1987, p. 13). Outra prática mediada na comunidade é o saber armazenar e transportar o açaí que está se condiciona ao processo de organização pedagógica que dá funcionalidade ao transporte e armazenamento do produto. Por último, seguindo essa sequência lógica-didática e pedagógica, o saber comercializar o

açaí, nos leva ao questionamento sobre um processo de exploração, “não apenas a força de trabalho se tornou uma mercadoria, mas a própria natureza” (AQUINO; TIRIBA, 2022, p. 6).

Diante disso, enfatizamos como principais resultados, dimensões políticas, socioambientais, econômicas e, principalmente, educativas edificadas e consolidadas em valores pedagógicos capazes de proporcionar a formação de homens e mulheres pertencentes à comunidade Salento. Trata-se de experiências de vida com perspectivas de formar lideranças autônomas, que têm aprendido trabalhar em coletividade, de maneira respeitosa, pautados em princípios básicos da vida em sociedade na qual estão inseridos (as). São saberes socioambientais e processos educativos que sustentam relações não predatórias com a natureza e conformam modos de vida demarcados pela dualidade estrutural no processo de produção e reprodução à existência das lideranças na comunidade, que com o passar do tempo, essas práticas de trabalho realizadas pelos moradores passaram a incorporar novos processos educativos e saberes socioambientais, em decorrência as mudanças que foram ocorrendo na dinamização da produção capitalista e nas suas inovações tecnológicas.

Referências:

AQUINO, Mahalia ; TIRIBA, Lia . Contradições entre trabalho, capital e vida: 'a assim 'Chamada acumulação primitiva' e sua atualidade histórica. **TRABALHO NECESSÁRIO**, v. 20, p. 01-16, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-14. (Coleção Oficinas da História, v.1).

Título do resumo:**TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O ADOECIMENTO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA****Autores:**

Jacqueline de Andrade
Fabiane Santana Previtali

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade - GPTES

Resumo expandido:

O objetivo do trabalho é analisar o adoecimento docente na educação básica pública no Brasil, com ênfase no estado de Minas Gerais, sob o impacto da difusão das tecnologias de informação e comunicação (TDICs) e das práticas gerencialistas sob os princípios da Nova Gestão Pública, cujo discurso assenta-se na cooperação, no envolvimento e na parceria do trabalhador (ANTUNES, 2000; PREVITALI, FAGIANI, 2022) no cenário pós-pandêmico, considerando-se a perspectiva de gênero. Destaca-se que sob a pandemia do Covid-19, em 2020, houve a ampla difusão do teletrabalho docente na educação básica pelo poder público, sem a interlocução com a comunidade escolar e à despeito das considerações dos/as professores/as quanto às novas condições do trabalho docente (PREVITALI; FAGIANI, 2022). Importa dizer que o corpo docente na Educação Básica no Brasil é majoritariamente feminino, o que submete as professoras à ainda maiores e mais intensivos níveis de subordinação e precarização laboral dado que são as mulheres as responsáveis pela maioria das tarefas domésticas e de cuidado da família (OLIVEIRA, 2020). Assim o trabalho como professoras traz consigo os elementos da divisão social do trabalho na sociedade de classes no Brasil, marcada ainda pelas questões raciais. A histórica sobrecarga de trabalho dado que são as mulheres as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico e reprodutivo (ANTUNES; PRAUN, 2015; associada à intensificação do trabalho profissional sob as TDICs e sob relações de trabalho gerencialistas têm levado as professoras ao adoecimento físico e mental dessas profissionais. O percurso teórico-metodológico assentou-se em uma análise quali-quantitativa (Creswell, 2007). Empreendeu-se um estudo teórico-bibliográfico, de epistemologia qualitativa, por meio do levantamento obras de referências, legislações nacionais vigentes e orientações de órgãos internacionais como a UNESCO. Sob o aspecto quantitativo, foram analisados dados de questionário online aplicado aos/as professores/as da rede pública de Minas Gerais no período 2023-2024 no bojo da Pesquisa em Rede “Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional Brasil – Argentina e Portugal” (apoio CNPq), sob a coordenação da professora Fabiane Santana Previtali. Foram 152 respostas de professores/as da rede municipal, rede estadual e rede federal de ensino. Os resultados indicam o crescimento de doenças físicas e psíquicas das professoras sob a intensificação do trabalho sob plataformas digitais e sob as relações de trabalho sob a Nova Gestão Pública, fundada em metas e resultados mesmo no setor público.

Referências:

ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. O Privilegio da Servidão. São Paulo: Boitempo. 2018.

ANTUNES, R. Trabalho Intermitente e Uberização do Trabalho no Limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.). Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal/ Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BIMBATI, A. C. Qual é a situação dos professores brasileiros durante a pandemia? Nova Escola, [s.l.], 1 jul. 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19386/qual-e-a-situacao-dos-professores-brasileiros-durante-a-pandemia>. Acesso em: 12 out. 2020.

CRESWEL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ENGUITA, F. M. A Escola Oculta: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.

EVANGELISTA, O; LEHER, R. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. Revista Trabalho Necessário, v. 5, n. 15, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FAGIANI, C. C. Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI? Uberlândia: Navegando, 2018. FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 25- 42, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v32n93/0103-4014-ea-32-93-0025.pdf>. DOI: 10.5935/0103-4014.20180028. Acesso em: 10 abr. 2019.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. Revista Katálisis, v. 25, p. 156-165, 2022.

GESTRADO. GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. Relatório Técnico Trabalho Docente em Tempos de Pandemia. Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://gestrado.net.br/pesquisas/trabalho-docente-em-tempos-de-pandemia-cntecontee-2020/>. Acesso em: 15 out. de 2020.

HARVEY, D. A Loucura da Razão Econômica. São Paulo: Boitempo. 2018

IBGE. INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

Acesso em: 8 mai. 2021.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Educação Básica, Sinopses Estatísticas. Brasília: MEC, 2020 Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dadosabertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 15 março. 2021.

OLIVEIRA, D. Nova Gestão Pública e Governos Democrático-Populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015152440>. Acesso em: 10 mai. 2020.

PREVITALI, F. S. FAGIANI, C. C. Diskiling and Degradation of labor in Contemporary Capitalism: the continuing relevance of Braverman. Work Organization, Labor and Globalization, v. 9, n. 1, p. 76-89, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.13169/workorgalaboglob.9.1.0076?seq=1> . Acesso em: 20 abril. 2020.

SAVIANI, D. Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15xxR0AMcHZkeq1K6Ga94rfaUWoTLQtG8/view>. Acesso em: 14 maio 2021.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012. Acesso em: 15 jun. 2017.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. Perspectiva. Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 127-160, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p127>. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2011v29n1p127>. Acesso em 10 fev. 2020.

Título do resumo:**TRABALHO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL-CRÍTICA EM FAVOR DA NÃO ALIENAÇÃO DO HOMEM-NATUREZA: LITERATURA, ESTUDOS E DISCUSSÕES DE UM GRUPO DE PESQUISA DA BAIXADA FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO****Autores:**

Sílvia Cristina de Souza Trajano

Alexandre Maia do Bomfim

Roseli Barbosa da Silva

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ

Resumo expandido:

A proposta é apresentar uma revisão bibliográfica de artigos, conteúdo de discussão e produção do Grupo de Pesquisa Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ, de temáticas socioambientais no viés da Educação Ambiental-CRÍTICA e Trabalho-Educação, ocorrendo em obras publicadas entre 2010-2015, nos diálogos de denúncia, de alerta e de efetiva pertinência às questões planetárias, sociais, de economia, renda e trabalho, características do capitalismo massivo e de seus desdobramentos. Artigos visitados que, de uma maneira ou de outra, previram crises e desastres relacionados à inconsistência do sistema do capital (como a pandemia da covid 19 em 2020) demonstrando que as pesquisas já vinham fazendo análises de tendência, proporcionando caminhos de possíveis resoluções de saúde e qualidade de vida, no âmbito do Meio Ambiente e Trabalho-Educação. O objetivo é destacar os pontos favoráveis a um Ensino de Ciências comprometido com as questões socioambientais e relacionado à preparação para o mundo do Trabalho, considerando um olhar reflexivo a respeito do consumo, chamando a atenção para o embate político e o não conformismo de práticas ambientais que posicionem o homem como passivo, nas discussões de preservação. Os estudos, no interior do grupo de pesquisa, evocam uma Educação Ambiental-CRÍTICA que busca resgatar questões socioambiental e estabelecer limites ao “desenvolvimento sustentável”, propondo um ataque ao viés conservacionista ao distinguir os principais responsáveis pela degradação ambiental em relação àqueles que sofrem com as mazelas socioambientais. Quanto a metodologia, nossos estudos bibliográficos se articulam em experiências vivenciadas no interior do GPTEEA, onde comumente dividimos os artigos em tópicos de interesse ao Ensino de Ciências, aos quais destacamos seis produções específicas representadas por Bomfim (2010 – 2015) com base nos temas: degradação ambiental; a insustentabilidade do desenvolvimento e a culpabilização do homem; conscientização para uma Educação Ambiental-CRÍTICA e não conservadora; trabalho, cultura e Educação Ambiental – indicativos para o Ensino de Ciências; documentos e a legislação ambiental; meio ambiente e a transversalidade na sala de aula; aquecimento global, mudanças climáticas, alienação e a (des)Educação Ambiental. Discussões que a escola, quanto espaço formador especial e de (des)alienação (inclusive dentro do próprio sistema do capital), precisa fomentar, conciliar o que seja de interesse do homem da cultura e do homem da natureza – a própria proposta de uma Educação Ambiental-CRÍTICA. Nesse sentido, os estudos do GPTEEA prosseguirão com novos questionamentos... Qual será o papel da escola, em que pese práticas que sejam favoráveis para uma Educação Ambiental mais “Crítica”, na formação e na pós-formação para o mundo do trabalho.

Referências:

(algumas para demonstrar a interlocução do grupo, considerando este resumo estendido):

ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. 3. ed. Blumenau: Furb, 1998.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando com-vida comissão do meio ambiente e qualidade de vida na escola: construindo Agenda 21 na escola / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente**. 2. ed., rev. e ampl., 2007. Brasília: MEC.

Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao7.pdf>

BOMFIM, A. M. O (Sub) desenvolvimento insustentável: A questão ambiental nos países periféricos Latino-Americanos. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 10. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6104>

BOMFIM, A. M. Educação Ambiental (EA) para além do capital: estudos e apontamentos para a EA sob a perspectiva do trabalho. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 13. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6849>

BOMFIM, A. M. Educação Ambiental Crítica: A questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. **Revista do PPGEA/ FURG-RS**, v. 27, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3236>

BOMFIM, A. M. Que fazer diante da legislação ambiental e outros textos ambientais? Alguns apontamentos aos educadores. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. v. 12, n. 2, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4262>

BOMFIM, A. M. (org). Parâmetros Curriculares Nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. **Trabalho Educação Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1. p. 27-52. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/vfFHpr8mGTyXhTHhqLWtfHt/abstract/?lang=pt#>

BOMFIM, A. M. “O senhor não sabe não...? Isso é devido ao aquecimento global”: a educação ambiental midiática a contrapelo. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em:

<http://37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/Trabalho-GT22-4467.pdf>

LAYRARGUES, P. P. Identidades da educação ambiental: descobrimos que somos diferentes. Saberemos conviver com isso? In: DIB-FERREIRA, Declev Reynier; GUERREIRO, Jacqueline (Org.). **VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental: participação, cidadania e educação ambiental**. Anais... Niterói: Instituto Baía de Guanabara. 2010. p. 34-38.

Título do resumo:**TRABALHO E EDUCAÇÃO NA CIRCULAÇÃO DE IDEIAS PEDAGÓGICAS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHADORES (1864-1876)****Autores:**

Felipe Willian Ferreira de Alencar

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Pesquisa em Trabalho e Educação da USP

Resumo expandido:

A pesquisa tem como objeto a proposta de Educação Integral, com objetivo geral de identificar origens, fundamentos, argumentos e trajetória das ideias pedagógicas deste tema na relação trabalho-educação em documentos da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), ou Primeira Internacional, entre 1864-1876, e, de modo específico, analisar propostas de ensino de Paul Robin e Karl Marx, identificando relações entre socialistas e anarquistas.

Os dados coletados são analisados à luz do materialismo histórico-dialético, na perspectiva da longa duração e da história integral (Braudel, 1965; Gramsci, 2014), para resgate historiográfico e político dos subalternos, com o propósito de construir uma filologia das propostas de politecnia, trabalho como princípio educativo, educação do trabalho e escola unitária e cotejar mediações do econômico e do político que compuseram as condições dos movimentos de trabalhadores na cronologia definida.

Adota-se uma abordagem qualitativa de investigação cujas principais fontes de dados consistem em documentos e pesquisa bibliográfica. Os acervos da Biblioteca Edgard Carone/Museu da República, do Centro de Memória da Educação/FE-USP e do Laboratório de Economia Política e História Econômica/FFLCH-USP serão consultados por constituírem a documentação de interesse do estudo.

A primeira grande crise do capitalismo industrial (1830-1840) é o período que corresponde à formação do pensamento de Marx (antes de 1848 e até 1850). Neste contexto, no qual as crianças eram inseridas na produção fabril de forma insalubre, as exigências referentes à associação entre trabalho e instrução são incorporadas no plano da proclamação de palavras de ordem do movimento operário, conforme Nogueira (1993), ainda com caráter vago. Contudo, a questão será retomada quase 20 anos depois, nas intervenções de Marx feitas na AIT, submetidas aos congressos da organização em Genebra (1866) e na Basileia (1869), nos quais o modo como a educação deveria se organizar, na prática, teve tratamento mais preciso: “A sociedade não pode permitir nem aos pais, nem aos patrões o emprego de crianças e adolescentes para o trabalho, a menos que se combine o trabalho produtivo com a educação” (Marx, 1965, p. 1468, *apud* Nogueira, 1993, p. 109).

A concepção de educação integral apresentada no Congresso Internacional dos Trabalhadores, realizado em 1868 em Bruxelas, formulado por Paul Robin (1837-1912), enfatizará a existência de três dimensões, necessariamente integradas: a dimensão física, a dimensão moral e a dimensão intelectual. Os princípios educacionais, vigentes na AIT sob o “Programa de Ensino Integral”, com as nuances próprias da histórica caracterização entre socialistas e anarquistas, foram aprovados consensualmente pelos participantes, inclusive por Marx, Bakunin, Robin (Moraes; Accioly e Silva, 2013).

As elaborações educacionais formuladas para a organização programática da AIT evidenciam concepção de educação associada ao trabalho, vinculada às relações sociais e históricas, e, de algum modo, também refletiam as preocupações das ações

contextuais que poderiam permanecer na produção capitalista – dentre elas, a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, por parte de seus pais e da burguesia industrial. Por isso, o caráter de recomendações ou instruções para o movimento operário que buscavam preservar a infância e a juventude de efeitos perversos à sua saúde física e mental, oriundas das condições de trabalho. Deste modo, as propostas se dirigiam ao futuro e também tinham como alvo a sociedade tal qual ela se apresentava.

Historiadores da educação e do trabalho têm centrado suas análises na posição de Marx e dos trabalhadores da AIT (1864-1876), a respeito do ensino politécnico e sua relevância estratégica para o rompimento da divisão e fragmentação do trabalho (Moraes, 2023). O estudo pretende ocupar uma lacuna, ao abordar as relações entre socialistas e anarquistas na formulação de propostas educacionais, na perspectiva de que os movimentos de trabalhadores são meios de circulação de ideias pedagógicas sobre trabalho e educação.

Referências:

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2014, 4 volumi.

MORAES, C. S. V. Trabalho e Educação como pauta do GT Trabalho e Educação da Anped: algumas considerações sobre o campo de pesquisa. **Trabalho Necessário**, v. 21, n. 45, p. 01-26, 2023.

MORAES, C. S. V.; ACCIOLY E SILVA, D. Arquivo João Penteado e sua importância para os estudos de educação anarquista no Brasil. **Projeto História**, n. 48, p. 1-23, 2013.

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Cortez: 1993.

Título do resumo:**TRABALHO E TERRITÓRIO: EXPERIMENTAÇÕES DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA AMAZÔNIA PARAENSE****Autores:**

Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação

Resumo expandido:

O texto, parte de pesquisa em desenvolvimento, trata da Pedagogia da Alternância na sua relação com o trabalho e o território. Tem como objetivo geral analisar como o trabalho e o território interferem, influenciam, tensionam na forma e no conteúdo da oferta da Pedagogia da alternância na Amazônia paraense. Assim questionamos: como trabalho e território interferem, influenciam tensionam a maneira como é ofertado a Pedagogia da alternância e suas finalidades de tipo humano e desenvolvimento? Estão em análise três experiências desenvolvidas no âmbito dessa região. Nossos objetivos específicos, são: a) analisar o conceito de trabalho e território na sua relação com a Pedagogia da Alternância; b) desenvolver estudo de três experimentações de formação em Alternância no Pará, com as seguintes características: i- presença do financiamento de grandes empresas; ii- experiência de maior autonomia político-pedagógica sob o controle da sociedade civil organizada, iii- caráter estatal, sob a gestão do Estado. C) analisar e cartografar as experimentações em P.A na Amazônia paraense. Para isso adotamos o materialismo histórico dialético e as categorias contradição e mediação para análise do fenômeno.

As etapas do processo de coleta de dados são as seguintes: revisão da literatura, trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas, análise documental e produção de mapas. Franco (2005), Szymanski (2004), Bardin (2011) nos orientam por meio da análise de Conteúdo o caminho para o tratamento e análise dos dados. Os primeiros resultados apontam para a relevância da categoria território e trabalho na sua relação com a Pedagogia da Alternância para compreender a complexidade da formação de trabalhadores e trabalhadoras nos contextos amazônicos. Neste sentido, a construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais econômica ligada a esfera política econômica e outra mais simbólica, ligada a esfera da cultura, símbolos e valores partilhados por um grupo social (Haesbaerth, Limonard, 2007).

Compreendemos que a ciência geográfica, por meio do conceito de território e territorialidade, contribui para a compreensão acerca da forma e do conteúdo da oferta da Pedagogia da Alternância. Segundo levantamento realizado em 2012, as escolas da Pedagogia da Alternância funcionam em 21 dos 27 estados do Brasil, são 239 unidades, em 80 municípios com diferentes nomenclaturas que indicam a diversidade de organizações: EFAs (Escola Familiar Agrícola), CFRs (Casas Familiares Rurais), ECORs (Escolas Comunitárias Rurais) e CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância), Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), Casas das Famílias Rurais (CDFR), Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CDEJOR) (Nosella, 2012, p. 17). Identificamos na Amazônia paraense experimentações da Pedagogia da Alternância por meio das Casas Familiares Rurais, Escolas Familiares Agrícolas-EFAs, nas universidades públicas a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, nos Institutos Federais – IF's, nos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra- MST. Estamos em processo de levantamento, identificação e atualização das experimentações

realizadas em Alternância nesta região, para a construção da Cartografia da Pedagogia da Alternância. Para falar sobre as experiências de Alternância (no Brasil) é preciso reconhecer os diferentes caminhos percorridos, assim como, procurar identificar o que mantém a unidade das práticas desenvolvidas pela Pedagogia da Alternância, suas contradições e suas relações com o trabalho e o território. Compreende-se que as escolas que trabalham com a Alternância elaboram/desejam um determinado tipo de ser humano e um determinado tipo de desenvolvimento. A implementação instrumental da Pedagogia da Alternância, sem a garantia de seu estatuto pedagógico, do seu caráter político e de sua finalidade social, tem muitas vezes reduzido a um caráter meramente didático, gerando experimentações aligeiradas, empobrecedoras e mecânicas, reduzidas a alternar tempo e espaço e a utilização de algumas ferramentas desta pedagogia.

Referências:

FRANCO, Maria Laura P.B. *Análise de Conteúdo*. 2ª ed. Brasília: Livro editora, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: edições 70, 2011.

HAESBAERT, R., & LIMONAD, E. (2007). Território em tempos de globalização. *Revista Etc., Espaço, Técnica e Crítica*, 2(1), 39-52.

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise de Conteúdo**. 2ª ed. Brasília: Livro editora, 2005.

NOSELLA, Paolo. *Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil*/Paolo Nosella. Vitória: EDUFES, 2012.

Título do resumo:**TRABALHO SOBRE ANTÔNIO GRAMSCI – GRUPO LUTE - LUTAS SOCIAIS****Autores:**

Ivan Penteado Dourado

Nome do grupo de pesquisa:

LUTE - Lutas Sociais Trabalho e Educação

Resumo expandido:

Antônio Gramsci, pensador italiano, ocupa um lugar de destaque na sua produção intelectual nos avanços da tradição iniciada por Karl Marx. Ao identificar a relevância que a formação cultural e educacional das classes subalternas nos processos revolucionários e pré-revolucionários é fundamental. Tendo por base o reconhecimento da inegável influência gramsciana em pensadores brasileiros do campo da educação, se faz importante aprofundar as discussões de Gramsci sobre o senso comum e suas contribuições nas produções educacionais brasileiras. Pretendo focar no papel que o senso comum ocupa na concepção educacional de Gramsci. A definição de senso comum é chave, já que permite relevar os seres que estão em condição subalterna pensa o mundo e percebe a si mesma nessa realidade culturalmente e materialmente moldada pelos interesses hegemônicos dos opressores. Objetivo identificar o papel do senso comum nas mudanças que a educação é capaz de realizar na exata passagem do senso comum (naturalizador) para uma condição de liberdade (política/consciência). Retomar discussões contidas nas produções de Gramsci, nos permitirá aprofundar novos entendimentos relativos ao lugar da educação frente a consciência dos sujeitos em condição de subalternidade, profundamente relacionada à postura filosófica no ato de conhecer/lutar no mundo social, cultural e político formando sujeitos críticos que lutam contra a opressão e subalternidade impostas pela sociedade capitalista.

O pensador italiano constata na simplicidade de pensar a própria vida e a realidade por meio da visão de mundo empobrecida pela falta de acesso a cultura letrada (classe em si). Seria necessário a superação do senso comum, alcançando um bom senso que, com o acesso a uma nova cultura, aquisição da disciplina nos estudos e na práxis cotidiana de luta revolucionária, assumindo posições como dirigentes da sua própria luta.

Definindo o acesso a Filosofia a massa de trabalhadores (povo do campo e da cidade), reconhece que em todo movimento de pensamento, seria possível sempre identificar elementos do pensamento em ação, o pensamento filosófico estaria presente. O desafio estaria focado em qualificar esses movimentos intelectuais por meio do acesso a cultura (GRAMSCI, 2001, p. 93). A relação potencial no que diz respeito a revolução das classes subalternas, está na ligação profunda entre a necessidade de todos os subalternos se elevem intelectualmente da condição de opressão e exploração a que se encontram, superando a forma de pensar espontânea constituída pela internalização dos mecanismos sociais de dominação criada pelos dominantes, que se manifestam pelo pensamento de senso comum.

Temos em Gramsci o senso comum como ponto de partida do movimento da práxis. Ou seja, o senso comum não é romanceado ou enaltecido, mas reconhecido como constituidor do pensamento das classes que não vivem uma estrutura de privilégio e se encontram numa condição de dominação. Assim, o senso comum constitui um ponto de partida, reconhecendo seu poder de conformação basilar do pensamento. Ao definir as etapas de superação do senso comum, identificamos uma posição de

formação/elevação intelectual e moral estariam a serviço da superação das formas culturais de opressão, conduziria também na contribuição na superação do próprio modo de produção capitalista no interior de uma práxis emancipatória. Esse processo de elevação crítica do pensamento, que parte do senso comum para alcançar os conhecimentos filosóficos no qual os homens e mulheres de origem popular, teriam no pensamento um novo mecanismo fundamental contido no processo revolucionário de superação de uma sociedade regida pelo capital. A busca pela autonomia se liga com a percepção crítica da realidade dada, passando pelo reconhecimento que a realidade cultural, política e econômica, como resultado de construções históricas que até então agiam na manutenção dos privilégios da classe burguesa dominante.

Referências:

DOURADO, Ivan Penteado. Os três momentos da teoria de Paulo Freire:

Amadurecimento e historicidade intelectual. Revista Multifaces, V. 6, N. 3, 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores, Estudos avançados vol.15 n.42 São Paulo Maio/Agosto, 2001.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 1980.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação; São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Vol. 1, São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

MARCON, T., & DOURADO, I. P. (2017). PAULO FREIRE UM CLÁSSICO DA EDUCAÇÃO: Contribuições epistêmicas, políticas e pedagógicas. Reflexão e Ação, 25(2), 84-100. <https://doi.org/10.17058/rea.v25i2.8774>.

NOVOA, Carlos Alberto Torres. Leitura Crítica de Paulo Freire, São Paulo: Edições Loyola, 1981.

SIMÕES, A. C. Libertação versus Hegemonia: Aproximação entre Paulo Freire e Antonio Gramsci. Akrópolis Umuarama, v. 25, n. 1, p. 61-68, jan./jun. 2017.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire in. Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI, Buenos Aires, CLACSO, 2001.

Título do resumo:**TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA: PRODUÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE SABERES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E POVOS ORIGINÁRIOS****Autores:**

Edson Caetano

Karla Rodrigues Mota

Nome do grupo de pesquisa:

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTe)

Resumo expandido:

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTe), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi criado em 2010 e está inserido na Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular (PPGE) e o seu campo de pesquisas se situa no âmbito da relação existente entre Trabalho e Educação. Em mais de uma década de existência, centra seus estudos no campo trabalho e educação e em projetos de pesquisas que primam pelo compromisso ético, científico e solidário com os povos originários e as comunidades tradicionais, através do questionamento dos ditames da sociedade neoliberal e da concomitante apresentação de possibilidades de existências outras (Caetano, 2021).

A base teórico-metodológica do grupo é o materialismo histórico (Kosik, 1995), fundamentando no conhecimento acumulado pela área Trabalho e Educação e, em especial, no que tange aos processos educativos efetivados nos espaços cotidianos e não escolares. Partimos da premissa marxiana do trabalho como elemento da formação humana (Marx, 1992) e, portanto, locus de aquisição e produção de saberes (Saviani, 2007).

Os principais conceitos/categorias que orientam os estudos são: produção associada, comunidades tradicionais e povos originários, experiência, saberes da experiência, culturas do trabalho, trabalho e educação, educação não escolar, agroecologia, Bem Viver, autogestão, cuidado humano, trabalho coletivo, economia popular e solidária, os quais subsidiam uma percepção não excludente sobre as existências humanas que dissonam, em algum grau, do modo de produção capitalista (CAETANO, 2021).

Os pesquisadores e pesquisadoras do GEPTe tomam enquanto campo empírico os povos originários e as comunidades tradicionais, onde mulheres e homens, no atual contexto da acumulação flexível do capital, insistem em preservar e reafirmar seus modos de vida, criando laços de solidariedade, de associatividade e de cuidado visando assegurar a produção da existência humana. A partir da metodologia da Pesquisa Participante (Brandão, 1999), as investigações correntes se desenvolvem junto às comunidades: Quilombo de Mata Cavalo (Nossa Senhora do Livramento- MT); Povo Chiquitano (Porto Esperidião-MT) e Comunidade Quilombola do Chumbo (Poconé-MT).

As atuais dimensões pesquisadas voltam-se para os costumes e práticas de convivência e de cuidado entendidos como elementos da cultura presentes na vida em comunidade e têm como objetivo: a) Identificar os nexos existentes entre trabalho, cultura e educação na tessitura das relações sociais no âmbito do Bem Viver, nas práticas de cuidado, na produção de alimentos agroecológicos, na produção e compartilhamento de saberes e nas manifestações culturais e religiosas que homens e mulheres dos povos originários e comunidades tradicionais lançam mão para assegurar a produção da existência; b) Identificar as múltiplas dimensões que

conformam a medicina tradicional através das práticas de diferentes protagonistas, tais como: benzedeiras e benzedeiros, raizeiros e raizeiras, rezadoras e rezadores, parteiras, curandeiros e curandeiras, pais e mães-de-santo, pajés e pajoas, xamãs, entre outros; c) Refletir sobre o binômio trabalho e educação, a partir do Bem Viver como categoria histórica, que vai se plasmando nos espaços/tempos históricos nas comunidades tradicionais e povos tradicionais; e d) Refletir sobre a importância da produção e do compartilhamento de saberes entre os povos originários e as comunidades tradicionais.

A relevância das atuais pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação se deve à necessidade de evidenciar e refletir criticamente sobre modos outros de existir, aprender e ensinar, presentes nos ofícios tradicionais de cuidado e que se contrapõe à hegemonia das relações existentes no modo de produção capitalista, o qual invalida a potência dos saberes não escolares que permeiam a produção da existência dos povos originários e das comunidades tradicionais. Nesse sentido, “o GEPTe não tem apenas uma pretensão científica, mas também, um compromisso com a superação da sociedade capitalista e, por conseguinte, com a construção do Bem Viver” (Caetano, 2021, p. 266).

Referências:

BRANDÃO, C. R. (org). **Repensando a pesquisa participante**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CAETANO, E. Ao lado dos povos e comunidades tradicionais: o GEPTe e a epistemologia do Bem Viver. In: SÁ, E. F.; ANDRADE, D. B. S. F.; RIBEIRO, M. T. D. (orgs.). **Memória, pesquisa e impacto social: o percurso formativo do Programa de Pós-Graduação da UFMT**; 1.ed. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2021, p. 257-267.

CAETANO, E.; NEVES, C. Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. **Revista de Educação Pública** (UFMT), v. 23, p.595-613, 2014.

CRUZ, V. C. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, Roseli et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012. p. 594-600.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Vol. 1. São Paulo: DIFEL, 1982.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 152-180.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

Título do resumo:**TRABALHO-EDUCAÇÃO, AUTOGESTÃO E FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES RURAIS****Autores:**

João Batista Wanzeler

Nome do grupo de pesquisa:

GEPTe – Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Trabalho e Educação - UFPA

Resumo expandido:

Trata-se de produção que mantém relação com o objeto de pesquisa tese em andamento, discute, a relação entre trabalho, educação, autogestão, formação e modos de vida de trabalhadores(as), considerando processos formativos experienciados por Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Problematiza práticas formativas numa perspectiva de consciência de classe em oposição a formações de cunho pragmáticas, considerando as contradições capital e trabalho.

Metodologicamente, toma-se a categoria processos formativos para além de contextos escolares, consideradas a partir de seminários, assembleias, reuniões, realizadas entre 1990 a 2023, no interior de uma organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Baixo-Tocantins, Pará.

Pauta-se no materialismo histórico-dialético, apoia-se em um estudo bibliográfico, e apresenta-se considerações teóricas sobre os principais conceitos e categorias de análises: Formação, trabalho, modos de vida, consciência de classes e território.

Compreende-se os processos formativos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, para além de contextos escolares, a partir de territórios de povos e comunidades tradicionais, considerando a realidade societal da Amazônia paraense, vivenciado por sujeitos sócio-históricos de direitos e resistências em unidade e emancipação da classe trabalhadora.

Teoricamente, considera-se a categoria trabalho conforme define Marx (2008), como elemento essencial para a produção/manutenção da vida de seres humanos, condição fundante para sua existência social, como dimensão ontológica, criadora e humanizadora. O humano se constrói através do trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, como condição de sua existência.

Entende-se os processos formativos de trabalhadoras e trabalhadores rurais como espaços em construção de práticas educativas, atividades (re)produtivas e modos de vida, conforme Trein e Ciavatta (2004), que buscam desenvolver o papel da emancipação humana, atravessados por contradições de primeira e de segunda ordem do capital (Mészáros, 2005), mas também com oposições a essas últimas.

Entre resultados e discussões: a pesquisa encontra-se em fase de revisão bibliográfica. Em termos teóricos, parte-se da compreensão de que os processos formativos, para além de contextos escolares, contribuem como “[...] alimento intelectual, moral e artístico [...]” (Mészáros, 2005, p. 54) para a materialização de outra realidade socio metabólica, com o que, em tese, estamos a advogar a partir dos processos formativos do STTR.

Não estamos, entretanto, negando a educação formal. Mas entendendo, a partir de Mészáros (2005, p. 59), que, “sem um progressivo e consciente intercâmbio com os

processos de educação abrangentes como a ‘nossa própria vida’, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias aspirações emancipadoras[...]”. Eis, pois, a necessidade de se estudar os processos formativos de um STTR na Amazônia e possíveis processos de consciência e identidade de classe, nas contradições capital-trabalho.

Referências:

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio; Ciavatta (orgs). **A Experiência do trabalho e a educação básica**, RJ: DP&A, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. RJ: Civilização Brasileira. 1991.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2022>. Acesso em: 30 dezembro de 2023.

MARX, Karl. **O Capital, I, Seção I, Capítulo I Mercadoria**. 2008. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>>. Acesso em: 20 junho. 2022.

MÉSZAROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

RODRIGUES, D. S. **A Integração Saberes e Conhecimentos Escolares em Processos Formativos de Trabalhadoras e Trabalhadores em/a partir do Contexto Amazônico Paraense**, Revista Humanidades e Inovação v.7, n.12 – 2020.

TREIN, Eunice & CIAVATTA, Maria. **O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: Uma Análise para debate**. In: ANPED. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: autores associados. Out/nov/dez. 2004. Nº 24. pp. 140 –164.

TIRIBA, Lia. **Reprodução ampliada da vida e espaços/tempos da produção não capitalista-** volume I, Marília/SP: Lutas Anticapital, 2023.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** (v. I). Tradução Denise Bottmann; RJ: Paz e Terra, 1987.

Título do resumo:**TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: DIGITALIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICAS NEOLIBERAIS****Autores:**

MORAZ, Caterine Pereira

GARCIA, Nilson Marcos Dias

Nome do grupo de pesquisa:

GETET – Grupo de estudos e pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia

Resumo expandido:

As transformações no mundo do trabalho têm gerado um cenário de crescente precarização e informalidade para os trabalhadores, revelando uma fragilização das condições e relações de trabalho. Analisar esses processos, com foco na flexibilidade que se manifesta como liquidez, perpetuando condições precárias tanto para o processo de trabalho quanto para os trabalhadores, é a proposta deste trabalho. Seu principal objetivo é compreender como a digitalização, globalização e políticas neoliberais moldam o mercado de trabalho contemporâneo, destacando as dinâmicas de precarização e informalidade. Também se busca examinar como a educação pode responder à crise estrutural do capital, oferecendo condições à classe trabalhadora superar essas condições, promovendo uma educação crítica e emancipatória.

A investigação utilizou uma abordagem qualitativa, adequada para explorar fenômenos complexos e obter uma compreensão profunda das questões em análise (Creswell). A revisão da literatura concentrou-se na centralidade do trabalho na modernidade líquida (Bauman), destacando a fluidez e instabilidade das relações laborais, abordando como a digitalização, globalização e políticas neoliberais impactam o trabalho e a educação. A flexibilidade e desregulamentação, características das políticas neoliberais, resultam na precarização do trabalho e impactam negativamente a educação, conforme discutido por Antunes. Lukács analisa a alienação e reificação do trabalho no capitalismo, elucidando como essas dinâmicas desumanizam os trabalhadores. Gorz discute as contradições da flexibilidade, evidenciando a crescente insegurança no contexto da economia digital. Harvey analisa a globalização econômica e as políticas neoliberais, destacando a desproletarização e a substituição do trabalho assalariado por freelancers precarizados. Os autores convergem na crítica às transformações no trabalho no contexto da globalização, das políticas neoliberais e da digitalização, que contribuem para a precarização e desumanização. Destacam como a modernidade líquida cria condições de constante mudança e insegurança, afetando a estabilidade dos trabalhadores.

Corroborando essas críticas, dados recentes sobre emprego, desemprego e informalidade na América Latina, apresentados no Relatório da OIT – Panorama Laboral 2023, revelam a recuperação do emprego acompanhada da persistência da informalidade, refletindo tendências globais que também afetam o Brasil. Embora a taxa de desemprego tenha diminuído de 7,4% em 2022 para 6,5% em 2023, a informalidade permanece alta, com taxas regionais de até 48%. Além disso, a análise da Nota Técnica no. 112 (IPEA, 2024) indica que a informalidade no Brasil é alarmante, com mais de 40% dos empregos criados entre 2020 e 2023 sendo informais. O Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior Flexibilização (IPEA, 2020) relata as dificuldades dos jovens em se inserir no mercado formal de trabalho e indica que a taxa de informalidade entre os jovens, de 58%, é mais alta que a dos adultos, de 45%. A substituição de

trabalhadores por máquinas e algoritmos diminui a demanda por trabalho humano em muitos setores tradicionais, resultando em desemprego e precarização. Além disso, o crescimento das formas de trabalho flexíveis e desregulamentadas caracterizadas por empregos temporários e sem garantias trabalhistas adequadas, aumenta a informalidade e a precarização do trabalho.

A análise das possíveis intervenções visando a superação da precarização do trabalho indica estabelecer uma abordagem que combine políticas de fortalecimento da legislação trabalhista, promoção da formalização do trabalho, fortalecimento das instituições como sindicatos e organizações de defesa dos direitos trabalhistas, investimento em educação e qualificação profissional, e ampliação das políticas de proteção social. Os principais resultados da investigação indicam a necessidade de uma reformulação curricular que inclua habilidades digitais, pensamento crítico e educação para a cidadania. Essas mudanças são fundamentais para oferecer à classe trabalhadora elementos para questionar as condições estruturais, enfrentar os desafios impostos pela modernidade líquida e possibilitar uma resposta às condições precárias do trabalho.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2021.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2007.

GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: Para Além do Socialismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2018.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Nota Técnica nº 112: Conjuntura do Mercado de Trabalho no Brasil*. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior Flexibilização*. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Panorama Laboral 2023*. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 10 jul. 2024.

